

DITADURA,
REPRESSÃO E
CONSERVADORISMO

Copyright © 2011 Fernando Ponte de Sousa e Michel Goulart da Silva

Capa

Tiago Roberto da Silva

Revisão

Mariana Silveira dos Santos Rosa

Editoração eletrônica

Flávia Torrezan, Tiago Roberto da Silva

Bibliotecária

Luiza Helena Goulart da Silva

D615

Ditadura, repressão e conservadorismo / Fernando Ponte de Sousa e Michel Goulart da Silva (organizadores). – Florianópolis: UFSC, 2011. 303 p. 14,8 x 21 cm.

Vários colaboradores.

ISBN 978-85-61682-57-6

1. Ditadura. I Sousa, Fernando Ponte de. II Silva, Michel Goulart da

CDD 320

2011

Todos os direitos reservados a

Editoria Em Debate

Campus Universitário da UFSC – Trindade

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Bloco anexo, sala 301

Telefone: (48) 3338-8357

Florianópolis – SC

www.editoriaemdebate.ufsc.br

www.lastro.ufsc.br

Impresso no Brasil

FERNANDO PONTE DE SOUSA
MICHEL GOULART DA SILVA
(ORGANIZADORES)

DITADURA,
REPRESSÃO E
CONSERVADORISMO

Florianópolis

2011

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. FRANQUISMO Y MASONERÍA	11
<i>Yván Pozuelo Andrés</i>	
2. A ANL E O ANTICOMUNISMO DA IMPRENSA BAIANA.....	37
<i>Cristiano Cruz Alves</i>	
3. ASPECTOS DO ANTISSEMITISMO NO DISCURSO INTEGRALISTA DE GUSTAVO BARROSO.....	67
<i>Luiz Mário Ferreira Costa</i>	
4. A PARCERIA ENTRE ESTADO E EMPRESARIADO NA REPRESSÃO AO OPERARIADO EM RECIFE DE 1940 A 1950	87
<i>Arleanda de Lima Ricardo</i>	
5. DENTRO DA ESTRUTURA REPRESSIVA: O SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA – IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA E REPRESSÃO POLÍTICA EM MINAS GERAIS NO COMEÇO DA DÉCADA DE 1970.....	107
<i>Luiz Fernando Figueiredo Ramos</i>	

6. LA REPRESENTACIÓN DEL DESPLAZAMIENTO FORZADO POR LA VIOLENCIA EN COLOMBIA.....	151
<i>William Ortiz Jiménez</i>	
7. OS MILITARES BRASILEIROS E A “GRANDE MENTIRA”.....	185
<i>Michel Goulart da Silva</i>	
8. DITADURA, MEMÓRIA E CONSENSO: A CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA (CAMDE).....	209
<i>Janaina Martins Cordeiro</i>	
9. CRÍTICA À PUNIÇÃO ETERNA COMO MEMÓRIA HISTÓRICA.....	249
<i>Fernando Ponte de Sousa</i>	
10. NEOFASCISMO, INTERNET E HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE	267
<i>Fábio Chang de Almeida</i>	

APRESENTAÇÃO

Este volume reúne textos que discutem e problematizam algumas práticas e representações conservadoras produzidas ao longo do século XX e nas primeiras décadas do século XXI. Como é possível verificar pelos textos aqui reunidos, em alguns casos, esse conservadorismo engendrou ações repressivas, visando conter as ações políticas de movimentos populares ou de grupos de esquerda, redundando em fenômenos ditatoriais, como no Brasil, a partir do golpe civil-militar de 1964. Por outro lado, também são discutidas em alguns dos textos deste volume as representações produzidas a partir de fenômenos conservadores, principalmente traumas ou disputas simbólicas provocados por ditaduras, que se materializam nas disputas por memórias, na escrita histórica desse processo ou nos resquícios que permanecem da ditadura.

Os fenômenos conservadores, neste volume, são entendidos como aqueles que estão ligados a uma pretensão de rejeitar o novo e o apelo à mudança, encarados como riscos à ordem instituída. Essa delimitação, ainda que fluida e com pouca precisão, aponta para o entendimento de que os fenômenos conservadores são plurais e multiformes, caracterizando-se por práticas que muitas vezes engendram ideias e representações fortemente enraizadas nas diferentes sociedades.

O conservadorismo também pode ser entendido como um projeto de sociabilidade antagonica ao projeto da modernidade construída a partir da Ilustração. Os eventos tidos como marcos do nascimento da Modernidade, como as revoluções econômicas e sociais do século XVIII, desde seu início enfrentaram algum tipo de oposição ou de resistência. O conservadorismo

constituiu-se nessas situações como um conjunto de manifestações que defendiam a permanência total ou parcial das estruturas da sociedade então existente ou que, embora vendo a necessidade de melhoria da sociedade, se opunham à radicalização dessas transformações ou a formas violentas de conquistá-las.

Os estudos aqui reunidos tratam de diferentes facetas do conservadorismo, entendendo-o como fenômeno contraditório e plural e cujas manifestações não seguem um esquema definido ou uma lógica estabelecida, mas que, partindo das contradições de cada realidade particular, produzem processos particulares. No Brasil contemporâneo, por exemplo, produzem-se ideologias e discursos que engendram percepções acerca do passado, visando tanto justificar o autoritarismo do presente como apagar a repressão do passado, além de anistiar os crimes dos agentes estatais.

Contudo, essas particularidades dos fenômenos conservadores não levam a pensar esses fenômenos como isolados, na medida em que, seja como imaginário social, seja como relação política, esses fenômenos podem se misturar e se intercalar, produzindo mobilizações ou fenômenos ideológicos completamente novos, a cada conjuntura ou situação nacional específica. Trata-se, portanto, de um fenômeno vivo, que influencia nossas ideias, nosso cotidiano e inclusive nossas perspectivas de futuro, exigindo nossa resistência ou mesmo a ofensiva de projetos radicais de transformação da sociedade.

Os organizadores agradecem principalmente os autores pela disposição em colaborar com esta coletânea, deixando à nossa disposição textos valiosos que expressam fundamentais esforços de pesquisa na compreensão dos temas tratados. Por outro lado, colaborando com este esforço editorial, os autores possibilitaram a reunião num único volume de reflexões das mais variadas acerca dos fenômenos de repressão e de conservadorismo que

marcaram o último século, constituindo, assim, um valioso material de estudos para os pesquisadores dessas temáticas.

Também agradecemos a colaboração e o empenho da equipe que compõe a Editoria Em Debate, devidamente creditados ao longo do volume, sem a qual não teria sido possível publicar este livro.

Fernando Ponte de Sousa

Michel Goulart da Silva

Florianópolis, 24 de outubro de 2011.

1

FRANQUISMO Y MASONERÍA

*Yván Pozuelo Andrés**

La represión franquista se abatió tras los pasos victoriosos de las tropas rebeldes, durante la Guerra Civil española (1936-1939), sobre la población civil sospechosa de connivencia frente populista. La represión, la persecución y la humillación de sus adversarios pasaron a institucionalizarse como maquinaria imprescindible de la permanencia en el poder del General Franco y de sus seguidores durante el franquismo (1939-1975). Aplicado a la Masonería, ésta fue, por un lado, aniquilada como organización durante la contienda y, por el otro, los masones supervivientes fueron reprimidos, perseguidos y humillados durante la era de Franco. La historiografía española sobre el fenómeno masónico ha sacado a la luz, en estos últimos veinticinco años, las causas, las consecuencias y los matices propios de esa realidad. En la actualidad existe un valioso material historiográfico que permite conocer y comprender la obsesión antimasónica del Franquismo cuya llama, hoy en día muy débil, aún pervive.¹ El Centro de

* Doctor en Historia. Profesor de francés en el IES Universidad Laboral de Gijón, coeditor de la revista digital REHMLAC.

¹ Autores como César Vidal, Ángel Palomino, Vasco de Osma y la prensa digital como www.libertaddigital.com formaron y forman dicha llama.

Estudios Históricos de la Masonería Española (CEHME)² con sede en Zaragoza publicó en las actas de sus congresos todo ese material. Los historiadores pertenecientes a dicha institución investigaron, entre otros muchos aspectos, lo relacionado con la Masonería y el Franquismo desde una perspectiva regional. Asimismo, se publicaron obras más generales sobre la cuestión.³ Esta comunicación se determinó tras preguntarnos quiénes construyeron las fronteras que distanciaron a dichos fenómenos, y cómo. Estas preguntas se plantearon, por un lado, al binomio Masonería y Franquismo y, por el otro, al de masones y franquistas. Para ello, antes de entrar de lleno en esas consideraciones, se exponen las líneas generales del encono entre estos dos sectores a partir de la Guerra Civil española (1936-1939). A modo de ilustración, se enfoca la realidad antimasonónica franquista de posguerra a través de la región de Asturias y del diario falangista de Gijón, *Voluntad*.⁴

Guerra Civil Española (1936-1939) y depuración masónica

En el momento del Golpe de Estado, 17-18 de julio de 1936, el masón y republicano Santiago Casares Quiroga era el jefe del Gobierno frente populista, coalición de partidos republicanos de

² Fundado y dirigido hasta 2009 por el profesor José Antonio Ferrer Benimeli es ahora presidido por el profesor José Miguel Delgado Idarreta.

³ No se trata aquí de citarlas a todas sino de enumerar una sucinta bibliografía, la más reciente, que permita al lector iniciarse en esa historia, encontrando el complemento bibliográfico al final de cada obra. Así pues, véanse a López (2010), Arribas (2009), Villalba (2005, p. 125-245), que aunque trate sobre todo de Andalucía explica muy bien el calibre de la represión franquista ya que dicha región conglomeró a la inmensa mayoría de los talleres y masones españoles de la II República. Y los clásicos de Benimeli (1982, 1993), Ruiz (1992).

⁴ Estas notas y sus conclusiones se asientan sobre mi Tesis Doctoral (ANDRÉS, 2004, inédita).

izquierdas y de organizaciones del movimiento obrero elegida en las urnas del Sufragio Universal en febrero de ese mismo año. No se creyó lo que estaba pasando, pese a conocerse los diferentes planes golpistas, planeados, incluso antes de las elecciones de febrero, cuando el gobierno estaba dominado por el principal partido de la derecha parlamentaria, Confederación Española de Derechas Autónomas (CEDA), y a las advertencias procedentes de diferentes sectores políticos y mediáticos (RODRÍGUEZ, 2006, p. 161-162). El Golpe de Estado estaba en boca de todos los que pertenecían a la Intelligentsia española. La II República había experimentado el Golpe de Estado militar de Sanjurjo de 1932 con final feliz para el régimen. Pero 1936 no era 1932. 1932 distaba de un año al advenimiento entusiasta de la República. En cambio, en 1936, el régimen había sido gobernado, entre 1933 y 1936, por sectores al filo del anti republicanismo que lograron sofocar una Revolución en 1934 reprimiendo a miles de personas (Ruiz, 2008). La amnistía a favor de los represaliados del 34 constituyó el principal argumento para la constitución del Frente Popular en España y de su victoria electoral en febrero de 1936. Igualmente fundamentales, en ese corto periodo de tiempo, el encumbramiento al Poder de los autoritarios Hitler y Salazar, respectivamente en Alemania y en el vecino Portugal. Líderes de regímenes lanzados en una dinámica violenta que dio en sus primeros pasos, sus frutos, como arma infalible anticomunista.

En su casa, Casares Quiroga, tenía colgado un retrato de Kerensky que le recordaba que no debiera sucederle lo del dirigente ruso, es decir, ser derrotado por los comunistas.⁵ Muñeca de trapo a la cabeza de un gobierno atacado por unos jefes militares decididos, Casares Quiroga dimitió el 18 de julio. Otro masón lideró la defensa de la República en los primeros días, Diego Martínez Barrio. Como solución, él y otros líderes repu-

⁵ Está sacado del testimonio del socialista y masón Juan-Simeón Vidarte (1978, p. 152).

blicanos, que en bastantes casos compartían afiliación hiramista, no encontraron mejor remedio para abortar el Golpe de Estado que el negociar con los jefes de los sublevados prometiéndoles más orden y un sitio en el Gobierno. Al mismo tiempo negaron el reparto de armas a las organizaciones obreras, las únicas, en ese momento, conscientes de la realidad, hasta que el gobierno se convenció de que no tenía mejor socorro. Esta postura refleja que desde los masones, con curtido peso “simbolista”, no se había imaginado que los discursos pro golpistas, antirrepublicanos y por extensión antimasónicos iban a pasar de la fraseología apocalíptica a su aplicación. Por su lado, la Masonería no difundió ningún comunicado en contra del Golpe de Estado hasta comprobar la ferocidad, tres meses más tarde, con la que se persiguió a sus miembros. Persecución que no sólo se focalizó en lo político sino también en lo masónico como así se difundieron en los discursos y órdenes desde el bando rebelde (MORALES, 1992). En ellos, se presentaban a los masones como unos de los principales enemigos, llevando a cabo, en correlación, la destrucción con saña de sus locales (VILLALABA, 2005). En la transformación del Golpe de Estado en contienda, los sublevados pasaron de la destrucción en las primeras semanas a la conservación de algunos templos, organizando visitas abiertas a la población con el objetivo de ridiculizar a la Orden. En esa situación de clara represión, los dirigentes masónicos recalcaron una vez más que la masonería no hacía política y que respetaría siempre el gobierno del Estado. *Las Constituciones* de Anderson en mano deja claro que la masonería debe respetar al gobierno de la nación sea cual sea su naturaleza -añado- incluso dictatorial. No contaba con la opinión ni la naturaleza de ciertos gobiernos. Sin embargo, a la vista, en las primeras semanas del conflicto, de la realidad extremadamente represiva, las Obediencias tomaron posición a favor del bando del Frente Popular. En ese bando, coincidían varias

importantes personalidades de la Orden como Diego Martínez Barrios, José Giral, Augusto Barcia, Ángel Rizo Bayona etc.

Los franquistas mataron y persiguieron a los anarquistas, socialistas, comunistas, trotskistas, republicanos y a sus simpatizantes y vice-versa en menor medida. Empero, ser masón agravaba lo anterior. Ser masón agravó las condenas en los Tribunales de Guerra. La animadversión incrustada en el odio más profundo en contra de la Institución masónica y de sus miembros fue refrendada con la constitución, al año de finalizada la Guerra Civil, en marzo de 1940, del **Tribunal Especial para la Represión contra la Masonería y el Comunismo**.⁶ Dicho órgano estuvo en funcionamiento hasta 1964. Esta longevidad prueba el arraigado antimasonismo exacerbado del Franquismo, en un país por entonces sin masonería española desde 1939. Miles de condenas, miles de persecuciones, **la humillación pública como arma implacable** contra cualquier persona que hubiera sido masón en algún momento de su vida. Incluso contra los que se desligaron de la Viuda en épocas anteriores a la Guerra Civil. Haber abandonado las filas masónicas permitió, únicamente, reducir la dureza de las penas. No supuso una condición suficiente, en la inmensa mayoría de los casos, para la absolución. La práctica totalidad de los masones españoles que sobrevivieron a la guerra y siguieron en el territorio español pasó por arrestos, investigaciones policiales, interrogatorios inquisitoriales, juicios arbitrarios, incautaciones de sus bienes, destierros, penas de cárcel e inhabilitaciones para trabajar en el sector público y para ocupar alguna responsabilidad en empresa privada. El Franquismo, a través del TERMC, hasta las décadas de los años 60, enjuició y condenó incluso a individuos que habían fallecido con anterioridad a 1936, liberó de sus cárceles a individuos que habían fallecido en ellas, orde-

⁶ La resolución que establece dicho tribunal puede leerse entre otros en Díaz-Plaja (1976, p. 41-43).

nó facilitar informes sobre individuos incluso teniendo anotado en su ficha de seguimiento que habían fallecido.

¿Las fronteras entre Masonería y franquismo, entre masones y franquistas? ¿Quiénes las construyeron u cómo?

Es preciso para determinar los límites que separan a estos elementos exponer unas definiciones de cada uno. He seleccionado, según mi percepción del tema, los aspectos más apropiados para orientar las respuestas a estas interrogaciones. Por lo tanto no se trata de establecer unas definiciones cerradas.

La masonería como concepto plural es una asociación iniciática enraizada en la sociabilidad de la burguesía de corte democrático, creyente tolerante, liberal, patriótica, paternalista con la clase obrera, tolerante con las organizaciones del movimiento obrero sin compartir ni el fin ni los métodos revolucionarios socialistas, comunistas y anarquistas, que ha tomado en la creencia en el GADU y/o en la trilogía de la *Libertad, Igualdad y Fraternidad* su eje filósofo-filantropico-político de actuación individual y colectivo enmarcado en el rechazo de la **violencia**. Nació en una época de Monarquía Absoluta en un reino con uso parlamentario y religión única dominante (Protestantismo), abriendo sus puertas a miembros procedentes de diversas minorías religiosas y políticas, dando cobijo a la fórmula de Libertad de Expresión y ensanchándola. Se instaló en España por una invasión extranjera, por la dictadura bonapartista entendida por ciertos sectores burgueses españoles como el punto de partida de las Luces que reemplazaron o reemplazarían a las Sombras del Antiguo Régimen. Su desarrollo se llevó a cabo en los sectores liberales pasando de un liberalismo a otro, según las épocas, hasta llegar a la II República del siglo XX.

El Franquismo es un movimiento fiel seguidor de un líder, Francisco Franco, militar, católico practicante, intolerante con cualquier otro tipo de creencia religiosa, partidario de un Orden antidemocrático, autoritariamente anticomunista y antimasónico, estrechando y eliminando la Libertad de Expresión por el intermediario de la Censura, respaldado por los sectores burgueses más tradicionalistas, cuyo principal método de consecución de su eje filósofo-filantrópico-político, *Una, Grande y Libre* y *Patria, Religión y Familia*, se asentó en el uso de la **violencia**. Debutó -para resumir- cuando Franco tomó el mando militar del bando rebelde que se sublevó contra el régimen de la II República en julio de 1936. Este fenómeno se consolidó durante la Guerra Civil con la secuenciación de los acontecimientos bélicos y las decisiones tomadas y los avatares vitales de las personalidades más importantes del bando rebelde. Luego, se desarrolló durante la Dictadura “sin fin” de su jefe (1939-1975). El Franquismo no es sólo Franco. Convergieron en él los ideales y los discursos anticomunista, antimasónico y antisemita de los líderes de las corrientes políticas más reaccionarias (Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista, Falange, Renovación Española, Comunión Tradicionalista, CEDA, etc.) que se habían consolidado durante la II República contra la República, influenciando al propio Franco en algunos temas como el antisemitismo que no fue en origen uno de los enfoques preferentes del Caudillo.⁷

La dicotomía entre Masonería y Franquismo, hoy en día, es nítida. Una organización democrática y otra autoritaria, la primera aborrece por principio la violencia, la segunda la integró en su ideario, una tolera la exposición de ideas antiliberales construidas desde el movimiento obrero, la otra ni tolera las liberales ni las del movimiento obrero, compartiendo las dos (Masonería y Franquismo) una base social procedente de la burguesía.

⁷ Sobre la opinión antisemita de Franco asociada a su antimasonismo, véase la investigación realizada por Javier Domínguez Arribas (2009, p. 84-97).

El Franquismo prohibió y persiguió a los que fueron masones durante todo el periodo de la Dictadura. Sólo perdonó el pasado masónico a los familiares del Caudillo. Asimismo, Franco llegó a condecorar a un miembro de la masonería costarricense, partidario del Régimen sin que su pertenencia masónica influyese negativamente (GUZMÁN-STEIN, 2004, p. 1.209-1.272). Y los indicios de una actividad masónica española bajo la Dictadura es prácticamente nula.⁸ Los gobiernos de Gran-Bretaña y de Francia, dos territorios cuna de la sociedad hiramista, reconocieron en febrero de 1939 la legalidad del Gobierno franquista. En abril fue el turno de Estados Unidos. Sucedieron a los reconocimientos tempraneros y obvios de la Alemania de Hitler, de la Italia de Mussolini, de la Rumanía de Carol II, del Portugal de Salazar en Europa y de El Salvador de Hernández Martínez, de la Guatemala de Ubico Castañeda y de la Nicaragua de Somoza y Brenes Jarquín en Latinoamérica, todos ellos, países con regímenes totalitarios. En 1955, la ONU integró en su seno a la España dictatorial, organismo internacional acusado por la Administración franquista de nido de masones donde “se conspiraba contra el orden católico tradicional” que representaba España: *En la ONU y en los Ministerios anglosajones existe un enjambre de agentes de la masonería*.⁹ El país con mayor número de masones en el planeta, Estados Unidos, instaló, en suelo español, bases militares donde pudieron los militares masones estadounidenses, si lo deseaban, practicar sus rituales. La entrada en la ONU de España enterró el deseo de los masones españoles exiliados que reclamaban desde hacía años a la Comunidad Internacional la organización de una *Convención contra el Genocidio* de los masones españoles (ANDRÉS, 2004, p. 1.368-1.369). Pe-

⁸ Indicios muy escasos se encontraron en la correspondencia conservada en el archivo de José Maldonado, véase Andrés, “**El archivo masónico de José Maldonado, último Presidente de la República en el exilio**”, *Ibidem*, p. 1370-1371.

⁹ Esto es sólo un ejemplo: *Voluntad*, 05-XI-1949, p. 6.

se a estos ejemplos de contadas y supuestas cordialidades entre franquismo y “masonería”, excepcionales, producto del oportunismo político, Franquismo y Franco coincidieron en la obsesión antimasonónica, correspondiente a la visión de que el Poder, vía elecciones o no, se adquiere siempre por la conspiración. **Si ellos conspiraban dentro de un conglomerado católico, apostólico y romano-anticomunista, sus enemigos lo debían de hacer en el masónico-comunista** o judeo-masónico-comunista como vulgarmente se ha mencionado. El pre franquismo tenía ya claro su antimasonismo, heredero del último cuarto del siglo XIX, época de mayor confrontación pública entre masones y sus detractores ultramontanos. En resumidas cuentas, cuando el Golpe de Estado se convirtió en Guerra Civil, la mayoría de los jefes rebeldes eran anti masones convencidos. Durante la II República, el mundillo de la política y del Ejército conocía a la perfección quién era quién. Así pues, en 1935, una proposición de ley que pretendía prohibir a los militares su participación en asociaciones políticas, sindicales y “secretas”, con mención enfática a la masonería, había sido durante semanas un asunto publicitado en los grandes medios de comunicación de la época. Por otros derroteros, durante todo ese año prodigaron en la prensa las actas de los Tribunales de Guerra que juzgaban a los revolucionarios que habían participado en la Revolución de octubre de 1934. Durante estos juicios, la argumentación del discurso anti-masónico, el del contubernio judeo-masónico-comunista, pasó, para sus seguidores a probarse porque en esa Revolución, de forma individual y en ínfima minoría, se encontraban masones que se habían involucrado en su desarrollo. **Si antes, sin prueba alguna, durante décadas y décadas, ya estaban convencidos del contubernio, la Revolución de Octubre confirmaba, para ellos, todas sus teorías.** El Gobierno encargó el aplastamiento de la Revolución de Octubre a Franco quien ordenó a un militar que era masón, Eduardo López de Ochoa y Portuondo, aplicar

sobre el terreno las operaciones militares, la rendición y la represión. La “mayoría” decía anteriormente, pues, algunos de esos jefes golpistas de 1936 eran o fueron masones con una presencia de cierta envergadura en el seno de esta sociedad.¹⁰ No fueron pocos los militares rebeldes con esa misma condición.¹¹ Estos mismos, una vez hecho el trabajo sucio, fueron perseguidos de alguna u otra forma por esa adhesión asociativa. Incluso se persiguió, con el pretexto antimasonónico a militares falsamente acusados de masones tan importantes para la victoria de Franco como el Coronel Aranda. Este militar supo traicionar a los dirigentes frente populistas y resistir al asedio de las fuerzas republicanas en Asturias, impidiendo que esas fuerzas, temidas por haber organizado la Revolución de Octubre de 1934, comparada, según los enfoques, histórica, heroica y románticamente a la Comuna de París de 1871, pudieran ayudar en otros frentes.

El antimasonismo formó parte del discurso habitual de Franco y de la casi totalidad de los órganos mediáticos del Régimen desde el principio de la conquista rebelde que inició la Guerra Civil española hasta la muerte del Dictador. Aquí discurso y persecución se complementaban.

¿Y los masones y los franquistas? ¿La masonería, en la formación difundida por el Simbolismo, preparó a los masones

¹⁰ Para los ejemplos de Miguel Cabanellas y Ferrer, Eduardo López de Ochoa y Portuondo véase las elocuentes reseñas biográficas publicadas por el profesor Manuel de Paz de Sánchez (2004), respectivamente, p. 84-86 y 248-250. El ejemplo de Cabanellas ostentosamente masón y pieza clave del posterior éxito del Franquismo llevó al líder del ala moderada del Partido Socialista Obrero Español (PSOE), Indalecio Prieto, a concluir precipitadamente en el exilio, el 25 de abril de 1953, que *Franco ha dividido a los masones en dos castas, castigando a los leales a la república y premiando a los que la traicionaron.[...] No ha repudiado ni repudia a todos los masones*. No fue así, aunque las excepciones confirmen la regla. También persiguió a los masones que lucharon a su favor, demostrando el nivel represivo del Franquismo.

¹¹ *Ibidem*, p. 6. El autor contabilizó a casi dos centenares de militares masones que lucharon a favor del bando sublevado.

a ser antifranquistas? No se nace masón ni se nace franquista. ¿Cuándo un iniciado a la masonería, cuándo un franquista son conscientes que están en el sitio que corresponde a sus ideales?

Tras el derrumbe de la organización masónica en la época finisecular del siglo XIX, importantes masones responsables de la regeneración de la masonería a principios del siglo XX han ido durante la II República acercando posturas hacia los partidos políticos de la derecha parlamentaria. Fueron los casos, por ejemplo, de Alejandro Lerroux, presidente del Gobierno antes y después de la victoria electoral de la coalición de derechas liderada por la CEDA, y de Melquíades Álvarez, figura fundamental del Reformismo asturiano y partícipe de esa misma coalición. Melquíades sería asesinado en Madrid a principios de la Guerra Civil por elementos republicanos. En Asturias, a raíz de las elecciones de 1933, los dirigentes de la masonería regional (el Gran Maestro militaba en el PSOE y el Gran Secretario en Izquierda Republicana) expulsaron a los miembros que habían votado a favor de dicha coalición. Con esta postura intolerante, depuraron la organización de los afiliados que se habían comprometido con la Masonería, levantado y organizado la Orden en Asturias entre 1911 y 1933. Esta situación no salvó a estos expulsados de caer en la maquinaria represiva franquista, aunque llegasen a pensarlo. El nuevo Régimen con el que colaboraron o simpatizaron durante la Guerra Civil les rebajó, finalizada la contienda, al mismo plano que el de los enemigos declarados, es decir, al banco de los acusados. Así pues, tuvieron que redactar, presentar y firmar una retractación pública, impuesta por el Gobierno franquista, abjurando de haber pertenecido a la masonería.

Los masones de la II República y de épocas anteriores del siglo XX procedían y evolucionaron políticamente en diferentes movimientos políticos. Salvo el PSOE, las organizaciones políticas se disolvían y se transformaban según los aconteci-

mientos históricos del Reino de Alfonso XIII y de los acontecimientos internacionales.¹² La II República representó un nuevo régimen y dio lugar a las fundaciones y refundaciones políticas impuestas por la novedad. Los masones optaron por diferentes organizaciones sin que apostasen por una sola. No obstante, la dirección de las masonerías españolas a nivel nacional pasaron a manos de republicanos de la izquierda parlamentaria. En ese momento, **entre 1931 y 1936**, una mayoría de masones y los profanos que convergieron en el Franquismo tenían **un punto en común: mantener alejada la amenaza del comunismo cuya revolución bolchevique de 1917 inyectó el miedo a la desaparición real de la propiedad privada**. Durante la II República, esa que masones y franquistas reivindicaban como masónica, se llevó a cabo, por parte del Gobierno de Azaña, el “masón de un día” (BENIMELI, 2007, p. 193-206), en enero de 1933, en el pueblo andaluz de Casas Viejas, los asesinatos de unos campesinos anarcosindicalistas en Huelga General. En ese preciso momento, diferentes órganos del GOE intercambiaron informes e impresiones sobre masones pertenecientes a la anarcosindicalista Confederación Nacional del Trabajo (CNT), juzgando si era conveniente mantenerles adscritos o no a la Obediencia (ANDRÉS, 2004). Tras la Revolución de Octubre de 1934, el GOE condenó oficialmente a la revolución y mandó expulsar a todo aquel que hubiera participado en el bando insurrecto, aunque no conste en documentación que dicha orden se haya llevado a efectos prácticos de forma exhaustiva. En Asturias, por ejemplo, se aprovechó para actualizar el estado real de la afiliación, dando de baja a unos cincuenta miembros, sin que se haya podido averiguar si lo fueron por su participación revolucionaria, por haber votado, a finales de 1933, a favor de la coalición de la derecha parlamentaria o por no haber cotizado. Asimismo, la masonería

¹² Ver esquema de los partidos políticos españoles del siglo XIX y XX en Junco (2005, p. 98-101).

condenó la represión y ayudó, en la medida de sus posibilidades, en algunos casos, a los represaliados.

Masones ocuparon puestos claves en los Gobiernos de la II República (Alejandro Lerroux, Casares Quiroga, Martínez Barrio) y también en la Historia e identidad de la masonería española. Principalmente, se encontraron en los puestos fundamentales del gobierno cuando estalló el Golpe de Estado, planteando alternativas pacíficas a sus muy conocidos sublevados. “Conocidos” porque compartieron todos ellos, aunque en la distancia política, el tolerante intercambio de ideas durante las décadas anteriores. Así pues, quien estableció las fronteras entre Masonería y Franquismo fue exclusivamente el Franquismo. Este movimiento juró muerte a la incrédula masonería y en este sentido actuó.

Anti masonería franquista en Asturias a través del diario falangista *Voluntad*

Los medios de comunicación afines al ultramontanismo difundieron que la masonería había organizado la Revolución de Octubre de 1934 que, en Asturias, duró 13 días y le dio su repercusión revolucionaria. Durante esos días, los líderes del movimiento obrero organizaron, al mismo tiempo que lucharon contra las fuerzas militares del Gobierno “medio republicano”¹³ (CEDA) que había salido victorioso en 1933 de las primeras elecciones en las que las mujeres pudieron votar, la vida cotidiana a su manera. Sírvese para ilustrar que el discurso y la cruzada antimasónica del complot judeo-masónico-comunista, a partir

¹³ Gobierno acusado por las organizaciones obreras y republicanas de izquierda de antirrepublicanismo, pero dentro de la República. Sus dirigentes empleaban la fórmula de “rectificar la República”.

de 1936 en Asturias, encontraría un terreno abonado. La Guerra Civil en Asturias -para resumir- “terminó” el 21 de octubre de 1937 con la entrada victoriosa de las tropas franquistas en la gran ciudad industrialo-portuaria de Gijón, provocando el derumbamiento del llamado Frente Norte. Gijón albergaba la sede de la Gran Logia Regional del Noroeste de España del Grande Oriente Español (GOE).¹⁴ En su templo, incautado por el bando nacional, desarrolló sus actividades, entre otras, la importante logia *Jovellanos* que llegó a concentrar, a principios de la década de los años treinta, a más de un centenar de miembros sobre un total regional de alrededor de 250. Fue el motor de la masonería asturiana del primer tercio del siglo XX.

A los pocos días de reorganizar la cotidianidad al estilo nacional-sindicalista, los rebeldes vencedores fundaron el diario *Voluntad*, cuyo encabezado precisaba que pertenecía a Falange Española Tradicionalista de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (FET-JONS). Publicado por primera vez el 3 de noviembre de 1937 finalizó su vida el 31 de agosto de 1975, unos meses antes del fallecimiento del Dictador. No he podido, por el momento, consultar los números correspondientes a los meses de noviembre y diciembre de 1937 que muy probablemente alberguen informaciones valiosas respecto a la represión de la masonería. Sin embargo, gracias a los ejemplares disponibles para los investigadores, es posible calibrar el antimasonismo franquista en una región como la de Asturias.

A lo largo de toda la época dictatorial, el diario se ocupó de transmitir opiniones y en algunos casos informaciones en contra de la masonería y de los masones. **En un país sin masonería, por extensión sin masones, el discurso antimasónico no desapareció sino que formó parte del discurso general del Régimen** que, entre otras estrategias de supervivencia, basaba su

¹⁴ Desde 1923, el GOE había dividido el territorio español masónico en varias Grandes Logias.

propaganda en el miedo, de ahí que no debiera desaparecer. Así pues, las menciones antimasónicas venían a recordar y a mantener alerta sobre el peligro que ya no existía.

Es curioso detectar que la Redacción no se encargó de personalizar el discurso a la masonería y a los masones asturianos sino a la masonería en general, a nivel nacional e internacional. En este sentido, los números de 1937 cobrarían su importancia con la esperanza de aguardar esa personalización. A lo largo de todo el periodo, el espectro masónico aparece con las expresiones *las logias*, *la masonería*, *Gran Oriente*, junto en alguna ocasión con *sinagoga*, *judaico*, *bolchevique*, *marxista* en el cuerpo de artículos, de forma esporádica, dedicados a justificar el Golpe de Estado, las medidas franquistas y en artículos consagrados a las relaciones internacionales de España. Estas expresiones completan el dibujo franquista de “fortaleza asediada” por las fuerzas del mal *antiespañolas*, *anticatólicas*, además de pretender disipar las dudas sobre las posibles sospechas de la realidad de los ataques descritos. El primer apunte importante sobre masonería apareció en julio de 1938. El periodista, armado del análisis franquista del comentario de texto, repasó el contenido de un folleto publicado el año anterior por el Gran Maestre Adjunto del Grande Oriente Español.¹⁵ En dicho documento, el autor entonó un mea culpa en nombre de la masonería, hecho excepcional en el seno de las Obediencias en toda la Historia. Se lamentaba de la actitud utópica y endeble de su organización frente a la realidad política y social del país. Valoró negativamente que la masonería española no se hubiera comprometido desde un principio con el bando gubernamental republicano. Por su lado, el autor falangista publicado en dos tandas por *Voluntad*, Pedro Gómez Aparicio, un referente del periodismo español de aquella época, tituló el artículo, con “La Masonería ha hablado”.

¹⁵ El original folleto era el publicado por Ceferino González Castro-Verde (1937).

En él, utilizó la argumentación del representante de los hermanos tres puntos como prueba fehaciente de que los principales mandos del Ejército estaban en manos de los masones¹⁶. Unos días más tarde, salió en portada el típico “Comunismo y Masonería” donde se comparaba el primer ente a la rabia y el segundo al perro, concluyendo que para eliminar la rabia había que *matar al perro*¹⁷. Diferentes autores falangistas reflexionaron durante la posguerra sobre las diferencias entre comunismo y masonería para saber quién fue primero, quién utiliza a quién, cómo se repartieron sus funciones. En este sentido, por ejemplo se puede leer que *la masonería conduce minorías, el comunismo [...] puede arrastrar masas*¹⁸. Incluso la Redacción se permitió disertar y matizar la comprensión antimasonónica franquista expuesta por uno de los importantes periódicos nacionales de la época, *El Español* (ARRIBAS, 2009, p. 344-350), cuando este último publicó una falsa plancha de carácter subversivo interceptada por una de las secciones más rocambolescas de los servicios de espionaje franquistas¹⁹. El matiz residía en interpretar que el co-

¹⁶ *Voluntad*, 22-VII-1938, p. 4 y 23-VII-1938, p. 4.

¹⁷ *Ibidem*, 05-VIII-1938, p. 1.

¹⁸ *Ibidem*, 06-II-1958, p. 12. El artículo “La subversión tiene dos cabezas” fue publicado en el principal diario franquista nacional, *Arriba*. Esta misma temática fue tratada en otros números : 21-VI-1959, p. 3; 16-V-1961, p. 15.

¹⁹ *Ibidem*, 11-II-1943, p. 1. Este artículo, “la Masonería aterrada de su obra”, ocupaba media página y estaba dividido en tres partes. La primera columna (primera parte) explicaba las principales características de la plancha reproducida en las siguientes dos columnas (segunda parte) y en la cuarta columna expuso las 9 claves antimasonónicas (tercera parte) que ayudarían a comprender que masonería era sinónimo de traición. La plancha estaba firmada en Lisboa el 17 de noviembre de 1942 por Magalhaes, *Gran Maestro* de una *Confederación Provisional*. Iba dirigida al Grande Oriente Español. En ella, se especificaba que no querían a una España ni a una Francia comunista ni totalitarias sino a una Francia y una *Iberia* democráticas. Unos meses más tarde, un artículo sobre política nacional volvió sobre este asunto : 31-X-1943, p. 5. Una de las principales novedades a la Historia antimasonónica franquista aportadas por la investigación de Javier Domínguez Arribas (2009, p. 123-154) concierne la historia del servicio de espionaje APIS. Esta sección mayoritariamente femenina llevó

munismo y la masonería eran lo mismo de ahí que no buscasen a engañarse el uno al otro como lo dejaba entrever *El Español*. Este prolífico tema fue objeto al menos de una conferencia por parte del sector católico gijonés²⁰. Puestos a disertar, llegaron incluso, en la década de los cincuenta, a hacerlo sobre las diferencias entre *cine católico* y *cine masónico*²¹. Volviendo a agosto de 1938, el franquista Carlos C. Jovellanos afirmó que la masonería había instigado los ataques contra los templos católicos durante todo el periodo republicano²². En ese mismo número, el medio franquista afirmó que el *contubernio judaico-masónico-marxista* había tomado la decisión de provocar la guerra contra el gobierno italiano y destacó en un cuadro la consigna siguiente: *Todo masón es un traidor a la Patria*²³. Igualmente, en 1938, *Voluntad* anunció la disolución de las logias en Polonia²⁴ y precisó que, utilizando discursos y alocuciones extraídos supuestamente de ámbitos masónicos, *el 40 por ciento de los judíos es masón*²⁵.

La II República, en especial el Frente Popular, como producto de las maquinaciones masónicas fue otro tema recurrente: enlazados [los dirigentes de las diferentes organizaciones

a cabo una superchería que se prolongó durante casi toda la Dictadura, basada en falsos informes e inventadas planchas interceptadas, tomadas por Verdad Absoluta por Franco. El artículo aquí comentado es una falsa plancha. El único Magalhaes Gran Maestro fue Sebastião de Magalhães Lima que nació en 1851 y murió en 1928 siendo Gran Maestro del Grande Oriente Lusitano Unido desde 1907, es decir que en 1942 llevaba 14 años fallecido. Además ha de recordarse que la masonería estuvo prohibida y perseguida por Salazar desde 1935.

²⁰ Ibidem, 15-III-1946, p. 4: “Interesante conferencia del Rvdo. P. Ángel”, en la que dogmatizó que los ataques contra España eran masónicos-comunistas. 26-XII-1941, p. 2: se anunció la conferencia de Florentino Soria sobre masonería en el Centro de Acción Católica de San Lorenzo.

²¹ Ibidem, 20-VI-1953, p. 7.

²² Ibidem, 21-VIII-1938, p. 14.

²³ Ibidem, p. 17 y p. 24.

²⁴ Ibidem, 03-XII-1938, p. 4; 18-XII-1938, p. 3.

²⁵ Ibidem, 14-IX-1938, p. 8; 15-IX-1938, p. 2.

que conformaban el Frente Popular] *con el amoroso y fraternal abrazo de la masonería*²⁶. El verbo *dictar* o cualquier componente de su familia lexical no faltó en los artículos que exponían la visión franquista de la Historia de España, de la reciente como la del siglo XVIII. Como característica propiamente franquista, el articulista alardeó de los numerosos masones que habían encontrado la muerte por haber luchado con el bando republicano.²⁷

A finales de febrero de 1940, unos días antes del anuncio de la constitución del Tribunal Especial para la Represión de la Masonería y del Comunismo (TERMC),²⁸ *Voluntad* publicó una columna en primera plana sobre “La represión de la Masonería”²⁹. El autor calificó a la masonería de *¡Terrible y tenebrosa secta!*, echándole la culpa de todas las desgracias del resquebrajamiento del católico Poder Absoluto del Antiguo Régimen que finalizó con la II República, la versión política más laica hasta entonces realizada. Franquismo al estado puro:

La religión católica, todo amor y todo desinterés, la condenó [la Masonería] desde que fue notada su violenta reaparición al calor del enciclopedismo deciochesco. [...] No fue aquella una República [1931-1939] de españoles, sino una República de masones.

Completó el cuadro felicitando a la España de los sublevados por haberla aniquilado aunque *todavía hoy es preciso hacer más* porque vive en estado durmiente. Con este artículo, apuntó que para acabar de aplastarla en su totalidad había que despertarla, sacarla de sus escondites. El método: cumplir con las disposiciones antimasonicas tomadas por el Caudillo por el interme-

²⁶ *Ibidem*, 15-I-1947, p. 1 y 4; 05-IV-1961, p. 1; 14-V-1961, p. 11.

²⁷ *Ibidem*, 05-I-1939, p. 5.

²⁸ El periódico anunció su constitución y su disolución. Respectivamente, *Ibidem*, 05-VI-1940, p. 1 y 23-XI-1963, p. 14.

²⁹ *Ibidem*, 28-II-1940, p. 1. El artículo estaba firmado por Luciano Taxonera.

diario del TERMC. La argumentación antimasónica del diario procede de autores y de prensa de difusión nacional. Así por ejemplo, publicó en diferentes periodos de la Dictadura varios artículos que el mismísimo Franco escribió con ayuda de sus fieles y asesores con el seudónimo de Jakin Boor en el periódico *Arriba*, difundidos luego en forma de libro recopilatorio con el título de *Masonería*.³⁰

Como no había ni masonería ni masones en España a la largo de la Dictadura, las informaciones antimasónicas se centraron en el extranjero, permitiendo, por un lado, describir un estado de peligro constante que asechaba contra España, por el otro, confirmar su postura a través de las medidas antimasónicas adoptadas por otros regímenes, acordes por supuesto con el del Franco. En el primer aspecto, se sitúa el seguimiento de los masones españoles exiliados. En este sentido, el diario informó de las condenas que recayeron sobre los masones Diego Martínez Barrio, Augusto Barcia y otros exiliados profanos amalgamados a masones.³¹ A mediados de los cuarenta, la Redacción publicó que Martínez Barrio, la Masonería y Negrín (Jefe del gobierno republicano entre 1937 y 1939 y en el exilio de 1939 a 1945) se habían reunido para organizar la vuelta a España del régimen *pre-soviético de 1936*³². En otras consideraciones, se informaba de reuniones masónicas internacionales.³³ Así, se anunció en 1953 que se había localizado al *Gran Oriente de la Masonería Española*, ubicación sabida desde el fin de la Guerra Civil.³⁴ Otro de los puntos neurálgicos del discurso antimasónico a la hora de resaltar el Españolismo fue la cuestión de Gibraltar. Se

³⁰ Ibidem, 31-III-1942, p. 1; 26-IV-1960, p. 16; 05-V-1960, p. 15; 12-V-1960, p. 12; 26-IX-1962, p. 12.

³¹ Ibidem, 02-X-1941, p. 3.

³² Ibidem, 04-IX-1945, p. 1; 13-XII-1946, p. 4.

³³ Ibidem, 03-X-1948, p. 1; 09-X-1959, p. 9.

³⁴ Ibidem, 17-III-1953, p. 2.

culpó a la masonería tanto de la pérdida como de la falta de reconquista del famoso Peñón, cuestión considerada clave para delimitar el patriotismo “propio” del Franquismo y el anti españolismo “propio” de la Masonería.³⁵

En el segundo aspecto, el periódico indicó que Woodrow Wilson³⁶ había cumplido en la I Guerra Mundial las órdenes del Gran Oriente de Francia,³⁷ que el Gobierno de Siria había disuelto la masonería en su territorio,³⁸ hecho que más tarde imitaría el de Guatemala. En este último territorio, la disolución se practicó porque la Orden estaba *llena de comunistas*, consecuencia del primer lustro de los años cuarenta en cuyo país fue dirigido por un *gobierno masónico-comunista*.³⁹ Una revolución en Bolivia, una en Venezuela, todos los movimientos con perfiles socialistas, laicos, que se sucedieron en suelo latinoamericano, y el elemento masónico se erigía en protagonista:

[...] filtración masónica en los medios gubernamentales, leyes laicas y persecuciones de la Iglesia, crear un estado de subversión de la conciencia católica, aliarse con las fuerzas de choque comunistas [...]⁴⁰

Contradiendo parte del planteamiento del complot judeo-masónico-comunista, se informó de la prohibición de la Viuda en Cuba tras la llegada al Poder de Fidel Castro,⁴¹ solventado la paradoja con los típicos malabarismos dialécticos de la an-

³⁵ “Gibraltar no se reconquistó por las influencias de la Masonería”: Ibidem, 14-III-1940, p. 3. “En el aniversario de la ocupación de Gibraltar por los ingleses”, 05-VIII-1955, p. 4.

³⁶ Véase sobre el elogio masónico a la figura de Woodrow Wilson, el apunte publicado en Andrés (2009).

³⁷ Ibidem, 11-IX-1941, p. 3.

³⁸ Ibidem, 07-VI-1941, p. 1.

³⁹ Ibidem, 02-IX-1954, p. 1; 18-XI-1954, p. 1; 26-VIII-1945, p. 1.

⁴⁰ Ibidem, 23-VII-1950, p. 6; 06-II-1958, p. 12.

⁴¹ Ibidem, 12-05-1960, p. 12 ; 26-IX-1962, p. 12.

ti masonería ultramontana, enfocando la argumentación con la comparación de las disputas entre hermanos gemelos.

En los últimos seguimientos informativos, el diario publicó, 24 años después del final de la Guerra Civil, un artículo titulado “tres anarquistas españoles encarcelados en Francia” donde se apuntaba que la logia *Iberia* estaba encargada de organizar las acciones *antiespañolas*, recaudando los fondos necesarios el tesorero *A. Pérez*. Completaba la información indicando que la masonería española en el exilio pensaba trasladar su sede a Francia.⁴²

Pese a no personalizar las informaciones antimasonónicas al caso asturiano ni gijonés, es posible seguir minimamente algunos aspectos represivos contra los masones astures a través de los artículos que se dedicaron a describir las incautaciones de los bienes de los represaliados, publicados en las secciones correspondientes. Con el tiempo, el control férreo real antimasonónico fue aminorando en el diario. Sólo de esta forma, se entiende que el diario permitiera que antiguos masones, condenados a fuertes penas pudieran publicitar en sus páginas su reconversión empresarial. Fue por ejemplo el caso de los anuncios publicados sobre una empresa de seguros perteneciente a José María Frieria Jacoby, quien fue antiguo Gobernador Civil de Asturias en 1936, encarcelado primero por el bando frente populista y luego por el bando victorioso, víctima de la maquinaria antimasonónica del Franquismo.

Conclusiones

Si el estalinismo utilizó al “trotskista” para eliminar a sus oponentes externos e internos, el franquismo tuvo al “masón”. Nada más fácil para paralizar cualquier crítica interna desde las

⁴² Ibidem, 17-IX-1963, p. 17.

propias filas franquistas que acusar de masón al que molesta. Esa acusación anatematizaba al desleal, dejándolo indefenso. Lógico, pues la masonería obraba según estos anti masones en la sombra, infiltraba y envenenaba hasta las mejores almas. No había defensa alguna sobre todo cuando los dirigentes franquistas habían tomado la decisión firme de apartar a ciertos elementos.

Franquistas masones los hubo, aunque mucho menos que masones republicanos. Sin embargo, se encontraron rápidamente con una realidad que no consiguieron percibir en su adhesión al *Alzamiento Nacional* contra la República: **lucharon a favor de su enemigo**. Compartieron el miedo al comunismo, pensando que era más importante que el haberse iniciado en algún momento de su vida a la masonería, sabedores como no podía ser de otra forma que ni complot judeo-masónico ni masónico-comunista ni nada que se le parezca en las logias. Los postulados de la Masonería y del Franquismo no fueron lo suficientemente claros para ciertos de sus miembros que se tambalearon entre los dos fenómenos. Al igual que no todos los que se sublevaron, luego, adhirieron al cien por cien al franquismo, no todos los masones defendieron al bando republicano.

Tener a un masón en la familia fue en muchos ejemplos una deshonra, en otros menores un honor, que pervivió incluso terminada la Transición Democrática española de finales de siglo XX, ilustrando el primer caso el alcance del nivel represivo antimasónico del Franquismo.

Por su lado, los masones lanzaron, durante la II República, de forma irresponsable, aceite en el fuego antimasónico tradicional español a través de envíos de cartas a los dirigentes políticos y militares españoles, proclamas y discursos en los que se otorgaban, a posteriori de los acontecimientos, los logros del Advenimiento de la República, del Gobierno y del Ejército. Esas declaraciones, esa fácil palabrería, fueron utilizadas por los an-

timasones que derivaron hacia el Franquismo como pruebas que corroboraban sus teorías.

La formación inculcada en las logias y en las actuaciones oficiales de las Obediencias en el mundo profano o podríamos decir “Humanidad”, a través del sacro-santo y venerado trabajo propio del Simbolismo, incapacitó a sus cuadros dirigentes a prever y a defenderse del Franquismo. ¿Podríamos extender esta conclusión, a la espera de estudios sobre la cuestión, a los demás países que sucumbieron a regímenes de tipo “fascista”? Así pues, fue el Franquismo a través del Estado Dictatorial quien estableció los límites entre él y la Masonería.

Referencias

ANDRÉS, Y. P. Apuntes para el origen del galimatías de la Masonería y de los masones españoles de la II República (1931-1939), revista digital **Claseshistoria**, 23 mayo 2009.

_____. **La masonería en Asturias en los años 30. República y Guerra Civil (1931-1939)**, Departamento de Historia Contemporánea de la Universidad de Oviedo, 2004.

_____. **El archivo masónico de José Maldonado, último Presidente de la República en el exilio**, Ibidem, p. 1.370-1.371.

ARRIBAS, J. D. **El enemigo judeo-masónico en la propaganda franquista (1936-1945)**, Marcial Pons Historia, Madrid, 2009.

BENIMELI, J. F. **El contubernio judeo-masónico-comunista**, Istmo, Madrid, 1982.

_____. **Jefes de gobierno masones. España 1868-1936**, La esfera de los libros, Madrid, 2007.

_____. **Masonería y periodismo en la España**

contemporánea, Universidad de Zaragoza, Zaragoza, 1993.

CASTRO-VERDE, C. G. **La Franc-Masonería universal frente a la gran tragedia española**, Publicación nº 1 – Biblioteca “Irma”, Salto (Uruguay), 1937.

DÍAZ-PLAJA, F. **La España franquista en sus documentos**, Plaza y Janés, Barcelona, 1976.

GUZMÁN-STEIN, M. **De cómo el Generalísimo Francisco Franco Bahamonde, jefe del estado español, otorgó la orden de Caballero de Isabel la Católica a un masón gallego que fue dos veces Gran Maestro de la Gran Logia de Costa Rica (masonería y guerra civil en Costa Rica)**, en José Antonio Ferrer Benimeli, **La masonería en Madrid y en España del siglo XVIII al XXI**, Vol. 2, 2004, p. 1209-1272.

JUNCO, J. Á. **Alejandro Lerroux. El Emperador del Paralelo**, Síntesis, Madrid, 2005.

LÓPEZ, F. M. **Masones, republicanos y librepensadores en la Almería contemporánea (1868-1945)**, editorial Corduba, Almería, 2010.

MORALES, J. J. **La publicación de la Ley de represión de la masonería en la España de postguerra**, Institución Fernando el Católico, Zaragoza, 1992.

RODRÍGUEZ, J. P. **Rebelión militar y represión franquista en Galicia**, **Studia Historica. Historia contemporánea**, n. 24, 2006, p. 161-162.

RUIZ, D. **Octubre de 1934. Revolución en la República**, Síntesis, Madrid, 2008.

RUIZ, J. J. M. **La publicación de la Ley de Represión de la Masonería en la España de postguerra**, Instituto Fernando el Católico, Zaragoza, 1992.

SÁNCHEZ, M. P. **Militares masones de España**, Fundación Instituto de Historia Social, Valencia, 2004.

VIDARTE, J. **El Bienio Negro y la Insurrección de Asturias**, Grijalbo, Barcelona, 1978.

VILLALBA, J. O. **La masonería y su persecución en España**, Ayuntamiento de Sevilla, Sevilla, 2005.

A ANL E O ANTICOMUNISMO DA IMPRENSA BAIANA

*Cristiano Cruz Alves**

O crescimento do PCB no início da década de 1930, com a adesão de Luís Carlos Prestes e a formação da ANL, transformou o comunismo, na visão das elites, em perigo real. Nas palavras de Rodrigo Pato Sá Motta,

Em determinados períodos a presença do anticomunismo foi fraca, quase residual. Mas houve radicalização do fenômeno em algumas conjunturas históricas, sempre ligadas a fases de crescimento da influência do PCB, em particular, e da esquerda, em geral (MOTTA, 2002, p. XXII).

Antes dos Levantes de 1935 já havia, no interior de alguns grupos, a percepção do comunismo como uma séria ameaça à ordem. Em 1935 o terreno propagandístico e o imaginário já estavam prontos (MOTA, 2002, p. 13). A “Intentona Comunista”

* Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da rede estadual de ensino da Bahia e da rede UNEB de formação de professores em pedagogia das séries iniciais.

acrescentou um elemento à miríade de armas do anticomunismo: a invasão estrangeira. A partir dos Levantes, foram criadas as bases de uma sólida tradição anticomunista, reproduzida pela ação do Estado, de organismos sociais e de indivíduos, o que consolidou um conjunto de representações e um imaginário acerca do comunismo.

Contudo, antes da consolidação deste imaginário, como parte inerente ao discurso do Estado e de setores conservadores, a formação da ANL e a sua expansão foram bases para a articulação de estratégias e argumentos até certo ponto inovadores. Assim, percorremos o caminho da formação da ANL na Bahia e o discurso que segue pós-Levantes até o golpe do Estado Novo, quando se encerra uma fase do anticomunismo com o fechamento do Estado para quaisquer organizações políticas.

1. A formação da ANL

A temperatura política aumentou em 1934, com a volta da normalidade constitucional e a oposição entre forças de esquerda e de direita. Ambos geraram um ambiente propício para a radicalização da militância política, acrescido do desgaste do governo Vargas e das conspirações regionais e nos meios militares.

As greves entre abril e dezembro daquele ano possibilitaram o crescimento da influência comunista. Além dos movimentos paredistas, o governo Vargas preocupava-se também com a possível influência do comunismo nas Forças Armadas.

A abertura política que seguiu o retorno da legalidade constitucional possibilitou manifestações de protesto e reivindicação na Bahia, conquanto o governo Vargas não tenha conseguido suprir as demandas reprimidas por anos, tampouco o então gover-

nador Juraci Magalhães. As greves de 1934 na Bahia ocorreram justamente no período entre a promulgação da carta constitucional e a decretação de Estado de Sítio, em Dezembro de 1935.

Apesar de seu teor pacífico, estas greves terminaram sob repressão policial, demonstrando uma continuidade dos recursos de força utilizados pelo Estado para resolver os problemas sociais apresentados. Duas delas, a da Cia Ferroviária Leste e da Cia Linha Circular Elétrica da Bahia, apresentavam reivindicações semelhantes às de 1919, mostrando a condição de vida do operariado inalterada em mais de uma década (SAMPAIO, 1982, p. 102).

Além disso, as duas greves provam inequivocamente que o mito da passividade do operariado baiano é uma falácia, pois com as manifestações paredistas demonstraram que “o operariado tinha consciência que era sobre-explorado, de que vivia em condições subumanas, de que era vítima de profundas desigualdades sociais” (SAMPAIO, 1982, p. 105).

Essa digressão que fizemos antes de nos debruçarmos sobre o processo de formação da ANL propriamente dito, exemplifica por meio da exposição de alguns momentos de rebeldia que de certa maneira sedimentaram as condições objetivas e subjetivas para a formação da ANL no Brasil e na Bahia, bem como o seu crescimento.

Após divergências entre a Liga Comunista Internacional dos trotskistas Aristides Lobo e Mário Pedrosa e o PCB, relacionadas à liderança da FUA (Frente única antifascista), ocorreu o distanciamento definitivo entre ambos. Orientado pelo comitê central do PCB, o partido em São Paulo rompe radicalmente com a FUA e inicia violenta campanha contra a organização, com o objetivo de esvaziá-la e tomar para si a hegemonia do movimento antifascista e anti-integralista. A saída definitiva dos pecebistas da FUA antecipou a extinção antecipada da frente, após o último comício,

realizado em conjunto no dia 25 de janeiro de 1934.

No segundo semestre de 1934, os comunistas organizaram grupos de combate ao fascismo e manifestações antifascistas, gerando conflitos com integralistas e fascistas. Para Motta (2002), da mesma forma que o Integralismo se beneficiou do anticomunismo para se expandir, o PCB também se valeu do antifascismo para atrair novos adeptos. Embora isto seja plenamente válido, principalmente se pensarmos que o período em foco é a década de 1930 – tempo de radicalização política –, o anticomunismo já fazia parte do imaginário político da sociedade brasileira. Em outras palavras, se avaliarmos qualitativamente, a corrente política que mais se beneficiou da ojeriza ao seu opositor foi o integralismo.

Os conflitos na Bahia entre forças de esquerda e de direita se apresentaram de maneira esparsa em 1933/1934, mas em 1935 foram mais intensos. Aliás, o termo “extremismo” ou “extremista” era usado para o comunismo ou integralismo ou apenas para o primeiro, o que demonstrava maior animosidade para com a “doutrina vermelha”. Em artigo publicado no seu jornal, Altamirando Requião elogiou as atitudes de combate ao “extremismo”, empreendidas pelo General João Gomes e pelo chefe de polícia do Rio, o capitão Filinto Muller, destacando o comunismo:

A acção bem energica e bem orientada do General se ajusta e se completa com a do capitão. Educados na mesma escola de obediência aos princípios fundamentais da hierarquia, eles se entendem perfeitamente, como Ministro da Guerra e como Chefe de Polícia, para não consentir, nem ao menos por omissão, que perdure, por mais tempo, esse ambiente sombrio, de receio, de inquietação e de ameaças, creado, criminosamente, por uma turba de maus brasileiros, para cujas mãos se canalizar alguns pacotes dos rublos

de Moscou. E, dahi, a campanha extintofa, verdadeira campanha nacionalista que, neste momento está sendo empreendida, com êxito previsto e seguro, nem só na capital da República, ponto central das **atividades extremistas**, assim também nos Estados, onde os respectivos governos, te hontem indiferentes às origens das manifestações grevistas, passam a fixar melhor as causas determinantes, de taes perturbações da vida social, ultimamente verificadas, para não permitirem liberdade de actuação aos que se constituem incitadores de crises e patro-no de interesses das classes proletárias.¹

Passou a ser habitual o uso por jornais de termos como extremismo e terrorismo. O primeiro era mais usado para designar quaisquer movimentações mais abruptas e radicais que supostamente viessem a abalar a crença na ordem política. Neste sentido, as expressões extremismos e extremistas poderiam designar tanto as atividades dos comunistas como as dos integralistas. Em trabalho intitulado *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*, Maria Helena Rolim Capelato e Maria Lígia Prado chamaram a atenção para a tendência do jornal paulista em combater ambas as ideologias. Sob a ótica do que representava o extremismo para a nacionalidade, a publicação atribuía maior perigo ao comunismo, como demonstra a maior ênfase dada a matérias e artigos naquele periódico (CAPELATO, 1980).

A supremacia do juracisismo compunha outro elemento no quadro político e social na Bahia, além das greves e da indisposição jornalística para com o comunismo. O tenente Juraci Magalhães, que havia ascendido ao governo do Estado como interventor, soube bem como operar com a máquina coronelís-

¹ Ver *Diário de Notícias*, 17-07-1935, p. 1. Foi mantida a grafia original dos excertos jornalísticos.

tica baiana, deixando de lado as pretensões dos revolucionários de 1930. A organização dos chefes políticos baianos, muitos deles líderes em vastas regiões da Bahia, em um partido, o PSD, lhe deu força suficiente para eleger a maioria dos deputados estaduais que sufragariam o seu nome para governador do Estado nas eleições indiretas.

Por motivos pessoais – ligações afetivas que mantinha com alguns dos membros da ANL baiana – Juraci Magalhães foi considerado tolerante em permitir a ação livre dos membros daquela organização. Contudo, se por um lado Magalhães tinha ex-companheiros da Revolução de 30 na ANL, incluindo um irmão, Eliezer Magalhães, por outro lado ele repulsava a ANL como parte da rejeição ao comunismo. Dizia Magalhães que,

jamaís poderia o comunismo sobre mim exercer qualquer sedução, a tanto se oporiam inabaláveis a acendrada confiança na eternidade de minha grande Pátria, a solidez da minha Fé e a doce tranquilidade de minha vida familiar (CARVALHO, 2005, p. 120).

O autoritarismo de Juraci Magalhães se expressava de maneira dura e ao mesmo tempo híbrida, ou seja, se delineava segundo as circunstâncias, como no episódio da Faculdade de Medicina, quando algumas dezenas de pessoas foram presas por ocasião de uma reunião que faziam (SAMPAIO, 1992, p. 157). O evento, que seria realizado em oposição ao então interventor Juraci Magalhães e pela reconstitucionalização, em certo sentido mostra que seu alvo era a oposição em geral ao seu governo.

Em meio às hostilidades do governo estadual de Juraci Magalhães, que repudiava o comunismo ou qualquer outra organização que se opunha ao governo varguista e ao seu próprio, a inquietação social na Bahia continuava através das manifestações grevistas. É neste momento que a ANL é fundada.

A fundação da ANL foi precedida por uma evolução políti-

ca de organizações que tinham por cunho combater o fascismo e a sua congênere brasileira, o integralismo. Em Setembro de 1934 surgiu no Rio de Janeiro o Comitê Popular de Investigação. Neste momento os encontros entre fascistas e antifascistas, sejam comunistas ou outras forças de esquerda, se intensificavam tanto nas ruas como nos jornais, onde expressavam os posicionamentos através de notícias como “Integralismo *versus* comunismo”².

Parece que o outubro de 1934 foi particularmente repleto destes conflitos, inclusive com a intervenção da polícia, como segue abaixo, em relato de um embate ocorrido na Praça da Sé, em Salvador:

Como providências complementares, a chefatura determinara também a interdição de todos os sindicatos localizados na Praça da Sé, pois circulavam rumores de que em suas respectivas sedes comunistas e socialistas ofereceriam resistências contra a efetivação da parada.

Pouco antes da 16 horas precedidos de uma banda militarizada, apontaram os primeiros pelotões que vinham tomar posição.

[...]

Inopitadamente recrudesceram os gritos de morra o integralismo e ouvem os primeiros disparos.

[...] O grupo de pessoas que se achava a esquina da rua Senador Feijó abriu fogo. A cavalaria colocada no fundo da Praça da Sé também disparou as suas armas. Os moços integralistas se atiraram no chão. Colocaram-se alguns aos degraus da escadaria

² Ver, *Diário da Bahia*, 30-10-1934.

da catedral tomando ali posição de defesa e de revolveres em punho responderam a agressão de que estavam sendo vítimas.³

Como se pode apreender da descrição jornalística, já havia expectativa quanto à provável luta entre integralistas e anti-integralistas, por isso a preocupação da polícia se fazer presente no evento integralista.

Outro ponto que chama a atenção é a denominação de comunistas e socialistas aplicada aos sindicatos localizados na Praça da Sé. Não sabemos se estas correntes eram predominantes nos sindicatos baianos. Entretanto, mesmo que fossem, isso importava pouco na ótica anticomunista da imprensa baiana, visto que o movimento sindical já era associado, nos primeiros tempos ao anarquismo e a partir do final da década de 1920, ao comunismo. Neste sentido, fundamental para o jornalismo era enfatizar a radicalização do integralismo e do comunismo, a partir do entendimento de que os conflitos eram provocados pelos comunistas.

Fato ocorrido na Bahia, o relato da fixação de cartazes por integralistas na porta da Federação dos Sindicatos, mostra um pouco do acirramento político que havia entre operários, integralistas e comunistas:

Os operários que se encontraram nas janellas da sede da federação, desceram e quizeram persuadir aos idealistas que alli não era logar para affixação de boletins, mesmo por que o operariado bahiano não era communista.⁴

Ser ou não ser comunista era ocupar uma posição no imaginário social que levava a ganhos e prejuízos, a depender das circunstâncias a qual estava inserido determinado fato sobre os co-

³ Ver *O Imparcial*, 10-10-1934.

⁴ Ver *Diário da Bahia*, 28-10-1934.

munistas e do receptor da mensagem a que se estava dirigindo. No caso em tela, a denominação de comunista foi sentida como pejorativa na visão dos operários. Contudo, há que se levar em conta a imprensa como instrumento de relativização de papéis, que conta com os mais diversos interesses, produzindo sentidos e elaborando mecanismos de reflexão para o leitor. Portanto, não é plausível crer na veracidade *strictu sensu* da notícia tal como aquilo aconteceu, pois “se percebe que o registro da mídia não é apenas uma mimese do real, uma vez que ela própria está inserida em um contexto de lutas e contradições que a permeiam e, logo, permeiam a sua atividade” (RANGEL, 2004, p. 1).

Os enfrentamentos na rua e nos espaços da imprensa e da política em geral fortaleceram a militância comunista, bem como a formação de uma frente de luta contra o fascismo. Em setembro de 1934 é lançado o Comitê Jurídico Popular de Investigação, que agrupou várias forças anti-imperialistas e anti-integralistas, e que viria a se transformar na ANL.

A publicação do manifesto de março de 1935 marca o início da Aliança Libertadora Nacional. Ela foi lançada num grande comício no Teatro João Caetano no Rio de Janeiro, em 30 de março de 1935, quando da proclamação de Luís Carlos Prestes como Presidente de Honra da ANL. Ela se constituiu em uma frente política ampla antifascista, anti-imperialista e antifeudal, cuja participação do PCB era bastante significativa.

Havia tenentes na organização, mas em alguns aspectos se diferenciavam dos comunistas, que propunham a tomada do poder por um governo popular. Ao contrário, os tenentes pretendiam a renovação dos costumes políticos, num vago moralismo político que pretendiam implantar com o objetivo de reformar o Estado brasileiro.

O programa da ANL era mais amplo que o do PCB. A Aliança pretendia uma união de classes nacionais para combater

o imperialismo e as tendências extremistas de direita do Brasil. Já o PCB, ainda influenciado pelas determinações do *Presidium* da IC, coadunava com a tese adotada em 1929 – “classe contra classe”. Esta diferença significativa para ambos os programas foi importante para o PCB, que passou a se destacar, ganhando maior visibilidade e chamando a atenção dos seus adversários ideológicos.

A frente reunia socialistas, trotskistas, democratas e outros grupos que se dispuseram a erguer as bandeiras propostas. Apesar disto, os anticomunistas sempre viram a ANL como uma organização de “fachada” para a articulação dos “planos” comunistas, como mostra a matéria a seguir publicada no *O Imparcial*:

UM GOLPE NO COMMUNISMO

A nação sobressaltada com as actividades communistas que há cerca de dois meses vinham se exercitando ostensivamente e de maneira agressiva em todo o país, estranhava que o governo se mantivesse na incompreensível attitude de mero expectador dos acontecimentos em que se deixar ficar desde as primeiras demonstrações terroristas que caracterizam aquellas actividades.

[...]

O aparecimento com estardalhaço da Aliança Libertadora Nacional [sic], ao mesmo tempo que desapareciam sorrateiramente como por um milagre o Partido Comunista, os Blocos de Operários e Camponeses, as Juventudes Proletárias, as Frentes Unidas de Estudantes e tantas, tantíssimas outras agremiações marxistas, que funcionavam clandestinamente, mas de cuja existência falava a publicidade de todas ellas, devia ser um indício certo de que era de que grosseira mystifica-

ção que se tratava – uma inhabil manobra para illudir a vigilância policial e os brasileiros de boa fé, com uma simulação do partido nacionalista, que vinha trabalhar pelo Brasil, pela família, pela pátria brasileira, sem preocupação de doutrinas políticas, nem de religiões.⁵

Era evidente que a ANL congregava diversas correntes que tivessem bandeiras nacionalistas e de esquerda, daí por que o logro da sua aceitação. Contudo, por se tratar de uma frente (e nós iremos tratar disso mais adiante) que congregava várias correntes, o anticomunismo assimilou esta característica à luz da imprensa, como uma estratégia “ardilosa” para conseguir mais adeptos. Parte da expansão do combate ao fascismo e ao integralismo deveu-se fundamentalmente à integração com outras correntes, o que não evitaria a radicalização maior entre o PCB e a AIB. A causa disto estava justamente na compreensão de seus opositores de que o PCB utilizava a ANL para expandir suas ideias, e o seu crescimento era, ao mesmo tempo, a diminuição do espaço para setores conservadores e para a extrema-direita. Por isso e não aleatoriamente “o governo tentava identificar a ANL com o PCB, para isolá-la, e combatê-la com maior eficácia” (Vianna, 2003, p. 82). Utilizava-se do imaginário anticomunista presente na sociedade brasileira para se opor ao adversário.

Em larga medida isso foi comum e não é crível que se afirme o monopólio estrutural do anticomunismo oriundo do Estado. Se o anticomunismo permeou todas as esferas de comunicação, tanto estatais como privadas, e serviu a interesses de combate de grupos que não eram propriamente comunistas, como a ANL, o Estado era uma das fontes do anticomunismo. Não a única fonte. Como afirma Carla Luciana Silva, ao analisar fatos marcantes do anticomunismo na história do Brasil, como o Plano Cohen e o Golpe de 1964:

⁵ Ver *O Imparcial*, 11-07-1935, p. 4.

Esses casos são muito conhecidos e repetidos, tanto por pessoas que os consideram acontecimentos injustificáveis e forjadores da realidade histórica, como por aqueles que acreditam que ação governamental esteve certa porque realmente existia ‘perigo à nação’. A aceitação destas explicações acaba supervalorizando o papel do Estado naqueles processos (que também se autopromovia através deles) e se perdia de vista o apoio que amplas camadas da sociedade brasileira deram àquelas atitudes autoritárias (SILVA, 2001, p. 15).

Todavia há que se ressaltar não serem apenas os anticomunistas daquele período ou de outros tempos a considerar a ANL uma espécie de disfarce para que as ações dos comunistas pudessem se fazer sentir de maneira mais eficaz pela população e assim cumprir seus objetivos. Uma parte da historiografia ainda reproduz um quadro de estruturação da ANL a partir do PCB e do seu suposto papel dirigente naquela organização, algo totalmente contraposto a uma tendência historiográfica em particular que analisa criticamente o discurso dos vencedores.⁶

Na visão de Levine,

...o Komintern (a III Internacional) operava de Montevideú, manipulando a ANL e usando-a como disfarce para as operações clandestinas. Informado pelas instruções de Moscou de que a América Latina estava madura para uma revolução, o Komintern planejou insurreições no Chile, Argentina, Uruguai e Peru, assim como no Brasil (LEVINE, 2001, p. 69).

As manipulações supostamente realizadas pelo PCB com o objetivo de realizar insurreições no Brasil a mando do Komintern fizeram parte da formação de uma retórica anticomunista.

⁶ Refiro-me particularmente a duas obras que, a meu ver, compõe esta seção historiográfica: De Decca (2004) e Tronca (1993).

Sob esta ótica, o PCB controlava a ANL, o que se constitui num argumento anticomunista bastante forte, originado na animosidade à União Soviética, uma vez que sua ligação com a IC comprovaria o seu caráter antinacionalista.

Proporcionalmente à expansão da ANL vinha consigo uma intensificação da propaganda anticomunista, notadamente a partir do seu fechamento, em julho de 1935. A expansão que a ANL conheceu desde sua fundação até o encerramento das suas atividades se deu dentre outros motivos a uma mudança de rumos que os comunistas experimentaram, em desobediência clara às diretrizes da Internacional Comunista, doravante IC, traçadas no VI Congresso em 1928, a chamada política de “classe contra classe”, como afirma Marly Vianna:

Com o acirramento das lutas antifascistas e anti-integralistas, em especial, a partir de 1934, embora a direção do PCB continuasse a repetir a palavra de ordem da Internacional Comunista por um governo de soviets, seus militantes na prática, desobedeciam a tais diretivas, pois, em conjunto com outras forças, participavam das lutas de rua contra os integralistas (VIANNA, 2003, p. 74).

Outra razão para a expansão da ANL foi a liderança de Prestes, que havia sido aclamado como presidente de honra da organização. Cerca de um ano antes da reunião no teatro João Caetano, no Rio, Prestes havia ingressado no PCB por intermédio do Komintern, que interferiu decisivamente para que o capitão da famosa Coluna pudesse alavancar o movimento comunista no Brasil. A pretensão primordial era o ganho popular que isso poderia ter e a sedução que se faria em relação aos antigos companheiros do capitão Luís Carlos Prestes.

Todavia, não foi apenas Prestes que beneficiou a ANL com o empréstimo de seu nome para as fileiras da organização. A

própria ANL foi importante para o PCB, pois deu maior visibilidade ao então sectário partido que havia se isolado mais pela política do Komintern do que propriamente pela atitude dos seus membros. Aliás, é plausível dizer que o PCB se tornou mais conhecido a partir da ANL, quando figurou em um dos polos da política nacional.⁷

Ao mesmo tempo em que a ANL crescia – a organização que já contava com cerca de 1.600 núcleos e quase 180.000 membros – agudizava a tensão política no país. A alternativa à esquerda naquele momento social e político no plano nacional despertou o governo e setores à direita que certamente não coadunavam com o crescimento de uma organização que tinha comunistas em seus quadros.

Além disso, como já dito, movimentos populares vinham crescendo e ganhando notoriedade entre 1934 e 1935, quando ocorreu uma razoável abertura política em consonância com a carta de 1934. A ANL seguiu este ritmo e aglomerou em torno de si os descontentes com o regime e os opositores às alternativas de extrema direita que se colocavam no panorama nacional e internacional. Isto foi mais um fator de expansão da ANL – atrair para si indivíduos que já se posicionavam contrários às opções políticas de direita então em voga na época.

Pouco menos de um ano da promulgação da nova carta constitucional, é aprovada em 4 de abril de 1935 a Lei de Segurança Nacional, que limitava algumas liberdades constitucionais, como as individuais, de associação, referentes às manifestações e à imprensa. Confirmou-se apenas a disposição autoritária do governo Vargas que já se esboçava desde o decreto que instituiu os poderes discricionários em 1930.

⁷ Todavia, o mesmo partido que participara em massa da ANL em quase toda sua curta história, apenas apoiou a iniciativa, mas não aderiu imediatamente. (VIANNA, s/d, p. 36 apud Primo, 2006, p. 33).

O que Paulo Sérgio Pinheiro tenta demonstrar com a análise da legislação relativa às liberdades de associação política e individuais e o pensamento dos líderes das classes dominantes é a continuidade, e não a ruptura, do comportamento repressor do Estado. Por isso, o referido autor assevera que “o fechamento da ANL, antes de 1935, e aquela que se segue, não significam um retrocesso, mas o prosseguimento de uma evolução ininterrupta” (PINHEIRO, 1991, p. 127).

2. A ANL na Bahia

Se a ANL teve curta duração legal no plano nacional, no estado da Bahia seu tempo de vida foi ainda menor. Durou menos que sua congênere nacional – 1 mês e 12 dias.

A fundação da ANL na Bahia se deu em um teatro, tal como no Rio, em 30 de maio no Cine-teatro Jandaia, com a participação de personalidades do mundo acadêmico, profissionais liberais e militares contando com nomes como Orlando Gomes, promissor jurista na época, o deputado estadual Álvaro Sanches e Edgard Matta, advogado sindical, dentre outros.

Os principais pontos do programa da ANL, nacional fundada em 30 de março, no Rio de Janeiro – cancelamento da dívida externa, nacionalização das empresas estrangeiras, plenitude das liberdades pessoais, direito a um governo popular, cessão dos latifúndios ao campesinato, proteção à pequena e média propriedade⁸ – foram absorvidos pela ANL baiana, com alguma variação, pois tal como ocorreu em outros núcleos estaduais, a da Bahia atendeu a questões específicas, como a rural e a urbana:

⁸ Em Carone (1979), o manifesto em panfleto contra aqueles que atacavam a ANL enfatiza os pontos do programa da organização.

o não pagamento do forro de terras pelos rendeiros, posse imediata das terras da marinha e proibição de venda de mais de cem hectares de terras devolutas – e urbanas – baixa do preço da gasolina e querosene, diminuição dos transportes, consumo de energia e telefone (PRIMO, 2006, p. 36).

O pequeno destaque concedido à fundação da ANL mostra o quanto eram ocultados os objetivos e as pretensões da nova entidade, selecionando apenas eventos que relacionavam violência e conflitos com a frente. Esta pequena nota em um jornal baiano deduz o que falamos:

A A.N.L. na Bahia

Bahia, 1, (Diatarde). Foi instalada solenemente ontem nesta capital a Aliança Nacional Libertadora, em sessão realizada no Jandaia, que esteve repleto de pessoas. Falaram entre outros oradores o Dr. Edgar Matta, o Dr. Valle Cabral o doutorando Fernando Marques dos Reis.⁹

Buscamos nos jornais da capital e pouco foi encontrado referente à fundação da ANL. Seguem-se poucos relatos sobre a ANL na Bahia até antes do fechamento de suas atividades, em 11 de Julho de 1935. Isso, por um lado, demonstra o desconhecimento sobre a ANL, quanto aos seus objetivos, programas e ações, e por outro, não propagar o nome da ANL para que assim ela ficasse no anonimato perante a população.

Apesar da relativa expressão da ANL nos meios intelectualizados baianos, sua estratégia era se inserir fortemente entre os operários, seja pelos sindicatos ou por apoio a manifestações contra a carestia. Para tanto, empreendeu um esforço de divulgação das suas ideias, repudiando a simbiose com o comunismo e enfatizando o seu caráter de frente ampla. Justamente esta atitude se justifica

⁹ Ver *Diário da Tarde de Ilhéus*, 01-06-1935, p. 1.

no reconhecimento da repulsa que a sociedade baiana já tinha em relação aos comunistas.¹⁰

Os principais redutos da ANL na Bahia foram as faculdades de Direito e de Medicina. Analogamente, a organização opositora à ANL, a AIB, também tinha nestas instituições muitos adeptos. Era, portanto, facilmente previsíveis os conflitos que se sucederam entre aliancistas e integralistas, envolvendo pessoas dos dois núcleos lá instalados. Contudo, este não era o único obstáculo a ser superado pelos aliancistas na construção da capilaridade social que pretendiam ter.

Outro era a clara predisposição policial para isolar indivíduos “subversivos”, sejam aliancistas, comunistas ou quaisquer outros que pudessem ameaçar de alguma forma a legitimidade do discurso oficial da Revolução de 1930. Não obstante não se tenha encontrado nada em arquivos policiais do Arquivo Público do Estado da Bahia, doravante APEB, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, o relatório “O comunismo na Bahia” produzido pela polícia política demonstrou que as preocupações com o comunismo se avolumaram a partir de 1930 (PRIMO, 2006). Foi na década de 1930 que O PCB baiano começou a tomar forma e organização de partido político, imbuído de se inserir nas massas, segundo uma interpretação do relato de Honório de Freitas Guimarães (PRIMO, 2006).

Outro obstáculo enfrentado pela ANL na Bahia foi a forte oposição da imprensa local face às inovações que a recém fundada organização traria para o cenário político e social. O temor à ANL era transmitido aos leitores por colunas e artigos, relatando diversos fatos e aspectos que transpareciam claramente a ojeriza às ideias da Aliança Nacional Libertadora, que como já dissemos, representava para os interlocutores da im-

¹⁰ Ver *A Tarde*, 30 maio 1935, p. 1.

prensa mais um disfarce para o comunismo, bem colocado num dos artigos da coluna *Pela Ordem* do periódico *O Imparcial*:

A Aliança Libertadora que anda por ahi é uma mascara do communismo. O communismo como se viu claramente é uma máscara do judaísmo. Brasileiros, quereis ser escravos de judeus tôrpes e covardes?¹¹

Como se pode verificar, a associação que se fazia entre o comunismo e a Aliança não era positiva. Tinha a clara intenção de desqualificar as ações e ideias do programa da ANL ao lhe trajar de organização comunista como “máscara”. Ora, se não houvesse uma indisposição da imprensa com o comunismo há algum tempo e se isto não estivesse arraigado entre as elites, a ANL mesmo com a presença de muitos comunistas, teria a sua descrição feita sob outra ótica.

As menções dos jornais à ANL na Bahia ou àquelas matérias escritas na Bahia fazendo referência às suas atividades foram pequenas; isso é inegável. Duas razões nos parecem plausíveis para explicar tal postura diante da aliança. Primeira, as atividades aliancistas tiveram curta duração. Pouco mais de um mês foi insuficiente para conhecer e identificar características da uma organização e assim diferenciá-la do PCB, mesmo que isso não se desse com o rigor e a imparcialidade que se fariam necessárias. Segunda, o próprio anticomunismo executou a tarefa de praticamente impedir uma maior discussão nos meios jornalísticos sobre a ANL, tratando-a apenas como um apêndice ou um organismo do PCB.

Ainda assim, a ANL foi alvo constante de assertivas desqualificadoras, como não poderia deixa de ser, por ter em seus quadros vários comunistas e pelo seu programa ser bastante radical, na visão dos jornais e da elite. Contudo, as críticas e

¹¹ Ver *O Imparcial*, 11 jun. 1935, p. 4.

a campanha anticomunista e antialiancista adquiriram maior peso e espaço nos jornais baianos em dois momentos cruciais na vida do PCB e da ANL: à época da proibição da ANL, em julho, e os levantes de novembro de 1935.¹²

3. O fechamento da ANL

A posição dos jornais baianos, ao contrário do que vinha acontecendo, foi de total atenção à ANL em todo o país quando do seu fechamento. As escolhas narrativas dos fatos e sua relação com as intenções governamentais no episódio do encerramento oficial dos trabalhos da Aliança Nacional Libertadora demonstram cabalmente que o jornalismo, mesmo na década de 1930, ainda processava os fatos à maneira que lhes guardava certa posição perante as elites políticas e as classes dominantes, e consolidava determinadas visões, algo que já discutimos na introdução e no primeiro capítulo.

Em abril de 1935 o Congresso havia aprovado a Lei de Segurança Nacional (doravante LSN) como mais um instrumento de repressão a movimentos contrários aos rumos que o governo Vargas imprimia ao país e a grupos que haviam sido desalojados do poder e que pretendiam retornar, refiro-me especificamente às oligarquias do eixo Rio-São Paulo. Entretanto estes últimos grupos ficaram à parte das manifestações mais contundentes contra Vargas, visto o seu próprio temor em relação às reivindicações e lutas

¹² Preferimos usar uma denominação menos adjetivada, pois, ao contrário de alguns autores, como Edgard Carone e Paulo Sérgio Pinheiro, não concordamos com a caracterização de revolta tenentista ou comunista, somente. Na visão de Paulo Sérgio Pinheiro, por exemplo: “A rebelião de 27 de Novembro de 1935 pode ser considerada a última revolta tenentista, se reduzida a seu caráter propriamente militar de golpe de estado” (1991, p. 296).

empreendidas antes de 1930, às quais eles próprios combateram e, portanto, conheciam.

A Constituição de 1934 já previa situações em que os direitos individuais poderiam ser restringidos em face de “ameaças” à ordem e institucionalidade. O artigo 84 da Constituição de 1934 trazia a possibilidade de pessoas comuns, não militares, serem julgadas por tribunais militares. Assim, qualquer ato considerado subversivo poderia ser amoldado ao que seriam “pessoas assemelhadas” aos militares.¹³ Podemos depreender desta disposição do governo Vargas uma continuidade na busca da repressão, com prisões, torturas, restrição e violação de direitos, que já aconteciam nas primeiras décadas da Primeira República.

A LSN aprovada pelo Congresso em 4 de abril de 1935 acentuou a discricionariedade do poder judiciário e executivo na repressão aos movimentos autônomos, como a ANL e AIB, muito mais instrumentalizado para a primeira do que para a segunda. Segundo Maria Celina D’Araújo, a LSN correspondeu “a uma reação política e jurídica do governo Vargas contra movimentos grevistas e ideológicos que vinham se organizando no Brasil” (2006, p. 5). A LSN também atingiu, além de democratas, socialistas e comunistas, os militares. Foi uma tentativa de encerrar a fase de subversão latente nos quartéis (art. 10). Esta lei também anulou praticamente o poder de pressão política que os trabalhadores possuíam (art. 18).

Na Bahia, a repercussão da LSN não ocorreu como nos centros paulista e carioca. Houve manifestações no sentido da aplicação de leis mais severas contra grupos e pessoas que se articulavam no “ambiente de liberdade” daquele momento, mesmo que isso

¹³ “militares e as pessoas que lhes são assemelhadas terão foro especial nos delitos militares. Este foro poderá ser estendido aos civis, nos casos expressos em lei, para a repressão de crimes contra a segurança externa do país, ou contra as instituições militares” (art. 84, Constituição Federal-1934).

terminasse por limitar as liberdades individuais e de expressão, outros se colocaram contra. Segundo Capelato (1980, p. XIV),

O Estado de S. Paulo (jornal) chegou mesmo a considerar a lei de Segurança insuficiente para conter as greves e manifestações. Não criticou as arbitrariedades provocadas no período de repressão. Era preciso dar ao povo “segurança”.

Os efeitos da Lei de Segurança Nacional e as avaliações de sua eficácia foram feitos pelos jornais baianos quando ocorreu o grande momento de repressão ao comunismo na Bahia até então: o fechamento nacional da ANL, ocorrido em 11 de julho de 1935. Mas o fato que antecedeu ao encerramento legal das atividades da ANL nacionalmente foi o manifesto de Prestes, no mês de julho.

Em 5 de julho, Luís Carlos Prestes lançou um manifesto conclamando o povo a se levantar contra Vargas ao lado da ANL, por uma nação sem feudalismo, contra o imperialismo e o fascismo. O manifesto de Prestes teve interessante cobertura com a publicação pelo *A Tarde*, dois dias depois, de uma matéria encomendada a algum jornalista do Rio de Janeiro:

MANIFESTO VERMELHO

De longe e do alto – Terras para os pobres – Equívocos internacionais – Bens da Igreja – O Brasil continua desconhecido...

[...]

E por que de longe escreve, insiste em reputar essencial as reformas de extrema esquerda e divisão dos “latifúndia” em que os grão-duques brasileiros e os príncipes

botocudos instalaram a injustiça vigente. Os “latifundiários” após perderem a Itália de Plínio perdem o Brasil da República Nova... Decerto acabara de ler Michelet, quando, em defesa da Polónia, fulmina a monstruosa desarrumação das massas que havia na Rússia de Gogol. Esqueceu que no Brasil a terra é demais e o homem de menos e que os nossos problemas devem ser encarados às avessas do critério europeu: liberdade, para encorajar o trabalho, e protecção às actividades económicas, afim de que as energias de um povo jovem façam produzir os seus imensos territórios desocupados.

O manifesto fala também em terras da Igreja que precisamos desmembrar e distribuir. O bravo exilado estava na Espanha, dos largos domínios do clero coroado pelas abbasias seculares e prosperas, ou evocava o México, ou a França de antes da Revolução, onde os bispos eram mais ricos que o rei. Não podia seriamente referir-se ao seu paiz, onde a Igreja não possui dotações territoriais, não tem fundos imobiliários...

[...]

O Brasil – é o que se conclue afinal – continua encyclopedicamente ignorado. Não o entendem e por isso não sabem servi-lo.¹⁴

O vigor e a contundência dos comentários sobre o manifesto de Prestes nos leva a concluir que havia a tentativa de transmitir a preocupação com as actividades da organização, devido à atenção dispensada pela imprensa ao manifesto de Prestes, não obstante tenham as publicações normalmente um conteúdo negativo sobre as ações da ANL. As atenções do governo também estavam voltadas para a AIB, principalmente neste período

¹⁴ Ver *A Tarde*, 7 jul. 1935, p. 1.

em que a disposição de reprimir e reduzir garantias civis era grande em relação a todos os grupos que mobilizassem, de alguma maneira, a população. Foi o mesmo Vargas que disse ser o primeiro reformador da Constituição de 1934, dizendo não ter ferramentas legais para conter as disputas sociais e políticas.

Contudo, o que mais nos chama a atenção em relação à matéria, extensa por sinal, é a linha adotada para descaracterizar o texto de Prestes. Não há no texto expressões que poderiam qualificar o anticomunismo como primário, no sentido de uma carência de análise mais sofisticada. Pelo contrário, o jornalista se preocupou em transmitir aos seus leitores a falsidade científico-histórica da tese prestista, apontando contradições e levantando argumentos comparativos com outras circunstâncias e realidades. Nada mais surpreendente por dois motivos: as modalidades de anticomunismo conviviam harmonicamente, sem se excluírem; não consideramos que algumas formas de anticomunismo, como a que discutiu a inviabilidade da propriedade coletiva no Brasil, eram especificamente destinadas a um grupo de leitores a tal ponto que outros leitores não pudessem compreender os mecanismos do comunismo exposto pelo anticomunismo. Na análise do anticomunismo é preciso, então, considerar que a sua constituição se deu tanto “por meio de análises sobre o tema e de argumentos defendendo determinadas posições, quanto pelo uso de imagens, adjetivações, símbolos” (RODEGHERO, 2003, p. 27).

Parece-nos acontecer com a matéria que transcrevemos. Mesmo ao fazer uma análise apurada do manifesto, evidentemente sob a ótica anticomunista, esta é bastante compreensível dentro do contexto do fechamento da ANL. A advertência no final da matéria serve menos para alertar do que para dar um encerramento eloquente da mesma. Mas é uma demonstração cabal da preocupação da imprensa local com relação às movimentações da ANL.

Esta maior atenção já vinha sendo cada vez mais constante, notadamente n’*O Imparcial*, periódico notoriamente integralista e, portanto, anticomunista. Poucos dias antes do famoso manifesto de Prestes, o jornal baiano havia divulgado notícia do Rio de Janeiro a respeito de planos “descobertos” pelo governo Vargas, “oriundos de Moscou”, poucos dias antes de 5 de julho. A notícia foi publicada originalmente n’*O Globo*, no dia 26 de junho. Apesar de não ter sido redigida na Bahia, é relevante uma breve análise, pois ela foi publicada n’*O Imparcial* em 7 de julho, dois dias após a divulgação do manifesto e concomitante a uma série de outras matérias relativas ao tema, inclusive uma especificamente sobre a Bahia.¹⁵

Para além disso, o que nos importa também na análise do anticomunismo baiano são os elementos que o constituíam e como os jornais operavam determinados valores. Admitimos que havia uma concordância tácita nas publicações de notícias vindas de fora do estado quanto ao seu conteúdo e forma e, portanto, dificilmente podemos supor um desconhecimento dos jornalistas e editores sobre os seus possíveis efeitos no tocante à formação de opinião e o comportamento dos seus leitores. Ou seja, não há como presumir ou mesmo aceitar inocência intelectual dos jornalistas baianos quanto às consequências da retransmissão de matérias estrangeiras ou de outros estados.

Os periódicos baianos operavam com efeitos de sentidos nos argumentos anticomunistas semelhantes aos dos jornais de São Paulo e Rio de Janeiro por que estas se constituíam como fonte para a produção de matérias na Bahia.

A divulgação da matéria se dividiu em duas páginas d’*O Imparcial*. Por ser bastante extensa, já que reproduz um suposto

¹⁵ Não esqueçamos que as matérias, geralmente telegráficas, vindas do sul ou do exterior, eram republicadas na Bahia com um dia de atraso. Assim, podemos contar um dia de diferença entre o manifesto de Prestes e a publicação da notícia do Globo.

“plano comunista”, não faremos sua transcrição na íntegra, apenas fazendo alusões quando necessárias. Na matéria, o “plano descoberto” incluía várias ações contra as usinas e os telégrafos e apresentava métodos e comportamentos que deveriam ser adotados pelos comunistas. O jornal buscou destacar alguns deles usando letras maiúsculas nos itens que mais chamariam a atenção como: “FUSILAMENTO DOS OFFICIAES NÃO COMUNISTAS”; “COLOCA O GOVERNO A DISPOSICÃO DAS FORÇAS GOLPEANTES”; “tropas especiais em caminhões com trabalhadores AMEDRONTARÃO A POPULAÇÃO”; “o primeiro período deverá ter uma duração MUITO RAPIDA E VIOLENTA”; “EM HYPOTHESE ALGUMA DEVERA SURGIR A PALAVRA COMMUNISMO”.¹⁶

Ainda a matéria na continuação da página 8, o alerta para a Bahia:

Que a Bahia inteira medite sobre o perigo que ameaça o Brasil e de que o plano bolchevista traçado na Rússia dá uma ideia bastante nítida e esteja atenta para a sua própria defesa contra os inimigos implacáveis que estão agindo na sombra e em obediência ao plano tenebroso, agora reconhecido, agirem também descobertos “fingindo-se legalistas burguezes”.¹⁷

Uma das principais funções do texto jornalístico quando se posicionava contra o comunismo era lançar alertas para a população. Concomitante à publicação da matéria principal, os jornais colocavam em seu rodapé ou no alto da página mensagens com grande destaque para que a população ficasse atenta e não duvidasse do “perigo comunista”.

Em relação direta com o “plano descoberto”, *O Imparcial* publicou, sob forma de mensagem, o seguinte texto:

¹⁶ Ver *O Imparcial*, 7 jul. 1935, p. 8.

¹⁷ Ver *O Imparcial*, 7 jul. 1935, p. 8.

PLANO TERRORISTA

Elementos terroristas, nesta capital, pretendiam dinamitar a Usina da Lapinha, e alguns estabelecimentos commerciaes. A policia tomou energicas providencias e está disposta a usar de todos os meios, mesmo os mais violentos, no sentido de manter a ordem e a tranquillidade publicas.¹⁸

Nada foi encontrado nos arquivos da polícia depositados no Arquivo Público do Estado da Bahia em relação ao plano citado na matéria. Primeiro destaque sobre a mensagem: ela se refere à Bahia. Nas edições dos periódicos as referências como esta – um fato ocorrido na Bahia que fazia alusão ao comunismo – eram comuns. Comuns também eram os artigos ou editoriais escritos por jornalistas baianos sobre o comunismo e supostas movimentações dos comunistas na Bahia.

Provavelmente o “plano terrorista” nunca tenha existido por um motivo: se ele tivesse realmente existido, os arquivos policiais não teriam nenhum relatório, nenhum registro? Em um momento crucial, a qual a ANL apresentava um crescimento espantoso, o temor aumentava proporcionalmente, gerando apreensão por parte do governo e das elites políticas.¹⁹ Assim é no mínimo estranho que a existência de um plano tão “tenebroso” não tenha despertado em outros jornais ou na polícia uma disposição em conhecer o que se tratava o suposto plano.

Justificado pelo temor que a imprensa colaborou sobremaneira, Getúlio Vargas, utilizando-se da Lei de Segurança Nacional, decretou o fechamento da organização em 11 de julho de 1935.

¹⁸ Ver *O Imparcial*, 7 jul. 1935, p. 1.

¹⁹ Segundo Anita Leocádia Prestes, citando Robert Levine, no momento do fechamento, a ANL contava entre 70 mil e 100 mil membros. Discordando com este número, Marcos Chor Maio afirmou terem sido 180 mil membros.

Considerações finais

A fundação e o fechamento da ANL na Bahia representaram importantes marcos para o discurso anticomunista na Bahia, pois um elemento concreto da suposta ameaça comunista se tornava mais próximo. Evidencia-se assim que o discurso anticomunista, não obstante a averiguação de veracidade ou não quanto às notícias veiculadas nos jornais baianos, se coloca no interior da imprensa como mais uma ferramenta para repulsar indivíduos e organizações consideradas indesejáveis pelas elites baianas.

Assim, o comunista e a organização a qual ele participa devem ser considerados estranhos e inimigos aos olhos do povo baiano, uma vez que já não estão mais distantes como antes o próprio discurso anticomunista preconizava.

Referências

CAPELATO, M. H. R.; PRADO, M. L. ***O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo***. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARONE, E. **Brasil: anos de crise (1930-1945)**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **A Segunda República (1930-1937)**. São Paulo: DIFEL, 1974.

_____. **Contra o bolchevismo: o programa da ANL (1935)**. In **Movimento Operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo: DIFEL, 1984.

CARVALHO, P. C. S. M. **Juracy Magalhães e a construção**

do juracisismo: um perfil da política da Bahia. Dissertação (Mestrado em História), UFBA, 2005, p. 172.

D'ARAUJO, M. C. Justiça Militar, segurança nacional e tribunais de exceção. **30º Encontro Anual da ANPOCS.** GT08 – Forças Armadas, Estado e sociedade. Caxambu, (MG), 2006. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/projetos/cfa21/arqs/anpocs2006/103.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2008.

DE DECCA, E. **1930: o silêncio dos vencidos.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEVINE, R. **O Pai dos Pobres?** O Brasil e a era Vargas. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

MOTTA, R. P. S. **Em Guarda contra o Perigo Vermelho.** São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

PINHEIRO, P. S. **Estratégias da ilusão:** a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PRIMO, J. C. S. **Tempos Vermelhos:** A Aliança Nacional Libertadora e a Política Brasileira 1934-1937, 2006, 127 p. Dissertação (Mestrado em História). UFBA. Salvador

RANGEL, M. B. A Construção da Autoridade Jornalística: Onisciência e Onipresença Fundamentando o Poder Simbólico do Jornalismo. **Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.** 2004. Disponível em: <repositorio.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/17310/1/R1856>. Acesso em: 30 mar. 2008.

RODEGHERO, C. S. **Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964).** 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

SAMPAIO, C. N. Movimentos Sociais na Bahia de 1930: condições de vida do operariado. **Universitas**, Salvador, n. 29, 95-108, jan./abr. 1982.

_____. **Partidos políticos da Bahia na Primeira República:** uma política de acomodação. Salvador: UFBA, 1998.

_____. **Poder e representação:** o legislativo na Segunda República 1930-1937. Salvador: Assembleia Constituinte – Assessoria de Comunicação Social, 1992.

TRONCA, I. **A Revolução de 30:** a dominação oculta. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VIANNA, M. A. O PCB, a ANL, as insurreições de Novembro de 1935. In FERREIRA, Jorge; DELGADO. Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano** – o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ASPECTOS DO ANTISSEMITISMO NO DISCURSO INTEGRALISTA DE GUSTAVO BARROSO

*Luiz Mário Ferreira Costa**

A imigração no Brasil, do final do século XIX ao início da década de 1930, se processou de acordo com os princípios liberais, refletindo processos econômicos orientados pelas leis da oferta e procura e, raramente por questões políticas ou ideológicas. Esta facilidade migratória trouxe pra cá portugueses, espanhóis, italianos, alemães e japoneses. Conforme demonstrou Avraham Milgram (2007), vieram, neste ínterim, também imigrantes judeus da Europa Oriental e uns poucos judeus de origem sefaradita da ilha de Rhodes. Entretanto, com as mudanças políticas advindas após a Revolução de 1930 surgiram os primeiros entraves deste processo; paralelamente ao interesse econômico-demográfico dado à imigração, passou-se a enfatizar também os aspectos ideológicos relativos à entrada de estrangeiros no país.

Na análise de Milgram (2007, p. 381) o governo Vargas de-

* Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

monstrava cada vez mais preocupação quanto ao perfil social e racial dos imigrantes, uma vez que esses eram componentes fundamentais para a formação da identidade nacional. A constituição de 1934, por exemplo, estabelecia pela primeira vez normas e leis para regulamentar a entrada de estrangeiros, criando assim um sistema de cotas imigratórias por nacionalidades. O objetivo do governo era fortalecer a comunidade branca, europeia, latina e católica. Deste modo, em pouco tempo o nacionalismo brasileiro, encorajado e cristianizado, se tornara hostil, sobretudo com relação aos imigrantes japoneses e judeus, que também não correspondiam ao “perfil social desejado”.

De modo geral, o Estado brasileiro durante a década de 1930, procurou investir em soluções propostas pela eugenia, buscando muitas vezes inspirações no modelo nazista. Não obstante, as teorias da psicanálise, da medicina e do direito poderiam oferecer estratégias de combate àqueles elementos ditos perniciosos e que se não fossem restringidos poderiam colocar em risco a configuração étnica e cultural do Brasil.

Elementos sintomáticos do antissemitismo no Brasil

Conforme salientou Sílvia Cortez Silva (2007, p. 329), durante a década de 1930, uma parcela significativa da intelectualidade nacional colaborou de forma sistemática para a criação de estereótipos antijudaicos. Um desses intelectuais foi Gilberto Freire, que segundo a autora edificou a imagem do “judeu próspero e capitalista”, contrapondo-a à figura do italiano pobre, habitante de cortiços. Na obra de Freire o termo “nariz semítico” seria o principal fator de identificação do judeu, e assim como o verbo “mercadejar” constituíam a tônica inerente do seu antissemitismo. Outro elemento recorrente, para a autora, foi a identifi-

cação do judeu como “elemento essencialmente urbano”, ligado às fontes de produção e sempre fugindo do trabalho agrícola.

Para Freire, países jovens como o Brasil deveriam dar preferência para aqueles estrangeiros que pretendiam fixar-se à terra. O judeu, ao contrário, entendido como um ser “errante” cabia-lhe a metáfora da “bola”, devido à sua mobilidade e capacidade de vagar pelo mundo sem nunca criar raízes. Esta é, inclusive, uma das particularidades ressaltadas pelos diplomatas e políticos brasileiros que almejavam barrar a entrada de judeus refugiados do nazifascismo. Tais imigrantes eram vistos como elementos “indesejáveis” pelo fato de não serem afeitos às atividades agrícolas (SILVIA, 2007, p. 331).

Na Europa, a primeira onda de violência direcionada efetivamente contra os judeus ocorreu no ano de 1933, após a ascensão de Hitler na Alemanha. A partir de então, as agressões organizadas contra os judeus alemães, a legislação antissemita e a discriminação social passaram a fazer parte do cotidiano de milhares de famílias judias. Neste mesmo ano, o cônsul brasileiro em Colônia, Ildefonso Falcão, relatou a seu chanceler que um número cada vez maior de judeus buscava ajuda no consulado brasileiro.

Para Milgram (2007, p. 383), Ildefonso Falcão demonstrava certa simpatia pelos comerciantes judeus por que acreditava que os elementos judaicos poderiam gerar fortuna aos países que lhes acolhessem. Porém, na visão do ministro de Trabalho, Indústria e Comércio, Joaquim Pedro Salgado Filho, responsável pela imigração, o Brasil deveria privilegiar os imigrantes trabalhadores agrícolas, únicos capazes de se radicarem ao solo. Nesta perspectiva, a realidade parecia se processar por vertentes assimétricas, pois o Brasil que se recuperava da crise e se inclinava pela via do desenvolvimento industrial tinha dificuldades para modificar sua autoimagem de país agrário. E os judeus

européus, que poderiam contribuir com a expansão econômica brasileira, eram vistos como “elementos indesejáveis”, uma vez que poderiam inchar os centros urbanos.

Conforme ressaltou Maria Luiza Tucci Carneiro (2007, p. 293), para o Itamaraty somente os técnicos e agricultores católicos tinham condições reais de contribuir para o projeto de modernidade idealizado por Vargas. Mesmo assim, algumas exceções poderiam ser feitas aos judeus capitalistas depois de realizada uma criteriosa seleção. Entretanto, a autora observou que, de modo geral, a possibilidade de termos entre nós judeus capitalistas também incomodava, visto ser corrente nos anos de 1930 a ideia de que o povo semita representava um “perigo internacional”. Aliás, este era um slogan reverenciado pelo clássico livro antissemítico de Henry Ford, *O Judeu Internacional*, traduzido no Brasil em 1933. Nesta linha de raciocínio estavam os diplomatas brasileiros sediados no exterior, principalmente aqueles que se encontravam radicados na Alemanha, Áustria, Polônia, Hungria e Romênia.

Durante este período vários ensaios sobre as causas da proliferação do antisemitismo na Europa foram desenvolvidos por emissários brasileiros, cujo objetivo era alertar o governo para uma futura onda de refugiados judeus. Por exemplo, no dia 2 de julho de 1931, Luiz de Lima e Silva, da Embaixada do Brasil em Viena, chamava a atenção de Afrânio de Mello Franco, ministro de Estado das Relações Exteriores, para os movimentos antisemitas que se faziam “moeda corrente” nos países da Europa Central. Segundo Carneiro (2007), Luiz de Lima e Silva relatou ao ministro uma série de boatos e escândalos envolvendo estabelecimentos bancários e personalidades judaicas na Áustria. Para o embaixador, os escândalos envolvendo o Banco Auspitz e o Credit-Anstalt, ambos amparados por capitais israelitas, foram apontados como um dos pivôs dos

protestos antissemitas em Viena. A família judaica Rothschild, acionista majoritária do Credit-Anstalt, havia se transformado no principal alvo das contestações.

Neste sentido, as matérias publicadas na imprensa sobre a questão judaica nos territórios do Reich eram cuidadosamente recortadas e enviadas ao ministro das Relações Exteriores. O propósito das embaixadas era manter o país atualizado sobre a recrudescência do antissemitismo e, assim orientá-lo no procedimento a ser tomado diante daquela massa de refugiados judeus que começavam a buscar abrigo em terras brasileiras (CARNEIRO, 2007, p. 301).

Mesmo diante de todos estes elementos que evidenciam os sintomas do antissemitismo no Brasil, é importante que se diga que a questão judaica aqui nunca foi similar àquela encontrada na Argentina ou na Europa, onde corria sem restrições o antissemitismo popular e oficial. Nestes casos, as ações antissemitas eram baseadas em imagens distorcidas de judeus reais com os quais a população tinha contato regular. No Brasil, ao contrário, segundo Jeffrey Lesser (2007), o antissemitismo manifestou-se da seguinte forma: indivíduos influentes atacavam imagens de “judeus imaginários” que presumidamente eram, ao mesmo tempo, comunistas e capitalistas, e cujos estilos de vida degenerados se formaram em pútridos e miseráveis enclaves étnicos europeus.

Assim, para Lesser (2007, p. 275), todos os severos e irreais julgamentos disparados contra os judeus eram modelados tendo em vista uma leitura ingênua do antissemitismo internacional, aplicado a uma imprecisa imagem da vida judaica fora do Brasil. Por isso o mais surpreendente seria o fato de que os judeus reais que viviam no país, fossem eles cidadãos ou refugiados, enfrentavam poucos empecilhos cotidianos para a conquista de objetivos econômicos e sociais. Deste modo, a “questão judaica” aqui era na verdade um esforço de certas lideranças para divulgar

imagens intolerantes dos judeus filtradas da Europa, enquanto que, na realidade, a esmagadora maioria dos imigrantes judeus não era nem muito rica nem muito pobre, pouco envolvida na política e, que rapidamente aculturou-se à sociedade brasileira.

Conforme pode-se observar, de um modo ou de outro a imigração judaica tornou-se foco de atenção entre membros do governo e intelectuais brasileiros nos anos de 1920 e de 1930, em parte pela própria “visibilidade em excesso” dos judeus. Pois os imigrantes da Europa Oriental incharam a população judia de São Paulo, de 15 mil em 1920 para talvez cinco vezes este número em apenas duas décadas. Além disso, muitos refugiados judeus ascenderam na escala econômica nas cidades brasileiras. Seja como for, no meio acadêmico, nos escritórios editoriais e salões do governo, reclamações ecoavam imputando sobre o povo semita, tanto a imagem do comunista maligno, quanto do elemento capitalista essencialmente urbano e bem-sucedido nos negócios. Para os judeus e muitos outros imigrantes, o Brasil era o “país do futuro”, e para o governo de Vargas esse povo era tão economicamente desejável quanto politicamente inconveniente (LESSER, 2007, p. 277).

Não obstante, como demonstrou Carneiro (2007, p. 305), apesar do relativismo defendido por Lesser, não podemos deixar de observar a admiração, mal disfarçada, de alguns diplomatas com as iniciativas antisemitas empreendidas por Adolf Hitler. Araújo Jorge, da Legação do Brasil em Berlim, é um exemplo deste comportamento, pois muitos de seus relatórios traziam elogios às medidas legais tomadas pelo governo nacional-socialista para eliminar a influência judaica no país.

De maneira parecida as elites católicas correspondiam ao sentimento expresso pelos diplomatas. Na análise de Graciela Ben-Dror (2007, p. 224) existia no Brasil um racismo camuflado, apoiado em uma retórica legitimadora dos atos de exclusão e

de violência. Prova disso, era que a identificação entre os termos “católico” e “brasileiro”, sinônimos da identidade nacional, tornou-se recorrente entre o clero desde os anos 1920, o que contribuiu também para rotular o judeu como inimigo do cristianismo. A autora vai ainda mais longe, ao demonstrar que parte da elite católica, que ocupava os quadros da Ação Integralista Brasileira, não se considerava racista, mas mesmo assim, defendia a tese de que existia uma íntima ligação entre o judaísmo e o comunismo. Por isso eram necessários à aplicação de uma política de discriminação em relação aos “elementos indesejáveis”, neste caso os judeus. Pois, segundo os ensinamentos da Igreja, os católicos não deveriam considerar com “ingenuidade” o problema judaico europeu, como faziam os “flossemitas”.

No Brasil, o antirracismo parece ter caminhado ao lado do antissemitismo, sem que uma atitude fosse excludente da outra. Um exemplo desta aparente contradição pode ser encontrado na atuação da “Ordem dos Franciscanos no Brasil”, que afirmava veementemente existir um nexos entre judeus e comunistas. Na análise de Ben-Dror (2007, p. 230), os franciscanos defendiam que o povo judeu não deveria ser desprezado, posto que no final dos tempos eles também se converteriam ao cristianismo, mas em contrapartida os católicos deveriam estar sempre em alerta, pois esse povo possuía uma “obsessão destrutiva”. Não foi sem motivos que na Idade Média, por exemplo, a Igreja Católica decidiu isolar os judeus em um lugar determinado, os chamados *ghetos*, para evitar a difusão daquele “espírito negativo”.

Naquele contexto político radicalizado da década de 1930, o antissionismo também viria a se converter num dos componentes do antissemitismo da época, e várias críticas surgiram à ideia de “Terra de Israel”. Para os franciscanos o movimento “Sionista” converteu-se em sinônimo de “desejo de impor-se no mundo”, tratava-se do desenvolvimento de um “messianis-

mo imperialista”, extremamente perigoso, pois trazia consigo a ideia de constituir um “império invisível sobre toda a terra”. A revista *A Ordem*, que havia sido fundada em 1921 pelo intelectual católico conservador, Jackson de Figueiredo, que, um ano depois, criou o Centro Dom Vital, também se transformou num dos veículos de propaganda do antissemitismo no Brasil. Para a autora, Jackson Figueiredo combatia através da revista o protestantismo, a Maçonaria e os judeus, todos vistos como inimigos ao cristianismo. O Centro Dom Vital conseguiu reunir um grupo de intelectuais católicos antiliberais e conservadores, no qual se destacava o padre Leonel França, cujos livros tornaram-se textos centrais para a geração católica do pós-guerra (BEN-DROR, 2007, p. 231).

Em 1937, eram vinte centros deste tipo que haviam se convertido na expressão intelectual mais importante do catolicismo brasileiro. Suas explicações espirituais e morais das mudanças ocorridas no país se impuseram a outras interpretações de tipo materialista e configuraram a linha central do pensamento católico do país. Com uma “visão de mundo totalizadora”, a intelectualidade católica acreditava que era possível conduzir o Brasil pelo caminho correto desde que fossem seguidas as propostas éticas da “Doutrina Social da Igreja”. Dentre estes intelectuais destacava-se Amoroso e Lima, a quem é atribuído a consolidação do estereótipo do complô judeu-comunista no Brasil. Para ele a introdução da educação religiosa nas escolas públicas, de acordo com a Constituição de 1934, foi uma grande vitória, entretanto advertia contra as ameaças do judaísmo, dos maçons, do espiritualismo, do comunismo e do protestantismo nas escolas e nos centros superiores de ensino (BEN-DROR, 2007, p. 231).

Em relação aos judeus predominavam motivos que combinavam elementos tradicionais com outros tomados do antissemitismo moderno. Por exemplo, nos argumentos de Plínio Correa

de Oliveira, o “problema judaico” provinha do fato de que o povo judeu era deicida, por esta razão, eram nômades e não se misturavam com nenhuma outra raça. Ao mesmo tempo, as capacidades intelectuais dos judeus deveriam ser notadas, uma vez que possuíam um talento especial no comércio, graças ao qual acumularam um enorme capital influenciando em todas as instâncias a economia mundial.

Como podemos perceber, essa problemática relacionava-se diretamente com o tema do “complô judaico-comunista”, pois, segundo Correa de Oliveira, além dos dirigentes Marx e Trotski todo o estado-maior soviético estaria a serviço do judaísmo internacional. Deste modo, no Brasil a atenção dos católicos deveria dirigir-se aos judeus, que não estavam sob violência alguma e eram “inimigos da ordem social e muito mais perigosos”, uma vez que os comunistas, após 1930, já se encontravam continuamente vigiados pelas forças de segurança. A fala de Correa de Oliveira estava fundamentada, sobretudo, pelos escritos de François Coty, que afirmava que por trás do comunismo se encontram os maçons franceses, cujos representantes ocupavam todos os cargos importantes do país. Por outro lado, destacava-se a influência dos judeus, que respaldavam o comunismo em todo o mundo. Em sua opinião, o que ocorrera na França deveria constituir-se numa advertência para o Brasil, para que o país ficasse longe desta ameaça (BEN-DROR, 2007, p. 234).

Discursos antissemitas em Gustavo Barroso

Como podemos perceber poucos temas são tão persistentes e complexos na cena política das nações ocidentais quanto o antissemitismo. Nos últimos anos tem-se percebido um esforço considerável entre os historiadores brasileiros em repensar o que

significava ser judeu na América, principalmente, em conjunturas políticas conturbadas. Para Carneiro (2007), esta questão não possui apenas uma resposta dada à diversidade das práticas antissemitas. Assim, o antissemitismo deve ser visto como um fenômeno psicocultural vinculado às relações de interação e conflito entre judeus e não judeus.

Na opinião de Marco Chor Maio (2003, p. 230), o antissemitismo pode ainda ser dividido em dois modelos de interpretação. O primeiro modelo remete-nos à “ideia de continuidade”, pois, segundo os autores que defendem este posicionamento, a relação entre judeus e não judeus, ao longo da história do mundo ocidental, seria marcada por uma coleção invariável de tensões, conflitos, perseguições e massacres, que resultaria num elevado custo para a sobrevivência do povo judeu. Segundo Maio, um bom exemplo desse “modelo de continuidade” é o livro *A conspiração mundial dos judeus: mito ou realidade*, do historiador Norman Cohn. Para Maio, neste viés interpretativo o antissemitismo moderno é apresentado como mera atualização do passado. Esta vertente historiográfica elegeu o antissemitismo como fonte explicativa da trajetória do povo judeu. O antissemitismo é entendido, na sua essência, como invariante e atemporal.

O segundo modelo refere-se à “ideia de ruptura,” muito bem representado pelos estudos de Hannah Arendt (1975). Na análise da filósofa, o genocídio nazista foi um crime sem precedentes na história da humanidade, e justamente por isso deve-se a singularidade do antissemitismo moderno. Diante dos limites do “modelo da continuidade”, resumidamente entendido pela indiferença entre o moderno antissemitismo e o antigo ódio religioso judaico, a autora propõe uma análise dialética, centrada no processo de interação entre judeus e não judeus, ou seja, na longa e tortuosa história destas relações que prevaleceram desde o começo da diáspora judaica.

O historiador Maio (2003, p. 231) explica que o modelo da “ruptura”, defendido por Arendt, contemplou ao mesmo tempo os dois padrões de antissemitismo qualitativamente diferentes: o tradicional e o moderno. O padrão tradicional caracteriza-se pela existência de conteúdos religiosos e econômicos, indicando as formas de inserção dos judeus na sociedade. Primeiro, esta inserção se daria em terreno religioso, já que os judeus são vistos pelos católicos como a verdade viva do cristianismo. Segundo, na economia, como embrião monetário de uma economia pré-capitalista. Para Maio, o povo de Israel marginalizado, mantém-se num equilíbrio precário com certa autonomia dentro de uma sociedade não judaica oscilando entre a exclusão e a tolerância. Desta maneira, o antissemitismo tradicional exercia três formas de poder: converter (batismo), isolar (*Guetos*) e expulsar (última decisão).

De outro modo, o antissemitismo moderno operaria mudanças radicais, conferindo um conteúdo essencialmente político e destoando das notas religiosas e econômicas que outrora caracterizavam o antissemitismo tradicional. Segundo Maio (2003, p. 233), a tese de Tocqueville para explicar o ódio feroz do povo francês à nobreza após a Revolução Francesa serviria também para explicar o antissemitismo moderno. Este conflito teria surgido quando a perda de poder dos aristocratas não correspondeu ao declínio de suas riquezas. Assim, sem qualquer função pública mas preservando sua riqueza, a nobreza tornou-se alvo do ódio popular. Algo semelhante teria acontecido com os judeus. O auge do antissemitismo moderno corresponderia ao período em que os judeus perderam a influência e as funções públicas, embora preservassem seus recursos. Os judeus adentraram o mundo moderno envoltos por imagens preconceituosas do passado. Ao entrar pela porta da frente da sociedade, os judeus não estavam despojados de seu passado de tensões com os cristãos,

nem do perfil de comunidade a parte e intimamente ligada ao Estado através da economia.

Em outras palavras, a permanência dos antigos preconceitos antijudaicos, mesmo com as mudanças ocorridas a partir do final do século XVIII, combinada com a persistência dos judeus em se manter como grupo identificável, revelou o caráter “indissolúvel” da identidade judaica. Assim, o antissemitismo moderno, ao evocar a responsabilidade dos judeus pela destruição dos valores da tradição, indicava como única solução para este problema o trinômio suspeita, vigilância e eliminação. O raciocínio lógico seria que, devido à impossibilidade de dissolução das características singulares e malignas deste povo, só restaria a eliminação da fonte de todos estes males (MAIO, 2003, p. 235).

A historiografia brasileira que analisa a questão judaica pelo prisma do antissemitismo moderno ou político já comprovou que os judeus não eram cidadãos bem-vindos à composição étnica da sociedade. Como vimos anteriormente, o “mal” já havia sido diagnosticado, tanto pela Igreja quanto pelos diplomatas brasileiros; faltava agora uma fiscalização combativa, através da fiscalização dos portos e de uma seleção rígida e sistemática das correntes imigratórias. O judeu, na qualidade de “outro”, foi reduzido a uma categoria desprovida das funções de cidadão. Deste modo, os judeus que caminhavam “errantes” pela Europa e o triste fim de milhares de crianças órfãs transformavam-se em “informação” para muitos Estados.

Carneiro (2007, p. 306) sugeriu que no caso específico do Brasil, sob a máscara de um discurso nacionalista, os judeus eram diariamente mantidos num clima de medo e suspense, acuados por uma legislação que lhes acenava com a perspectiva de repatriação. O decreto-lei n. 479, de 1935, por exemplo, regulamentou a expulsão de estrangeiros avaliados como autores

ou cúmplices de crimes de natureza política, sexuais ou ligados a tóxicos. Esta medida foi complementada, em 1938, com o decreto-lei que proibia aos não nacionais o exercício de qualquer atividade política no país.

Dito isto, veremos a seguir que a singularidade do discurso integralista de Gustavo Barroso na AIB deve-se exatamente à sua identificação com o antissemitismo, que quase sempre aparecia combinado com discursos anticomunistas e antimaçons. Conforme bem demonstrou o levantamento de Rodrigo Oliveira (2004, p. 121), apesar de perpassar a organização, tais bandeiras nunca adquiriram a centralidade na ideologia integralista. Em sua pesquisa realizada com o jornal integralista *A Offensiva* (Rio de Janeiro), o autor destacou o reduzido número de matérias que se dedicavam às temáticas antimaçônica e antijudaica, representando, respectivamente, 0,32% e 5,76% do total.

Seja como for, é importante salientar que Gustavo Barroso só posicionou-se a favor do antissemitismo após ingressar na AIB. Dois fatores contribuíram para delinear o seu perfil antissemita. O primeiro refere-se à sua condição de Chefe de Milícias, em consoante contato com as bases integralistas, onde o antissemitismo ajudava a sedimentar as novas crenças. O segundo refere-se à competição com Plínio Salgado pela liderança do movimento. O discurso antissemita era utilizado como elemento aglutinador e mobilizador, representando assim um instrumento de pressão dentro do movimento.

Segundo Hélgio Trindade (1974, p. 252), o antissemitismo não era uma ideologia consensual entre os ideólogos integralistas. Gustavo Barroso era praticamente o único teórico de uma corrente antissemita radical, ao passo que os outros doutrinadores, sem contestar aspectos nocivos da ação judaica, especialmente ao nível das finanças internacionais, parecem mais reticentes em aceitar a tese de que se pode reduzir o conjunto

dos adversários do integralismo ao judaísmo. Em consequência, quando teóricos e dirigentes da AIB criticavam a tendência de Barroso não significava uma posição neutra diante do problema judaico, mas uma rejeição ao antissemitismo radical. Em nota, Trindade demonstrou que para fazer frente ao radicalismo de Barroso, Plínio Salgado publicou uma carta, em 24 de abril de 1934, na revista *Panorama*, para explicar ao público o problema. Salgado era muito mais moderado e informava aos seus leitores que o “problema do mundo é ético e não étnico”.

De qualquer forma, na opinião de Ivair Augusto Ribeiro (2007, p. 353), o discurso antissemita de Barroso fez vários adeptos não somente nos núcleos integralistas das capitais, como também pelo interior dos estados; a cidade de Olympia, localizada no sertão de São Paulo, é um exemplo da expansão da ideologia de Barroso. Além disso, muitas das ideias de Hitler contidas no livro *Minha Luta*, acerca dos judeus, podem ser detectadas nos artigos de integralistas publicados no jornal *Cidade de Olympia*. A aproximação judaica dos operários para angariar sua confiança, o suposto domínio da Maçonaria e o envolvimento dos judeus com o comunismo são alguns exemplos. A ideologia hitlerista contida no livro *Minha Vida* parece ter influenciado o imaginário dos antissemitas em Olímpia. O judeu era descrito como um ser “diabólico”, como quem contaminava as nações, inoculando o vírus da Maçonaria e do comunismo, com o propósito de desestabilizar os governos e completar seu plano de domínio universal.

Não obstante, para muitos integralistas e, em especial para Barroso (1937), o combate ao judaísmo se justificava como forma de preservar a civilização cristã, alvo principal da imaginada conspiração judaico-maçônica. Os camisas-verdes criaram a imagem da eterna luta do espírito das trevas contra o espírito da luz. A presença do maligno torna-se mais evidente na medida

em que o judaísmo vem associado a dois outros “males” que reforçam o ódio antissemita: a Maçonaria e o comunismo. Não seria por acaso que comumente, em livros e artigos antissemitas escritos por Barroso, existisse um cordão umbilical unindo judaísmo, Maçonaria e comunismo, os quais formariam um plano secular cuja pretensão era dominar o mundo e eliminar a civilização cristã. Para Barroso, a luta contra um inimigo comum reforçaria as ideias nacionalistas, pois proporcionava um elemento a mais para agregar o povo em torno da defesa dos interesses da nação e, conseqüentemente, atrair adeptos para o integralismo, uma vez que esta seria a única doutrina política capaz de conter o avanço do pensamento marxista no Brasil.

Além da luta no campo das ideias religiosas, Barroso (1936) também tentava fixar sua fala antissemita na realidade histórica. Por exemplo, no livro *Brasil – Colônia de Banqueiros* (1934), o autor tentou provar que o judaísmo era um inimigo “quase invisível”, responsável direto pelo endividamento externo do Brasil. O autor entendia como poucos que a figura do inimigo estrangeiro nas manifestações nacionalistas servia para excitar a fé patriótica do povo e, mais uma vez, fortalecia a ideologia autóctone da AIB. Desta maneira, em suas palavras os inimigos a serem combatidos seriam o comunismo, o liberalismo, a Maçonaria, o capitalismo e, em particular, o judaísmo, que comandava todas estas ideologias “nefastas”.

Para Barroso (1936), o Brasil, após se libertar do jugo português em 1822, amarrou-se no “carro triunfante de Israel” como escravo. A dependência externa do país impunha aos brasileiros dois trágicos destinos: ou serem servos do judaísmo capitalista dos Rotschids ou, então, escravos submissos do judaísmo comunista de Trotski, pontos extremos da oscilação do pêndulo judaico no mundo. A cura desta mazela estaria, na opinião de Barroso, numa Revolução Integralista, a única com o poder de

promover as mudanças de pensamento, de instituições e de rumo, repelir o liberalismo, o comunismo e o judaísmo capitalista e, assim, salvar a pátria espiritual e materialmente. O Chefe das Milícias propunha encontrar no fundo da alma nacional aquele espírito imortal dos catequizadores, dos descobridores, dos bandeirantes e dos guerreiros, para livrar a pátria do apocalipse. Deste modo, o primeiro passo era a “eliminação completa do inimigo”. Somente com uma medida drástica o governo poderia livrar-se dessa doença crônica que prostrava o organismo brasileiro. Barroso buscava transmitir uma imagem fundamentalista, incitando os “camisas-verdes” a lutar até a morte.

Barroso (1935) entendia que o motor da história envolveria um conflito incessante entre duas concepções de mundo radicalmente opostas: o espiritualismo cristão e o materialismo judaico. Em seu livro *Quarto Império*, o autor desenvolveu melhor essa tese, demonstrando que nos últimos séculos, os judeus levaram a melhor sobre os cristãos, pois não só impediram a realização da “utopia cristã medieval”, como também abriram caminho para a criação do mundo moderno, regido pelo “Império de Capricórnio”.

Nas afirmações de Barroso (1937a), os judeus derrotaram o “Estado Cristão Totalitário” às claras, mas, desde o século XVIII, agiam encobertos pela clandestinidade maçônica. Para o autor, o judaísmo teria se infiltrado, primeiramente, na *Ordem dos Templários*, transformando aquela tradicional corporação medieval na Maçonaria. Aqui justifica-se o ódio do autor pela Ordem maçônica, pois ele acreditava que a instituição trabalhava, disfarçadamente, para desestabilizar a ordem social. Além disso, assegurava com impressionante convicção que o materialismo, criação da ideologia judaica, através dos preceitos maçônicos liberais, foi o responsável por criar as condições necessárias para a exploração da classe trabalhadora, levando-a

ao desespero. Por conseguinte, os judeus, mentores intelectuais desta guerra social, inventariam o comunismo por meio do marxismo (Marx era judeu), com o objetivo aparente de atender aos anseios da classe trabalhadora. Nesta perspectiva, a Revolução bolchevique de 1917 é retratada como a confirmação do complô judaico-maçônico. Para Barroso, graças àquele evento revolucionário o judaísmo conseguiu edificar o chamado “Império de Capricórnio”.

Em suma, Barroso (1938) propunha uma revolução interior que fundaria o “Império de Carneiro”, a síntese perfeita entre a economia, a política e a espiritualidade. Esta revolução cristã integral propunha substituir o determinismo racial pelo domínio da religião. Em outras palavras, a competição entre raças seria dissolvida na unidade espiritual. Por isso o povo judeu deveria ser eliminado, pois era incapaz de renunciar à sua condição material em benefício de um projeto cristão totalitário. Ao recusarem o convite à diluição sugerida pela totalização cristã, impediram a realização da mesma, impondo a necessidade da dita “solução final”.

Portanto, para o ilustre intelectual não era por ódio, desdém ou desprezo que se deveria fazer uma campanha sistemática contra a “judiaria” e, sim, por instinto de autoconservação. Antes da completa eliminação do elemento judaico, os povos não se curarão de suas enfermidades, afirmava Barroso (1937b). O modelo revolucionário de Barroso baseava-se na fé e nas instituições, que são passíveis de ser alteradas. A revolução espiritual, que criaria o homem novo, também seria a base para a fundação de novas instituições.

Referências

ARENDDT, H. **As origens do totalitarismo**: antissemitismo, instrumento de poder. Rio de Janeiro: Documentário, 1975.

BARROSO, G. **O Quarto Império**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1935.

_____. **Brasil – Colônia de banqueiros**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

_____. **História secreta do Brasil**: do descobrimento à abdicação de D. Pedro I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

_____. **Integralismo e catolicismo**. Rio de Janeiro: ABC Ltda., 1937.

BEN-DROR, G. As Elites Católicas do Brasil e sua Atitude em Relação aos Judeus (1933- 1939). In: CARNEIRO, M. L. T. (org.). **O antissemitismo nas Américas**: memória e história. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2007.

CARNEIRO, M. L. T. Metáforas de uma civilização. In: _____. (org.). **O antissemitismo nas Américas**: memória e história. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2007.

LESSER, J. Semitismo em Negociação: O Brasil e a Questão Judaica (1930 – 1945). In: CARNEIRO, M. L. T. (org.). **O antissemitismo nas Américas**: memória e história. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2007.

MAIO, M. C. O pensamento antissemita moderno no Brasil: o caso Gustavo Barroso. In. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 35. Rio de Janeiro. O Museu, 2003.

MILGRAM, A. O Itamaraty e os judeus. In: CARNEIRO,

M. L. T. (org.). **O antissemitismo nas Américas**: memória e história. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2007.

RIBEIRO, I. A. Os discípulos de Barroso. In: CARNEIRO, M. L. T. (org.). **O antissemitismo nas Américas**: memória e história. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2007.

SILVA, S. C. O Discurso anti-semita na Obra de Gilberto Freire. In: CARNEIRO, M. L. T. (org.). **O antissemitismo nas Américas**: memória e história. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2007.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo/Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1974.

A PARCERIA ENTRE ESTADO E EMPRESARIADO NA REPRESSÃO AO OPERARIADO EM RECIFE DE 1940 A 1950

*Arleandra de Lima Ricardo**

Antiga Delegacia de Ordem Política e Social, renomeada na década de 1970 de Departamento de Ordem Política e Social, em Pernambuco, desencadeou ao longo da história desta instituição ações que foram desde a regulação até a repressão nas várias instâncias sociais. Neste caso específico será observado, através dos artigos da DOPS de Pernambuco, como se deu a vigilância, repressão e regulação social no espaço das fábricas têxteis do grupo Cotonifício Othon Bezerra de Mello, na cidade de Recife. Este artigo faz parte da discussão e abordagem desenvolvida na dissertação de mestrado em História na PUC-SP, intitulada: *A DOPS em Pernambuco no período de 1945 a 1956: autocracia em tempos de “democracia?”*.

* Mestre em História pela PUC-SP. Participante dos grupos de pesquisa Centro de Estudos de História América Latina (CEHAL) e do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade – NEHSC. O presente trabalho, orientado pela Profª. Dra. Vera Lúcia Vieira, foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

A industrialização no Brasil teve seu primeiro impulso durante a Primeira Guerra Mundial, e começou a ‘decolar’ na década de 1940, devido às dificuldades trazidas pela Segunda Guerra Mundial que, entre outros fatores, reduziu drasticamente as importações, sobretudo de produtos manufaturados.

Na década de 1950, as indústrias no Brasil que não produziam bens duráveis passaram a produzi-los, principalmente em São Paulo, o que provocou o desenvolvimento interno e a expansão do setor terciário: indústrias metalúrgicas, químicas, petrolíferas e os produtores de plástico. O trânsito de migrantes e imigrantes entre diversas regiões onde se concentrava a indústria e os meios comerciais também se intensificou.

Com relação ao Nordeste, segundo Shepard Forman (1979) o desenvolvimento industrial desta região acompanhou três fases distintas: “dependência clássica” (entre 1850 e 1930), “desenvolvimento dependente” (entre 1930 e 1964) e a fase do “desenvolvimento dependente-associado” (em 1964).

A dependência clássica foi a fase em que os interesses econômicos estavam voltados para o exterior. Nesta fase, o Nordeste foi o líder, com o sistema de exportação do açúcar, e o Centro-Sul fornecia a produção de café. A exportação era a base das divisas econômicas do Brasil. Em outras palavras, o Estado brasileiro era controlado por uma autocracia rural inserida num sistema dominado pelos interesses do capital estrangeiro.

O jogo do capital estrangeiro e dos cafeicultores dentro da estrutura econômica, ‘voltada para o exterior’, foi crucial para a formação da indústria, assim como foi crucial para a infra-estrutura (ferrovias, portos, eletricidade, etc.), patrocinada pelo Estado Oligárquico. [...] tudo isso serviu para criar bases de um sistema que, após os anos 30, contribuiu para deslocar o centro dinâmico da economia brasileira do setor agrário-exportador para o setor industrial (FORMAN, 1979, p. 37).

A configuração do cenário agroexportador se modificou com a crise da bolsa de Nova York, em 1929, e a política econômica foi em busca da aquisição de equipamento industrial, para acelerar o crescimento e a demanda interna de novos produtos. Este fato provocou um fluxo de industrialização estável e passou a produzir uma burguesia industrial e comercial. Porém, estas novas forças não foram suficientes para sustentar o processo de desenvolvimento econômico do Brasil.

Na década de 50, o Estado ampliou os estímulos para atrair a tecnologia e o capital estrangeiros e, mais particularmente, os interesses americanos. Além disso, o Estado proporcionou uma série de subsídios aos empresários com vistas à elevar o índice de nacionalização do setor industrial. Tudo isso contribuiu para consolidar as bases do processo de desenvolvimento industrial introvertido, ou seja, a crise do modelo primário-exportador criou uma situação favorável para o surgimento de um processo de industrialização via substituição de importações cujo dinamismo apoiou-se na expansão do mercado interno (SOUZA, 1985, p. 38).

Urbanização em Recife

Com relação ao desenvolvimento e à urbanização da cidade de Recife, foi no período entre guerras que se experimentou o boom econômico. Com esse processo de industrialização, problemas como a concentração de renda e pouca oferta de emprego levaram a mão de obra a experimentar as atividades informais. Desta forma, proliferaram biscateiros e ambulantes, e até mesmo os que trabalhavam nas fábricas, nas associações e nos outros setores iniciavam mobilizações sociais, divulgavam as opiniões sobre a vida pública. Tornou-se comum discutir sobre

a vida do outro, quanto aos problemas comuns que afligiam os cidadãos, como a falta de moradia, a necessidade de ajustes dos salários, a luta pela educação, o espaço das mulheres nas fábricas, o direito às creches, o analfabetismo ligado ao direito do voto, entre tantas outras questões, que os uniam e expressavam suas diferentes inserções socioeconômicas e, também, culturais.

Recife desenvolveu seus principais contornos urbanos a partir da década de 1930, com uma expressiva expansão de 180 km² para 209 km² nos anos 1950 (RESENDE, 2005, p. 123). Na década de 1940, sua população, que era de 348,4 mil pessoas, chegou a 524,7 mil habitantes dez anos depois, por causa da mobilização migratória saída da zona rural.

A área central do Recife que era ocupada por mocambos em toda região central foi substituída pelo comércio e setor de serviços nos anos 40 e 50, enquanto a população se deslocou ocupando alguns bairros como o de Casa Amarela, Boa Vista, São José, Santo Antônio, Graças, Encruzilhada, Beberibe entre outros. Dentro desses espaços, melhor explicitando, no bairro de Boa Vista localizamos uma grande concentração de escolas e faculdades como a Escola de Engenharia, na Rua do Hospício, a Faculdade de Direito, nas proximidades, e a Faculdade de Filosofia, no bairro Solenidade (RESENDE, 2005, p. 127).

Um estudo realizado nos anos 1990 constatou que, ainda nesta data, de todas as metrópoles industrializadas do país, Recife foi a que mais concentrou mocambos,¹ analfabetos, um alto

¹ Quarenta anos depois do período em estudo (década de 1990), Recife ainda representava a maior taxa de mortalidade infantil, de analfabetismo e a população vivendo em péssimas condições. Quase metade da população, 46,4%, reside em favelas, conhecidas localmente como 'mocambos', o que torna Pernambuco o estado de maior índice percentual de habitantes favelados, seguido por Belém, 19,4%; Rio de Janeiro, 14,4%; Fortaleza, 13,3%; Belo Horizonte, 10%; Porto Alegre, 6,3%; Curitiba, 5,8% e São Paulo, 5,6% (CASTRO, 1992, p. 38).

índice de mortalidade infantil, além de acentuar a exclusão da população dos meios de produção.

Entre os problemas que mais afligiam a população operária, estava o da moradia. Dada a escassez e o *boom* urbano² e industrial do período entre guerras, a questão da moradia se tornou caso de polícia (CARVALHO, 1978, p. 217).

A industrialização no Brasil teve seu primeiro verdadeiro impulso durante a I Guerra Mundial, e começou a ‘decolar’ na década de 40, quando a Segunda Guerra Mundial reduziu drasticamente a importação de produtos manufaturados do exterior. (CARVALHO, 1978, p. 218).

Tendo a urbanização ocorrida de forma desregular e desordenada, problemas como a falta de moradia foram comuns, como ainda são nas grandes capitais. O trânsito de migrantes e imigrantes de diversas regiões do Brasil aconteceu espontânea e forçadamente através do “descampesinato”, ligado de certa forma às questões climáticas, como o êxodo de flagelados da seca, ou a “proletarização” de trabalhadores informais do espaço urbano, para resolver o problema de moradia, incentivados pelos governos desde o primeiro governo Vargas.

Para fazer frente à falta de moradias, o governo nacional passou a dar incentivos aos industriais para que construíssem vilas operárias, como a isenção de pagamentos de impostos e incentivos financeiros. Conforme os autores que estudaram esta questão em outras regiões, estas vilas, desde o período Vargas, passaram a ser espaços onde se exercia a repressão com maior vigor, pois um dos critérios à moradia era o de não participar de atividades políticas consideradas subversivas, além de exigir atitudes e comportamentos absolutamente submissos à ordem industrial.

² Segundo o autor, entre 1946 e 1964 ocorreu um rápido crescimento urbano no Brasil acompanhado pela industrialização.

Em Recife, o caso das vilas não fora diferente. Lopes (1979) identificou que ocorreu nos centros urbanos do Nordeste um processo denominado “descampesinato”. Entre os vários fatores sociais, o de clima também provocou grandes êxodos rurais, que resultaram em grandes contingentes de pessoas a procura de trabalho ou fugindo das áreas atingidas pelas secas na década de 1950. A cidade representava, para tais contingentes, a possibilidade de trabalho e também de moradia e, uma vez na cidade, eles se instalavam próximos às fábricas, nos bairros afastados do centro de Recife. Daí surge, como solução paliativa, o modelo fábrica-vila.

Um primeiro marco deste processo pode ser representado pelos trabalhadores submetidos ao “sistema fábrica-vila operária”, o qual sintetiza e concentra simultaneamente um processo de “descampesinato” – sustentado por um aliciamento direto de mão de obra pela fábrica no campo, [...] muitas fábricas, oficinas e lugares de trabalho urbanos recrutavam trabalhadores já estabelecidos na cidade por um movimento próprio de “proletarização”, enquanto as fábricas que mais se utilizavam de um aliciamento direto de força de trabalho no meio rural é que se estabeleciam na periferia deste “mercado de trabalho” fabril, engrossando-o de novos contingentes vindos do campo. [...] as fábricas utilizavam-se largamente de formas de imobilização da força de trabalho pela moradia, caracterizando um estilo de industrialização no que diz respeito à relação com sua mão de obra, e dentre elas as que se utilizavam formas diretas de aliciamento rural, multiplicando um “aliciamento” espontâneo paralelo, alimentavam a partir do “descampesinato” os contingentes que circulariam pelas fábricas segundo as regras próprias desse “mercado de trabalho” (LOPES, 1979, p. 21).

A questão da moradia associada ao trabalho criou uma du-

pla dependência do operário para com os deveres da fábrica. Vale destacar que o operário foi mantido “submisso” ao empresariado industrial e às normas internas das fábricas até mesmo na esfera de sua vida privada ou doméstica. A assiduidade do operário era garantida através do vínculo à moradia. O apito da fábrica, a instituição do “chamador”³, a proximidade da fábrica, entre outros aspectos, subordinaram a vida cotidiana dos operários e de sua família à lógica do trabalho. Em 1939, por exemplo, matérias na imprensa pernambucana denominavam:

“Villa operária” os conjuntos de moradias feitas por indústrias para seus operários, fossem eles localizados dentro da periferia de cidades, ou em localidades isoladas. Mencionava-se a “Villa operária” da Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco, localizada no centro do Recife; a da Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco S.A., situada no bairro da Torre; a do Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A. e a da Fábrica da Tacaruna, localizadas na periferia da cidade. Os conjuntos situados próximos a pequenas cidades do interior eram tratados da mesma forma: fazia-se referência à “villa operária” da Companhia Industrial Fiação e Tecidos Goyanna, na cidade de Goiana; à da Fiação e Tecelagem de Timbaúba, em Timbaúba; à da Companhia Industrial Pirapama, em Escada, e à do Cotonifício José Rufino, na cidade do Cabo (CORREIA, 2001, p. 83).

Essa mesma proximidade serviu de argumento à administração da fábrica para exigir horas extras, para a manutenção do estado de prontidão em relação ao patrão, “principalmente no que diz respeito às profissões de manutenção e reparos da maquinaria e instalações fabris” (LOPES, 1979, p. 58).

Como explicita Lopes, o fato de certas indústrias fornecerem casas aos seus operários, em troca de um aluguel geralmen-

³ Pessoa designada para abordar operários para o trabalho na madrugada.

te descontado do salário, fez parte das regras do jogo: “significava uma interferência direta e visível mesmo do ponto de vista do processo de reprodução – da administração da fábrica sobre o consumo individual dos trabalhadores”, e conferiu ao patrão um poder de dominação reforçado pela concentração do capital e pela propriedade territorial (LOPES, 1979, 42).

Enfim, a administração da fábrica exerceu sobre a vida dos operários na vila operária, o controle do trabalho e o controle sobre as regras de moradia, de comportamentos, atitudes e costumes, acompanhados por formas de controle ideológico sobre ele e toda a sua família. A questão que se evidencia na documentação é que este controle, assim como as regras e as normas estabelecidas pelo empresariado, relativas ao funcionamento dessas moradias, era executado por estes duplos agentes – da DOPS e os da empresa.

A repressão na fábrica

A DOPS operou como uma reguladora dos conflitos entre os operários, as indústrias e os sindicatos. As funções policiais do poder público se voltaram aos interesses privados do empresariado industrial recifense em detrimento das demandas dos operários.

No espaço das fábricas, entre os anos de 1945 e 1947, foram iniciadas investigações sumárias de toda atitude considerada prejudicial à fábrica ou ao empresário, e que pudesse indicar uma perspectiva comunista.

Para o cumprimento destas funções de vigilância, a DOPS disponibilizava agentes para prestar serviços nas fábricas, pagos por industriais, assim como policiais à paisana, destinados à manutenção da integração da empresa com os órgãos públicos

de repressão. O vínculo entre o sistema repressivo e as fábricas ocorria por causa dos agentes de dupla inserção. Ao serem identificados na folha de pagamento da empresa, era constatada a troca de ofício do trabalho entre os agentes da DOPS e aqueles pagos pelos empresários. Por exemplo, há ofícios que comprovam a inclusão de um investigador da DOPS na folha de pagamento de uma fábrica, conforme é visto abaixo:

Estou apresentando a V.S., com este, José Leal Bosa [Rosa], investigador especial desta inspetoria, para servir junto empresa, cujos honorários, serão pagos por essa empresa. Saudações. Amaro Carvalho de Siqueira. Inspetor.⁴

Sob a justificativa do momento, ou seja, de que as pessoas vigiadas e punidas eram integrantes ou simpatizantes do PCB, e, portanto, agitadores, a integração entre a DOPS e as indústrias se configurou com muita transparência. Assim, as sanções foram aplicadas de forma banal, por serem consideradas normais.

Os agentes assessoravam o empresariado, com a identificação de possíveis suspeitos, onde encaminhavam seus relatórios que serviam para a composição de dossiês sobre os vigiados. Além disso, cooperavam com o poder judiciário nas ocasiões de julgamentos de litígios, dispensas de trabalhadores e inquéritos.⁵

Como resultado de tais investigações foram criadas listas, denominadas listas negras, de operários identificados como comunistas e que, por serem considerados “subversivos”, não conseguiriam mais se integrar como operários nas fábricas.

⁴ Ofício n. 63 da Inspetoria de Ordem Política e Social. Prontuário 27.922 de 5 de setembro de 1946.

⁵ A produção de listas de operários, segundo a documentação, se processou a partir da década de 1940. A lista em anexo II foi da Fábrica da Torre, do ano de 1949, em que a DOPS já estava de posse dos documentos apreendidos nas células comunistas no Recife e no interior. / Prontuário 5645 de 22 de março de 1949.

Além da função de identificar os comunistas, os agentes nas fábricas foram incumbidos de não permitir a difusão ideológica no interior e nos arredores do espaço fabril, para validar as regras internas das fábricas, para monitorar os comícios, as greves e qualquer outro movimento em que o número de operários fosse expressivo.

Para o estudo desta articulação entre o poder público e o privado na ação repressiva, será usada a documentação relativa ao complexo fabril pertencente ao coronel Othon Bezerra de Mello, composto pela Fábrica de Apipucos, com 1.726 operários⁶, Fábrica Maria Amália, com 300 operários⁷, e a Fábrica Bezerra de Mello, com 600 operários⁸.

A vigilância destes agentes se estendia pelo cotidiano da maior parte dos operários destas fábricas, sendo que muitos deles moravam nas denominadas vilas operárias.

A fábrica de Apipucos, no ano de 1944, estabeleceu que, devido à escassez de moradia, os operários residentes em casas com mais de um dormitório deveriam desocupá-las ou permitir que outro operário residisse na casa. Todos os operários que não concordaram foram listados e seus nomes enviados à DOPS como subversivos:

I – Em virtude da escassês de casas residenciais para os nn/operários da Fábrica de Apipucos, fomos forçados a solicitar dos que estão instalados em habitações de mais de dois quartos, a mudança para outra de um só, ou então a permissão para ceder um dos quartos para outro companheiro.

II – Essa medida, como se vê, de caráter precário e ditada tão somente pela falta absoluta de habitações, apesar de nn/esforços na solução do problema, foi

⁶ Ibidem. Prontuário 27.922 de 7 de agosto de 1935.

⁷ Ibidem. Prontuário 27.922 de 19 de agosto de 1935.

⁸ Ibidem. Prontuário 27.922, s/d.

aceita por unanimidade pelos operários por ela atingidos, com exceção de MANOEL MESSIAS DE OLIVEIRA, residente à rua Madre Lynch, 912.

III – Na solução d/caso, originado pela intransigência do referido senhor, solicitamos a interferência de V.S., pelo que, desde já, nos consideramos, GRATOS.⁹

Dois dias depois, a empresa encaminha mais uma solicitação de interferência. Com base nos mesmos argumentos apresentados no primeiro ofício, sobre a necessidade da cessão de espaços em uma mesma moradia para abrigar mais operários, em decorrência da falta de casas residenciais, amplia o espectro da repressão, sob a justificativa de que os denunciados se mostravam:

refratários ao apelo, numa demonstração de ausência de fraternidade e espírito de companheirismo. São eles: Sebastião Seabra, residente a rua do Monte, 23, João Pereira de Lima, à rua Ida, 305 e Cecília Silva Dias, rua do Sol, 108, todos em Apicucos.

III – Deste, modo, vimos solicitar a (?) dos bons officios de V.S., no sentido de solucionar o assunto, ante as razões acima expostas, pelo que, confessamo-nos, GRATOS.¹⁰

Nesse primeiro momento, as pessoas foram classificadas como operários que não colaboraram com as normas internas; ou seja, ou apoiavam incondicionalmente a proposta da empresa ou eram considerados subversivos e seus nomes apareceriam destacados pela DOPS com lápis azul. A partir daí, neste caso, a pessoa era identificada como não comunista,¹¹ no entanto, seu nome estava na DOPS.

⁹ Prontuário da Fábrica Othon Bezerra de Mello. 12 de outubro de 1944.

¹⁰ Prontuário 27.922. 14 de outubro de 1944.

¹¹ No prontuário 4.617 de 29 de outubro de 1954, aparece o nome de Antonio Rodrigues Paiva, sublinhado de azul, identificado como não pertencente de nenhuma célula comunista dos anos de legalidade do Partido, e sublinhada em vermelho a informação que “não figura nos documentos da Célula Comunista, que funcionou à

A colaboração entre a DOPS e o empresariado industrial recifense não se limitava ao controle e à construção de dossiês condenatórios, mas se estendia a outras parcerias que demonstravam como os poderes públicos atendiam aos interesses da iniciativa privada, no caso, da burguesia industrial recifense.

Tal submissão atinge todos os poderes, como por exemplo, a mancomunação do poder judiciário com os ditames empresariais. Um caso exemplar desta configuração se encontra numa apelação documentada pela DOPS. Um operário chamado Álvaro Moreira da Silva moveu uma ação contra o Cotonifício Othon Bezerra de Mello, que mandara cortar a água e a luz de sua moradia, obrigando-o a se mudar. Em seu argumento, o operário atesta ter feito o pagamento dos aluguéis atrasados e, apesar disso, o juiz de direito solicitou a intervenção da polícia para despejá-lo.¹²

A identificação das pessoas consideradas *non gratas* pela empresa levava à estigmatização do trabalhador, que era sumariamente demitido sob a alegação de pertencer às hostes comunistas, além de ser impedido de se expressar livremente entre os operários, pois também era importante que não houvesse a difusão de qualquer ideia contrária às normas vigentes da empresa. Veja-se, por exemplo, a situação de uma funcionária chamada Paulina Francilina dos Santos, suspensa do trabalho por colar, numa sessão da fábrica, fotos de Luís Carlos Prestes. A banalização da parceria entre a iniciativa privada e o Estado no controle do operariado era de tal ordem que, nos boletins redigidos por estes agentes da DOPS, eram incorporadas no relatório enviado ao proprietário da empresa, informações que advinham dos órgãos públicos, além de ser adotado o tom de uma acusação criminal.

Rua Cardoso Aires, 223, existentes no arquivo desta delegacia”. Prontuário 4.617 de 29 de outubro de 1954.

¹² Prontuário 27.922 de 3 de dezembro 1945.

O relatório do agente Joaquim Ferreira da Silva se inicia com a informação de que ele estava em sua sala, quando ouviu a discussão entre o gerente da empresa e a funcionária que havia sido

Chamada a gerência [...], para receber uma suspensão por motivo de estar pregando retrato de Luis Carlos Prestes dentro da secção aonde trabalha, onde é determinantemente proibido pela Diretoria da Fábrica qualquer propaganda política.¹³

Segundo seu relato, ele se “dirigira calmamente” à funcionária, alertando-a que estaria desrespeitando o gerente, enquanto que ela, “jogando a carteira de trabalho em sua cara [...] perante todo o pessoal do escritório”, o chamara de “policiafascista e sem vergonha”.¹⁴

O agente solicita que a pessoa seja presa e que o encarregado da Delegacia de Ordem Social “puna este caso de conformidade com o que merece”, para que ele não ficasse “desmoralizado diante dos operários e da Gerência”. Observa-se que tais agentes tinham ainda o poder de efetuar prisões no local de trabalho, pois ele declara que:

Não a prendi no momento para não criar um caso para esta Delegacia, pois no momento encontrava-me só no referido local. Encontravam-se mais de 60 pessoas para falar com o Sr. Gerente e onde se encontravam diversos comunistas.¹⁵

Para enfatizar a sua acusação, o agente incorpora outra informação, de caráter mais comprometedor, e que atestaria o envolvimento da funcionária com os comunistas, ou seja, “acusaa” de ser “irmã do chefe do Partido Comunista de toda zona

¹³ Investigador Joaquim Ferreira da Silva. Prontuário 4628 de 7 de maio de 1946.

¹⁴ Investigador Joaquim Ferreira da Silva. Prontuário 4.628 de 7 de maio de 1946.

¹⁵ Idem.

Camaragibe, sendo o mesmo já há dias indenizado pela empresa por motivo de se encontrar catequizando operários da mesma”.¹⁶

Nesta situação, o poder judiciário tem como prova do acontecido apenas o relato do agente da DOPS, pois tais documentos eram depois entregues como provas à Justiça do Trabalho, nos casos de solicitação de dispensa sob a alegação de “justa causa”. Observam-se tais circunstâncias em outros dossiês que passavam a acompanhar a vida da pessoa pelos anos seguintes, com os desfechos finais no período ditatorial, que se inicia em 1964. O exemplo abaixo é bem indicativo da forma como a documentação se compunha para a Justiça do Trabalho, pois no ofício, a empresa solicita à DOPS, “para fins de fazer prova da Justiça do Trabalho”:

[...] cópia fotostática de uma carta manuscrita encontrada em poder da agitadora comunista Julia Santiago, de autoria da Operária Olga Francisca de Almeida, ambas em litígio com a peticionaria [...].¹⁷

Acusada de ser participante do Partido Comunista, ligada aos sindicatos e às lutas dos camponeses na região rural¹⁸, Olga foi demitida por “justa causa”, após a empresa autenticar e registrar na Justiça do Trabalho a prova do “crime”, ou seja, sua petição por direitos trabalhistas.

No interior das fábricas, o controle ao operariado acrescido do controle político se tornava ainda mais acirrado quando se tratava de operárias mulheres, pois também havia o preconceito contra a mulher que trabalhava fora de casa, ou seja, aquela que se expunha publicamente junto a outros homens. O trabalho de mulheres no interior das fábricas têxteis revela os “mecanismos

¹⁶ Idem.

¹⁷ Ibidem. Prontuário 27.922 de 9/10/1953. (25).

¹⁸ Para maiores esclarecimento sobre os movimentos camponeses na região, consultar: Forman (1979) e Carvalho (1978).

quase que invisíveis”, como destaca Maria do Socorro de Abreu:

[...] não é a mesma coisa ser homem ou mulher dentro da fábrica, num sindicato, ou simplesmente dentro de nossas casas [...] há mecanismos quase invisíveis que tecem as relações entre homens e mulheres [...] fazem com que as tarefas, salários, qualificações e práticas sindicais de homens e mulheres sejam ao mesmo tempo articuladas e diferentes [...]. O trabalho de uma mulher numa fábrica depende de sua possibilidade familiar; seu salário é definido em função da existência de um salário maior, quase sempre do marido. Dela não se espera que participe dos sindicatos ‘porque sindicato não é coisa de mulher’ [...] Trabalhador não é o mesmo que trabalhadora. O trabalho também tem sexo (LOBO apud LIMA, 2004, p. 11-12).

A leitura de que todo o movimento dos trabalhadores, fosse individual ou coletivo, por quaisquer demandas trabalhistas, era resultante da ação dos comunistas, foi um fenômeno já analisado por autores, e sobre isto, reflete Edgar Carone (1985, p. 21):

A repressão contra as classes populares ocorre paralelamente à repressão aos movimentos grevistas [...] com o governo Dutra, começa a se delinear um programa de contenção social, não de maneira clara no seu início [...]. É a partir da segunda fase – agosto de 1946 –, que as autoridades procuram confundir o movimento grevista, em geral, com o movimento comunista. [...] proibindo comícios comunistas, prendendo pessoas e matando-as, confundindo reivindicações com agitações.

Daí que as relações entre a fábrica e a DOPS se concretizam de formas diversas, particularmente no controle dos direitos de organização e de livre expressão. Por exemplo, no documento

que segue expedido pela têxtil Cotonifício Othon Bezerra de Melo ao Major Secretário da Segurança Pública (da Secretaria de Segurança), em 1946, a empresa argumenta que, para “evitar qualquer alteração da ordem pública no núcleo fabril constituído pela fábrica Apipucos e suas dependências, inclusive Vila Operária e logradouros”, ela solicitava que a DOPS, “se dignasse de proibir naqueles locais a realização de comícios políticos de qualquer natureza política e ideológica”¹⁹, pois:

II – Como V.S.^a bem sabe, o exaltamento da multidão que habita num parque industrial resulta sempre em sérios prejuízos ao trabalho e a ordem publica, criando casos que facilmente poderão ser evitados.

III – Na expectativa de que n/ pedido será interpretado como u’a maneira de colaborarmos com as altas autoridades administrativas do Estado, pela manutenção de tranquilidade pública, à frente essa Secretaria, que com eficiência e zelo, vem desincumbindo de s/ missão, subscrevemo-nos, Atenciosamente – Cotonifício Othon Bezerra de Melo.²⁰

No mesmo documento, escrito à mão, lemos a referência de que fora providenciada a solicitação em 23 de novembro de 1946.

De fato, a DOPS exerceu o controle sobre as greves a pedido dos empresários, e os relatos dos agentes demonstram que, ao longo dos anos seguintes, ainda na década de 1950, tais dossiês engrossavam as alegações para abertura de inquéritos. Neste sentido, por exemplo, a fábrica Cotonifício Bezerra de Mello solicitou a abertura de inquérito policial para apurar a participação de operários, alegando que:

[...] II – Os operários Lorival Batista Nunes, Manoel

¹⁹ Prontuário 27.922 de 19 de novembro de 1946.

²⁰ Idem.

José de Oliveira, Vicente José de Oliveira e João Martiniano da Silva, agitadores comunistas, fizeram a paralização do trabalho e induziram os demais os demais companheiros a acompanharem na sua atitude grevista.

III – Assim sendo, e com o propósito de pormos um paradeiro a tais ocorrências, é que reputamos imprescindível o inquérito policial, para a aplicação das penalidades legais.²¹

Percebe-se a ação destes agentes no cerceamento à liberdade de reunião, de greve e de organização, não só no ano em que tais direitos estavam garantidos pela Constituição de 1946, mas também nos anos sucessores a 1952, como podemos constatar na greve de tecelões em Recife. Chama a atenção, no relatório de um dos agentes, o número de policiais que fizeram o cerco no início das greves da indústria têxtil Cotonificio Bezerra de Melo:

Desde o início das greves dos tecelões, foram designados pelo chefe de controle de pessoal para garantir as fábricas Amalita e Cotonificio Bezerra de Melo, no seguinte horário, de 6 as 18 horas os investigadores de nº 230 e 276, 18 as 6 horas os investigadores de nº 255 e 275.

Levo ao conhecimento de V. S., que desde segunda feira próxima passada até o presente momento as fábricas não funcionaram. O escritório Central, que abrange a 4 Fabricas e 2 Usinas no total de 85 funcionários, desde o dia 14 do corrente vem funcionando normalmente, apenas no dia 13 não trabalharam porque o comparecimento dos mesmos foram muito reduzidos.

O escritório do Cotoficio Bezerra de Melo, é composto de 34 funcionários, somente 8 tem trabalhado, o restante fazem parte da greve dos tecelões.

²¹ Ibidem, prontuário 27.922 de 26/8/1946.

O quadro de vigia é composto de 13 homens, havendo uma abstenção de 5 desde o início da greve.

Diante da ordem que recebemos de coibir reuniões de operários, nas imediações das fábricas, esta tem sido rigorosamente cumprida, tendo decorrido tudo normal até o presente momento. Sem outro assunto para o momento subs, atenciosamente, investigador nº 230.²²

Esta troca entre a DOPS e a fábrica se estendia ainda ao fornecimento de informações sobre a vida de funcionários que seriam contratados. Por exemplo, foi recomendado pelo agente do Estado que um ex-operário que estava para ser contratado para participar da guarda civil, não tivesse sua contratação efetivada. Francisco Sabino da Silva é o último citado de uma lista de 24 pessoas:

Adianto a V. S que o individuo de nome Francisco Sabino da Silva foi posto fora da Fábrica da Torre como elemento de influência nas hostes do extinto PCB e ainda fazia parte da célula mencionada [José Lourenço Bezerra], encontrando-se o mesmo com a pretensão nessa secretaria no sentido de ser nomeado guarda-civil, solicitando a V.S. que seja sustada tal pretensão, adiantando que o nome do mesmo está nos documentos constante da apreensão. Saudações Antonio Joaquim de Brito (comissário).²³

Estas investigações sumárias de agentes infiltrados nas fábricas produziram, em 1946 e, principalmente em 1947, listas de funcionários comunistas que continham o número de identificação interno, nome completo, filiação, idade e endereço residencial. A quantidade de listas torna-se expressiva à medida

²² Ofício da empresa dirigida ao Comissário da Delegacia Auxiliar de Recife. Prontuário 27.922 de 16 de outubro de 1952.

²³ Prontuário n. 4645. 22 de março de 1949.

que o número de funcionários identificados como comunistas engordam os prontuários da DOPS.

Identificamos dois tipos de trocas de informação; no primeiro caso o agente comunica à DOPS sobre os operários comunistas, no segundo caso, quando identifica operários na documentação apreendida no ano de 1947, envia um comunicado à fábrica sobre o envolvimento do operário no PCB.

Essa prática de troca de informações se deu não entre a fábrica e a DOPS, mas entre as Forças Armadas e as outras associações e instituições assessoradas ou ligadas à Delegacia de Ordem Política e Social:

A importância do intercâmbio institucional como sustentáculo da rede de informação é fundamental na manutenção dos espaços de poder, operando no sentido de vigilância permanente e controle social, sendo a partir dessa perspectiva possível entender a importância dada à informação no rastreamento das pessoas, feito através da coleta, processamento e repasse dos dados em caráter local/nacional (SILVA, 2007, p. 137).

Outras listas foram produzidas no decorrer da década de 1940 e 1950, principalmente após a apreensão de documentos no período em que o PCB foi posto na ilegalidade.

É certo que este controle social das esferas do institucional representou não só uma função repressora da DOPS, mas expôs na ordem instituída, a fragilidade da classe burguesa. O limite da democracia liberal se fundiu com a autocracia-burguesa, caracterizado pela força de quem detém acesso às funções instituídas.

Fontes

Acervo Público Jordão Emerenciano, prontuário n. 4645, 27.922, 4628, 4.617.

Referências

CARONE, E. **Corpo e alma do Brasil: A República Liberal: II** Evolução Política (1945-1964). São Paulo: FCA, 1985.

CARVALHO, J. C. M. de. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

CORREIA, Telma de Barros. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 4, mai. 2001, p. 83. Disponível em: <www.anpur.org.br/revistas/Anpur_v4.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2009.

FORMAN, S. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Trad. Maria Isabel Erthal Abdenur. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIMA, M. do S. A. **Tecendo lutas, abrindo espaços: mulheres nos movimentos sociais dos anos 50**. Recife: Oito de Março, 2004.

LOPES, J. S. L. et. al. **Mudança social no nordeste: a reprodução da subordinação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste, v. 5.)

SILVA, M. G. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva da DOPS-PE (1964-1985)**. Tese de doutorado no Programa de História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SOUZA, F. A. S. **Relações do trabalho no Brasil: um enfoque didático**. Brasília: IBRART; OIT, 1985. (Série Pesquisa n. 5).

DENTRO DA ESTRUTURA REPRESSIVA: O SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA

**Imaginário anticomunista e repressão
política em Minas Gerais no começo
da década de 1970**

*Luiz Fernando Figueiredo Ramos**

O golpe civil-militar de 31 de março de 1964, ao romper a legalidade democrática instituída no Brasil desde 1946, representou um divisor de águas na política nacional. De um lado alijou do poder as autoridades legalmente constituídas, cerceou a margem de ação dos movimentos populares, cassou mandatos de parlamentares contrários à nova ordem estabelecida, expulsou do funcionalismo público um número grande de pessoas supostamente ligadas ao governo João Goulart (1961-1964) e a organizações consideradas subversivas, limitou os

* Mestrando em História Social na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Especialista em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

canais de participação democrática, estabeleceu a censura aos meios de comunicação e, com o passar do tempo, foi ampliando as medidas coercitivas através de atos institucionais (AI) e da instauração de Inquéritos Policial Militares (IPMs), que em poucos anos culminariam com o completo fechamento do regime através do AI-5.

Por outro lado, os militares no poder, em conjunto com as elites políticas civis, parte da classe média e outros setores conservadores da sociedade política, adotariam um enfoque burocrático e tecnocrático na formulação de políticas econômicas, implantando em conjunto com o bloco multinacional-associado (Dreifus, 1981), uma política de austeridade econômica de achatamento de salários da classe trabalhadora, controle do processo sindical; o objetivo da adoção desta política econômica seria atrair investimentos estrangeiros. E para isso vão estabelecer e reforçar os aparelhos repressivos do Estado no sentido de neutralizar as oposições internas.

Segundo Huntington, ao avaliar as intervenções castrenses nas sociedades políticas do até então chamado Terceiro Mundo; “no mundo da oligarquia o soldado é um radical; no mundo da classe média é um árbitro e um participante; à medida que a sociedade de massas desponta no horizonte, torna-se um guardião conservador da ordem existente” (HUNTINGTON, 1975, p. 233). Desta forma, em sociedades com baixo desenvolvimento político-institucional, uma industrialização limitada e com a ascensão dos movimentos reivindicatórios, os conflitos políticos e de classe tornam-se iminentes.

Durante o período republicano os militares serão atores relevantes no cenário político brasileiro, a semelhança de outros países latino-americanos. Porém, no período posterior à Segunda Guerra Mundial e com o advento da Guerra Fria, ocorre uma significativa expansão das Forças Armadas na América Latina. A diferença de outras conjunturas, a Guerra Fria trouxe um no-

vo advento que acabou sendo introjetado no interior das Forças Armadas latino-americanas, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que será a ideologia norteadora do regime implantado no país a partir de 1964.

O imaginário anticomunista no seio das Forças Armadas

Ao iniciarmos este tópico sobre a conformação do anticomunismo nas Forças Armadas, faz necessário definirmos algumas conceituações teóricas que utilizaremos durante o desenvolvimento deste texto. Primeiramente, tomaremos como método de análise o conceito de Cultura Política, utilizado por Kushinir e Carneiro com base no que definiram Almond e Verba, que seria a princípio “um conjunto de atitudes crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores” (Kushinir & Carneiro, 1999, p. 227). Outra conceituação é a de Imaginário Social, com base no que assinalou Baczkó; para este autor é por meio do imaginário social que se podem atingir os medos, aspirações e as esperanças, ou o âmago de um povo. É nele que a sociedade esboça suas identidades e objetivos, detecta seus inimigos e organiza seu passado, presente e futuro. Este imaginário se expressa por meio de ideologias e utopias, e ainda por simbolismos e representações (BACZKO, 1985).

Devemos ainda levar em consideração alguns aspectos relativos à formação da mentalidade profissional militar. Para isso faz necessário o livro de Huntington, *O soldado e o Estado*. Segundo este autor parece haver um consenso entre os analistas do comportamento castrense que afirmam que “a mentalidade militar é

disciplinada, rígida, lógica e científica, e que não é flexível, tolerante, intuitiva nem emocional” (HUNTINGTON, 1996, p. 79).

Provavelmente o processo de formação de oficiais nas academias militares e a profissionalização dos quadros para o desempenho contínuo da função de administrar a violência acabam dando origem a estas características (HUNTINGTON, 1996, p. 79), o que os torna, muitas vezes, “diferentes” em relação ao cidadão comum. De acordo com este autor, podemos concluir que os militares são um corpo profissional treinado para o emprego e a administração da violência para garantir a segurança do Estado nacional. Teoricamente são subordinados ao poder civil, isto quando se trata de um estado democrático de direito (HUNTINGTON, 1996, p. 79). Na situação que estamos estudando, eles assumiram o controle do Estado como instituição.

Diante desta formação profissional austera, com ênfase na disciplina hierárquica, os militares devem calcular metodicamente as ameaças existentes à segurança do Estado e da sociedade, de acordo com Huntington (1996, p. 84):

As realidades objetivas da política internacional, portanto, só em parte determinam a avaliação militar da situação. As concepções do militar também refletem uma inclinação profissional subjetiva cuja força depende de seu nível geral de profissionalismo. Essa inclinação profissional ou senso de responsabilidade profissional leva-o a perceber que se errar em sua avaliação o erro deverá ficar do lado da exacerbação e da ameaça. Como resultado, muitas vezes ele verá ameaças à segurança do Estado onde na realidade não existe nenhuma.

Essa austeridade profissional, no entanto, não significa que a comunidade militar esteja imune às penetrações ideológicas e às influências de determinadas culturas políticas, muito pelo contrário. Conforme veremos logo mais a frente, as declarações

de certos setores das Forças Armadas não refletem necessariamente seu caráter militar, são derivadas de posturas individuais e de clivagens internas politicamente posicionadas.

Em um segundo momento, o nacionalismo é outro ponto importante no imaginário militar, porém alguns cuidados devem ser levados em consideração ao tratarmos do assunto. O nacionalismo como fenômeno sociopolítico tem origem na Europa do século XIX; esse modelo de nacionalismo serviu de base para vários movimentos anticomunistas no decorrer do século XX, por exemplo, os nazistas na Alemanha, os fascistas na Itália e os integralistas no Brasil. No entanto, no pós-guerra o nacionalismo será defendido por grupos com propostas políticas antagônicas, tanto a direita quanto a esquerda, principalmente relativo às questões econômicas como protecionismo contra o capital externo. Por exemplo, em 1953 os comunistas participaram ativamente da campanha “o petróleo é nosso” quando da fundação da Petrobrás. Para os militares, o Estado-Nação constitui a forma mais elevada de organização política da sociedade, é um nacionalismo de caráter conservador, para isso sustentam que a segurança nacional depende da manutenção de Forças Armadas fortes e permanentes.

De acordo com Motta (2002), a convergência entre nacionalismo e anticomunismo pode ser observada nos dois golpes político-militares que tiveram como uma das justificativas o avanço do “perigo vermelho”, o Estado Novo em 1937 e o golpe civil-militar de 1964. Ambas as experiências enfatizaram vigorosamente a valorização de ideais cívicos e patrióticos, estimulando o culto a símbolos, datas e heróis nacionais, lançando mão inclusive de reformulações no ensino educacional, com clara intenção de tentar invalidar o discurso das esquerdas, promovendo a ideia de que a união nacional estava acima de qualquer divergência de caráter econômico ou social (MOTTA, 2002, p. 36).

Ainda de acordo com o mesmo autor, no que se refere ao anticomunismo de caráter nacionalista, os militares foram o grupo social mais receptivo a essa proposta de mobilização contra os comunistas e em defesa da nação. Ao longo da história do anticomunismo no Brasil, membros egressos das Forças Armadas tornaram-se militantes anticomunistas (MOTTA, 2002, p. 36). Não se trata aqui de generalizar o anticomunismo como fruto do nacionalismo das Forças Armadas, um dos motivos que gerou o anticomunismo militar; foi o fato de existirem expressivos seguimentos de esquerda dentro do Exército e de alguns militares terem se tornado comunistas. No auge do embate ideológico dos anos 1930, a Ação Integralista Brasileira (AIB), de Plínio Salgado, com um discurso ultranacionalista e com uma forma de organização parecida com a estrutura militar, conseguiu atrair um número considerável de membros das Forças Armadas para suas fileiras (MOTTA, 2002, p. 37).

O acontecimento que iria cristalizar de vez o sentimento anticomunista dentro das Forças Armadas brasileiras foi a chamada “Intentona Comunista”, de 1935. Esse acontecimento acabou entrando para o calendário cívico das Forças Armadas. O livro do general Ferdinando de Carvalho, *Lembraí-vos de 35*, mostra o culto em torno dos mortos da “Intentona” de 1935, traz logo na capa a foto do monumento erguido na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, em homenagem aos militares mortos durante o levante. “O episódio sofreu um processo de mitificação, dando origem a uma verdadeira *legenda negra* em torno da Intentona Comunista” (MOTTA, 2002, p. 76). O 27 de novembro foi uma data comemorada nas décadas seguintes com a presença de comandantes militares e inclusive, em algumas ocasiões, com o presidente da República.

Verdadeiros mitos foram criados desde então, o mais conhecido é o de que alguns militares teriam sido mortos durante

o sono pelos colegas de farda rebelados, o que deu aos comunistas a alcunha de cruéis e traidores. Entretanto, o caso onde se deu a suposta execução foi no Rio de Janeiro, onde as tropas já estavam de prontidão devido aos levantes no nordeste. Segundo Motta, a história de militares executados durante o sono foi reproduzida nos anos seguintes, frequentemente aparecendo na imprensa, o que acabou dando um caráter “verdadeiro”, num processo paulatino de construção de construção e elaboração do mito (MOTTA, 2002, p. 76). Sobre a construção propagandística em torno do levante de 1935, Motta assinala:

O comunismo deixava de ser uma abstração e adquiria um perfil definido, concreto próximo da realidade brasileira; o anticomunismo passava a ter um apelo forte, sensibilizando setores significativos da sociedade que até então não dava ouvidos às advertências sobre o “perigo vermelho”. A “Intentona Comunista” possuía características típicas dos mitos modernos, a capacidade de provocar a mobilização social. Procurava – se mobilizar a sociedade contra os comunistas por meio da advertência de que, se não fossem detidos, cometeriam de novo as supostas vilezas de 1935 (MOTTA, 2002, p. 76).

Assim o anticomunismo cristalizou-se nos setores mais conservadores da sociedade brasileira, de modo especial nos segmentos das Forças Armadas mais identificados com a direita. Isto não significa que a instituição tenha ficado impermeabilizada contra penetrações ideológicas de outro tipo. No decorrer dos anos 1950 e no início dos anos 1960 expressivos seguimentos das Forças Armadas, principalmente do Exército, comungavam com ideias de esquerda, não exatamente comunistas, apesar de existir militares pertencentes ao PCB. Uma vez consolidado o golpe de 1964, muitos oficiais, talvez perto de quatrocentos, fo-

ram exonerados ou mandados compulsoriamente para a reserva.

A bipolaridade da Guerra Fria trouxe novas reformulações para o pensamento estratégico militar, a partir de então vão desenvolver o conceito de segurança nacional, que de uma forma bastante simplificada constitui no binômio segurança e desenvolvimento. Este conceito estratégico, transformado em ideologia, foi desenvolvido pelo *National War College*, em Washington, e tornou-se o principal pressuposto na formação das elites militares da América Latina.

No Brasil o principal centro difusor desta ideologia foi a Escola Superior de Guerra (ESG), que no início contou com assistência norte-americana. Foi a ESG que instrumentalizou a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) no Brasil, que foi a ideologia oficial do regime de 1964. A doutrina trabalhada pela ESG é todo um conjunto de pressupostos para serem implementados nas diversas instâncias do poder político nacional. Trata-se de várias estratégias de caráter político, econômico, psicossocial e militar, nesta doutrina a questão da segurança e do desenvolvimento nacional são fatores intrinsecamente indissociáveis. A ESG foi construída com o objetivo de proporcionar estudos entre civis e militares acerca de planos para o desenvolvimento do país. A partir de então os militares estreitaram os laços com as elites empresariais civis e, neste sentido, a DSN era um instrumento para ser aplicado no planejamento governamental; num plano mais específico, a DSN era a “orientação para a ação e emprego da destinação do poder” (ESG, 1977-1978, p. 11).

A DSN faz um apelo cívico para a união coletiva dos cidadãos em torno da pátria, defende ao mesmo tempo um projeto nacionalista, o livre comércio e a iniciativa individual e uma aliança estratégica com os Estados Unidos. Segundo o general Aurélio Lyra Tavares, a segurança nacional é um problema de toda a sociedade, de todos os grupos que integram a nação, des-

de o plano espiritual até o material, “porque exige do governo, das classes dirigentes e do povo a consciência sobre o que ela é como deve ser entendida e realizada, as vulnerabilidades que apresenta e os perigos que pode ocorrer” (TAVARES, 1962, p. 14). Esta visão tem base em um pressuposto de guerra total e permanente entre capitalismo e socialismo, os perigos e as vulnerabilidades, são a propagação de ideias marxistas (pelos partidos e organizações comunistas) em vários setores da sociedade, que na visão dos doutrinadores são os preparativos da guerra revolucionária e o início da fase subversiva. Desta forma, “a produção ideológica pode permitir o mascaramento, a deslocação ou o desvio dos conflitos ou das potencialidades do conflito, e ainda enxergar o conflito e amenizá-lo, articulando um conflito imaginário entre as potencialidades efetivas” (ANSART, 1978, p. 83). Sendo assim, podemos afirmar que a ditadura civil-militar, por meio da propaganda oficial, que difunde sua ideologia e legitima suas ações, faz uso ostensivo do aparelho repressivo de estado no sentido de calar, conter, neutralizar e eliminar fisicamente as opiniões dissidentes. Por sua vez, os órgãos de segurança interna como parte da Comunidade de Informações (aparelho repressivo do estado), sendo receptores e consumidores desta ideologia, tem seu *ethos*, prática e direcionamento operacional voltadas para o controle e a vigilância dos inimigos do estado, sendo estes as organizações clandestinas de esquerda e seus simpatizantes. Deste modo, “a ideologia surge, então como instrumento permanente dos poderes e como o ponto simbólico onde os poderes são incessantemente legitimados ou contestados, reforçados ou enfraquecidos” (ANSART, 1978, p. 83-4).

Na visão dos formuladores da DSN, a nação constitui-se num corpo com possibilidade de fragmentar-se e ser destruído em sua unidade interna, seja de ordem material ou espiritual. Os teóricos da segurança nacional esquematizaram a nação como

um organismo vivo semelhante aos sistemas fundamentais do organismo humano, dividido em quatro partes: o primeiro é o campo político identificado com o sistema nervoso, onde se encaixa o governo. O segundo é o sistema circulatório, ou a economia. O terceiro é o sistema sensorial, que é o psicossocial, isto é, todas as instâncias da sociedade, desde instituições convencionais como a família, a escola, a religião, passando por fatores como a cultura, o saneamento, a saúde, a habitação, o trabalho, a previdência social, da ecologia à tecnologia. O quarto e último é o sistema muscular, e é aí que entram as Forças Armadas (TAVARES, 1962, p. 14).

A parte que realmente nos interessa sobre a DSN neste trabalho é sua estratégia militar. A Guerra Fria era uma guerra constante travada em todos os campos – político, militar, econômico. A estratégia militar da DSN é uma resposta às formas de enfrentamento armado que tiveram maior notoriedade durante a Guerra Fria. Após a Segunda Guerra mundial, com redefinição das chamadas “fronteiras ideológicas”, o que restava do colonialismo europeu na África e na Ásia entrava em processo de emancipação política; essas antigas colônias tornaram-se nações, muitas das quais após um prolongado processo de luta armada. Pela lógica da geopolítica da Guerra Fria, era evidente que alguns destes novos países passariam ou para a órbita de influência norte-americana ou soviética. Dois exemplos ilustrativos dessas guerras de libertação nacional são as guerras da Argélia e da Indochina, que envolveram a França. Com a derrota da França a Argélia estabeleceu um governo de cunho socialista e a Indochina dividiu-se em Vietnã do Norte socialista e Vietnã do sul capitalista. As experiências francesas na Argélia e na Indochina estão narradas no livro do coronel Gabriel Bonnet, *Guerras Insurrecionais e Revolucionárias*, lançado no Brasil em 1963.

A preocupação dos estrategistas da ESG passa a ser com as

guerrilhas, principalmente após a Revolução Cubana em 1959, que foi um exemplo mais próximo da realidade latino-americana. A partir de então grupos guerrilheiros inspirados no exemplo de Cuba começaram a se insurgir em vários cantos do continente, como Colômbia, Peru, Guatemala, Nicarágua e outros lugares. No Brasil, a mobilização dos movimentos de massas no governo João Goulart (1961-1964) em torno das reformas de base e da reforma agrária, foram interpretadas pelos militares da ESG e pelas elites empresariais como mobilização para a guerra revolucionária. As manifestações estudantis de 1968, ocorridas em várias cidades do Brasil, não foram vistas de maneira diferente pelos detentores do poder, que a partir de então aumentariam o grau de repressão e violência política contra os adversários do regime. De fato, vários militares chegaram afirmar que se tratava do “começo da guerra revolucionária comunista”.

Desde o princípio a ESG estava comprometida com a luta interna anticomunista, e tornou-se o “centro do pensamento ideológico relativo à estratégia contrarrevolucionária no Brasil” (STEPAN, 1975, p. 132), tomando emprestada a racionalização francesa e norte-americana sobre o assunto. Nos manuais da ESG a chamada “Guerra Revolucionária Comunista” era um instrumento do “comunismo Internacional”, e parte da política externa de Moscou para os países do então chamado Terceiro Mundo; já que na visão dos formuladores da doutrina da ESG a política de coexistência pacífica implementada pela URSS durante o governo de Nikita Krushchev (1956-1964), era uma forma disfarçada dos soviéticos de “desestabilizar governos e nações” (ESG, 1977-1978, p. 237-238). Nesta visão maniqueísta de mundo, os teóricos da contrainsurgência, como Hermes de Oliveira Araújo e Friedrich August Von Der Heydte, viam os revolucionários argelianos, vietnamitas e latino-americanos como meros fantoches nas mãos de técnicos russos da “Guerra Revolucionária”, porém no pós-Se-

gunda Guerra Mundial a URSS “não desejava nem tentava ampliar sua área de influência” (HOBSBAWM, 2003, p. 424-425). O problema é que estes guerrilheiros teriam que ser mais criativos que os soviéticos; sendo assim, as guerras de guerrilhas e outros fenômenos violentos do Terceiro Mundo poderiam ser compreendidos sem nenhuma relação com a história destes povos.

A justificativa ideológica fornecia toda interpretação. Por exemplo, o livro *Guerra Revolucionária*, do tenente-coronel português Hermes de Oliveira Araújo, coloca os movimentos de libertação nacional afro-asiáticos como uma maléfica conspiração do “comunismo internacional”, e os guerrilheiros como um bando de assassinos fanáticos. Este livro foi lançado no Brasil em 1965, o prefácio da obra foi escrito pelo então chefe do Estado-Maior do Exército, general Décio Escobar, que em alguns trechos transcreve bem o imaginário dos militares sobre as guerrilhas ou que eles entendiam por “Guerra Revolucionária”.

A guerra revolucionária é uma das manifestações mais insidiosas e imprevistas da luta que o mundo de nossos dias em permanente estado de tensão, em equilíbrio instável e constitui grave e perene ameaça às democracias. Diferem essencialmente da guerra clássica por sua tática, sua técnica e seus processos. [...] Eles são fanáticos empenhados de espírito e coração na conquista dos objetivos que lhes são indicados. Move-os o ódio, de cuja virulência procuram tirar o máximo proveito (ARAÚJO, 1965, p. 6-7).

Para os militares brasileiros do regime de 1964, os movimentos de esquerda, sejam os que defendiam a luta armada ou não, são encarado da mesma forma: visam a “subversão da ordem”, a “dissolução da sociedade”, a “indisciplina” e a “quebra de hierarquia”, valores que são considerados tabus para os militares. Respaldados pela DSN e reelaborando seus estu-

dos estratégicos acerca das “novas formas de guerra”, a partir da experiência francesa e de outros países criaram sua própria doutrina contrarrevolucionária.

Assim sendo, a concepção belicista das mudanças sociais, a visão maniqueísta reforçada pelo antagonismo leste oeste, e as mobilizações dos movimentos sociais em torno das reformas de base foram vistos como mobilização para a “guerra revolucionária” no Brasil, e penetraram profundamente no imaginário dos estrategistas militares. A “guerra revolucionária”, segundo os manuais da ESG, começa por meio da ação psicológica, feita por elementos “subversivos” infiltrados entre a população, visando a conquista das “mentes” e dos “corações” do povo, falando em nome deste, agindo de maneira progressiva com uma minoria de quadros que aos poucos faz com que a subversão aumente e culmine na criação de uma força de guerrilha.

O componente bélico da DSN “reside no enquadramento da sociedade nas exigências de uma guerra interna física e psicológica” (BORGES, 2003, p. 27). O sistema social torna-se um sistema de guerra condicionado pela perspectiva da violência e da repressão, transformando o cotidiano da sociedade em um sistema pautado pela lógica da desconfiança. A luta interna, segundo o manual da ESG, atribui um forte papel à sociedade civil e aos dispositivos de segurança e informações do Estado. O mito da “guerra revolucionária” permite ao Estado de Segurança Nacional implementar uma política repressiva, acionando os órgãos de segurança e as informações para exercer seu papel “moralizador, desmobilizando, com isso, a população” (BORGES, 2003, p. 28).

Em nome da segurança nacional e do combate ao “inimigo interno”, todas as instâncias da sociedade civil e do funcionalismo público foram enquadradas nas exigências de uma operação de guerra. Neste ponto a ação de guerra psicológica tem um papel fundamental, pois trata de manter a população afastada do

“processo subversivo” e despolitizada. Neste sentido, propagandas que exaltam o nacionalismo tem um papel fundamental, *slogans* como “Brasil ame-o ou deixe-o” e “esse é um país que vai pra frente” foram utilizados como parte da estratégia psicossocial da ditadura. Com relação à repressão física, é o uso do terrorismo de Estado a fim intimidar os “inimigos internos”, é a partir daí que o Estado de Segurança Nacional faz uso sistemático dos órgãos de segurança e informações que farão o policiamento político da sociedade, e que serão responsáveis em grande medida por prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e desaparecimento forçado de pessoas.

Construção do aparato repressivo e implantação Sistema de Segurança Interna em Belo Horizonte

Os aparelhos repressivos do Estado ditatorial começaram a ser implantados ainda nos primeiros dias do novo regime. No dia 13 de junho de 1964 era oficialmente instituído o Serviço Nacional de Informações (SNI), que seria a cabeça de todo o aparato repressivo, um dos principais criadores do órgão era o general da reserva Golbery do Couto e Silva. O objetivo expresso era suprir o regime de uma segura rede de informações e garantir sua consolidação. O SNI herdou as estruturas do antigo Serviço Federal de Informação e Contra-Informação (SFICI), que havia sido criado no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Embora fosse concebido como órgão de informações civil, o SNI era chefiado por um general e suas diversas seções eram dirigidas por militares, embora também tivesse um número considerável de civis entre agentes e pessoal administrativo; chegou a acumular tanto poder que o general que o chefiava possuía prerrogativas de ministro de Estado. Aliás, dois presidentes da

ditadura foram chefes do SNI, Emilio Garrastazu Médici (1969-1974) e João Batista Figueiredo (1979-1985).

Para a finalidade especificamente repressiva contra as organizações guerrilheiras de esquerda, os serviços de informações militares foram criados e reestruturados. O primeiro deles, o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), existia desde 1957 e era subordinado ao Estado Maior da Armada.¹ Esse órgão ficou famoso durante a ditadura devido à sua capacidade operacional. Nos arquivos dos DOPS estaduais encontram-se correspondências do Cenimar anteriores golpe de 1964, que mostram a colaboração deste órgão com a polícia política na investigação de grupos de esquerda. A partir de 1968, com o aumento da ação repressiva do regime e as ações da guerrilha urbana, o Cenimar passa a ser subordinado ao Ministério da Marinha e amplia suas atividades a fim intensificar o combate aos grupos de esquerda. No Exército foi criado em 1967 o Centro de Informações do Exército (CIE), no início no Estado Maior desta força, um ano depois passa a ficar subordinado ao Ministério do Exército. Dos serviços de informações militares era o que tinha maior quadro de pessoal e o mais ativo no combate aos grupos de esquerda, pois foi criado especificamente como órgão de repressão à luta armada. A Aeronáutica em 1968 criou o seu serviço de informações a semelhança do que foi criado no Exército, no primeiro momento foi batizado de Núcleo do Serviço de Informações da Aeronáutica (N-Sisa), pouco tempo depois tem sua estrutura redimensionada e é rebatizado de Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa), também subordinado ao Ministério desta força.² Em cada uma das Forças Armadas havia ainda um sistema de informações

¹ Decreto nº 42.687, de novembro de 1957. Disponível em: <www.senado.gov.br/Legislacao/Listapublicacoes?action?id=172722>. Acesso em: 18 ago. 2008.

² Para uma descrição mais precisa dos serviços de informações militares, Cf. Antunes (2002, cap. II).

que englobava os centros já citados mais os serviços de informações dos Estado-Maiores de cada arma: Exército E-2, Marinha M-2, Aeronáutica A-2, isso sem mencionar os setores de informações de cada ministério, toda esta estrutura compunha o Sistema Nacional de Informações (SISNI).

Para os detentores da ordem, esta estrutura não era suficiente para enfrentar a oposição das esquerdas armadas. Havia problemas estruturais de ordem hierárquica, jurídica e política. Desde meados da década de 1920 havia nos estados um órgão voltado para repressão a elementos tidos como “perigosos” e “subversivos”, os Departamentos de Ordem Política e Social identificados pela sigla DOPS. Por que então não manter os DOPS nesta atividade ou empregar os centros de informações militares nesta atividade? Diversos autores afirmaram e militares que serviram na área de informações e segurança apontam que as guerrilhas urbanas agiam em vários pontos do território nacional, e como os DOPS estavam circunscritos às esferas político jurídicas estaduais e, mesmo nos estados, não possuíam preparo e recursos adequados para enfrentar as ações das guerrilhas urbanas e a Polícia Federal não estava plenamente estruturada, foi necessário o envolvimento das Forças Armadas. Mesmo assim, ainda havia o problema de jurisdição, cada uma das forças militares possuía sua independência e seu ministério e havia uma grande possibilidade de haver choque entre seus serviços de informações. O problema foi contornado – mas não plenamente – com uma série de diretrizes secretas baixadas pela Presidência da República desde 1969, que tinham por finalidade unificar centralizar as medidas repressivas. Estas diretrizes ficaram conhecidas como *Diretrizes Especiais de Segurança Interna*. Em uma destas diretrizes, o Decreto nº 66.862 de 8 de julho de 1970 em alguns de seus parágrafos que transcrevemos a seguir estabelece:

a) Entre tais ações, destacam-se atividades subversivas, agitações, tumultos, distúrbios de toda ordem devastações, saques, assaltos, roubos, sequestros, incêndios, depredações, destruições, sabotagem, terrorismo e ações de bandos armados nas guerrilhas rurais e urbanas;

b) As medidas preventivas e repressivas neste caso, estão incluídas nas medidas de defesa interna e são conduzidas pelos Governos Estaduais, contando com apoio do Governo Federal; [...].

Art. 4º As Polícias Militares, para emprego em suas atribuições específicas ou como participantes da defesa interna ou da defesa territorial, ficarão diretamente subordinados aos Comandantes do Exército ou Comandantes Militares de Área, que poderão delegar essa competência aos Comandantes de Regiões Militares e a outros Grandes Comandos com jurisdição nas áreas dos Estados, Territórios e Distrito Federal, [...].

Art. 5º As Polícias Militares, a critério dos Exércitos e Comandos Militares de Área, participaram de exercícios, manobras e outras atividades de instrução necessárias às ações específicas de defesa interna ou defesa territorial, com efetivos que não prejudiquem sua ação policial prioritária.

Art. 6º Os Comandantes-Gerais das Polícias Militares poderão participar dos planejamentos das Forças Terrestres, que visem a defesa interna e a defesa territorial, a critério dos Grandes Comandos.

Art. 25. As Polícias Militares integraram o serviço de informação e contra-informação do Exército, conforme dispuserem os Comandantes de Exército ou Comandos Militares de Área, nas respectivas áreas de jurisdição.³

³ Decreto nº 66.862, de 8 de julho de 1970. Disponível em: <www.senado.gov.br/legislacao/listapublicacoes.action?id=197250> Acesso em: 18 nov. 2008.

Com o estabelecimento destas diretrizes, as medidas repressivas para contenção das guerrilhas urbanas foram centralizadas pelos comandos de Exército a partir de 1970. Para isso o território nacional foi dividido em seis Zonas de Defesa Interna (ZDI), que subdividiam-se ainda em Áreas e Subáreas de Defesa Interna ADI e SADI, esta estrutura seria denominada de Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), cujas principais expressões eram o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI); a criação deste sistema foi a principal expressão da truculência do regime de 1964.

O CODI era um centro normativo de comando e planejamento das medidas repressivas, chefiado por general ou coronel chefe do Estado-Maior da área. Tinham assento neste órgão representantes dos comandos militares de área, podiam ser da Aeronáutica ou da Marinha, representantes das secretarias de segurança dos governos e das polícias estaduais. O DOI era o órgão operacional subordinado ao CODI, responsável direto pela repressão e desarticulação dos grupos de esquerda, o DOI geralmente era comandado por um tenente-coronel ou major, os seus efetivos eram compostos por militares do Exército, policiais militares e agentes do DOPS. Mesmo estando subordinado ao CODI, o DOI manteve um alto grau de autonomia. Esta estrutura não era uniforme no país todo, pelo contrário, apresentava uma dinâmica flexível e variava de uma região para outra.

Em Belo Horizonte o sistema repressivo começa a ser implantado em fins de 1970, com a criação de um Núcleo-CODI/BH, e é efetivamente estabelecido em 21 de janeiro de 1971. Belo Horizonte representava uma Subárea de Defesa Interna SADI/BH que correspondia à 4ª Infantaria Divisória (ID/4), na ocasião comandada pelo então general de brigada Gentil Marcondes Filho,

que dez anos depois seria envolvido no caso Riocentro.⁴ O responsável do CODI/BH ficou a cargo do coronel Aníbal Augusto Joaquim Moreira, no caso SADI/BH não havia um Estado-Maior completo – o SISSEGIN permitia esta flexibilidade – coube ao CODI coordenar, planejar e integrar as medidas repressivas, inclusive as chamadas operações psicológicas, coordenar e integrar as informações, fazer as ligações com os escalões superiores e subordinados, órgãos e repartições. Segundo o estatuto de implantação do sistema em Belo Horizonte, a ele estava atribuído:

- Propor medidas e participar do planejamento e aplicação das medidas previstas a serem realizadas nos respectivos espaços territoriais;
- Orientar, coordenar e controlar o planejamento das medidas repressivas e o da fase operativa, inclusive a participação das autoridades civis e militares sediadas nos respectivos territórios;
- Assumir a direção e o controle de execução das medidas repressivas quando se configurar grave perturbação da ordem ou ameaça a sua irrupção.⁵

Como relação ao braço operacional da estrutura repressiva em Belo Horizonte, o DOI, ficava sob o controle respectivo do CODI e da Segunda-Seção do Estado-Maior (E-2), que por sua vez era controlada pelo CIE. O DOI/BH foi comandado pelo major Antonio Gomes Ribeiro do final de 1970 até aproximadamente fins de 1971, quando foi passado para o major Orlando de Abreu Ferreira, que algum tempo antes foi encarregado de diversos IPM, servindo ainda na seção de operações do DOI. De acordo com o estatuto as atribuições do DOI eram:

⁴ Em 1981 um grupo de militares lotado no DOI do Rio de Janeiro e no CIE promoveu um atentado fracassado contra o processo de abertura política em um show musical no Riocentro. Um militar morreu na explosão e outro ficou gravemente ferido.

⁵ APM – Fundo DOPS/MG, Pasta 4002, Rolo 050, Imagem 141.

- Executar as missões de operações recebidas.
- Analisar o material apreendido, enviando o que houver de mais importante para a seção de informações.
- Interrogar presos.
- Controlar presos confinados.
- Prender implicados ou suspeitos.
- realizar diligencias e investigações necessárias.
- Promover a segurança das autoridades.
- Criar equipes especializadas de acordo com as necessidades.
- Realizar IPMs sempre que o volume de serviço permita.⁶

As informações produzidas pelo SISSEGINT em Belo Horizonte eram encaminhadas para a agência local do SNI. Isto mostra a colaboração que havia entre o SISSEGIN e o Sistema Nacional de Informações (SISNI), que com todos os outros órgãos dos ministérios civis e instâncias federais e estaduais, DSIs e ASIs, compunham essa megaestrutura repressiva, autodenominada Comunidade de Informações.

Produção e troca de informações

As trocas de informações sobre os movimentos de esquerda, entre o Cenimar com os DOPS, ocorriam antes do golpe de 1964. Conforme mencionamos, um documento datado de 12 de maio de 1971 comprova esta colaboração. Trata-se de uma passagem

⁶ APM – Fundo DOPS/MG Rolo 050, Pasta 4002, Imagem 142.

de comando no Cenimar entre o capitão-de-mar e guerra Fernando Pessoa da Rocha Paranhos, para o contra-almirante Joaquim Januário Gomes Coutinho, na carta há um agradecimento ao delegado do DOPS/MG pela colaboração e os serviços prestados.⁷

Com a implementação do SISSEGIN, os DOPS começaram a receber informações de todos os lados. Entre a série de informes e informações produzidas por estes órgãos, recebiam diversos níveis de classificação de acordo com o grau de procedência, por exemplo; A, B, C, D, E, F e 1, 2, 3, 4, 5, 6. Exemplo: A-1 era uma informação com grande possibilidade de ser verdadeira e F-6 era um informe ou informação de origem duvidosa desprovida de idoneidade, a maior parte caía em C segundo Fiúza de Castro (Fiúza de Castro, 1994, p. 47). Vejamos alguns exemplos, analisando fontes, ressaltando que os depoimentos e interrogatórios, na maioria das vezes eram realizados sobre intensa tortura física e psicológica, fato que levanta dúvidas a respeito das informações obtidas nos interrogatórios, já que a forte coerção física pode levar um interrogado a dizer tudo aquilo que o interrogador quer que ele diga, a fim de cessar a tortura.

Primeiro: as informações a seguir receberam a classificação **A-1** por parte do DOI-CODI mineiro. Trata-se de um termo de declarações prestadas por Esdras Azarias Campos, datado de 16 de abril de 1971, ao qual recairia suspeitas de ligação com militantes do Comando de Libertação Nacional (COLINA) – esta organização havia sido desmontada pela repressão no início de 1969. Esdras entrou no curso de História da UFMG em 1967; logo em seguida começou a fazer parte do movimento estudantil e da UEE/MG, sendo vice-presidente do Diretório Acadêmico (DA) do curso. Conheceu Apolo Heringer Lisboa e sua esposa, Carmem Helena Barbosa do Vale, Carlos Alberto Soares Ferreira e Inês Etienne Romeu, militantes da POLOP. De acordo com

⁷ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagens 30,31.

suas declarações, Esdras tomou conhecimento das divergências internas na organização e da posição dos militantes mineiros, que ficaram com os militantes da seção da POLOP da Guanabara (então estado do Rio de Janeiro), que deu origem ao COLINA. Foi procurado por Apolo Heringer Lisboa e Carlos Alberto Soares de Freitas com objetivo de ser incorporado à dita organização, chegando a ser convidado para participar de um curso de marxismo que não chegou a fazer. Mais tarde foi procurado por um colega, Edson Lourival Reis de Menezes, que lhe pediu um contato com Inês Etienne Romeu. Ao que indica, o informe neste momento começou a suspeitar que fizessem parte de uma organização clandestina (no texto está grafado subversiva) que ele acabou afirmando não saber qual. No início do ano de 1971 foi procurado por Renato Santos Pereira, um colega de faculdade que há muito tempo não via. Neste momento Esdras não estava exercendo nenhuma militância política. Renato passa então a expor para seu colega os diversos posicionamentos teórico-estratégicos adotados pelas diversas organizações clandestinas de esquerda, mas neste momento não assumiu militar em alguma destas. Ele tentou marcar novos encontros, mas acabou recebendo resposta negativa de Esdras, que afirma não ter interesse em participar de nenhuma organização. Diante da insistência do colega é marcado um novo encontro na faculdade, que acaba não ocorrendo, pois pouco antes Esdras é preso pelos agentes da repressão e encaminhado ao DOI.⁸

Segundo: no dia 30 de abril de 1971, Osvaldo Bernardino da Silva prestava suas declarações no DOPS diante do tenente Marcelo Paixão de Araújo, adjunto da seção de operações do DOI-CODI/BH. Osvaldo havia sido preso em São Paulo, em 1º de fevereiro de 1971, por agentes do DOI local, e posteriormente transferido para Belo Horizonte. Era natural de Douradouquara/

⁸ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4002, Imagens 105, 106, 107.

MG, tinha 22 anos na época e residia em Goiás. Transferiu-se para Belo Horizonte em 1967 para trabalhar e estudar, prestou concurso e foi admitido no Colégio de Aplicação da UFMG. No ano de 1968 foi abordado por estudantes daquela universidade que lhe perguntaram das condições do ensino no Colégio de Aplicação. Acabou entrando no clima de contestação que ocorria na universidade, onde conheceu Fernando Sanna Pinto, Jaime de Almeida e Job Alves dos Santos, este último aluno do curso de História. Frequentemente nos intervalos era procurado pelo trio, que trocava ideias sobre política educacional do governo e criticava, principalmente, o chamado acordo MEC/USAID, feito entre o Ministério da Educação do Brasil e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento, considerado pelas esquerdas um dos símbolos da dominação imperialista dos Estados Unidos no Brasil. Aos poucos Osvaldo foi se envolvendo com o trio de militantes, e entrou para a *Ala Vermelha* (AV), uma dissidência do PCdoB, identificada pela sigla PCdoB-AV. No seu depoimento aponta Fernando Sanna Pinto como o responsável pela sua doutrinação política, pois este lhe emprestou alguns livros sobre marxismo e lhe passou alguns documentos da *Ala Vermelha*, entre eles o documento “*Crítica ao oportunismo e desviacionismo dos elementos do Comitê Central do PCdoB*” e diversos números do jornal da organização, *Unidade Operária*. Pouco tempo depois o responsável por sua formação político-ideológica passa a ser Jaime de Almeida, que lhe apresentou duas alunas da FAFI/UFMG que ele não confirma se eram militantes da AV, Mairy Barbosa Loureiro e Arabela Pereira Madalena. Nesta época a AV sofria com dissidências internas como consequência de problemas na direção nacional da organização. Neste meio tempo, Osvaldo não exerceu quaisquer atividades na organização, e segundo seu depoimento não recebeu nenhuma tarefa específica. Ao saber da prisão em flagrante de Jaime de Almeida pelo DOPS, passou a ficar preocupado com sua própria

segurança e mudou-se para São Paulo, casando-se com Lucí Tarub Jorge. Nesta época já demonstrava interesse em se desligar da Ala Vermelha, o que ocorreu, sendo acusado de não cumprir tarefas e não comparecer nos *pontos* marcados; foi expulso da organização em meados de 1970 e em função de ter mantido ligações com elementos “subversivos”. Foi preso por agentes da repressão.⁹

Terceiro: um informe datado de 17 de junho de 1971 traz declarações de um estrangeiro, provavelmente de origem espanhola, Jaime Burgoa Alvarez. O documento está incompleto e, por esse motivo, não podemos precisar exatamente o real motivo de sua prisão, sendo mais provável a suspeita de contatos com “elementos subversivos”. Alvarez trabalhou em uma empresa de nome MOAME, em que a presidente era a esposa do governador do estado, e disse que tinha amizade com políticos conhecidos nacionalmente, nada mais nada menos que Tancredo Neves e Geraldo Freire da Silva, na época presidente da ARENA, o partido de sustentação da ditadura. Ele afirmou que nunca foi procurado por elementos contrários ao regime, e na sua opinião “não se discute com quem quer que seja política e religião”.¹⁰ Condena as ações violentas dos grupos de esquerda e se disse admirador do regime de então. Disse ainda que não sofreu qualquer coação para prestar tal depoimento.¹¹

Quarto: em 21 de setembro o estudante de medicina Ítalo Biagio Flora, presidente do DCE da UFMG, prestava declarações no DOPS, o motivo era a confecção do jornal do DCE chamado *Opinião*. O primeiro volume do jornal foi editado no mesmo mês em que Ítalo foi intimado a prestar depoimento ao DOPS. O jornal foi impresso na gráfica do Correio da Manhã,

⁹ APM – Fundo DOPS/MG Rolo 050, Pasta 4002, Imagens 102-103.

¹⁰ APM – Fundo DOPS/MG, Pasta 4002, Rolo 050 Imagem 42.

¹¹ APM – Fundo DOPS/MG, Pasta 4002, Rolo 050, Imagem 42.

no Rio de Janeiro, teve custo de Cr\$ 2.000,00 (cruzeiros) pagos pela diretoria do DCE. O objetivo do jornal, segundo o depoimento era: “informar, levantar, problemas, discuti-los e propor soluções para os problemas levantados”, e ainda que o mesmo foi elaborado em mesa redonda com a diretoria do DCE. No jornal foram publicadas as seguintes matérias: *anuidades* (p. 2), *Índice de desnacionalização* (p. 3), *aprovado na câmara relatório da CPI sobre desnacionalização* (p. 4), *crescimento do produto nacional bruto* (p. 5), *história em quadrinhos* (p. 8), *informe do DCE* (p. 9), *teatro? Sim, amizade! Mas no DCE federal!*(p. 9), *informe dos diretórios* (p. 9 e 10). Indagado sobre o que tinha para alegar sua inocência, respondeu que esta se justificaria pelo conteúdo do jornal. Constatamos não apresentar conteúdo “subversivo” aos olhos dos agentes da repressão, mas esta atitude confirma o caráter da ação dos órgãos repressivos de vigiar e neutralizar qualquer elemento ou organização que demonstre opiniões contrárias ao regime vigente.¹²

O quinto é uma informação “relativamente idônea” B-2. No dia 16 de outubro de 1971, chegava ao DOI/BH dois suspeitos; o fotógrafo Naim Custódio de Oliveira e José Deusdeth da Silva, que nunca haviam participado de nenhuma atividade política, apenas como eleitores nas eleições de 1970, vencidas pela ARENA. Sobre “subversão” souberam apenas como vários outros moradores de Itaúna, que uma moça chamada Tânia tinha sido presa. Naim e José Deusdeth estavam na praça Dr. Augusto Gonçalves (Matriz), conversando na companhia de mais duas pessoas, quando receberam voz de prisão de um cabo da Polícia Militar. Estiveram presos por dois dias na cadeia daquela cidade, desconhecendo o verdadeiro motivo de suas prisões, o qual souberam ao serem conduzidos ao DOI em Belo Horizonte, setenta quilômetros de Itaúna. O motivo era a suspeita de

¹² APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4002, Imagens 27, 28, 29.

envolvimento em “atividades subversivas”, recaída sobre Naim por ter, menos de um mês antes, recebido em sua casa José Benedito de Freitas, militante da COLINA/VAR-Palmares, e seu amigo há onze anos, que lhe fez tal visita de cortesia na ocasião do seu aniversário. Quando conversavam, José Benedito revelou que desertou da 4ª Companhia do Exército em Belo Horizonte, segundo ele “por não suportar a vida militar”, e foi morar no Rio de Janeiro, onde provavelmente exerceu militância em organizações de esquerda armada; logo em seguida disse haver ficado preso um ano e oito meses, e que estava indiciado em um IPM por “subversão”. Teria que voltar logo ao Rio para se apresentar semanalmente no Regimento Sampaio. Ao analisarem as declarações, os agentes assinalaram ao final do informe: *“Este Destacamento é de opinião que o epigrafado não tem vinculação como organizações subversivas, bem como não demonstra tendências esquerdistas”*.¹³

Ação repressiva em Belo Horizonte e o intercâmbio com outros órgãos da comunidade de informações

Alguns documentos analisados neste artigo estão endereçados às secretarias de segurança de vários estados, aos comandos de Exército, Distritos Navais, às Segundas-Seções de Estado-Maiores, Regiões Militares, Zonas Aéreas, ao CIE e ao SNI; a grande maioria dos documentos utilizados neste trabalho é endereçada a vários órgãos da Comunidade de Informações. O grande medo e ojeriza da Comunidade de Informações são, sobretudo, em relação a Cuba, guerrilha e comunismo, o que mostra que o anticomunismo foi a ideologia norteadora de suas atividades.

¹³ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagens 17, 18, 19, 21, 23.

Um documento do Cenimar, de 28 de setembro de 1970, traz um aviso marcado como “*Confidencial-Urgente*”, com o assunto “*Curso em Cuba*”¹⁴. Traz a relação de vinte e cinco pessoas que teriam feito treinamento de guerrilha no país de Fidel Castro, com uma precisão de detalhes impressionantes, com nomes, codinomes, altura, cor de olhos, cabelo e pele, compleição física e algumas fotos de militantes identificados. Chama também atenção o detalhe sobre a movimentação deste grupo de pessoas, que acabou sendo conhecido dos órgãos de repressão do Brasil.

O itinerário dos guerrilheiros brasileiros está descrito no documento. Eles sairiam de Havana, iriam para Praga, depois Zurick, passando por Milão, depois Santiago do Chile e, por fim, entrariam clandestinamente no Brasil. O curso teria a duração aproximada de seis meses, de julho de 1969 a janeiro de 1970, e seria feito em Piñar del Rio e na Serra Escambray¹⁵. Anexas a este documento estão as fotos de dez militantes identificados. Quatro deles seriam mortos pela repressão entre um e dois anos depois, entre eles Antônio Carlos Bicalho Lana, que participou de alguns assaltos a banco em Belo Horizonte. Todos eram da ALN. O treinamento guerrilheiro é descrito da seguinte forma:

Este Curso é dividido em duas partes: a primeira, com duração de 10 semanas, é o de guerrilha rural, ministrado em HAVANA, na serra do Escambray, sendo o currículo constituído de: explosivos (fabricação caseira), montagem e desmontagem de armas (fuzil FAL e submetralhadora UZI), sabotagem, vida clandestina nas cidades e ações urbanas; a segunda com duração de cerca de 15 semanas, ministrada em Piñar del Rio – Serra Cruzare, constando de ordem unida (escaladas, marchas e camuflagem) – técnicas de guerrilhas e tiro (APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagem 47).

¹⁴ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagens 47-52.

¹⁵ APM – Fundo DOPS?MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagem 47.

O que também chama a atenção é como os serviços secretos do Brasil fizeram um levantamento em tempo relativamente curto, sobre a movimentação da ALN. Haveria agentes infiltrados nesta e nas outras organizações armadas? Algum militante debilitado pela tortura teria fornecido informações? Esta movimentação teria sido relatada aos órgãos de repressão brasileiros pelos serviços secretos estrangeiros? Todas estas hipóteses são possíveis. Militantes sucumbidos pela tortura delatam os colegas, e os centros de informações, com citamos, frequentemente conseguiam infiltrar agentes no movimento estudantil, nos sindicatos e nas organizações de esquerda, e “virar” alguns militantes, isto é, fazer com que passassem a colaborar com a repressão. No depoimento aos pesquisadores do CPDOC, o general Fiúza de Castro afirmou que o instrutor dos guerrilheiros brasileiros em Cuba era um agente da CIA, que, segundo o general, passava as informações ao CIE, que por sua vez repassava aos DOIs e aos CODIs (FIÚZA DE CASTRO, 1994, p. 56). É conhecido o papel da CIA em prestar os seus serviços às ditaduras da América Latina, mas este intercâmbio de informações que chegava aos DOIs de todo o país serve para mostrar o empenho do regime de segurança nacional, em perseguir e eliminar seus adversários, em nome da luta anticomunista.

Em outra investigação de informações, uma série de anotações apreendidas no “aparelho”¹⁶ de Joaquim Câmara Ferreira, que após a morte de Carlos Marighela o sucedeu no comando da ALN. Foram encontrados nomes de militantes e um documento da organização contendo um “Relatório *sobre a coordenação da região centro-norte*”, feito pela direção da ALN, trazendo uma autocrítica da organização sobre sua atuação nos últimos meses de 1969 e no começo de 1970. Critica a supervalorização do treinamento guerrilheiro em detrimento do trabalho de massa, e

¹⁶ Nome dado às casas clandestinas utilizadas pelos grupos guerrilheiros urbanos.

as dificuldades de construir uma rede de logística eficiente e uma política de aproximação com outras organizações. O documento, como é sabido, caiu em poder dos órgãos de segurança da ditadura, que descobrindo os pontos fracos da organização, não teve grandes dificuldades em ir debilitando sua estrutura. Alguns trechos do texto dizem o seguinte:

Essa tarefa de acordo com nossa concepção de Guerra Revolucionária consistia na criação e desenvolvimento de uma estrutura clandestina, político militar vinculada organicamente às massas de determinadas áreas táticas rurais (por ex. A área canavieira do nordeste) em função da ligação e apoio logístico a guerrilha rural bem como a preparação político-militar das massas dessa região, ou melhor, dessa regiões. O aspecto mais importante deste trabalho era a formação dos comandos camponeses com os elementos mais avançados do campesinato, ligados a produção altamente clandestinos, que em volta de si iriam incorporando nos mais diversos níveis o apoio camponês (rede de coiteiros, informantes etc.) (APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagem 45).

Com relação a Minas Gerais, a organização propõe um remanejamento dos quadros para outros Estados e para a região norte de Minas:

Sobre Minas Gerais podemos dizer que após as violentas quedas de maio de 69 o contato foi refeito em meados de 69, se adotando uma política de:

- Retirada dos quadros da área queimada para o Rio;
- Concentração dos setores não atingidos no interior, no Norte de Minas.

Esse trabalho através da montagem de planos de apoio, de redes de coiteiros e informantes, ou seja, uma estru-

tura político-militar se vincularia ao trabalho nas áreas estratégicas, procurando formar a partir dos quadros legais que restaram uma infra-estrutura, particularmente no setor operário nas cidades (APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagem 46).

Neste documento também encontramos conforme mencionado, uma crítica à “unidade física” com outras organizações, com base na chamada “frente de mobilização”, sugerindo a formação de frentes num nível estratégico (divisão de áreas de trabalho, etc.), e a formação de frente tática com outras organizações para uma ofensiva de “justiçamento”¹⁷, um eufemismo utilizado para atentados e execuções promovidas contra autoridades identificadas com a ditadura. Deste modo estariam descartando ações conjuntas, como assalto a bancos, também chamadas de “ações expropriatórias”. Na prática não havia diferença entre a situação em que estavam e para onde foram, acabaram trocando seis por meia dúzia.

Entre os dias 8 e 9 de julho de 1971 chegava ao DOI/BH, via CENIMAR, um documento (interrogatório preliminar) com um carimbo da seção de operações do CODI do II Exército de São Paulo, relatando a trajetória de Guido de Souza Rocha, artista plástico em Belo Horizonte recentemente falecido. Havia estudado sociologia e política na FACE/UFMG, em 1960, e fez parte da POLOP. No segundo ano do curso dava aulas para operários junto a sindicatos em Belo Horizonte, e neste período conheceu Theotônio dos Santos. No início da década de 1960 exerceu diversas atividades políticas, inclusive exercendo sua militância política junto à Liga Camponesa, na cidade de Três Marias. Em Goiás chegou a trabalhar com o governador Mauro Borges.

Participou ainda do IV congresso da POLOP numa praia do litoral paulista, em 1967. O congresso teve duração de uma

¹⁷ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagem 46.

semana e contou com a participação de Dilma Vana Roussef, na época *Dilminha* e *Luiza*. Neste congresso houve uma divisão na POLOP em grupo ligado à direção nacional e outro juntando as dissidências de MG, GB e SP, que pouco tempo depois daria origem ao COLINA.

Em princípios de 1969, até novembro do ano seguinte, morou no então Estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro, indo logo em seguida para São Paulo. Em 1971 resolve deixar o país e ir para o Chile. Saiu do Brasil em direção à Bolívia, onde o general Juan José Torres presidia um governo nacionalista com um caráter de “esquerda”. Pouco tempo depois Torres é derrubado por um golpe militar que instaurou a ditadura do general Hugo Banzer, colocando a Bolívia no conjunto das ditaduras de segurança nacional do Cone Sul. Guido acaba sendo preso por dez dias em quartel do Exército boliviano, sendo logo em seguida extraditado para o Brasil. Detalhe, o documento que tivemos acesso diz que ele “procurou asilo político em um quartel boliviano”, o que é inverossímil. Guido ficou preso vários dias em uma cela solitária conhecida como *x-zero*, no DOI/SP, onde testemunhou a tortura de vários presos políticos e a morte de um companheiro de cela.¹⁸ Guido nunca chegou a exercer militância armada; participou apenas de uma organização, que deu origem a outra organização armada, entretanto, desde o início dos anos 1960 já devia ser visado pelos órgãos policiais.

Voltando à questão dos pontos fracos descobertos pelos agentes de informações sobre as organizações de esquerda, uma série de informações foi levantada sobre a VPR em outubro de 1971. Estas informações foram levantadas pelo CIE e difundidas no 12º RI, no CPOR/BH, DOI/BH, DOPS/MG e na agência do SNI de Belo Horizonte, além de outras organizações milita-

¹⁸ Com base em APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagem 23, 24, 25, 26, e Miranda & Tiburcio (1999, p. 513).

res. No acervo do DOPS/MG, principalmente entre os anos de 1970 e 1971, encontramos uma série de informações sobre o ex-capitão Carlos Lamarca. Lamarca, como se sabe, desertou de um quartel do II Exército, em São Paulo, levando consigo uma certa quantidade de fuzis e munições, indo para a VPR. Neste período estava sendo procurado pelos órgãos de informações e segurança interna em todo o país, vindo a ser morto no interior da Bahia, em setembro de 1971.

Os documentos descobertos pelos agentes do CIE são de cerca de um mês após a morte de Lamarca no sertão da Bahia. Mostra a situação desesperadora que se encontrava a VPR. Os documentos na íntegra, com base no que levantaram os agentes do CIE, dizem o seguinte:

“Esta agência divulga a título de colaboração, informação recebida da 4ª RM, versando sobre a VPR, abaixo transcrita:

1. Em aparelho da VPR na GB recentemente neutralizado, foram encontrados dois documentos – os comunicados nº 1 (“**Novo Comando**”) e nº 2 (“**medidas imediatas**”), datados de 7 de ago de 71, que esclarecem a situação da organização no país.”

2. Do primeiro comunicado, extraem-se os seguintes pontos:

- “O comando só existe efetivamente no BRASIL”
- “O novo comando assume a organização, praticamente extinta e vai tentar salvar o que sobrou..”
- “Exige-se de todos os militantes que obedeçam ao centralismo e mantenha a frieza diante da situação caótica...”

3. Do segundo comunicado:

- “Os últimos acontecimentos provaram a sangue e fogo a inviabilidade dos grupos armados tais quais se encontram atualmente...”

Para isso o comando termina de forma imediata:

- a) “A organização está desmobilizada”
- b) “Está convocado o II Congresso Nacional”
- “Por desmobilização entendemos:”
 - a) “suspensão das ações armadas;”
 - b) “suspensão de reuniões com condições de segurança precárias;”
 - c) “Redução ao mínimo indispensável a circulação de militantes;”
- “... reconhecemos a extinção total da organização, tal como a conhecemos no **Brasil**.

A organização vai tentar se remontar com os recursos que conta em todo o mundo e vai ser um trabalho árduo e demorado.” (APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagens 30,31).

Os agentes do CIE analisaram os documentos da VPR e levantaram algumas hipóteses em relação a algumas medidas que possivelmente poderiam ser tomadas pela organização. Uma delas era que o congresso nacional seria realizado no exterior, provavelmente no Chile. Outra seria o retorno de quadros que estariam no exterior “para pelo menos preencher o desfalque na organização”, ou junção com outra organização, e a mais viável na opinião dos agentes “seria a ALN”.¹⁹ Dessa forma, as informações levantadas em outros Estados do país permitiam que os agentes locais tomassem conhecimento da situação de praticamente todos os grupos armados do país.

¹⁹ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagens 30-31.

Mais um exemplo desta troca de informações pode ser constatado em um informe proveniente do DOI do II Exército em São Paulo. Um carro-bomba foi deixado em um ponto da capital paulista, com pichações de “lemas subversivos”, e os agentes do DOI receberam a denúncia. Era uma armadilha preparada por alguma organização armada, segundo o informe:

A bomba de alto teor explosivo, era confeccionada por um cano tipo cotovelo de 4 polegadas e estava ligada ao interruptor das duas portas e bateria. Esta agência alerta para tal tipo de ação como uso de armadilha (APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagem 09).

Um assalto realizado pela ALN, em Belo Horizonte, por volta de junho de 1970, produziu um IPM que se estendeu até o ano seguinte. Considerada uma “ação de vulto” da ALN, foi nada mais que um assalto a uma mercearia. Na noite de 13 de junho de 1970, Arnaldo Cardoso da Rocha “*Flávio*”, Eduardo Antônio da Fonseca “*Paulo*”, Newton de Moraes “*Brandão*” ou “*Gordo*”, Cecílio Saturnino “*Tião*”, ex-cabo da PM, mais dois outros militantes, assaltaram o Mercê-Mercearias Ltda., no centro de Belo Horizonte. Levaram cerca de vinte mil cruzeiros novos – moeda da época – e picharam no chão da loja: “*ALN + verbas para a revolução*”. De acordo com o relatório do IPM, o objetivo da ALN em Minas Gerais era construir uma área de guerrilha rural no Norte do estado. No momento em que o IPM sobre este assalto estava sendo conduzido, Newton de Moraes e Cecílio Saturnino estavam presos no DOPS/MG. Eduardo Antônio da Fonseca morreria em uma emboscada feita por agentes do DOI/SP, um ano depois, e Arnaldo Cardoso da Rocha na mesma situação, dois anos mais tarde, também em São Paulo.²⁰

Outra ação do DOI de Belo Horizonte, em 1971, envolvendo cinco estudantes da UFMG, mais o hoje ex-secretário espe-

²⁰ APM – Fundo DOPS/MG Rolo 050, Pasta 4002, Imagens 172-180.

cial de direitos humanos do governo Lula, Nilmário Miranda. O grupo morava no edifício Maleta, no centro, três deles, Gilgal Gonçalves Vermelho, Adalberto Eustáquio Rodrigues e Márcio Luiz de Souza, eram donos de um Curso pré-vestibular com o nome “Lamarck”. O motivo da prisão do grupo eram as ligações de Gilgal com organizações de esquerda, suas passagens pelos órgãos policiais pelo mesmo motivo, e documentos do Partido Operário Comunista (POC) encontrados no apartamento. Depois de presos, aos donos do pré-vestibular foi perguntado se o nome do cursinho tinha a ver com o ex-capitão Carlos Lamarca, mas tratava-se apenas de uma homenagem ao físico francês Jean Bautist Lamarck. Os documentos do POC encontrados no apartamento pertenciam a José Sebastião Levenhagen Lício, estudante da FACE/UFMG, que tinha recebido de um dos coordenadores deste partido, Nilmário Miranda, que seria preso dois anos depois e cumpriria três anos e meio de reclusão.²¹

Além de militantes do movimento estudantil, escritores e intelectuais foram atingidos pela ação repressiva do sistema de segurança interna. Em 30 de dezembro de 1970, o tenente Marcelo Paixão de Araújo, encarregado de um IPM que apurava “atividades subversivas” na Subárea de Defesa Interna de Belo Horizonte. O tenente Araújo solicitou os antecedentes político-sociais de dezoito indiciados ao delegado chefe do DOPS/MG, David Hazan.²² Entre os indiciados neste IPM estão alguns conhecidos líderes do movimento estudantil, entre eles um ex-presidente da UNE, Vinícius Caldeira Brant, que mais tarde seria sociólogo e professor da FAFICH/UFMG. Brant havia se exilado na França em 1964 e retornado ao Brasil clandestinamente em 1970, quando foi preso e sofreu várias torturas no DOI/BH. Outros intelectuais de renome indiciados no mesmo IPM são

²¹ APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4002, Imagens 114-121.

²² APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4002, Imagens 20,21 e 22.

Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, dois dos formuladores da Teoria da Dependência, isto é, uma interpretação crítica do marxismo sobre os processos de desenvolvimento dos países do então Terceiro Mundo.

O principal pressuposto para as ações do SISSEGIN e dos demais órgãos de segurança e informações que compunham o sistema, além do anticomunismo, era tudo que fosse moralmente reprovável na sua visão. A grande maioria das informações produzidas por estes centros de repressão política eram sobre o que eles consideravam “subversivos”. A seguir, um documento do CIE intitulado “Elementos para identificação de terrorista”, difundido para todos os órgãos de informações e repressão que compunham o SISSEGINT:

- “Foi preso por ter tido atuação no ME (movimento estudantil)?”
- “Esteve ele no congresso da UNE em Ibiúna/SP?”
- “É elemento cassado pela Revolução de 64?”
- “Tem (ou teve) parentes presos (ou mortos) por atuação subversivo-terrorista? Quem são?”
- “Tem vida legal? Ou semi-legal? Sabe o motivo pelo qual esse elemento entrou na clandestinidade?”
- “Antes de militar na atual organização, a que outra pertenceu? Que codinomes usava nessas organizações?”
- “Frequentou (ou frequenta) cursos em **Cuba** ou em outro país comunista? Em que época? Já esteve asilado? Tomou parte em algum sequestro (autoridade, aeronave etc..)?”
- “Tomou parte no movimento Guerrilheiro de **Caparaó**?”
- “Que funções exerceu ou exerce na atual organização?”

que codinomes usou (e usa) na atual organização?”

- “Quem é (ou foi) sua amante ou mulher? Nos tempos da faculdade ou colégio, quem era sua namorada ou amante?”
- “Em que outros Estados (regionais), já atuou?”
- “Qual é o seu nível cultural e político? Ele já elaborou documentos teóricos? Quais? Fala alguma língua estrangeira?”
- “Que se comenta na organização sobre ele? Quais os elementos da organização mais ligados ao mesmo?” (APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagens 44,45)

Este sistema de segurança interna concebido pelo alto escalão do governo ditatorial foi o responsável direto pelos desmandos e pelas arbitrariedades que ocorreram em todo o período de maior intensidade da ação repressiva da ditadura; a tortura tornou-se não apenas um castigo físico, mas uma metodologia de trabalho empregada para a obtenção de informações. Em alguns trechos de sua entrevista à *Veja*, o ex-tenente Marcelo Paixão de Araújo descreve como esta atividade era empregada no DOI e no 12º RI/BH:

A primeira coisa era jogar o sujeito no meio de uma sala, tirar a roupa dele e começar a gritar para ele entregar o ponto (lugar marcado para encontros), os militantes do grupo. Era o primeiro estágio. Se ele resistisse, tinha um segundo estágio, que era, vamos dizer assim, mais porrada. Um dava tapa na cara. Outro soco na boca do estômago. Um terceiro, soco no rim. Tudo para ver se ele falava. Se não falasse, tinha dois caminhos. Dependia muito de aplicava a tortura. Eu gostava muito de aplicar a palmatória. [...] Você manda o sujeito abrir a mão. O pior de tão desmoralizado, ele abre. Aí se

aplicam dez, quinze bolos na mão dele com força. A mão fica roxa. Ele fala. A etapa seguinte era o famoso telefone das Forças Armadas. [...] É uma corrente de baixa amperagem e alta voltagem. [...] não tem perigo de fazer mal. Eu gostava muito de ligar nas pontas dos dedos. Pode ligar numa mão e na orelha, mas sempre do mesmo lado do corpo. O sujeito fica arrasado, o que não pode é deixar passar a corrente passar pelo coração. Aí mata.[...] O último estágio que cheguei foi o pau-de-arara com choque. Esse era para o queixo-duro, o cara que não abria nas etapas anteriores. Mas o pau-de-arara é um negócio meio complicado.[...] o pau-de-arara não é vantagem. Primeiro, porque deixa marca. Depois, porque é trabalhoso. Tem de montar a estrutura. Em terceiro, é necessário tomar conta do indivíduo porque ele pode passar mal (entrevista de Marcelo Paixão de Araújo a Alexandre Altamari, *Veja*, São Paulo, p. 42-53, 9 dez. 1998).

A prática da tortura disseminou-se no meio militar-policial em todo o país, como método e prática rotineira nos interrogatórios de presos políticos, sendo defendida por Oficiais-generais como método adequado de combate ao “terrorismo”, por sua funcionalidade capaz de produzir resultados imediatos. Militares brasileiros que estudaram a experiência francesa da guerra da Argélia inspiram-se nos métodos empregados pelo general francês Jacques Massu aos prisioneiros da Frente de Libertação Nacional (FLN). Entre os recursos empregados por este e seus oficiais está a eletricidade, um método rápido de se conseguir confissões que foi mais tarde denominado de “massuismo”.

Militares brasileiros que defenderam a tortura sustentaram que os presos da “guerra revolucionária” não estavam inseridos nas leis de guerra da Convenção de Genebra,²³ e por esse moti-

²³ *Veja*, n. 940, 10 set. 1986, p. 42-46.

vo alguns militares entraram em contradição ao taxar os “subversivos” e “terroristas” de criminosos comuns, como o general Carlos de Meira Matos: “Em nenhum lugar do mundo o terrorista é considerado um combatente. Em qualquer país do mundo, atentados e sequestros são crimes comuns. O terrorista é desleal, usa a chantagem, sua ação é condenada por todos os povos”.²⁴ Se sequestros e atentados são crimes comuns, não estariam as organizações armadas de esquerda submetidas à jurisdição civil para criminosos comuns, ao invés da justiça militar para crimes de segurança nacional? A lógica era de que o Brasil estava em “guerra revolucionária”, e que para vencer esta guerra todos os métodos eram válidos, desde estratégia psicossocial, através de propaganda, ou a repressão física. Não restando a menor dúvida de que a imposição do Sistema Nacional de Segurança Interna com base nos pressupostos belicistas da estratégia de “Guerra Revolucionária Comunista” contida na Doutrina de Segurança Nacional, levou inexoravelmente ao abuso de poder por parte dos agentes do Estado.

Considerações finais

A implementação do SISSEGIN contou com amplo apoio da cúpula governamental, e sua construção, como demonstramos com base em pesquisa bibliográfica e nas fontes primárias, demonstra o conhecimento das altas autoridades militares das arbitrariedades praticadas por este sistema de repressão política. O sistema foi concebido com base na articulação entre as diversas forças de segurança, no esforço de combater o “processo

²⁴ Entrevista do general Meira Matos a Raimundo Rodrigues Pereira. *Veja*, n. 56, 1 out. 1969.

subversivo”, ou seja, as organizações clandestinas de esquerda e todos identificados como “subversivos”. A partir de 1970 o sistema é oficialmente implementado, sendo em Belo Horizonte efetivamente instalado no ano seguinte.

A seção mineira do SISSEGIN, contava com efetivos do Exército no planejamento e condução das medidas repressivas, entretanto na parte operacional, predominavam os efetivos das polícias estaduais, o DOPS e a PMMG, o que de certa forma, disfarça o envolvimento direto das Forças Armadas com a atividade repressiva, e dá um caráter civil-militar ao esforço conjunto de repressão contra as guerrilhas urbanas. Como vimos, a criação deste sistema de repressão política deveu-se em parte ao mau aparelhamento das policias estaduais, como afirmam alguns militares, pois havia também uma pressão exercida principalmente pelos setores mais exaltados das Forças Armadas, desde os primeiros dias do Golpe de 64.

As origens do anticomunismo militar, embora derivado de posturas políticas arraigadas, estava longe de ser unânime dentro da corporação castrense, embora ele tenha ficado mais forte no período pré-Golpe de 1964. Outro aspecto foi a instrumentalização da Doutrina de Segurança Nacional, cujo binômio segurança e desenvolvimento é o principal pressuposto teórico deste arcabouço ideológico, que acaba se desdobrando em uma série de estratégias para a gestão governamental, entre as quais se encontram as estratégias política, econômica, psicossocial e militar, esta última, ao contrário da congênere norte-americana que privilegia a estratégia da guerra nuclear, se concentra mais na chamada Guerra de Guerrilhas ou “Guerra Revolucionária Comunista”, e na contenção dos movimentos reivindicatórios, vistos como potencialmente “subversivos”.

A partir de 1970 e 1971, os CODIs e os DOIs, os principais centros de Informação e repressão, são criados exclusivamente

para a eliminação das organizações clandestinas de esquerda. Em Minas Gerais, estacionados na capital do estado, e contando com apoio do DOPS da PMMG e dos centros de informações das Forças Armadas, desarticulou os grupos de oposição armada ao regime civil-militar que agiam em Belo Horizonte.

A construção de sistema de repressão política a nível nacional foi concebida pelos líderes militares e civis que dirigiam o Brasil entre 1964 e 1985, para reprimir, intimidar, censurar, fazer uso de tortura física e psicológica, eliminar fisicamente setores de oposição e fazer uso da propaganda como estratégia de caráter psicossocial. O SISSEGINT procurou colocar a sociedade nas exigências de uma guerra interna, moldou as estruturas do Estado com nos pressupostos da DSN, criando um regime autoritário, onde a lógica da desconfiança está presente nas relações do cotidiano.

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM) – Fundo DOPS/MG
ESG. Manual Básico da Escola Superior de Guerra 1977-1978.
Disponível em: <www.senado.gov.br>.

Referências

ANSART, P. **Ideologias, conflito e poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

ANTUNES, P. C. B. **SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ARAUJO, H. O. **Guerra revolucionária**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1965.

BACZKO, B. Imaginação Social. **Enciclopédia Einaudi**, v. 5 Antrophos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

BORGES, N. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V. 4.

D'ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C.; SOARES, G. **Os Anos de Chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

DREIFUS, R. A.. **1964: a conquista do Estado** – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, C. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HUNTINGTON, S. P. **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo: Forense Universitária, 1975.

_____. **O Soldado e o Estado**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

KUSCHINIR, C.; CARNEIRO, L. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999.

MIRANDA, N.; TIBURCIO, C. **Dos filhos deste solo**: mortos e desaparecidos durante a ditadura militar – a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo, 1999.

MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil. São Paulo: Fapesp, 2002.

REIS FILHO, D. A. **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

REVISTA VEJA. Os torturadores do regime militar. Rio de Janeiro: Abril, n. 1.230, 9 dez. 1998.

_____. O Brasil está em guerra. São Paulo: Abril, n. 56, out. 1969.

STEPAN, A. **Os militares na política**: as mudanças na vida brasileira. São Paulo: Artenova, 1975.

TAVARES, A. L. **Segurança Nacional**. Fórum Roberto Simonsen, São Paulo: Fiesp, 1962.

VIANNA, M. O PCB e as insurreições de 1935. In: FERREIRA, Jorge (Org.) **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V. 2.

6

LA REPRESENTACIÓN DEL DESPLAZAMIENTO FORZADO POR LA VIOLENCIA EN COLOMBIA*

*William Ortiz Jiménez***

Es a partir de los medios de comunicación – entre ellos los periódicos impresos y, cada vez más, el internet – que la gente se informa y juzga la situación del país, formando o consolidando (y raras veces cambiando) así sus opiniones sobre los diferentes puntos que conforman su realidad, su mundo. La opinión pública – producto de la interacción entre emisores y receptores – es el resultado global de este ejercicio dentro de una sociedad. Analizar los medios masivos, que son los emisores

* El presente artículo hace parte de la investigación “Discurso y representaciones de la guerra y la paz en Colombia: 1978-2006”, apoyada y financiada por la Universidad Nacional de Colombia, Sede Medellín.

** Profesor titular Departamento de Ciencia Política, Universidad Nacional de Colombia, Sede Medellín. Director del grupo de investigación: “Guerra y política: aproximaciones teóricas”, clasificado en categoría C, Colciencias. Doctor en Sociología y Ciencias Políticas, Universidad de Granada, España.

privilegiados de esta relación (llegan al mayor número de receptores), nos permite hacernos una idea bastante cercana a la opinión pública (puesto que, por un lado, la gente receptora se guía en ellos y, por el otro, la gente emisora que divulga también hace parte de la sociedad civil y sus opiniones son, por lo tanto, un reflejo de la opinión pública de ésta). De ahí la importancia de mirar y contrastar bien los diferentes discursos que se manejan frente al tema, ver cómo se construye esta realidad a través de ellos. ¿Qué es, por ejemplo, lo que dicen los periodistas colombianos de dos periódicos nacionales de amplia circulación frente a un tema tan delicado y que afecta directamente a aproximadamente el 10% de la población nacional? Interesa no solamente qué es lo que dicen sino también el cómo. ¿Se pueden abstraer diferencias ideológicas, es decir, se pueden deducir líneas ideológicas diferenciadas a través de la comparación? La magnitud del problema y, en general, su profesión de periodistas, exigen altos niveles de responsabilidad y de ética. Uno de los objetivos de la presente investigación es evaluar si están cumpliendo con esta responsabilidad.

Se sabe que los medios masivos de comunicación, entre ellos los periódicos, son un contendiente importantísimo de poder en cada sistema político. Es a través de ellos, que la opinión pública construye su representación acerca de todos los temas, problemas, fenómenos de interés público. Esto explica los esfuerzos por parte de los gobernantes por controlarlos, pues el que los controla tiene la opinión pública a su lado, y si no se controlan, son el campo de batalla entre gobierno y oposición, (batalla discursiva, por supuesto), lo que es algo positivo, pero no desde el punto de vista de la élite en poder, pues muy difícilmente puede esconder algo ante la opinión pública, y si se sacan a la luz escándalos, esto puede tener un costo político muy alto para el gobierno. Así que el poder de los medios es muy gran-

de (a través del discurso se puede dirigir a las masas); su papel es muy importante, hasta en aspectos muy prácticos de la vida política: por ejemplo, pueden incidir no solamente en la evaluación de las políticas públicas (tanto su forma como su realización material) sino también en la construcción de las mismas, pues pueden canalizar necesidades y presionar al gobierno (a través de la opinión pública) para que adopte medidas frente a las necesidades de grupos específicos. No obstante el interés que puede tener tal análisis, no es el fin de la presente investigación.

Otro punto importante se relaciona con la legislación nacional, así se puede leer en la Constitución actual que se garantiza la libertad de conciencia (artículo 18), la libertad de prensa (artículo 20) y la protección a periodistas (artículo 73). Sin embargo, como ocurre con tantos derechos constitucionales aquí, se quedan en lo formal, no se cumplen, por lo menos no a cabalidad. Eso se ve claramente en la clasificación mundial de la libertad de prensa del año 2007 donde Colombia queda en el puesto 126 de 169 (siendo el primer puesto el donde mayor libertad real de prensa existe), esa falta se traduce en amenazas y hechos violentos contra los periodistas que se pronuncian libremente y en contra de los que sustentan el poder.

Por todo lo anterior, nos parece que el tema de la investigación es muy oportuno en nuestro campo y su desarrollo aportará a la disciplina de la ciencia política. No gratuitamente, uno de las áreas más propias de la politología lo constituye el análisis del discurso.

La metodología de la investigación se centró en realizar un marco general sobre el desplazamiento forzado en Colombia. Para tal fin, después de una breve definición del fenómeno, se hace una revisión periodística relacionada con los aspectos psico-sociales y socioeconómicos de quienes lo padecen, haciendo hincapié en las diferentes fases del desplazamiento y en

la especial brusquedad con que se da la ruptura entre la vida antes y después de éste. Por otro lado, se revisan los avances en la legislación nacional e internacional frente al tratamiento del problema (entre otras, la Ley 387, la Sentencia T-025, la Sentencia T-287, el Artículo 3 Común, etc.) y las limitaciones que se observan en su aplicación. Y, por último, se dan a conocer las principales falencias que existen en el diseño y la aplicación de las políticas públicas enfocadas hacia la superación de la crisis. Otro enfoque del texto es el tema de la representación del desplazamiento y del desplazado por los medios de comunicación y cómo ésta incide tanto en la autoimagen que tiene éste de sí, como en el imaginario colectivo, es decir, en la manera en que la sociedad – dentro de ella los funcionarios de las UAO¹ – lo recibe, lo ve, lo clasifica y lo trata.

Un contexto, una realidad

Primero que todo, y a modo de aclarar el concepto, se habla del desplazamiento forzado interno cuando “personas o grupos de personas [...] se han visto forzadas u obligadas a escapar o huir de su hogar o de su lugar de residencia habitual, en particular como resultado o para evitar los efectos de un conflicto armado, de situaciones de violencia generalizada, de violaciones de los derechos humanos o de catástrofes naturales o provocadas por el ser humano [éstas no nos interesan en el presente trabajo], y que no han cruzado una frontera estatal internacionalmente reconocida” (OACNUDH, ACNUR Y CODHES, 2002, p. 19), por lo cual el desplazado se diferencia claramente del refugiado

¹ UAO: Unidades de Atención y Orientación a Población en Situación de Desplazamiento

que también huye pero que llega a cruzar mínimo una frontera nacional. Según esta definición, el desplazamiento se puede ver como una medida de protección.

Ahora bien, el desplazado vive una situación de desarraigo que tiene múltiples consecuencias psicosociales y socioeconómicas para su vida. Muchos de ellos se sienten extranjeros en su propio país y hay un problema casi generalizado en su acogimiento, puesto que muchas personas, debido a estereotipos creados en gran parte por la representación que los medios hacen del fenómeno y de sus actores, lo relacionan con alguien que estuvo implicado en el conflicto (según el pensamiento: “por algo será que se tuvo que venir”), o alguien que aprovecha “la coyuntura” y se vino como desplazado aunque en realidad es “solo” pobre, o bien alguien que vino para competir por las pocas posibilidades de empleo que hay, como “mano de obra barata” (CUCHUMBÉ HOLGUÍN Y VARGAS BEJARANO, 2007, p. 189).

El desplazamiento forzado significa una ruptura tajante e irreversible en la vida de sus víctimas. Para entender mejor la trascendencia de ese hecho, se va a presentar a continuación lo que Castillejo, en un estudio llevado a cabo en el año 2000 (CASTILLEJO, 2000, p. 15 y ss.), llama los procesos de tránsito, que según este autor normalmente se dan en tres fases: primero, la persona abandona su estado inicial, después entra en una fase intermedia, de tránsito, en la que se introduce paulatinamente en un tercer estadio, en el que finalmente es asimilada a la comunidad receptora. En el caso del desplazamiento forzado, sin embargo, el cambio se da abrupto, no existe la fase de tránsito, ni los rituales que normalmente acompañan este proceso. Esta situación es la que llaman diversos autores como una “muerte en vida”, una “pérdida del rostro” de quien lo padece, puesto que el individuo desplazado es sacado violentamente de su mundo-entorno que es esencial para su vida, puesto que “el ser huma-

no desde su nacimiento se adapta a su mundo-entorno y en su desarrollo personal se va familiarizando con él, a tal punto que su constitución física y su lenguaje corresponden a las exigencias de su medio”. Sensaciones de impotencia, de pérdida y de confusión son el resultado de esa ruptura, a veces a éstas se añaden sentimientos como el profundo miedo (por las situaciones traumáticas que se experimentaron), el deseo de venganza, y/o de inferioridad por no saber cómo actuar en este nuevo mundo al que llegaron del día a la noche, que se intensifica en muchos casos por el tratamiento que la persona desplazada recibe en el lugar de acogida, pues pasa a menudo que es tratado despectivamente tanto por la sociedad en general (no por último por el desprestigio generalizado que existe en Colombia frente a los campesinos y pueblerinos) como incluso por los mismos funcionarios donde va para buscar ayuda (CUCHUMBÉ HOLGUÍN Y VARGAS BEJARANO, 2007, p. 185 -190).

Una variante relativamente reciente, poco estudiada y mucho menos visible es el desplazamiento forzado inter e intraurbano. En el primer caso se trata de la migración forzosa de personas de una ciudad a otra y en el segundo, de la migración forzosa de personas de un lugar de la ciudad a otro dentro de la misma. El problema está muy presente en las grandes ciudades del país, principalmente Bogotá, Medellín y Cali, y afecta gravemente a los individuos que lo experimentan, que son en algunos casos por segunda o tercera vez desplazados. Puede que la ruptura sea menos tajante puesto que las personas llegan a un mundo-entorno parecido al que dejaron atrás, sin embargo, las relaciones sociales (familia, vecinos, comunidad) se ven afectados e igual que en el caso de los desplazados del campo, se deja atrás el hogar, que es más que sólo un abrigo.

Tampoco se pueden olvidar los graves perjuicios económicos que implica el desplazamiento forzado (tanto rural-urbano

como inter o intraurbano). En muchos casos, las víctimas tienen que dejarlo todo, incluyendo la casa, los muebles, la tierra, el ganado, los cultivos, y también otros objetos que son de valor sentimental como fotos, cartas, etc., para salvar su vida.

Aquí quisiéramos profundizar en lo que Cuchumbé-Holguín y Vargas-Bejarano denominan las diferentes fases del desplazamiento. Estos autores destacan que el sufrimiento del desplazado no empieza con el acto de desplazarse, sino mucho antes. Cuando alguien se desplaza es porque lo ve como la última y única posibilidad que le queda, de resto no abandonaría su vida, todo lo que construyó durante años de trabajo, su mundo-entorno del que más arriba se habló, sus amigos y conocidos. Antes del desplazamiento hay toda una historia de sufrimiento, de violencia, amenazas, asesinatos, masacres, violaciones, robos, tortura. Para que sea posible que se llegue a tal grado de crueldad, estos autores citan el trabajo de Hannah Arendt que ella realizó a partir del caso de Eichmann, constatando que un ser humano solamente es capaz de cometer tales actos de barbarie cuando ha perdido o nunca ha tenido la capacidad de pensar, lo que se logra mediante la adoctrinación ideológica. Así, para el victimario la víctima no tiene valor, no es ni siquiera humano; es un “infrahumano” que como tal, se puede matar, aún de la manera más cruel (CUCHUMBÉ HOLGUÍN Y VARGAS BEJARANO, 2007, p. 183).

El desplazamiento en sí es la segunda fase, en la que se pierde, como ya se ha dicho, el mundo-entorno. Después sigue la fase de la llegada-acogida al nuevo lugar, que, por los prejuicios ya mencionados y por la diferencia cultural puede agravar aún más las sensaciones de pérdida, de inferioridad, de rabia, de confusión (CUCHUMBÉ HOLGUÍN Y VARGAS BEJARANO, 2007, p. 185 -187).

Finalmente, Castillejo presenta una última fase, y es la que

corresponde a la imagen que los medios de comunicación construyen del desplazado. Es ésta muy relacionada a la anterior, puesto que los medios de comunicación son responsables en buena medida de la opinión pública, de la manera en qué la sociedad crea sus imaginarios. Basándose en el estudio de Castillejo, los autores constatan que esta población es presentada en general con un discurso humanitario, que los muestra como seres débiles, incapaces de salir adelante, seres forasteros y potencialmente peligrosos que deben ser aislados del resto de la población (CUCHUMBÉ HOLLGUÍN Y VARGAS BEJARANO, 2007, p. 188).

Para hablar de la situación nacional, Colombia es, después de Sudán, el segundo país con mayores cifras de desplazados (Acnur, 2008, p. 6). Este triste segundo lugar aparece al lado de otros puestos no menos alarmantes, resultados del prolongado y encarnecido conflicto armado interno: por un lado, es el tercer país con más niños combatientes (después de Liberia y del Congo) y por el otro, es el primer país con más víctimas de minas antipersonales (ACNUR, 2008, p. 6).²

Un aspecto importante del desplazamiento interno en Colombia es el carácter estructural que posee. No es un problema coyuntural, sino un problema histórico de largo alcance. Ha habido tres grandes olas de desplazamiento a lo largo de los últimos ciento quince años (RUEDA BEDOYA, 2002, p. 72-75), la primera se dio como consecuencia de la Guerra de los Mil Días (1899-1902), de la cual no se tiene cifras muy claras de su magnitud, pero en donde se habla de que aproximadamente el 20% de la población fue directamente afectado.

² Incluso, en los últimos años y como consecuencia del debilitamiento de las FARC (debido a la ofensiva militar del actual gobierno y la modernización del aparato militar nacional), éstas están utilizando de manera incrementada las minas antipersonales, puesto que es uno de los pocos medios que les queda para resistir (PECAUT, D., 2008, p. 129).

La segunda ola se presentó durante el período de La Violencia que vivió el país a mediados del siglo XX (aunque ya antes había una situación muy tensa, estalló propiamente con el asesinato de Gaitán el 9 de abril de 1948 – el llamado Bogotazo – y duró hasta el año 1953, aunque después aún prosiguió una fuerte tensión y lucha entre la derecha e izquierda del país, cuyo resultado más adelante serán los grupos guerrilleros, entre ellos, en 1964, las FARC). En ésta se habla de aproximadamente dos millones de desplazados de una población total de unos once millones de colombianos.

La tercera ola, finalmente, se empezó a dar a partir de los años 80 como consecuencia del conflicto armado entre los diferentes grupos armados, principalmente las Fuerzas Armadas, los grupos guerrilleros y los grupos paramilitares (que habían surgido, los segundos, como consecuencia de la violencia indiscriminada contra la oposición, aplicada por parte de las fuerzas armadas estatales y, los terceros, como consecuencia de la aparición de los segundos; ambos operaban pues, en un principio, para autodefenderse), y el auge del narcotráfico, puesto que a principios de los años 80 Colombia se convierte en la placa giratoria del tráfico de drogas de Perú y Bolivia, y a partir de los 90 pasa a ser el principal productor de coca en el mundo (PÉCAUT, 2008, p. 53, 59). Esta tercera ola aún está vigente. Muchas veces los habitantes de una zona tienen que huir por enfrentamientos entre uno y otro bando por la soberanía sobre ésta (OSLENDER, 2004, p. 4) o porque son amenazados por uno de ellos, no pocas veces por presunta colaboración con el otro. Aunque las cifras divergen según la fuente, en agosto de 2008 la cifra de desplazados internos por la violencia llegó a ser entre dos millones sesenta y cuatro mil (cifra oficial del gobierno) y cuatro millones trescientos mil de personas (cifra de CODHES) de un total de cuarenta y cinco millones de habitantes, y la tendencia va hacia

un aumento del número de desplazados por año. (*El Espectador*, 1 Mayo 2002). Por lo tanto, es urgente la elaboración y puesta en marcha de políticas públicas que deben transformarse en políticas de estado lo que permite llevar a cabo transformaciones estructurales y lograr así soluciones constantes y duraderas.

Lo que hace que las soluciones al desplazamiento forzado sean tan difíciles de lograr es precisamente su carácter interno, es decir, existe una legislación internacional muy completa y con mecanismos de control bastante eficientes frente al fenómeno de los refugiados, pero no pasa lo mismo con los desplazados internos, pues al no pasar la frontera ellos constituyen un problema de orden nacional, y su solución, por lo tanto, queda en manos del respectivo Estado. El problema aquí es que en muchos casos los Estados en los que se presenta el fenómeno no tienen la capacidad de enfrentarlo de manera eficiente y eficaz (pues el Estado presenta importantes deficiencias estructurales) o, aún más grave, no tienen el interés de restablecer los derechos de los desplazados, siendo el Estado en algunos casos incluso el actor que los desplazó o que toleró su desplazamiento por agentes ajenos al Estado. Todos estos casos también se dieron en Colombia y se siguen dando (aunque los casos en que los militares son directamente responsables del desplazamiento han disminuido en los últimos años, sin embargo, no se puede olvidar el escándalo de la parapolítica que demostró la involucramiento del Estado – buena parte de sus funcionarios – en las acciones de los paramilitares. Además, se habla de la responsabilidad del Estado en cuanto a la incapacidad o falta de voluntad de atacar las razones estructurales del conflicto armado y, por ende, del desplazamiento forzado por la violencia) (SINALTRAINAL, 2007, p. 1-3).

Lo anterior no quiere decir que no se ha venido avanzando hacia reglas internacionalmente obligatorias, sino que aún el control que se les aplica no basta y que aún existen demasiadas posi-

bilidades que le permiten al Estado esquivar su responsabilidad.

Los dos instrumentos internacionales más importantes que regulan los conflictos armados internos son el Artículo 3 Común y el Protocolo adicional II de los Convenios de Ginebra, que reglamentan claramente el deber de los actores estatales y no estatales frente a situaciones de conflictos armados internos o guerras civiles, limitando, el primero, las acciones violentas para todas las partes involucradas en el conflicto interno, en especial las que involucran a la sociedad civil, y, el segundo, prohibiendo explícitamente el desplazamiento forzado y ordenando en caso de que ocurra la atención integral de sus víctimas en materias de “alojamiento, salubridad, higiene, seguridad y alimentación”. El Protocolo II prohíbe, además, que la población civil sea atacada en los conflictos militares. En el artículo 13-2 del título IV, por ejemplo, dice explícitamente: “Quedan prohibidos los actos o amenazas de violencia cuya finalidad principal sea aterrorizar a la población civil”, y el punto 3 del mismo artículo asegura que “las personas civiles gozarán de la protección que confiere este Título, salvo si participan directamente en las hostilidades y mientras dure tal participación”. Sin embargo, todo lo anterior se está violando en el país, principalmente por parte de los actores armados al margen de la ley, pero también por parte de las fuerzas legales e incluso por el gobierno, puesto que no cumple con la función protectora (OACNUDH, ACNUR Y CODHES, 2002, p. 32-35).

En cuanto a la posibilidad de esquivar su responsabilidad, al gobierno aún le queda la posibilidad, por ejemplo, de no reconocer un conflicto armado interno, como actualmente lo está haciendo el gobierno colombiano. Al desconocerlo, el derecho internacional no se le puede aplicar de manera global (los Derechos Humanos sí, pero no el Artículo 3 común, ni el Protocolo II, ni el Derecho Internacional Humanitario). Igualmente, la ne-

gación del estatus de beligerancia para los grupos guerrilleros y paramilitares, ha sido otra estrategia del gobierno para negar la condición de conflicto armado interno (pues de esta manera no hay un enfrentamiento entre dos ejércitos, condición para que se pueda hablar de una guerra civil), y sirve a la vez como excusa para estos grupos por no respetar el DIH. (*La Urbe Digital*, 2008, n. 372). Incluso, desde 2005, el actual gobierno se ha esforzado para convencer a los medios de comunicación de nominar la situación que vive el país como conflicto armado, y de representar las FARC como simple organización delincuencial y terrorista (PÉCAUT, 2008, p. 66). Incluso se ha tratado desconocer el estatus de víctima a los desplazados, hablando en los medios no de desplazados forzados por la violencia sino de migraciones de personas que salen de las zonas rurales a las grandes ciudades para encontrar mejores condiciones de vida.³ Es por lo tanto muy común, escuchar a los funcionarios públicos y a varios periodistas referirse al postconflicto, con lo que se representa la situación del país como si ya se hubiera avanzado mucho en el camino hacia la paz, lo que se inscribe en la estrategia política del actual gobierno que ha hecho de la “política de la seguridad democrática” su enfoque principal. Sin embargo, el número cada año más elevado de desplazados desmiente esta denominación de postconflicto y muestra claramente que Colombia aún sigue en el conflicto armado interno, aunque con características muy diferentes a cuando éste empezó, puesto que para los grupos armados al margen de la ley, cada

³ Según José Obdulio García, “nosotros no tenemos desplazados, tenemos migración en buena parte por el paramilitarismo y la guerrilla [...] esa gente se fue para ciudades y allá están como migrantes, más la gente que se fue del país, clase alta y media. [...] “La propaganda internacional sobre nuestra situación de desplazamiento masivo, como el mayor desplazamiento del mundo, suma todos los que salieron durante los últimos 40 años. [...] La ONG que dirige toda esa propaganda se llama Codhes. [...] El negocio de crear el ambiente negativo contra Colombia produce réditos” (OBDULIO GARCÍA, 2008).

vez son más importantes los objetivos militares y económicos, es decir, cada vez más, la política es subyugada a la lógica militar.⁴ Eso se traduce en una pérdida de objetivos políticos, donde la acción armada encuentra su fin en sí misma, generando ganancias económicas que a los grupos armados al margen de la ley hoy en día importan más que el poder político, es la transformación de las guerrillas y grupos paramilitares en grupos narcotraficantes y extorsionistas, cuyos líderes se pueden denominar “warlords”, caracterizados como personas que surgen de la guerra y viven de ella, por lo cual estén interesados en la continuación de ésta. Es decir, se trata de una despolitización de la fase actual del conflicto armado colombiano, donde la acción armada encuentra el fin en sí mismo (WALDMANN, 1999, p. 40-43). Para la población civil, sin embargo, el RESULTADO es el mismo: amenazas, muerte, violaciones, tortura, y, como única salida: el desplazamiento.

El panorama de la legislación interna, al igual que el de la legislación internacional, es prometedor, pues ha aportado mucho, incluso a nivel mundial por la condición de Colombia de ser el segundo país, después de Sudán, con más desplazados en el mundo, lo que le ha valido para hacerse precursor y experto en los aspectos legislativos. Estos avances son, en comparación con la larga historia del desplazamiento forzado en el país, bastante recientes, lo que refleja la invisibilidad que tenía hasta hace relativamente poco.

Que el problema se visibilizara finalmente fue posible por varias razones: el trabajo de las ONG (especialmente Codhes), las organizaciones internacionales como Acnur y las investigaciones llevadas a cabo durante los años 90, fueron muy significativos en ese sentido. Después de una investigación extensiva

⁴ Comparar con los conceptos de nueva guerra de Mary Kaldor (2001) y guerra civil de Peter Waldmann (1999).

llevada a cabo por la Conferencia Episcopal y publicada a mediados de la década de los 90 y que descubrió la magnitud y gravedad del fenómeno (VALENCIA, 2006, p. 1), el gobierno se vio obligado a actuar y, tras el Conpes 2804 en 1995 que crea el Programa Nacional de Atención Integral a la Población Desplazada por la Violencia y en el que se definieron por vez primera acciones de prevención, protección y atención humanitaria de emergencia, se decretó la ley 387 del 1997 que regula todo lo relacionado al desplazamiento de manera vinculante, desde su definición, hasta la atención de sus víctimas y las pautas para lograr su prevención, y que crea, entre otros, una nueva entidad adscrita al Departamento Administrativo de la Presidencia de la República: la Red de Solidaridad Social. A continuación se presentan de manera resumida otros decretos, acuerdos y leyes que regulan el tema.

Primero, está la propia constitución nacional de 1991. Al lado del reconocimiento y garantía de todos los derechos fundamentales (en especial, los artículos 13, 14 y 40), de los derechos civiles, políticos y culturales (en especial, los artículos 42, 77 y 366), que incluso ya están presentes en el preámbulo (principios), también destaca la supremacía de los DDHH y del DIH (tienen rango constitucional y prevalecen en el orden interno, puesto que la Constitución Nacional, es decir, la “norma de normas”, así lo determinó). Sin embargo, existe una importante brecha entre lo que estipula la constitución y lo que pasa en la realidad.

En diciembre de 1996, es decir, después del Conpes 2804, se firma el Decreto 2217 a través del cual se crea un programa especial de adquisición de tierras que beneficia a la población campesina desplazada por la violencia.

En marzo de 1997 se firma el Acuerdo 006 mediante el cual se fijan políticas de atención a la población desplazada por la violencia. Como encargado de esta atención se nombra

al Instituto Colombiano de Bienestar Familiar (ICBF) en las áreas de prevención, atención inmediata humanitaria, consolidación, estabilización.

El 9 de abril de 1997 le sigue el Decreto 976 que establece la responsabilidad del Estado, y por tanto su obligación de “generar condiciones de sostenibilidad mínimas para la reincorporación social y recuperación económica” de las víctimas del desplazamiento forzado por la violencia en un marco de retorno voluntario o reasentamiento. Además, destaca la necesidad de promover el desarrollo integral tanto de las zonas expulsoras como de las receptoras, para lo cual son imprescindibles programas sociales del Gobierno.

El 27 de abril de 1997 se firma otro decreto: el Decreto 1165, mediante el cual se crea la Consejería Presidencial para la Atención de la Población Desplazada por la Violencia. Entre sus funciones principales se encuentran la de promover la elaboración de programas que tienen el fin de prevenir el desplazamiento forzado, y la de coordinar las medidas de asistencia legal y atención humanitaria de emergencia para los desplazados.

Un día después se firma el Acuerdo 59 que declara el desplazamiento forzado por la violencia como “evento catastrófico”. Luego, con la ley 387 que se firmara poco después, este decreto ya reconoce que las personas que migran forzosamente lo hacen “porque sus vidas, integridad física, seguridad o libertad personal ha sido vulnerada o amenazada por razones de orden público, violaciones masivas a los Derechos Humanos o infracciones al Derecho Internacional Humanitario”.

Después sigue la firma de la ley 387 y, aún en el año 1997, se expide el CONPES 2924 que propone una nueva estructura institucional para el manejo de sistemas de información y fuentes de financiamiento de las políticas de atención (tanto preventivas, de ayuda inmediata como de estabilización).

La ley 418 se firma en diciembre de 1997 y “dictamina dotar al Estado Colombiano de instrumentos eficaces que garanticen la vigencia del estado social y democrático de derecho y la plenitud de los derechos y libertades fundamentales” que hacen parte del Bloque Constitucional.

El Decreto 501 de marzo de 1998 establece la creación del Fondo Nacional para la Atención Integral a la Población Desplazada por la Violencia. Se determina que éste funcionará como una cuenta especial sin personería jurídica en manos del Ministerio del Interior. Su función principal es la de administrar de manera correcta y eficaz los recursos asignados.

Con el Decreto 290 de febrero de 1999 se busca facilitar a la población desplazada por el conflicto armado interno la inscripción en el Registro Civil de Nacimiento y la expedición de cédulas nacionales.

El Decreto 489 de marzo de 1999 determina que la encargada de las actuaciones y funciones frente al desplazamiento forzado por la violencia ya no será la Consejería Presidencial para la Atención de la Población Desplazada por la Violencia sino pasa a ser la Red de Solidaridad Social, creada en la ley 387.

El CONPES 3057 de 1999 propone un plan de acción integral para mejorar los instrumentos y mecanismos para la prevención, la protección, la atención humanitaria, el retorno, la reubicación y la estabilización socioeconómica de los desplazados por la violencia. Además, subraya la responsabilidad que tiene el Estado para garantizar efectivamente los derechos fundamentales y la dignidad humana de todos sus ciudadanos. Otro aporte de este documento es la propuesta de reorganizar y disminuir el marco institucional y fortalecer los sistemas de información, es decir, lograr una mayor eficiencia.

En julio de 2000 se firma la ley 589 que dictamina las condenas y las posibles rebajas de pena para los que son culpables

de los siguientes delitos: desaparición forzosa, genocidios, instigación para delinquir, tortura. Mediante esta ley se crea también la Comisión de Búsqueda de Personas Desaparecidas y el Registro Nacional de Desaparecidos. Además, encarga al gobierno la obligación de hacer lo posible y necesario para encontrar las víctimas, conocer las razones de su desaparición e informar sobre ello a los familiares de éstas.

En diciembre del mismo año se firma el Decreto 2569 que reglamenta parcialmente la ley 387 y que designa a la Red de Solidaridad Social la tarea de coordinar el Sistema Nacional de Información y Atención Integral a la Población Desplazada por la Violencia con las siguientes funciones: orientar, diseñar y capacitar los miembros del sistema; diseñar y elaborar programas de prevención y atención integral a los desplazados por la violencia; diseñar y ejecutar el plan estratégico para el manejo del desplazamiento interno en nombre del Gobierno Nacional; y, muy importante, determinar en coordinación con el Departamento Nacional de Planeación, indicadores socioeconómicos que permiten el control y la evaluación de los programas.

El Decreto 951 de junio de 2001 reglamenta parcialmente la ley 387, en lo relacionado a la vivienda y el subsidio de vivienda para la población desplazada.

El Decreto 2007 de septiembre de 2001 reglamenta parcialmente los artículos 7, 17 y 19 de la ley 387, en lo relacionado con la atención a la población rural desplazada (retorno voluntario o reasentamiento en otro lugar).

La Directiva Presidencial de noviembre de 2001 ordena a todas las instituciones gubernamentales que trabajan con población desplazada a mejorar la atención integral a ésta.

El CONPES 3115 del mismo año distribuye el presupuesto sectorial para el cumplimiento del Conpes 3057. Además, constata que los programas de acceso a vivienda han sido demasiado

restrictivos. Por último, el Sistema Nacional de Atención a la Población Desplazada, evidencia los problemas de dispersión e insuficiente asignación en los programas generales y específicos dirigidos a la población desplazada.

La ley 782 del diciembre 2002 introduce algunos cambios en la ley 418 de 1997 prorrogada y modificada, a su vez, por la ley 548 de 1999.

El Acuerdo 003 de febrero de 2003 fija los montos máximos para la atención socioeconómica de los desplazados por la violencia, inscritos en el Registro Único de Población Desplazada (expresados en salarios mínimos).

El Decreto 2131 de julio de 2003 reglamenta la atención médica de la población desplazada según la ley 100 de 1993, y ordena que, incluso en casos de regímenes de excepción, la asistencia médica a la población desplazada por todas las entidades de salud es de obligatorio cumplimiento.

Volviendo a la Constitución Nacional, otro aporte de ésta es el instrumento de la tutela (artículo 86) que pone a disposición de los ciudadanos la posibilidad de exigir el cumplimiento efectivo e inmediato de sus derechos cuando éstos se ven vulnerados. Fue a partir de la cantidad exorbitante de tutelas entregadas por personas en situación de desplazamiento que la Corte Constitucional (que fue creada con la Constitución del 91 como institución responsable de la vigilancia de su cumplimiento) se puso a estudiar el caso, ya no individual sino del conjunto de los desplazados con detenimiento y declaró, mediante la famosa sentencia T-025 de enero del año 2004, un estado de cosas inconstitucionales, imponiendo al gobierno la obligación de solucionar la crisis humanitaria que esta gente vive, restableciendo sus derechos consagrados en la Constitución, no solamente de los que tutelaron, sino de todos los desplazados, presentes y futuros. Además, impuso al gobierno la tarea de desarrollar medidas de prevención

eficaces para impedir que el problema se siga originando (Comisión de Seguimiento a la Política Pública sobre Desplazamiento Forzado, 2007, p. 7).

Desde la sentencia T-025 el gobierno está pues obligado a responder con planes y acciones específicas tendientes a la superación del estado de cosas inconstitucionales, teniendo que entregar periódicamente informes sobre su aplicación y resultados.

En abril del mismo año se expide el Auto 27 que presenta un análisis presupuestal de inversiones del Sistema Nacional de Atención Integral a la población desplazada (SNAIPD) y que ordena una política de atención humanitaria de emergencia.

Con el Decreto 2467 de julio de 2005, se fusionan la Agencia Colombiana de Cooperación Internacional (ACCI) y la Red de Solidaridad Social para formar juntas la Agencia Presidencial para la Acción Social y la Cooperación Internacional (Acción Social), que a partir de entonces será la encargada oficial para lidiar con el problema del desplazamiento forzado por la violencia.

En noviembre de 2005 sale otro CONPES, con el número 3400 que presenta un análisis completo acerca de las gestiones del SNAIPD. Además, se dan consejos para lograr un mejor funcionamiento del sistema y se muestra en qué se han usado los recursos destinados hasta el momento.

Mediante el Acuerdo 059 de diciembre de 2006 del INCODER se establecen los requisitos de inscripción y registro y los criterios de elegibilidad que deben cumplir los desplazados forzados del campo para acceder a los programas de Desarrollo Rural y Reforma Agraria.

El Acuerdo CNAIPD de septiembre de 2006 invita a los alcaldes y gobernadores a un mayor compromiso para con los desplazados y, por lo tanto, un crecimiento en la asignación del presupuesto por la atención integral de los desplazados.

Los Autos 176, 177 y 178 de 2005, los Autos 218, 266 y 333 de 2006 y el auto 109 de 2007 fueron expedidos por la Corte Constitucional para dar respuesta a los informes entregados tanto por el gobierno como por la Comisión de Seguimiento a la Política para el Desplazamiento Forzado (iniciativa de la sociedad civil, creada en agosto de 2005 y promovida por diferentes ONG⁵ y la Universidad de los Andes) que se mantiene en un constante diálogo con los actores involucrados,⁶ y que ha podido contrarrestar en múltiples ocasiones lo dicho por el gobierno. En base a ambos, la Corte Constitucional ha declarado que la situación no ha cambiado sustancialmente, que aún sigue el estado de cosas inconstitucionales frente al tema del desplazamiento forzado (Comisión de Seguimiento a la Política Pública para el Desplazamiento Forzado, 2007).

La ley 1190 de 2008 declara que el año 2008 será el año de la promoción de los derechos de los desplazados lo que se ve reflejado, por ejemplo, en la exposición fotográfica sobre el tema en el Museo de Antioquia en Medellín, y otros eventos artísticos y académicos que tuvieron lugar durante el 2008 en el país. Además, asigna al Consejo Nacional la Atención Integral a la Población Desplazada por la Violencia (CNAIPD), la coordinación de los comités departamentales, municipales y distritales; y las acciones dirigidas a garantizar el compromiso de las instituciones territoriales para que se cumplan efectivamente los derechos de los desplazados.

El Auto 008 de 2009 ha sido el último hasta el momento, en el cual la Corte ha reconocido un avance importante, pero no suficiente en la actuación del gobierno frente al problema

⁵ CODHES, Pastoral Social, Corporación Viva la Ciudadanía.

⁶ ACNUR, FAO, OCHA, PNUD, Procuraduría General de la Nación, Defensoría del Pueblo, Controloría General de la Nación, organizaciones sociales de DDHH, líderes de la población desplazada, expertos.

del estado inconstitucional en cuanto a la violación persistente de los derechos de las víctimas del desplazamiento forzado por la violencia. Al momento de escribir este informe, prosigue el estado de cosas inconstitucionales.

Desde la Sentencia T-025, el gobierno ha hecho algunos esfuerzos para solucionar el problema del desplazamiento forzado por la violencia a través de políticas públicas. Sin embargo, como ya se ha dicho, el estado de cosas inconstitucionales persiste. Las razones son múltiples: primero, muchos dicen que las políticas no responden a las necesidades reales de la población afectada, y además, no son lo suficientemente diferenciadas para responder a las necesidades diferentes que presentan las diversas partes de ella (niños, mujeres – cabeza de familia, embarazadas – ancianos, discapacitados, etc.). Segundo, en la mayoría de los casos se quedan en el simple asistencialismo (aquí se puede trazar un paralelismo con el cristianismo tan presente en el país y su gran virtud: la caridad), es decir, se da lo que más urgentemente necesita la población víctima del desplazamiento forzado, pero sin generar medidas que le permiten volver a vivir de manera autosostenible y digna en un futuro mediano. En este punto incluso pasa que estas ayudas inmediatas no responden a las necesidades reales de la población, por la falta de concertación con ella (ACNUR, 2005).

Relacionado con la crítica al asistencialismo está la según la cual las políticas públicas no se traducen en políticas de estado y, por lo tanto, están expuestas al vaivén de los intereses cambiantes de los líderes políticos, lo que dificulta mucho el avance hacia una solución duradera y estable del problema, que permitiría a las víctimas recobrar y vivir plenamente sus derechos y que permitiría, además, que no hubiesen nuevas víctimas (CUCHUMBÉ HOLGUÍN Y VARGAS BEJARANO, 2007, p. 188).

Las necesidades más apremiantes de la población despla-

zada son, según el RUT,⁷ la alimentación con 14.41%, el trabajo con 11.20% y el alojamiento con 10.28% (RUT, 2002). Eso coincide con la falta de políticas efectivas de creación de ingresos y de vivienda. Sin embargo, algunos de los funcionarios que trabajan directamente con los desplazados se quejan de la falta de iniciativa propia de los desplazados, y de su poca voluntad de participar en las actividades y cursos de capacitación ofrecidos por el gobierno. Sin embargo, eso es más el resultado de la brecha que existe entre los deseos y necesidades de la población desplazada y las políticas de capacitación que no los tienen en cuenta (o no lo suficientemente), y no tanto de la falta de voluntad de los desplazados de salir adelante. Sin embargo, los funcionarios muchas veces esperan una actitud de gratitud como si no se tratara de la satisfacción de los derechos que tienen los desplazados sino de un regalo (JARAMILLO, 2008, p. 217, 225).

Frente a este punto es oportuno traer a colación la Sentencia T-278 del año 2007 en la cual la Corte Constitucional declara “INEXEQUIBLES las expresiones “*máximo*” y “*excepcionalmente por otros tres (3) [meses] más*”, contenidas en el párrafo del artículo 15 de la Ley 387 de 1997, y EXEQUIBLE el resto del párrafo en el entendido que el término de la atención humanitaria de emergencia previsto en esa disposición será prorrogable hasta que el afectado esté en condiciones de asumir su autosostenimiento”. Además, declara “INEXEQUIBLE el párrafo del artículo 18” de la misma ley, según el cual el desplazado debía cooperar “en el mejoramiento, restablecimiento, consolidación y estabilización de su situación”, relegando así la responsabilidad del Estado en parte a los individuos víctimas

⁷ Sistema de Información sobre Población Desplazada por la Violencia en Colombia. En la página de internet de RUT se puede leer que el nombre RUT es tomado de la biblia, del nuevo testamento. Rut es una mujer viuda, que decide acompañar a su suegra Noemí y le dice: “No insistas en que te deje y me separe de ti, porque donde tú vayas, yo iré; donde tú habites, yo habitaré. Tu pueblo será mi pueblo y tu Dios será mi Dios” (RUT, 1, 16).

inocentes del conflicto armado (Sentencia T-287, 2007, p. 3, 44).

Los mismos funcionarios también lamentan la ausencia de un sistema de información oportuno que conectara las diferentes UAO (Unidad de Atención y Orientación a Población en Situación de Desplazamiento), permitiendo de esta manera un seguimiento y control de las ayudas ya realizadas para evitar que algunos reciban doble o que otros se tengan que volver a inscribir cuando cambian de UAO, y, en general, para lograr más eficiencia en la atención (JARAMILLO, 2008, p. 215).

Los usuarios de las UAO (es decir, los desplazados) a su vez critican estar a merced de los funcionarios. “El problema se encuentra en la forma como su condición de sujeto de derechos, es condicionada y subordinada al ‘juicio’ y ‘evaluación’ subjetivo y, en ocasiones, estereotipado del funcionario. [...] El usuario en la UAO termina siendo cooptado por los esquemas de interpretación y de representación del funcionario, y dependiendo de dichos esquemas, se permite o se frena su proceso de restablecimiento.” El usuario se siente impotente ante el funcionario y el sistema (JARAMILLO, 2008, p. 221).

Por otro lado, las políticas públicas no solamente no van siempre a la par con las necesidades reales, sino que además los recursos que se destinan a su implementación en el Plan de Desarrollo (nacional y territoriales) son insuficientes para lograr resultados satisfactorios, aunque hay que decir que el hecho de que el problema es tomado en cuenta a la hora de elaborar el Plan de Desarrollo, adjudicándole un presupuesto, ya es un progreso, progreso que se logró apenas en el año 2005 (Decreto 250).

Otra dificultad radica en la falta de presencia estatal en importantes regiones del país, por lo cual sus habitantes no pueden beneficiarse de las políticas públicas, pues éstas no se pueden desarrollar ahí. Esa falta de gobernabilidad es, a la vez, una de las principales causas del desplazamiento forzado. Aquí entra en

juego otro factor negativo, y es el de la cuasi ausencia de políticas que van encaminadas hacia la solución de las causas del desplazamiento forzado. Mientras que no haya paz, no se solucionará, y mientras sigue el conflicto armado, siempre el pueblo será la principal víctima de todos los agentes armados, tanto estatales como de los que luchan al margen de la ley. Y para solucionar el conflicto armado son necesarias leyes y políticas públicas que cambien las estructuras del país, entre ellos, que por fin se dé la reforma agraria, pero también una de la propiedad urbana. Es decir, la paz pasa por una distribución más justa de las riquezas del país y sin paz no se solucionará tampoco el problema de los desplazados (CUCHUMBÉ HOLGUÍN Y VARGAS BEJARANO, 2007, p. 192).

También se ha criticado una política pública en especial, y es la de llevar a las poblaciones desplazadas a sus tierras de origen aunque en éstas continúe el conflicto, sin darles la seguridad suficiente que les garantice siquiera la vida, exponiéndolas así de nuevo a situaciones de violencia y, en varios casos, a la experiencia de un segundo (o tercero o cuarto) desplazamiento. Además, sin darles el apoyo necesario para la creación de ingresos que les permitieran retomar su vida y lograr una subsistencia digna (IBAÑEZ LONDOÑO, 2009, p. 1-2).

Por otro lado, se encuentra el problema de acceder a los beneficios, debido a las dificultades que persisten en la forma de registro de los afectados, pues no todos los desplazados están en las listas del registro único porque no todos cumplen con los requisitos (según algunos, éstos tampoco siempre son objetivos) o porque tienen miedo de acciones de venganza (sobre todo si el actor que los desplazó fue el mismo Estado), y, por lo tanto, no acceden a las ayudas a las cuales, por la legislación nacional, tienen derecho. Aquí quiero destacar la opinión de varios funcionarios públicos, de políticos y de parte de la opinión pública, según

la cual los que no están en el registro no lo están porque no son desplazados sino una especie de “parásitos” que se quieren aprovechar de la situación y recibir los beneficios destinados a éstos (CUCHUMBÉ HOLGUÍN Y VARGAS BEJARANO, 2007, p. 180, 188). Es irónico: ahora resulta que el afectado no sólo debe demostrar la culpa, sino y ante todo, la inocencia.

Adicionalmente, queremos destacar la gran fijación en las cifras como lo demuestra, por ejemplo, todo el debate que se forma alrededor de la diferencia entre la cifra oficial del gobierno y la de las ONG nacionales y organismos internacionales. La concentración exclusiva en la disputa cuantitativa, muchas veces el debate no llega al problema real, es decir, que detrás de las cifras están seres humanos, víctimas inocentes del conflicto armado o del narcotráfico, ciudadanos con derechos que no se están cumpliendo. Hay que solucionar el problema del desplazamiento forzado en el país, sean tres millones o cinco millones los directamente afectados, y hay que cambiar, ante todo, las estructuras sociales del país para lograr solucionar los problemas de fondo que causan el desplazamiento forzado. En este aspecto, el papel de los medios, entre ellos los periódicos, es enormemente importante, pues pueden representar a los desplazados como cifras anónimas, gente débil y pasiva o como personas con derechos y voluntad. Influencian la opinión pública y tienen la capacidad de presionar al gobierno, mediante la visibilización constante del problema, exigir su solución y la crítica de los errores o ausencias que se cometan frente a él por parte de los funcionarios e instituciones. Además, está en su posibilidad darle una plataforma a los desplazados, para que el país conozca la voz e historia de los directamente afectados.

En conclusión, aunque se ha logrado un gran avance legislativo, la situación real del fenómeno sigue siendo grave, este avance no se ha logrado materializar en políticas transparentes,

participativas, diferenciadas, eficientes y eficaces, debido a razones tan diversas como la falta de recursos destinados, la falta de indicadores socioeconómicos oportunos (aunque se ha venido trabajando en el tema), la falta de claridad que tienen muchos de los desplazados sobre sus derechos, las barreras burocráticas que se les interponen para ingresar al Sistema Único del Registro y para acceder a los diferentes beneficios a que tienen derecho, la falta de políticas a mediano y largo plazo, y no por último, la falta de gobernabilidad y la debilidad estructural, en muchas ocasiones, del Estado Colombiano.

Finalmente, queremos advertir algo acerca de la representación medial que se hace del fenómeno del desplazamiento forzado por la violencia en el país y es que, como destaca la periodista Claudia López, aunque en varios periódicos sí existen esfuerzos importantes de pluralidad de pensamiento y de una información diferenciada por varios de los columnistas y autores de los demás artículos (incluso también por parte de los panelistas de radio), la gente que los lee pertenece a una élite intelectual, la gran masa del pueblo no conoce sino la representación del fenómeno que se hace a través de la televisión, que actualmente es con creces el medio de carácter masivo más importante para la formación de la opinión pública en el país (LÓPEZ, 2009). Más específicamente, a través de los dos canales nacionales más grandes, RCN y Caracol, sin duda, defensores a ultranza del estatus quo. Otro problema (también en los medios escritos, pero aún más en la televisión) es la gran preocupación por los índices de audiencia, por lo cual la ética profesional fácilmente se pierde y el amarillismo periodístico es el que gana la partida, lo que se traduce en una información distorsionada y sensacionalista de los diferentes temas de interés público, incluso cuando se trata de fenómenos tan delicados como lo es el desplazamiento forzado por la violencia.

Además, hay que destacar que Colombia sigue siendo un país donde la libertad de prensa no es muy alta. Así, según un estudio revelado por la organización Reporteros sin Fronteras, en el año 2007 se encontró en el puesto 126 de un total de 169 países estudiados, donde el puesto uno (Islandia y Noruega) es el que designa el país donde mayor, y el 169 (Eritrea) donde menos libertad de prensa existe. Este dato nos parece igualmente importante a la hora de analizar la representación del fenómeno del desplazamiento a través de los medios de comunicación, entre ellos, los escritos (REPORTEROS SIN FRONTERAS, 2007, p. 6).

Nuestra insistencia en mirar las formas de representación que hacen los medios sobre el fenómeno se fundamenta en el papel tan destacado que éstos tienen en el imaginario colectivo. Es a partir de su trabajo que la población civil toma consciencia (o no) del desplazamiento forzado y de qué manera. Parte de la población civil son los mismos desplazados que igualmente se ven influenciados por la representación que se construye sobre ellos, que puede perjudicarlos aún más, hacerles sentir peor de lo que se sienten ya, al mostrarlos, por ejemplo, como seres indefensos (discurso humanístico), o peor, culpables de su situación (“algo tienen que ver en el conflicto”), delincuentes (invadieron el terreno, robaron comida, etc.) o incluso como charlatanes que no fueron desplazados sino que se aprovecharon de la situación y se hicieron pasar por desplazados aunque en realidad son “sólo” pobres (recordemos el comentario de José Obdulio García y el testimonio de varios funcionarios en el trabajo de Jaramillo, ambos citados más arriba), o, por el contrario, les puede informar sobre sus derechos, reafirmando su condición de víctimas, de sujetos de derechos. Por el otro lado, están los que acogen a los desplazados, sus nuevos vecinos, la gente que comparte el espacio con ellos, es decir, todos nosotros. Nuestra manera de recibirlos depende, en gran medida, del estereotipo que nos

formamos de ellos, que a su vez depende de la representación que hacen los medios y los políticos de ellos (además de las experiencias propias que algunos tienen). Así que, si el estereotipo es negativo, los trataremos con desprecio, recelo o indiferencia. En cambio, si es positivo, lo cual no significa una representación que los demuestra como seres débiles e incapaces, sino que los representa en su condición de personas comunes y corrientes, que han tenido la mala suerte de estar en una zona de conflicto con que nada tenían ni tienen que ver, se puede esperar que la gente los trata con amabilidad y comprensión.

Es pues necesario reflexionar más acerca del tema de la representación que se hace sobre el desplazamiento forzado y sus víctimas para exigir que se haga con la ética y responsabilidad social suficientes que permiten un acercamiento entre estos últimos y la sociedad civil en su conjunto y para apoyar la solución del problema a través de la exigencia constante del cumplimiento de los derechos de los desplazados y de la revelación de posibles abusos, inconsistencias y ausencias en el diseño y la aplicación de las políticas tendientes a la solución del problema que son posibles mediante el ejercicio periodístico.

Para tal efecto, nos sirve el análisis del discurso social y el análisis crítico del discurso. El primero subraya que el discurso es una acción social que ocurre en un marco de comprensión, comunicación e interacción que a su vez depende de las estructuras sociales generales de la sociedad. Por otro lado, el análisis crítico del discurso pone énfasis en que el investigador debe “asumir una posición más cuestionadora de la realidad circundante, principalmente cuando se trata de cómo los discursos orales y escritos reproducen el abuso de poder, la dominación o la desigualdad social” (SILVA V, 2002).

Referencias

BELLO A., M. N. Las políticas públicas. En M.N. Bello A. (Ed.) **El desplazamiento en Colombia – regiones, ciudades y políticas públicas**. Medellín: Red Nacional de Investigación sobre el Desplazamiento Forzado, 2005.

BERIAIN, J. **Representaciones colectivas y proyecto de modernidad**. Barcelona: Anthropos, 1990.

CASTILLEJO, A. **Poética del otro: Antropología de la guerra, soledad y exilio interior en Colombia**. Bogotá: Norma, 2000.

GÓMEZ GÓMEZ, A. **Fenómeno del Desplazamiento en la Comuna 8 de Medellín – Villa Hermosa**. Ponencia en la Escuela de Hábitat, Universidad Nacional de Colombia, Medellín: 24. 03, 2009.

GONZÁLES GIL, A. Acción colectiva en contextos de violencia prolongada. Bogotá. **Revista Estudios Políticos**, 29, 9-78, 2006.

JAIR-CUCHUMBÉ, N. y VARGAS BEJARANO, J. C. Reflexiones sobre el sentido y génesis del desplazamiento forzado en Colombia. *Bogotá*. **Revista Universitas Humanística**, 65, 37, 65, 173-196, 2008.

JARAMILLO, J. Representaciones y prácticas discursivas sobre la política de atención a la población en situación de desplazamiento. Estudio de caso en Bogotá. **Revista Universitas Humanística**, 65, 37, 65, 197-234, 2008.

KALDOR, Mary. Las Viejas Guerras. En Tusquets (Eds.) **Las nuevas guerras: la violencia organizada en la era global**, Barcelona: Tusquets, 2001.

NATES CRUZ, B. y RAYMOND, S. Cartografía semiótica para la comprensión de territorios de conflicto. Bogotá. **Revista Estudios Políticos**, 29, 99-120, 2006.

PARDO ABRIL, N. G. Representación de los actores armados en conflicto en la prensa colombiana. Bogotá. **Revista Forma y Función**, 18, 167-196, 2005.

OACNUDH, ACNUR y CODHES. **Compilación sobre desplazamiento forzado: Normas, doctrina y jurisprudencia nacional e internacional**. Bogotá: Autor, 2002.

ONU, Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados. **Balance de la política pública para la atención integral al desplazamiento forzado en Colombia, Enero 2004 – Abril 2007**. Bogotá: Autor, 2007.

PALACIO, J.; CORREA, A.; DÍAZ, M. y JIMÉNEZ, S. La búsqueda de la identidad social: un punto de partida para comprender las dinámicas del desplazamiento-restablecimiento forzado en Colombia. p. 26-56. Barranquilla. **Revista Investigación y Desarrollo**, 11, 1, 26-56, 2003.

PARDO GARCÍA, N. A. Discurso ritual. *Bogotá*. **Revista Forma y Función**, 18, 138-166, 2005.

PÉCAUT, D. **Las FARC: ¿Una Guerrilla sin fin o sin fines?** Norma. Santiago de Chile. p. 41-67, 105-130, 2008.

RUEDA BEDOYA, R. F. Desarrollo urbano y desplazamiento forzado por la violencia política en Colombia. Bogotá. **Revista de Extensión Cultural: Universidad Nacional de Colombia**, 45. 72-75, 2002.

WALDMANN, P. y REINARES, F. (1999). (compiladores). **Sociedades en Guerra Civil: conflictos violentos de Europa y América Latina**. Barcelona. Paidós Introducción. p. 12, 2002.

Sitios web

ACNUR. **Dos caras de una crisis humanitaria: el desplazamiento interno en Colombia y la figura del refugio en la región andina.** 2008. Recuperado 15 de abril de 2009 del sitio web: <meme.phpwebhosting.com/~migracion/rimd/documentos/John_Fredriksson.ppt#358>, 10, Presencia del ACNUR en la Situación Colombia

ACNUR, **Informe anual de 2005.** 2005. Recuperado 15 de abril de 2009 del sitio web de ACNUR: <www.acnur.org/index.php?id_pag=5295>.

CONSTITUCIÓN NACIONAL COLOMBIANA DE 1991. 2005. Recuperado 12 de mayo de 2009 del sitio web: <pdba.georgetown.edu/constitutions/colombia/col91.html>.

CORTE CONSTITUCIONAL DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA. 2009. Auto 008/09. Recuperado 1 de mayo de 2009 del sitio web del Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz (INDEPAZ): <www.indepaz.org.co/index.php?option=com_content&view=article&id=91:auto-nd-008-de-2009-sentencia-t-025-de-2004-persistencia-del-estado-de-cosas-inconstitucional-declarado-mediante-sentencia-t-025-de-2004&catid=39:normas&Itemid=82>.

CORTE CONSTITUCIONAL DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA. 2004. Sentencia T-025 de 2004. Recuperado 20 de abril de 2009 del sitio web de ACNUR: <www.acnur.org/biblioteca/pdf/2501.pdf>.

EL ESPECTADOR. **Población desplazada en Colombia alcanza los 4,3 millones de personas.** 1 mayo 2009. Recuperado 5 de mayo de 2009 del sitio web: <www.elespectador.com/articulo138808-poblacion-desplazada-

colombia-alcanza-los-43-millones-de-personas>.

IBAÑEZ LONDOÑO, Ana María. **Los Programas de retorno para la población desplazada en Colombia**. CIJOS. 2009.

Recuperado 12 de mayo de 2009 del sitio web: <terranova.uniandes.edu.co/pdfs%20novedades/CIJUS%20Retorno.pdf>.

LEY 387 de 1997. 1997. Recuperado 12 de marzo de 2009 del sitio web: <www.disaster-info.net/desplazados/legislacion/Ley387de1997.pdf>.

LÓPEZ, Claudia. **La impunidad debe acabarse ya**. 17 mayo 2009. Entrevista tomada del periódico *El País*, Cali. Recuperado 17 de mayo de 2009 en el sitio web de *El País*: <www.elpais.com.co/paionline/notas/Mayo032009/nal2.html>.

MANRIQUE, D. **Desplazamiento forzado**.

Inconstitucionalidad de las políticas públicas. 2004.

Recuperado 2 de mayo de 2009 de: <www.voltairenet.org/article121867.html>.

MORALES, E. **Desplazados en Colombia**. 2008. Recuperado el 1 de junio de 2009 en el sitio web: <www.contralinea.com.mx/archivo/contraluz/2008/agosto2/contraluz.htm>.

NOTICIAS DEL SUR. **El país según José Obdulio García**.

Recuperado 17 de mayo de 2009 en el sitio web de Noticias del Sur: <www.noticiasdelsur.com/quienes.php>.

OSLENDER, Ulrich. **Des-Territorialización y**

desplazamiento forzado en el pacífico colombiano: la

construcción de geografías de terror. 2004. Recuperado 4 de mayo 2009 de sitio web de la Universidad de Antioquia: <iner.udea.edu.co/seminarios/Oslender.pdf>.

REPORTEROS SIN FRONTERAS. **Clasificación mundial de la libertad de prensa 2007**. Recuperado 30 de abril de 2009,

de sitio web de Reporteros sin Fronteras: <www.rsf.org/IMG/pdf/index_2007_esp.pdf>.

REPÚBLICA DE COLOMBIA. Departamento Nacional de Planeación. **Conpes 3057 Cambio para construir la paz.** 1999. Recuperado 25 abril de 2009, de sitio web de ACNUR: <www.acnur.org/biblioteca/pdf/1379.pdf>.

_____. **Conpes 3115. Distribución presupuestal sectorial para el cumplimiento del Conpes 3057, Plan de acción para la prevención y atención del desplazamiento forzado.** 2001. Recuperado 25 de abril de 2009, de sitio web de ACNUR: <www.acnur.org/biblioteca/pdf/1380.pdf>.

_____. **Conpes 2804.** 1995. Recuperado 20 de abril de 2009, de sitio web de Universidad del Rosario: <www.urosario.edu.co/dialogomayor/documentos/MARCOJURIDICO.xls>.

RUT, boletín n. 14/15 (n.d.) Recuperado 8 de mayo de 2009 del sitio web de RUT: <www.disaster-info.net/desplazados/informes/rut/14/default.htm>.

SENTENCIA C-278/07. 2007. Recuperado 15 de mayo de 2009 del sitio de web: <www.comitedesplazadosantioquia.gov.co/Documentos/Normatividad%20DFV/Sentencia%20C-278%20de%202007_Inconstitucionalidad%20ley%20387.pdf>.

SILVA V., O. El análisis del discurso según Van Dijk y los estudios de la comunicación. 2002. **Razón y Palabra**, 26. Recuperado 2 de junio de 2009 en el sitio web: <www.cem.itesm.mx/dacs/publicaciones/logos/anteriores/n26/osilva.html>.

SINALTRAINAL. **El desplazamiento forzado en Colombia, un crimen de Estado.** 2007. Recuperado 6 de mayo de 2009 del sitio web de SINALTRAINAL: <www.sinaltrainal.org/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=50>.

VALENCIA, Reina Lucia. **El conflicto continúa... y el desplazamiento también.** Seminario virtual Caja de Herramientas. 2006. Recuperado 20 de mayo de 2009 del sitio web: <www.viva.org.co/cajavirtual/chv15feb2006/articulo01.pdf>.

OS MILITARES BRASILEIROS E A “GRANDE MENTIRA”

*Michel Goulart da Silva**

Tem sido constante a divulgação de livros, artigos, entrevistas e testemunhos de militares a respeito do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar que o sucedeu, no Brasil. Esses discursos, pronunciados desde diferentes lugares sociais, expressam as interpretações e ideologias de uma parcela dos militares que vivenciaram sua carreira militar nas décadas de 1960 e 1970, e cujo objetivo passa por convencer as novas gerações de civis e de militares de que a historiografia que vem sendo divulgada pelas esquerdas e pelos pesquisadores acadêmicos a respeito do golpe e da ditadura seriam distorções do que teria “realmente acontecido”.

Entre 1964 e 1985, uma ditadura comandada por militares e apoiada por uma parcela de civis governou o Brasil. Em 1964, um golpe derrubou o governo trabalhista de João Goulart, também conhecido como Jango, que tinha como eixo político as “reformas de base”, entre as quais as reformas urbana, educacional, entre outras. Com a ditadura, diminuiu-se a intervenção do

* Mestrando em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Técnico-Administrativo em Educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), *campus* Gaspar.

Estado na economia, ampliando a participação de empresas estrangeiras e, por outro lado, o Estado forte permitiu que ditadores concretizassem um projeto de desenvolvimento econômico e da infraestrutura industrial e urbana, calcado no endividamento externo e na intensificação da exploração da força de trabalho, e comandado por uma camada de tecnocratas na gestão da economia e da administração pública.

Numa entrevista realizada em setembro de 2000, o Coronel Carlos Alberto Brillhante Ustra, constantemente citado pela imprensa em função dos processos que o acusam de torturas e assassinatos durante a ditadura, afirmava que “em 1964, fomos vencedores quando impedimos que, na marra, fosse implantada uma república sindicalista de cunho marxista-leninista”. Contudo, depois dessa primeira vitória,

infelizmente perdemos uma batalha muito significativa – a comunicação de massa. Os vencidos distorcem os fatos e enganam o povo, principalmente os jovens. Querem, através da mentira, escrever a história com a sua versão e vão conseguir o seu objetivo. Há uma certa covardia em contar a verdade às novas gerações (MOTTA, 2003, t. 5, p. 234).

O General Agnaldo Del Nero Augusto afirma no livro *A grande mentira* (2001) que no contexto posterior ao fim da ditadura, utilizando a propaganda, que foi “a mesma arma que criou a *lenda dourada do comunismo*”, os representantes das esquerdas “conseguiram atribuir a si mesmos o retorno do País ao pluralismo político e se autoproclamar angelicais defensores da democracia”. Essa “grande mentira” construída pelos comunistas, “repetida de várias formas, em incontáveis oportunidades e nos diferentes meios de comunicação”, acabaria por ganhar “foros de *verdade*”. Como consequência, segundo o General Augusto, “os mais jovens, e boa parte dos atuais integrantes das Forças Ar-

madras e os seus familiares, não vivenciaram aquelas situações e passaram a ser impregnados pela Grande Mentira com sua versão ideológica dos fatos” (AUGUSTO, 2001, p. 16, grifos do autor).

Essas ideias produzidas por militares acerca do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar expressam um discurso que pretende ser hegemônico hoje nas Forças Armadas. Ele é difundido por meio de livros e revistas publicados pela Biblioteca do Exército (BIBLIEX), principal editora militar. Esses e outros discursos procuram apontar para a necessidade de estabelecer “verdades” diante das supostas distorções historiográficas que desqualificam as ações dos militares, propondo-se a esclarecer as gerações mais jovens acerca do passado. Segundo o Coronel José Fernando de Maya Pedrosa, “nem sempre as pessoas adotam a análise cuidadosa e imparcial da história como um biólogo estuda a célula ou um astrônomo, o sistema solar”, parecendo “atitude corriqueira o alinhamento dos homens aos seus desejos e inclinações pessoais ou coletivas, mais do que à razão fundamentada no estudo isento dos fatos” (PEDROSA, 2008, p. 32-3).¹

Os discursos dos militares expressam um grande ressentimento, pois a sociedade teria deixado de reconhecer sua relevância política e a importância histórica de suas ações. Segundo o pesquisador Celso Castro, para os militares, mesmo tendo vencido “a guerra contra as organizações da esquerda”, na Nova República estão “enfrentando ideologicamente essa mesma esquerda, agora atuando na imprensa e no Congresso, mas ainda em busca de desforra e recusando-se a aceitar a ‘anistia para os

¹ José Fernando de Maya Pedrosa é membro do Instituto de Geografia e História Militar e foi instrutor de História Militar da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Entre outras funções, integrou a comissão encarregada da edição da obra História do Exército Brasileiro (1972), que em três volumes sistematizava uma versão da história do Brasil a partir dos “feitos” militares. João Pedrosa também foi diretor da editora Biblioteca do Exército e exerceu o cargo de Diretor Cultural do Clube do Exército e do Circulo Militar da Praia Vermelha.

dois lados” (CASTRO, 2008, p. 135). Para os militares, ainda há lutas a serem travadas, dessa vez não no campo de batalhas, mas nas disputas de memória empreendidas contra aqueles que estariam constantemente desqualificando suas ações do passado. Nesse ponto, os militares destacam a imprensa, que, segundo eles, teria contribuído nessas narrativas que desqualificam suas ações (CASTRO, 2008, p. 136).

Parte-se aqui das contribuições de Paul Ricoeur, para quem o discurso se dá como evento, que se realiza no presente e remete-se a seu locutor, mediante um conjunto complexo de indicadores, como os pronomes pessoais (RICOEUR, 1977, p. 45-6). Dessa forma, pretende-se compreender a significação que permanece do evento, e não o evento, a partir da ideia de que, “assim como a língua, ao articular-se sobre o discurso, ultrapassa-se como sistema e realiza-se como evento, da mesma forma, ao ingressar no processo da compreensão, o discurso se ultrapassa, enquanto evento, na significação” (RICOEUR, 1977, p. 47). O discurso não é analisado apenas como expressão semântica da linguagem, mas também em suas intencionalidades e significações. Com isso, damos “ao termo *significação* uma acepção bastante ampla, recobrando todos os aspectos e todos os níveis da exteriorização *intencional* que torna possível, por sua vez, a exteriorização do discurso na obra e nos escritos” (RICOEUR, 1977, p. 49, grifos do autor). Esse discurso tem um sujeito falante, o *autor*, que é uma “categoria da interpretação, no sentido em que é contemporâneo da significação da obra como um todo”, ou seja, “a configuração singular da obra e a configuração singular do autor são estritamente correlativos” (RICOEUR, 1977, p. 52).

Nos discursos elaborados pelos militares, uma das apostas tem sido a produção de textos com pretensões historiográficas, sejam livros volumosos que mostram um grande esforço de pesquisa e escrita, sejam artigos de divulgação rápida publicados

nas revistas militares, além de testemunhos orais. Esses produtores de história procuram estabelecer em seus discursos um estatuto de verdade, baseado na descrição “objetiva” dos acontecimentos, procurando narrar o que teria sido “sufocado” pelo “autoritarismo de esquerda” no poder.²

Essas narrativas acerca do passado têm como fundamento a doutrina elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG), baseada em princípios de segurança e desenvolvimento, servindo como uma forma de ideologia para esses militares. Ideologia é aqui entendida como “um fenômeno insuperável da existência social, na medida em que a realidade social sempre possui uma constituição simbólica e comporta uma interpretação, em imagens e representações, do vínculo social” (RICOEUR, 1977, p. 75). O fenômeno da ideologia, portanto, está sempre relacionado a certa pertença do autor, ou seja, sua pertença a uma história, a uma classe, a uma nação, a uma cultura ou a uma tradição, ainda que essa pertença também se constitua em espaço de relativa autonomia (RICOEUR, 1977, p. 92).

Segundo os discursos produzidos pelos militares contemporaneamente, aqui estudados, ainda hoje os “comunistas” estariam apostando em formas de ação e propaganda no sentido de subverter a ordem pública, desqualificando as ações das Forças Armadas e apostando em uma política de mentiras e revanchismo. Para esses militares, apostar na subversão faria parte de uma espécie de natureza antidemocrática dos comunistas. Como resposta às formas contemporâneas de “subversão”, os militares estariam sendo obrigados a mostrar as “verdadeiras” intenções dos comunistas, não apenas os desmascarando em suas ações políticas contemporâneas, como também mostrando às novas gerações suas tentativas de tomada do poder ao longo do século XX.

² Um dos livros autobiográficos mais famosos chama-se justamente *Verdade sufocada*, escrito pelo torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra.

O “inimigo interno” e as “elites”

Os discursos contemporâneos dos militares acerca da primeira metade da década de 1960 afirmam que estava em marcha uma tentativa de golpe por parte da esquerda, ou seja, dos comunistas, da parte “radical” do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em especial Leonel Brizola, e de outros grupos menores.³ Esta caracterização é descrita pelo Clube Militar, em texto de 2004:

O ano de 1964 encontrou o Brasil aturdido. A economia comprometida, a sociedade atônita e acuada, entre o medo e a desesperança. As Forças Armadas aviltadas e divididas, a vida política tornada um circo mambembe. A grande massa silenciosa, entretanto, já não suportava mais tanta irresponsabilidade, tanto faz-de-conta, tanta omissão (CLUBE MILITAR, 2004, p. 69).

Em outro texto, Aricildes Motta, coordenador do projeto de História Oral do Exército, afirma que

o Brasil vivia uma época de anarquia nos planos político, econômico e administrativo, especialmente nas atividades públicas, e que se agravou a partir de 1961. O governo de João Goulart estimulava a desordem, a agitação e a indisciplina, no intuito de consolidar o projeto político que ambicionava ver realizado: a república comuno-sindicalista (MOTTA, 2005, p. 38-9).

³ Nesse momento, os comunistas estavam divididos em dois partidos, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, e um grupo bem menor, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), fundado em 1962. O PTB, partido de Jango, era formado por diferentes setores, alguns deles mais à esquerda, como o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Havia no PTB também setores de sindicalistas e operários que atuavam em unidade com o PCB. Havia ainda grupos menores, como a Ação Popular (AP), grupo de influência católica com forte presença no movimento estudantil, e a Política Operária (POLOP), um grupo marxista que pretendia superar o dogmatismo stalinista a partir de outras contribuições teóricas, como as de Leon Trotsky e Rosa Luxemburgo.

João Goulart assumiu o governo em setembro de 1961. Depois da renúncia do presidente Jânio Quadros, uma parcela dos militares e alguns parlamentares se opuseram à posse de João Goulart, vice-presidente e que pela Constituição deveria assumir a presidência, acusando-o de estar vinculado aos comunistas. Para que João Goulart assumisse, o congresso nacional apresentou uma proposta conciliatória: a adoção do parlamentarismo, ou seja, o presidente tomaria posse, preservando a ordem constitucional, mas parte de seu poder seria deslocada para um primeiro-ministro, que chefiaria o governo. Em 1963, foi convocado um plebiscito acerca da manutenção ou revogação do parlamentarismo. Este foi amplamente rejeitado, retornando-se ao presidencialismo.

Nos discursos contemporâneos produzidos pelos militares, faz-se uso da ideia de “inimigo interno”, ainda que a expressão não seja utilizada. Essa ideia embasou em grande medida as ações políticas dos militares e dos setores anticomunistas no golpe e durante a ditadura, sendo parte da chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Segundo Padrós, a DSN apontou para a existência de um “estado de guerra permanente”, contra o suposto “inimigo interno”, que poderia ser toda pessoa ou organização armada, política ou social de oposição aos interesses da ordem vigente (PADRÓS, 2005, p. 25). O perigo é identificado nas “ideologias estranhas”, externas, diferentes das locais, fazendo com que os cidadãos identificados internamente com essas “ideologias” fossem “tratados como inimigos perigosos dos interesses da unidade nacional, uma vez que não compartilhavam nem defendiam a tradição política (da elite) local” (PADRÓS, 2008, p. 144). Como consequência, “o elemento desestabilizador, contrário à unidade nacional da DSN, é considerado ‘subversivo’, inimigo e, na semântica da doutrina, como o estranho que não pertence e não tem direito de pertencer à nação” (PADRÓS, 2008, p. 144).

Nessa doutrina, os mais temidos “inimigos internos” eram os comunistas, pois eram organizações que, por natureza, não respeitavam os interesses nacionais. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, segundo o General Augusto, teria nascido como partido que “aceitava a agitação permanente e a tese da derrubada revolucionária das estruturas vigentes. Renegava as regras de convivência da sociedade brasileira, propunha-se a realizar atividades legais e ilegais e subordinava-se à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas” (AUGUSTO, 2001, p. 27).

Segundo o historiador Rodrigo Motta, em estudo a respeito do anticomunismo no Brasil, os comunistas eram considerados agentes da URSS, “sua pátria real, o que os tornava traidores do Brasil”. Na propaganda explorada de forma recorrente ao longo do século XX, segundo Motta, “os comunistas foram acusados tanto de tentar destruir e trair a pátria, em algumas versões, como de vendê-la em troca do ouro de Moscou, em outras. Se eles tivessem sucesso em seus intentos traidores, o destino do Brasil seria tenebroso, entregue aos desígnios do império russo” (MOTTA, 2002, p. 31).

Percebe-se que os textos contemporâneos escritos por militares continuam informados por elementos da DSN de décadas atrás, quando uma parcela desses produtores de história se graduou como oficiais das Forças Armadas. Em seus discursos pode-se identificar a contestação como um elemento negativo para a ordem pública, além da compreensão de que devem ser combatidas inclusive as ações internas de oposição (ARRUDA, 1980, p. 61-2). Por outro lado, embora o comunismo, depois do fim da União Soviética e de seus aliados, tenha deixado de ser tema de preocupação enquanto uma ameaça concreta e objetiva, o olhar militar, quando pensa as décadas passadas, continua a ver variações dessa expressão ideológica como ameaças estranhas à nacionalidade.

Embora nas últimas décadas sejam identificáveis significativas mudanças na doutrina dos militares, pode-se afirmar, conforme pesquisa realizada por Adriana Marques, que no contexto internacional marcado pelo fim da Guerra Fria e pelo enfraquecimento dos antigos condicionantes de caráter ideológico à formulação das concepções estratégicas, não se operou mudanças significativas na orientação tradicional, em particular do Exército, acerca da preparação da defesa interna, ainda que em documentos oficiais a afirmação de que existe um inimigo interno específico a ser combatido tenha sido eliminada. Segundo a pesquisadora, as Forças Armadas, principalmente o Exército, continuam trabalhando com a hipótese de que devem preparar-se para uma eventual ação militar contra “forças adversas”, agora elegendo como “inimigos” os movimentos sociais (MARQUES, 2001, p. 137-138).

Um dos conceitos que permanece na doutrina é o de *elite*, entendido como “conjunto de pessoas que, seja no Governo, seja nos diferentes segmentos da sociedade nacional, exercem papéis de condução ou representação das necessidades, dos interesses e das aspirações coletivas” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2000, p. 44). Quando as elites pautam suas ações em objetivos diferentes daqueles considerados de interesse da nação, “perdem sua legitimidade, e a comunidade nacional encontra os meios para substituí-las, restabelecendo assim uma perfeita identidade de propósitos” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2000, p. 44). Justifica-se assim a possibilidade de derrubado de governos pelas forças que, de forma pretensamente legítima, se arroguem a defesa dos interesses nacionais, como os militares.

O presidente João Goulart, grande proprietário de terras, mas encarado como aliado dos comunistas, é exemplar nesse esquema das elites que perdem legitimidade. Em palestra proferida no Clube Militar, em 31 de março de 2008, o General Ulisses Lisboa Lannes dizia que “investido dos plenos poderes presiden-

ciais, João Goulart rapidamente passou a conduzir ações no sentido de implementar um projeto golpista que desaguaria em um regime totalitário de esquerda”. Lannes afirma que João Goulart estaria sendo influenciado pelo seu cunhado, Leonel Brizola, que defendia as “reformas de base” e a implantação de uma “república sindicalista”. Como consequência, “controlando o aparelho sindical, o governo promovia o grevismo, a anarquia e o caos, e o país passou a viver dias de intranquilidade, estagnação econômica e inflação descontrolada” (LANNES, 2008, p. 49).

Percebe-se, por outro lado, que os militares olham para os acontecimentos como sendo consequência da ação de uma única pessoa, dando vazão a interpretações produzidas pela direita golpista e anticomunista da década de 1960. Segundo o historiador Jorge Ferreira, “para a direita civil-militar que tomou o poder em 1964, Goulart era um demagogo, corrupto, inepto e influenciado por comunistas” (FERREIRA, 2008, p. 345). Entretanto, essa forma de encarar o presidente João Goulart foi tão influente, que mesmo uma parcela da historiografia acadêmica aderiu a ela. Segundo Jorge Ferreira, “em uma análise tradicional, superada na historiografia e teoricamente inaceitável, o regime instaurado em março de 1964 [...] teria ocorrido devido à falta de talento de um único indivíduo” (FERREIRA, 2008, p. 346). Nesse raciocínio expresso por alguns militares, em particular aquele informado pela doutrina da ESG, a ditadura teria sido necessária, pois uma parcela das elites brasileiras teria se desviado dos interesses nacionais.

Nos discursos contemporâneos dos militares há uma intrínseca articulação entre as ações ditas sem legitimidade do presidente João Goulart e a subversão perpetrada pelos comunistas. Esses eram aspectos ressaltados pelos militares ao longo da ditadura, como parte dos esforços de legitimar as ações repressivas e de combate à suposta subversão da ordem pública. Embora nos

discursos contemporâneos os conceitos de “elite” e de “inimigo interno” não sejam mobilizados para narrar os anos da ditadura, os militares que produzem essas histórias pensam a conjuntura do golpe como a derrubada de um governo corrupto e irresponsável e como a derrota das ações subversivas dos comunistas.

Os planos dos comunistas e de seus aliados

Para o discurso militar contemporâneo, o encontro entre os interesses do inimigo interno comunista e das elites sem legitimidade parece ter sido a causa da ameaça à ordem pública que poderia ser verificada na conjuntura da década de 1960. Naquele momento, segundo o General Lannes, o projeto do PCB “buscava uma ‘frente única’ e a concretização de uma ‘Revolução Democrática Burguesa’ ao aliar-se à insurreição ‘burguesa’ de Goulart e Brizola” (LANNES, 2008, p. 49). O partido, ao adotar essa tática, “revelava fiel e rígida observância às diretrizes de Moscou, que recomendavam o ‘assalto ao poder pela via pacífica’, em contraposição a linhas de ação mais açodadas e radicais” (LANNES, 2008, p. 49). Como consequência, dada a convergência de interesse entre Goulart, Brizola e os comunistas, “em março de 1964, a desordem e a intranquilidade atingiram novos patamares”, ocorrendo greves e aumentando “as arruaças e ameaças de intervenção de grupos armados ligados a Brizola” (LANNES, 2008, p. 50). Os discursos dos militares procuram mostrar que a agitação do PCB teria sido vitoriosa ao conquistar uma ampla influência na sociedade e no governo, abrindo assim a possibilidade concreta para a tomada do poder pelo partido e seus aliados.

Conquistando amplos segmentos de massas, os comunistas e os demais setores das esquerdas teriam, segundo essas versões militares, condições de colocar em prática seu plano, que, aliás,

é descrito detalhadamente sem que seja apresentada qualquer documentação. Essa ausência de documentação não impediu que tais informações fossem veiculadas como verdadeiras em numerosos textos, escritos e publicados ao longo das últimas décadas. Em um desses textos, escrito recentemente, o Coronel Aricildes Motta, além de afirmar que havia por parte do governo de João Goulart a intenção de “chegar rapidamente à República Sindicalista de vezo marxista”, descreve que

a estratégia a ser aplicada no Brasil compreendia duas fases distintas. Na primeira, ocorreria um tipo de golpe revolucionário a ser promovido por João Goulart; o Congresso seria fechado e seriam realizados muitos expurgos de elementos contrários. Na segunda fase, os golpistas seriam afastados e a esquerda revolucionária assumiria o Poder. Na verdade, os comunistas não iniciariam a revolução marxista-leninista. Goulart se incumbiria de fazê-lo (MOTTA, 2005, p. 39).

Entre os militares consolidaram-se discursos que afirmam que estava em andamento uma conspiração subversiva e de que a deposição de João Goulart teria sido fundamental para impedir a subversão da ordem pública. Esse tipo de discurso foi reforçado ao longo de décadas, remetendo-se como “prova” justamente os oficiais militares que estiveram presentes naqueles anos. Um deles, o então General Ferdinando de Carvalho, escreveu em texto publicado originalmente em junho de 1964:

Dentro da mais rigorosa técnica comunista, o movimento subversivo dever-se-ia deflagrar, com a imposição de uma situação insustentável, motivada pela insolvência de um problema crítico, implantar-se-ia uma ditadura, possivelmente chefiada por João Goulart e apoiada em um dispositivo militar e nas milícias operárias e camponesas mobilizadas (CARVALHO, 1966, p. 101-2).

Permanece com poucas mudanças contemporaneamente entre os militares essa percepção da conjuntura do golpe, apontando-se ainda para uma conspiração comunista. Mesmo com todas as discussões no campo da historiografia nessas quatro décadas, grande parte dos textos pretensamente históricos escritos pelos militares continua presa aos relatos produzidos pelas percepções de alguns oficiais do período. Percebe-se, por outro lado, que o anticomunismo e a ideia de que as “massas” são facilmente manipuláveis estão presentes hoje nos escritos dos militares, constitui-se em permanência de representações elaboradas ainda no contexto da década de 1960.

Se havia um plano tão bem urdido para instaurar uma ditadura encabeçada por João Goulart e assim caminhar para o socialismo, era preciso fazer algo que interrompesse essa perigosa escalada. Nessa questão, testemunhos orais, artigos escritos durante a ditadura e textos produzidos contemporaneamente são repetitivos e claros em suas formulações. Para os militares, o país vivia uma completa desordem e o desfecho disso, caso eles não fizessem nada, seria um regime ditatorial esquerdista ou mesmo uma guerra civil com conotações ideológicas, colocando em risco aquela ordem social e política.

No sentido de garantir a estabilidade das instituições, os militares entendiam que uma ação política por parte das Forças Armadas se colocaria como única possibilidade de garantir a ordem constitucional, diante dos ataques da esquerda à ordem pública. Para os militares, os esquerdistas pretendiam pela força impor um regime ditatorial, apostando na conspiração militar e na criação de ilusões nas massas “ignorantes”. Mesmo que fosse preciso quebrar temporariamente a ordem constitucional, derrubando um presidente democraticamente eleito, os militares entendem que essa ação estava amparada na necessidade de defesa dos interesses maiores da nação, que emanam do povo e

são superiores a governos ou mesmo às Forças Armadas. Os militares seriam os intérpretes dos interesses “populares” e teriam a função de garantir esses interesses. Nesse sentido, conclui o General Lannes que

a momentânea quebra da ordem institucional, respaldada e legitimada pelo Congresso e pelo imenso apoio popular, salvou a democracia, ameaçada pela intimidação do parlamento, pela pressão das massas sindicalizadas e pela anarquia das Forças Armadas (LANNES, 2008, p. 50).

Para os militares, por meio do “movimento revolucionário” foi possível garantir a ordem pública, impedindo a continuidade das ações subversivas empreendidas pelas esquerdas. Após a “revolução”, o país poderia voltar a caminhar pra a frente, passados os tempos de turbulência.

Entre as “conquistas” e o desenvolvimento

Os discursos recentes produzidos pelos militares não se limitam a narrar versões a respeito do golpe e justificá-lo a partir do argumento de uma ação preventiva diante do um suposto golpe promovido pelas esquerdas. Os militares também elaboraram discursos para legitimar política e historicamente os governos nascidos do golpe, justificando as ações repressivas como uma espécie de mal menor.

Os militares e civis que participaram dos governos ditatoriais procuram apresentar esse período como momento positivo e marcado por grandes conquistas para o Brasil. Para Armando Falcão, Ministro da Justiça no governo Geisel, “foram tempos de ordem,

tempos de paz, tempos de segurança, tempos de prosperidade nacional” (MOTTA, 2003, t. 1, p. 219). Por outro lado, teriam sido “acertos da revolução”, conforme o General Rubens Denys, “o restabelecimento do princípio de autoridade [...] o planejamento em nível de governo, para realizar o desenvolvimento social e econômico do País, visando o bem-estar da sociedade brasileira, integrar o País e minimizar os desníveis regionais” (MOTTA, 2003, t. 1, p. 184). Segundo o economista Antônio Delfim Neto, que ocupou diferentes cargos nos governos ditatoriais, “nosso país construiu uma indústria extremamente sofisticada, ordenou seu mercado interno, chegou ao 8º PIB mundial e não foi gratuitamente, não foi brincando” (MOTTA, 2003, t. 5, p. 155).

Os militares teriam cumprido o papel por eles pretendido; quando olham para os “governos da revolução”, os militares os veem como um período de conquistas e vitórias. Em seus discursos, ressaltam conquistas em termos sociais, políticos e econômicos, e vitórias contra as ameaças externas e movimentos que queriam pôr fim à “democracia” então vivida no país. O inimigo interno insistentemente continuava a ameaçar a ordem pública, obrigando o “processo revolucionário” a se estender até alcançar o que os militares considerassem uma “paz social”. Esses elementos teriam dado à “revolução de 1964” uma grande importância histórica. Nas palavras do Coronel Nilson Ferreira Mello, que também carrega o título de historiador,

as realizações do movimento de 1964 são inúmeras e importantes, tanto pelo que foi feito quanto pelo que se impediu que se fizesse. Iniciado como uma reação à revolução comunista em marcha, seus efeitos, nos diversos campos das atividades nacionais, acabaram por justificar sua colocação como uma das mais importantes revoluções brasileiras, como a Guerra da Independência e a Proclamação da República (MELLO, 2005, p. 44).

Essa exaltação às “conquistas” dos governos da ditadura, em grande medida, dá-se em comparação ao período anterior. O Coronel Jarbas Passarinho, que também ocupou variados cargos ao longo da ditadura, criticando o período anterior, afirma:

Quando o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco assumiu a presidência da República, o Brasil era um país subdesenvolvido e vivia uma hiperinflação. Exportávamos sobremesa: café, açúcar e cacau, algo aquém de um bilhão de dólares. Éramos a 48ª economia do mundo. Importávamos quase todo o petróleo, gasolina, diesel e querosene (PASSARINHO, 2007, p. 74).

Referindo-se ao conjunto dos “governos revolucionários”, o Coronel Nilson Mello divide suas “realizações” em dois aspectos: econômicos e sociais. Destaca as obras de engenharia, como ferrovias e rodovias, que “mudaram completamente o panorama dos transportes terrestres, facilitando o escoamento de produtos e estimulando a produção”. Também destaca a capacidade instalada de energia elétrica, que “expandiu-se a uma taxa de cerca de 700%, graças à construção de gigantescas usinas hidroelétricas, como Itaipu e Tucuruí”. Por outro lado, “cuidou-se de melhorar a matriz energética do país, muito calcada no petróleo, com a utilização de fontes alternativas de energia”. Destaca também os investimentos nas telecomunicações, por meio do Plano Nacional de Telecomunicações, bem como o planejamento governamental, por meio dos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento, bem como o combate à inflação (MELLO, 2005, p. 45). Por outro lado, salientando que a solução dos problemas sociais estaria relacionada com os recursos gerados pelo desempenho econômico, afirma que foi o regime governado pelos militares que

incorporou à Previdência Social [...] vinte milhões de trabalhadores rurais. E mais, promulgou o Estatuto

da Terra e criou órgãos e instrumentos de ação social como o FGTS, o PIS/PASEP, o Sistema Nacional de Habitação e o BNH que, apenas nos cinco primeiros anos de funcionamento, construiu 750 mil casas populares (MELLO, 2005, p. 45).

Essas descrições, encontradas nos discursos contemporâneos dos militares acerca da ditadura, não trazem grandes novidades em relação à propaganda da própria ditadura a respeito de suas “conquistas”. Nas palavras do General João Baptista Peixoto, fazendo em 1975 um balanço dos governos “revolucionários”, teria cabido a esses “a gigantesca tarefa de promover as reformas estruturais indispensáveis para acelerar o desenvolvimento econômico e social do país, em ritmo consentâneo com o atual progresso do mundo” (PEIXOTO, 1975, p. 172). Em 1978, afirmava-se em outro documento: “o que se conseguiu fazer em quatorze anos configura uma obra incontestável, verdadeiramente admirável e empolgante, não só no campo da infraestrutura nacional, como em vários setores básicos do desenvolvimento econômico e social do País” (A NAÇÃO, 1978, p. 41).

Se hoje discursos semelhantes ou mesmo iguais são parte das disputas políticas em torno da história e da memória da ditadura, décadas atrás a propaganda elaborada pelos governos repressivos foi parte da necessidade de legitimação do regime. No plano político, os governantes buscavam “encontrar mecanismos de legitimação que ultrapassassem o argumento, que se desgastava rapidamente, de que o regime era necessário para completar o processo de restabelecimento da ordem econômica e política ameaçada” (EARP, 2007, v. 4, p. 219). Para tanto, durante a ditadura,

os integrantes do grupo de poder do regime militar se empenhavam em demonstrar que existiam pontos de conexão entre a sua proposta de democracia e as re-

alizações econômicas daquele período. O denominado “milagre econômico” era enfatizado como a ratificação dos propósitos da ditadura de uma nação em que prevalecesse a sua suposta democracia com responsabilidade (REZENDE, 2001, p. 115).

O “milagre brasileiro”, assim chamado como analogia a fenômenos semelhantes ocorridos na Alemanha e no Japão depois da Segunda Guerra Mundial, foi “um período de vários anos consecutivos em que a economia do país [...] teve um crescimento acelerado, com taxas médias anuais superiores a 10%, enquanto a inflação apresentava índices relativamente baixos” (BRUM, 1998, p. 322). Por outro lado, “a intensa divulgação do ufanismo oficial tinha o propósito de tornar o Brasil mais conhecido no exterior e encorajar os investidores estrangeiros a aplicar excedentes de capital no país” (BRUM, 1998, p. 324). No caso do “milagre brasileiro”, a economia “estava sendo movida basicamente com recursos externos – empréstimos, capital de risco e tecnologia importada” (BRUM, 1998, p. 324).

Hoje, militares que pretende produzir histórias identificam no “desenvolvimento econômico sob inspiração militar” o fator positivo determinante do “sucesso” do regime (RODRIGUES, 2007). Também nesse ponto, a escrita do passado está informada pela doutrina elaborada pela ESG, cujo eixo atravessa justamente os conceitos de segurança e desenvolvimento. Embora possam ser feitas ponderações a respeito do papel exercido pela doutrina da ESG nas ações do governo, pelo menos os textos pretensamente historiográficos elaborados pelos militares trazem uma clara inspiração dessa doutrina.

Nesses textos, os militares olham para o passado procurando identificar algo que se encaixe na definição de desenvolvimento, ou, mais precisamente, de Desenvolvimento Nacional, um “processo global do fortalecimento e de aperfeiçoamento

do Poder Nacional, particularmente de seus fundamentos (Homem, Terra e Instituições), visando à conquista e à manutenção dos Objetivos Nacionais, e à consecução do Bem Comum”. Esse processo se materializa por meio da Política de Desenvolvimento, entendida como “conjunto de objetivos e decisões governamentais que tem como propósito atender aos anseios de evolução e orientar e conduzir o processo global que visa à consecução do Bem Comum” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2000, p. 178). Trata-se, portanto, da realização de ações em diferentes âmbitos que visem, entre outras coisas, a realização de certo progresso material e mesmo espiritual, que responde ao planejamento e às ações daqueles que governam poder nacional, que, no caso da doutrina, são as elites civis e militares.

Uma “revolução” vitoriosa?

Essas interpretações produzidas pelos militares a respeito do golpe e da ditadura podem gerar uma primeira impressão de que o projeto por eles defendido e implantado teria sido vitorioso e teria dado as bases para o Brasil de hoje. Os governos “revolucionários” teriam efetivamente conseguido estabilizar social e politicamente o país, derrotando os representantes locais de forças externas, conquistado o desenvolvimento almejado, superando o subdesenvolvimento e derrotando os movimentos subversivos. Tudo isso teria possibilitado, na segunda metade da década de 1970, a chamada “transição democrática” e a entrega do poder a um governo civil, entregando para os governantes civis um país desenvolvido e seguro, a partir de 1985. Diante dessa situação favorável que os “governos da revolução” teriam criado, não seria mais preciso que os militares controlassem as instituições estatais ou mesmo participassem diretamente da vida política.

Mas há pelo menos duas dimensões que escapam às interpretações propostas pelos militares a respeito desse período histórico. Primeiro, as chamadas “conquistas da revolução” deram-se em um contexto que não se limitava a um cenário da luta entre governo e “forças subversivas”, mas no qual se davam disputas entre classes ou outros grupos sociais, como o demonstram a resistência estudantil e as greves operárias, duramente reprimidas, no ano de 1968. O crescimento econômico nos governos ditatoriais, comemorado nos discursos dos militares, certamente possibilitou índices notáveis, repetidos ainda hoje, nos números apresentados pelas estatísticas governamentais. Contudo, esses índices não dão conta de mostrar o aumento da exploração da força de trabalho e a imposição de baixos salários, em grande medida em função do rígido controle sobre o movimento sindical. Por outro lado, grande parte do “desenvolvimento” propagandeado pelos militares foi financiamento por empresas estrangeiras, ou seja, enquanto criava infraestrutura industrial, o Brasil assumia compromissos econômicos e políticos com outros países e órgãos internacionais.

Os autores dos discursos analisados neste artigo procuram demonstrar que a ditadura teria sido um regime de salvação nacional, pondo fim à ameaça do “inimigo interno” e reorganizado a vida nacional, supostamente ameaçada pelas investidas golpistas de parte da esquerda. Contudo, o principal projeto dos militares, pensado desde a década de 1950, passava por transformar o país em uma “potência de porte médio”. Dessa forma, as questões de segurança deveriam estar no centro de um projeto que visava fundamentalmente certa forma de desenvolvimento econômico, o que exigia a conformação de um governo forte, como uma ditadura. Portanto, essa ditadura, ainda hoje comemorada pelos militares, possibilitou a consecução de um projeto político e social dos militares, postando o Brasil em destaque no

cenário econômico mundial e alcançando certa estabilidade por eles almejada na situação política, mas também aumentando o endividamento externo do país e deixando profundas marcas na situação dos trabalhadores, como os baixos salários, a falta de moradias, o desemprego, entre outras mazelas ainda enfrentadas pela população do país.

Referências

A NAÇÃO que se salvou a si mesma. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

ARRUDA, A. **ESG**: história de sua doutrina. São Paulo: GRD/INL/MEC. 1980.

AUGUSTO, A. D. N. **A grande mentira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARVALHO, F. A guerra revolucionária comunista no Brasil. In: **A revolução de 31 de março**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

CASTRO, C. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: FICO, Carlos et al. (Org.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CLUBE MILITAR. O movimento revolucionário de março de 1964. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 141, set./out./nov./dez. 2004.

EARP, F. S.; PRADO, L. C. D. O “milagre brasileiro”: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de Renda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Fundamentos doutrinários da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: Luzes, 2000.

FERREIRA, J. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: _____; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). 2. ed. **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LANNES, U. L. P. Revolução democrática de 31 de março de 1964. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano XCIV, n. 810, jan./fev./mar./abr. 2008.

MARQUES, A. A. **Concepções de defesa nacional no Brasil (1950-1996)**. 2001. 154f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MELLO, N. V. F. Reflexões sobre o 40º aniversário da revolução de 1964. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 142, set./out./nov./dez. 2005.

MOTTA, A. M. (Coord.). **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

_____. A história e a Revolução de 31 de março de 1964. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 142, set./out./nov./dez. 2005.

MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

PADRÓS, E. S. **Como el Uruguay no hay...** Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. 2 v. 2005. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos et al. (Org.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008.

PASSARINHO, J. História: movimento de 31 de março de 1964: recordando um estadista. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano XCIII, n. 807, jan./fev./mar./abr. 2007.

PEDROSA, J. F. M. **O revisionismo histórico brasileiro**: uma proposta para discussão. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

PEIXOTO, J. B. **Conquistas de uma década**: radiografia socioeconômica do Brasil revolucionário. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Artenova, 1975.

REZENDE, M. J. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1985). Londrina: UEL, 2001.

RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

RODRIGUES, F. O desenvolvimento econômico sob inspiração militar. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 144, maio/jun./jul./ago. 2007.

DITADURA, MEMÓRIA E CONSENSO: A CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA (CAMDE)

*Janaina Martins Cordeiro**

[...] *O lugar do silêncio carrega a memória de sentido*
(LABORIE, 2001, p. 59).

Estavam errados? Ou tinham razão? Quanto a isso, o que me importa a decisão retardatária de um historiador?
(BLOCH, 2001, p. 126-7).

Recentemente, quando das polêmicas geradas em torno da Remenda Ibsen Pinheiro, que propõe a distribuição dos *royalties* do petróleo com base nos fundos de Participação dos Estados e Municípios, uma declaração em particular do deputado chamou especial atenção. A respeito da passeata organizada no Rio de Janeiro no dia 17 de março de 2010, contra a referida emenda, o parlamentar declarou: “Nem toda passeata é do bem: o Rio já fez uma passeata para apoiar o golpe de 64 [...]” (*O Globo*, 2010, p. 31).

* Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC-UFF). Bolsista da Capes.

A sociedade reagiu: artistas se manifestaram, as sessões destinadas à opinião dos leitores ficaram plenas de descontentes. Os cariocas demonstraram especial sensibilidade à comparação entre a passeata de 17 de março de 2010 e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que no Rio de Janeiro realizou-se no dia 2 de abril de 1964, apenas dois dias após a intervenção militar que depôs o presidente João Goulart. A manifestação reuniu cerca de duas vezes mais participantes que a primeira Marcha realizada em São Paulo, no dia 19 de março: quase 1 milhão de pessoas, e se tornou conhecida como *Marcha da Vitória*, já que, diferentemente das manifestações que ocorreram antes do 31 de março, não possuíam mais como objetivo pedir a intervenção das Forças Armadas contra a suposta infiltração comunista no país, mas sim *comemorar* a vitória do golpe, chamado por seus partidários de *Revolução democrática*. Após a Marcha da Guanabara, muitas outras se seguiram por todo o país. Ao longo de todo o ano de 1964, grandes e pequenas cidades marcharam em comemoração à intervenção militar (PRESOT, 2004), evidenciando um importante consenso em relação ao golpe *civil-militar*, o qual mais tarde, após sucessivas reconstruções de memória, seria *silenciado* pela sociedade.

De fato, a partir do projeto de reconciliação nacional definido pela aprovação de uma *anistia recíproca* e na medida em que avançava o processo de redemocratização do país nos anos 1980, a sociedade brasileira tendia, aos poucos, a redefinir a sua relação com a ditadura civil-militar. Assim, se o protagonismo dos militares foi superestimado desde o início, sobretudo pelas esquerdas derrotadas em 1964, o processo de anistia consolidou e expandiu a ideia de uma *ditadura militar*, no lugar de *civil-militar*, agora não apenas com o objetivo de compreender a derrota das esquerdas, mas também, e sobretudo, de *reconciliar* a nação em torno de um novo consenso, o democrático (cf: AARÃO

REIS, 2004, 2005). O projeto político *revolucionário* dos grupos de esquerda que aderiram ao enfrentamento armado foi redefinido como uma *luta de resistência*. Palavra que se transformou no mote a partir do qual seria reconstruída a memória sobre a ditadura (AARÃO REIS, 2004, 2005; ROLLEMBERG, 2001, 2006). Já o consenso, bastante expressivo, em torno do regime fora *esquecido*, ou antes silenciado. Portanto, entre *silêncios*, *esquecimentos* e reapropriações foi construída uma memória sobre a ditadura, que se impôs fortemente sobre as demais, de acordo com a qual a grande maioria havia resistido. Não havia mais colaboradores, entusiastas, partidários, nem vencidos, nem vencedores. Havia sim uma sociedade que resistiu, *desde sempre* a uma ditadura de *militares*.

É preciso destacar que, embora etimologicamente *anistia* seja uma palavra cujo sentido está muito próximo de *amnésia*, esquecimento, utilizo esta última, mesmo ligada à *anistia* com muitas reservas. Sabemos que a memória é seletiva e estabelece, sempre *logicamente*, o que deve ser lembrado e o que *não deve ser lembrado*. Ou seja, trata-se antes de uma *escolha* que propriamente de *esquecimento*. No caso específico das políticas de anistia, de acordo com Henry Rousso (1999, p. 111), elas aparecem “em uma longa tradição republicana que tem sempre por função reconstituir o tecido social e nacional após um conflito interno”. Ou seja, as anistias são “escolhas políticas” e, nesse sentido, não se constituem em *esquecimento* no sentido comum do termo. São, antes, discursos e atos políticos que têm por objetivo “a refundação do laço social”.

Considerada a *anistia* dessa forma, torna-se problemática a aproximação, recorrente, com o termo *amnésia*. Trata-se, antes, de uma *escolha* entre o que deve ser dito e o que deve ser silenciado. Michael Pollak, refletindo sobre o silêncio ao qual se recolheram alguns judeus sobreviventes dos campos de concen-

tração durante a Segunda Guerra, nos oferece elementos importantes para pensarmos o caso do Brasil. Segundo ele: “Seu silêncio sobre o passado está ligado, em primeiro lugar, à necessidade de encontrar um *modus vivendi* com aqueles que, de perto ou de longe, ao menos sob a forma de consentimento tácito, assistiram à sua deportação” (POLLACK, 1989).

Também no caso do Brasil, trata-se, antes, de encontrar um *modus vivendi* entre as direitas, que não podiam assumir a participação e o consentimento com relação à violência do regime, e as esquerdas, que não assumiam a revolução, redefinindo-se – todas elas, inclusive as mais radicais –, como democráticas. Não se trata, portanto, de *esquecimento*, mas sim de um grande *silêncio* em torno da militância e do comportamento coletivo dos grupos e segmentos sociais diversos, que apoiaram o regime instaurado em 1964. Vez ou outra, o silêncio é rompido, sempre em tom acusatório, para *absolver* ou para *condenar*. Os *bodes expiatórios* que permitem transferir sempre ao *outro* as responsabilidades pelos crimes do passado. Nesse sentido, são bastante expressivas a comparação e a frase utilizadas pelo deputado Ibsen Pinheiro: para desqualificar a passeata realizada no Rio de Janeiro contra a sua proposta, o parlamentar a comparou à Marcha da Vitória. E foi ainda mais categórico: “nem toda passeata é do bem”. Aqui, um tipo de *opinião* que representa muito bem a memória vencedora sobre a ditadura: ela foi uma coisa do *mal* e os que estiveram a seu favor, como aqueles que marcharam para comemorá-la, tiveram um *mau comportamento*, por consequência.

Essa recuperação maniqueísta do passado ditatorial não é rara. O jornalista Ziraldo, por exemplo, no depoimento que concedeu para o documentário *Simonal*, ninguém sabe o duro que dei (2009), declarava sem maiores constrangimentos: “Então havia uma coisa muito dividida, muito dicotômica, digamos assim. Havia o bem e havia o mal, nítidos”. Não obstante, a de-

claração de Ziraldo não repercutiu da mesma maneira que a do deputado Ibsen Pinheiro, já que, neste caso, a definição de bem e mal foi mais generalizada, favorecendo a conciliação, possibilitando atribuir sempre ao outro a acusação do mal.

Mas, justamente porque essa visão maniqueísta do passado é cada vez mais compartilhada e, conseqüentemente, porque ninguém quer se identificar com o lado *mau*, é que a reação ao comentário do deputado foi imediata e significativa. Assim, no dia 20 de março, *O Globo* noticiava com grande destaque: “Ironia de Ibsen sobre ato irrita cariocas. Declaração de deputado sobre marcha em apoio ao golpe causa indignação”. A bailarina Ana Botafogo declarou que a comparação era uma tentativa do deputado de *esvaziar* a manifestação. O cineasta Sílvio Tendler afirmava enérgico que aquela “foi a maior babaquice que ele já falou na vida [...], porque isso não corresponde à História” (*O Globo*, 2010, p. 30). O leitor Jaime Rodrigues Perez se manifestou considerando que “recentes declarações do deputado Ibsen Pinheiro – de que o Rio já fez passeata a favor do golpe de 64 – demonstram, de forma inequívoca, por sua inexatidão e inaplicabilidade, que esse controvertido político tem profunda raiva do Estado do Rio de Janeiro” (*O Globo*, 2010, p. 6).

O bem contra o *mal*; a lembrança do passado como *ironia* e como *esvaziamento* do presente; a *recusa* de uma recordação incômoda: *babaquice*; e por fim, a *negação*: *inexatidão*, *inaplicabilidade*, *não corresponde à história*. O que todas essas opiniões dizem a respeito do passado e também do presente? Por que há tanta dificuldade em lidar com o passado ditatorial?

Diferentemente da Marcha de São Paulo, que possuía um pesado tom de desespero e preocupação, já que a situação ainda não estava definida, a Marcha do Rio representou a vitória *aliviada* de vastos segmentos sociais desejosos da intervenção militar que se efetivava, afinal, contra Jango, contra suas refor-

mas, contra a corrupção, contra o comunismo, pela democracia, embora, de fato, a estivessem golpeando. Reuniu quase 1 milhão de manifestantes e serviu de modelo e incentivo para que outras cidades em todo o país também realizassem as suas comemorações, evocando seus valores, tradições, sentimentos, suas culturas políticas, as especificidades regionais e os anseios nacionais.

Em que sentido, então, o apoio dos cariocas em 1964 à intervenção militar *não corresponde à História*? É certo que o silêncio em torno de determinados comportamentos ajudam a formar e manter a coesão do tecido social em torno de um novo consenso e, nesse sentido, a memória das sociedades reconstrói o passado selecionando, a partir do presente, o que deve e o que não deve ser lembrado. Mas, “não se pode fazer do direito ao esquecimento uma virtude cívica” (LABORIE, 2001, p. 51). É preciso ir além e tentar desfazer a *confusão* entre memória e história (ROUSSO, 1998), refletindo sobre os motivos deste *silêncio* em torno do apoio social à ditadura. Afinal, mesmo quando se reconhece que houve apoio, ele é feito de forma maniqueísta, delimitando o espaço entre o *bem* e o *mal*, a *resistência* e a *colaboração*, o *eu* e o *outro*.

Estamos, portanto, diante do que Pierre Laborie denominou de *silêncios da memória*, ou seja, a “consciência turva” ou “má consciência”, a incapacidade ou *vergonha* de assumir coletivamente a responsabilidade pelos crimes do passado (LABORIE, 2001, p. 59). A tendência é, então, silenciar sobre determinados eventos e se apropriar de outros.

Obviamente, a divisão da sociedade entre *bem* e *mal*, superando e muito uma divisão já simplificadora entre *resistentes* e *colaboradores*, é por si, um bom exemplo de *silêncio da memória* na medida em que transfere ao *outro* – e portanto não assume – a *responsabilidade* pelos acontecimentos passados. Mas é certo que este não é, de forma alguma, o único caso a partir do

qual podemos observar como se estruturam os silêncios da memória em torno das Marchas e da ditadura de maneira geral. *O Globo*, que anunciou com estardalhaço a *indignação* que provocou nos cariocas as declarações do deputado Ibsen Pinheiro, não mencionava em momento algum, por exemplo, que em 1964 a Marcha da Vitória foi descrita pelo mesmo jornal da seguinte maneira: “Não existe em memória carioca lembrança de uma concentração popular das dimensões da marcha cívica de ontem. Nenhum acontecimento, nenhum fato, nenhuma emoção coletiva anterior provocou manifestação como essa marcha” (Fundo Camde, AN, *O Globo*, 3/4/1964).

As sociedades e as instituições mudam, pode-se argumentar, é certo. E há que se admitir, a sociedade e as instituições brasileiras se metamorfosearam, ainda que lentamente, ainda que não completamente. Não obstante, silenciar sobre o passado, além de minimizar o valor da *transformação*, significa deixar de notar as *continuidades* que são tantas entre as *luzes da democracia* e as *trevas da ditadura* (AARÃO REIS, 2000). Continuidades, por exemplo, como a que podemos notar em outra carta enviada também a *O Globo*. O leitor Jorge Luiz M. Borba questionava categórico: “Gostaria de saber se somente o Rio fez passeatas em apoio a 64, esquecendo-se que a ‘Marcha da Família’ foi um movimento que se espalhou pelo país”. Em seguida, como se traíndo suas próprias palavras, mas na verdade numa argumentação muito lógica, concluía: “Ou será que nosso deputado é um saudosista do caos que reinava no governo Goulart?” (*O Globo*, 2010, p. 6).

Esse tipo de argumentação, que rejeita o reformismo do período entre 1961-64, associando-o ao *caos*, é uma memória muito comum entre os grupos sociais que apoiaram a ditadura (CORDEIRO, 2009, p. 146). Isso porque permite a estes grupos, ao mesmo tempo, reafirmar sua militância contra Jango e contra

o *caos* de maneira positiva, sem necessariamente se associar ao que veio depois de 1964, ou ao menos, sem se associar aos períodos ou atos de maior violência do regime. Em suma, embora a ditadura seja hoje fortemente – embora não completamente – rejeitada, isso não significa que o reformismo trabalhista, a participação social tão característica da sociedade brasileira entre 1961 e 1964, sejam bem aceitos pela memória coletiva. Esta guarda ainda uma imagem conturbada sobre João Goulart, por exemplo. À esquerda ou à direita, Jango ainda hoje é lembrado por sua fraqueza, sua “incapacidade de avaliação”, seu despreparo (FERREIRA, 2006, p. 23).

Representa também um tipo de sentimento ainda muito partilhado entre vastos segmentos sociais, para os quais a ditadura teve aspectos positivos: o *Milagre*, mais empregos, segurança pública e mesmo mais *autoridade*, já que o autoritarismo não é, de forma alguma, estranho à cultura política de vastos segmentos sociais. Enfim, um tipo de sentimento saudosista, de acordo com o qual o tempo passado é sempre melhor que o presente. Não importando o regime político, *ditadura* ou *democracia*.

São sobre essas continuidades, esses sentimentos que ainda persistem na sociedade, que o silêncio a respeito do consenso em torno da ditadura impede que se reflita, que se compreenda. Assim, na ânsia de enterrar o passado ditatorial, com o qual ninguém quer se identificar, optou-se por *silenciar*, um silêncio conciliador, que muitas vezes beira a *negação* do passado. Mas é preciso *reconhecer*, para melhor *compreender* o que se passou, que as Marchas da Família com Deus pela Liberdade fazem parte da nossa história sim, e que foi, ao contrário do que indicam os *silêncios* e as *negações*, um movimento profundamente enraizado na sociedade. É preciso que se interrogue sobre aquelas multidões. Quem eram? Quais suas demandas? O que comemoravam? O que fizeram após aquelas quatro horas que durou a Marcha da Vitória?

Assim, se quisermos compreender melhor a nossa história, é preciso ir além dos *ditos* e, sobretudo, dos *não ditos* da memória. É preciso buscar os indivíduos, suas expectativas, os valores que portavam, os motivos que os levaram a marchar, sua cultura política fortemente arraigada na sociedade brasileira. Nesse sentido, acompanhar a trajetória das mulheres da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), uma das instituições que organizaram a Marcha da Família no então Estado da Guanabara, pode contribuir para compreendermos como se deu a formação do consenso social em torno da ditadura em seus primeiros anos. Mas, para isso, é preciso deixar de lado essa relação “afetiva, sensível, dolorosa mesmo com o passado” (ROUSSO, 1998, p. 12), tão característica de nossa época, para podermos, buscar as bases sociais e históricas da ditadura.

As mulheres da Camde se organizaram em 1962, em uma associação que se caracterizava pela formulação de um discurso eminentemente anticomunista, e que se autodefinia como “apartidária” e comprometida com a “defesa da democracia”, sustentada primordialmente pela “luta contra o comunismo e qualquer outro regime de força” (Fundo Camde, AN, *Diário de Notícias*, 22/4/1964).

A organização da Camde não foi um caso isolado. No início da década de 1960, por todo o país surgiam entidades cívicas femininas que, se apresentando publicamente como *mães*, *esposas* e *donas de casa*, investiam em forte retórica conservadora e anticomunista com o objetivo de “alertar a opinião pública para a pressão que as famílias brasileiras estavam sofrendo e ao mesmo tempo revigorar princípios e ideais sempre defendidos no Brasil cristão e democrático”.¹

¹ Discurso proferido por Maria Paula da Silva Caetano, por ocasião da comemoração do 30o aniversário da União Cívica Feminina de São Paulo. Documento mimeografado, sem data, do arquivo particular da oradora, p. 2-3.

Assim, o primeiro grupo a se articular foi a União Cívica Feminina de São Paulo (UCF/SP) (Cf. SESTINI, 2008), em fevereiro de 1962.² Em inícios de 1964, surgiram a Liga da Mulher Democrática (Limde), em Belo Horizonte, e a Cruzada Democrática Feminina (CDF), no Recife e, nas vésperas do golpe, em 30 de março, foi fundada em Porto Alegre, sob orientação da UCF, a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) (Cf. SIMÕES, 1985, p. 28-35). A Camde foi o segundo grupo a se organizar, logo após a UCF, em junho de 1962.

Criada, pois, no contexto de radicalização das posições políticas durante a conjuntura de 1961-1964, a Camde militou por cerca de uma década a partir de duas linhas de ação: “uma de esclarecimento do meio feminino” através da organização de cursos e palestras, e outra de “movimento da opinião pública”. Essas ações visavam mobilizar a população para pressionar o governo, organizando protestos, passeatas, enviando cartas e telegramas ao Congresso (*Histórico. Fundo Camde, AN, 1967, p. 3*).

Ao longo dos 10 anos nos quais a Camde exerceu suas atividades públicas, podemos distinguir contextos diferentes que definiram de modo direto a forma de organização e execução das ações da associação: o primeiro referente à conjuntura anterior ao golpe, compreendendo o intervalo de tempo existente entre o momento da fundação da entidade, em junho de 1962, e o início do mês de março de 1964. O segundo momento refere-se ao contexto relativo à intervenção militar propriamente dita, na qual a ação dos grupos femininos e, neste caso específico, da Camde, teve papel central nas manifestações de apoio à intervenção militar que então se efetivava, o que podemos perceber através das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, organizadas pelos grupos femininos em todo o país. Por fim, a estruturação da militância no contexto dos governos presididos por militares

² Idem, p. 3.

e do gradual fechamento do regime até o encerramento das atividades da associação, em 1974.

Este artigo, de forma geral, tratará exatamente disso: das formas de organização política, bem como das ações desenvolvidas pelas mulheres agrupadas na Camde nos diferentes momentos de sua trajetória, enfatizando alguns dos principais elementos que compunham seu discurso. Trata-se de conhecer melhor a história da entidade e seus atores políticos, para assim, compreender o sentido da oposição ao governo reformista de Jango e, em seguida, a adesão dessas mulheres, primeiro ao golpe e depois ao regime civil-militar. Sob este aspecto, recuperar a trajetória de grupos como a Camde torna-se fundamental para melhor compreender a ditadura civil-militar como um processo de construção social, tornando mais complexa a lógica da manipulação e coerção, chamando a atenção também para o universo simbólico que fazia com que determinados grupos se identificassem com certos valores e militassem em sua defesa.³

Anticomunismo e antirreformismo ou cultura política udenista (1962-1964)

No dia 12 de junho de 1962, Amélia Molina Bastos, professora primária aposentada, reuniu em sua casa no bairro de Ipanema “alguns vizinhos”. Ao todo 22 famílias e, segundo a própria dona Amélia, a reunião era “parte de um trabalho meu para a paróquia de Nossa Senhora da Paz; visitava os vizinhos, tentava descobrir seus problemas e os ajudava no que podia.

³ Estas questões foram tratadas mais detalhadamente em minha dissertação de mestrado, defendida no PPGH-UFF, em 2008, e publicada pela Editora FGV em 2009. Cf. Cordeiro, 2009.

Era um meio de levá-los a frequentar a missa e aproximá-los da Igreja” (POLLANAH, 1967, p. 160).

A reunião do dia 12, no entanto, foi um pouco diferente dos habituais encontros religiosos promovidos por D. Amélia. Neste dia, além das famílias vizinhas, compareceram o general Antonio de Mendonça Molina, irmão da anfitriã, e o engenheiro e economista Glycon de Paiva, importante dirigente do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipês) (*Histórico*. Fundo Camde, AN, 1967, p. 2 e *Lista de sócios-fundadores*, Fundo Ipês, AN, s/d, p. 20). Também compareceu o Frei Leovigildo Balestieri, pároco de Ipanema, que explicava às mulheres reunidas naquele dia que “a coisa está muito preta” (POLLANAH, 1967, p. 160). E declarava “convicto”: “Esta é a terrível situação e os homens não podem fazer nada, porque estão fracassados. Mas a mulher pode, é uma força nova, de grande influência que, se quiser, [*sic*] ainda salvará o país” (*Histórico*. Fundo Camde, AN, 1967, p. 2).

A *terrível situação* à qual se referia o Frei Leovigildo não era estranha ao imaginário anticomunista tão característico da Guerra Fria: falava-se do *perigo comunista*, da enorme *infiltração* que o Governo vinha sofrendo desde a renúncia de Jânio Quadros (Cf: *Histórico*. Camde, 1967, p. 2) e da *ameaça* que isso representava para a *Pátria*, para as *famílias*, para a *Igreja*. Três elementos fundamentais conformadores da cultura política das mulheres conservadoras de classe média daquele período.

Foi então que dona Amélia, “profundamente impressionada pelas declarações dos três senhores, teve uma visão clara do perigo que ameaçava nossa pátria” (*Histórico*. Camde, 1967, p. 3): “Eu, como sou muito católica, pensei logo, comunismo-ateísmo. Então eu tenho de defender a Igreja” (POLLANAH, 1967, p. 161). No dia seguinte a essa reunião, um grupo de cerca de 30 senhoras lideradas por Amélia Bastos dirigiu-se à sede do jornal *O Globo* para entregar um manifesto intitulado

Protesto Feminino contra a indicação do então ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, para o cargo de primeiro-ministro do governo Goulart.

San Tiago Dantas era, à época, um político de peso do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e da centro-esquerda nacional. Ângela Gomes explica que, apesar do tom moderado de suas posições políticas, era visto com desconfiança, por diferentes motivos, tanto por parte da esquerda como pelas direitas (1994, p. 213-4). Meses antes de sua indicação para Primeiro-Ministro, em novembro de 1961, o Brasil retomava relações diplomáticas com a URSS, rompidas desde 1947 (*Jornal do Brasil*, 1961). Para as mulheres que então se reuniam na Camde, cuja cultura política era fortemente anticomunista, era inaceitável que o Ministro responsável pelo reatamento das relações com a URSS ocupasse o cargo mais importante do Governo. Acusavam San Tiago Dantas de ser “fator de escravidão nacional” e conclamavam as outras associações femininas espalhadas pelo país a se juntarem a elas em seu protesto, constituindo “um movimento preservador de um clima de liberdade pessoal, dentro do qual sempre temos resolvido nossos problemas nacionais” (Apud SIMÕES, 1985, p. 69).

Não obstante esta primeira manifestação pública da Camde, seu lançamento oficial somente ocorreria um mês depois da reunião na casa de Amélia Bastos, em 11 de julho de 1962 no auditório do jornal *O Globo*, no Rio de Janeiro, que lhes foi oferecido pelo próprio diretor do periódico, Rogério Marinho (*Histórico*. Camde, 1967, p. 2). A reunião foi assunto de destaque no jornal, o qual noticiava como objetivo das mulheres “debater a situação nacional e condenar com energia a política exterior imposta ao Itamaraty, o reatamento de relações com a União Soviética e a infiltração comunista nos meios operários, políticos e estudantis” (*O Globo*, 1962, p. 2).

Interessante chamar a atenção para o destaque que a Camde recebeu nas páginas de *O Globo*, não apenas no momento de sua fundação, mas durante todo o período de intensa atividade da associação, ou seja, pelo menos até 1969. De modo geral, um bom contato com a imprensa possuía importância fundamental para o sucesso das manifestações da Camde e dos grupos femininos de maneira geral. E não era difícil para essas mulheres consegui-lo, já que muitas vezes tinham ligações pessoais com os donos dos jornais (CORDEIRO, 2009, p. 49). Assim, alguns órgãos da imprensa funcionaram como verdadeiros porta-vozes dessas entidades.

A estreiteza das relações entre os grupos femininos e os jornais da grande imprensa ajuda-nos a situar socialmente os grupos femininos, ou pelo menos as suas lideranças: eram mulheres que possuíam ligações pessoais com os diretores de jornais, compartilhavam não apenas o mesmo *meio social e material*, como também o mesmo universo simbólico – as posições políticas e sociais fortemente conservadoras e elitistas e, sobretudo, o forte sentimento anticomunista. Havia nessa relação “pessoal”, portanto, uma identidade de cultura política.

Todavia, ainda que possamos identificar as lideranças dos grupos femininos e, particularmente, as líderes da Camde como um grupo muito bem delimitado, pertencentes às elites da Zona Sul carioca, não se pode desconsiderar o poder de abrangência do discurso dessas mulheres. Colocando-se como *mães* e falando em nome da *mulher brasileira*, seus clamores mobilizavam sentimentos e apelavam a tradições que não se restringiam às elites brasileiras. O medo de que o comunismo destruísse a família, a pátria e a Igreja era real e partilhado pelos mais diversos setores da população. Assim, após a fundação do núcleo central da Camde, em Ipanema, foram aparecendo núcleos da entidade em diferentes bairros, extrapolando, muitas vezes, os limites da

rica Zona Sul carioca: Santo Cristo, Botafogo, Tijuca, Méier, Santana, Ilha do Governador e Rocinha⁴ (SIMÕES, 1985, p. 32).

Além disso, a Camde representava muito bem o eleitorado udenista. O *udenismo*, refletindo não apenas plataformas eleitorais, mas sim um movimento social anticomunista, moralista e antitrahista, estava muito próximo das demandas da Camde e possuía também grande identificação com extensos segmentos sociais.

A atuação da Camde entre 1962 e 1964 pode ser então melhor compreendida se a analisarmos a partir do que podemos denominar de uma espécie de *cultura política udenista*. Isso porque as proximidades são enormes entre os valores defendidos, que eram a própria razão de ser da UDN, desde a sua fundação em 1945, e os motivos que levaram as *mães* cariocas a constituírem uma associação que militava contra o comunismo e em defesa das “instituições democráticas”. Difícil não identificar elementos constituintes da cultura política udenista, como, por exemplo, o elitismo de suas posturas aliado a um forte moralismo e a um sentimento anticomunista intenso (BENEVIDES, 1981) na cultura política que mobilizava as mulheres da Camde. Podemos pensar, pois, que dificilmente as militantes da Camde não seriam eleitoras da UDN. Dificilmente um partido atendessemos melhor às demandas daquelas mulheres que a UDN, embora a entidade insistisse em afirmar o caráter “apartidário” de suas posições.

Sobretudo, se considerarmos que estamos tratando de uma associação fundada na Guanabara, estado governado então pelo polêmico e popular Carlos Lacerda. Em seu estudo sobre a UDN da Guanabara, Izabel Picaluga (1980) discute a importância do voto feminino para a UDN lacerdistas, admite o peso dos gru-

⁴ Algumas cidades espalhadas pelo país também possuíam núcleos da Camde: no estado do Rio de Janeiro, cidades como Niterói (à época capital do estado) e Petrópolis; Florianópolis, em Santa Catarina; e Juiz de Fora, Araxá, Uberaba e Itajubá, em Minas Gerais

pos médios, nos quais “é reconhecida a preferência feminina por Lacerda”. E explica que, na Guanabara, o número de eleitores superava o de eleitoras em quase todas as zonas eleitorais, com exceção da 5ª zona, onde a vantagem da UDN sobre os demais partidos era histórica (PICALUGA, 1980, p. 151). Não por acaso, a 5ª zona eleitoral abrangia os bairros de Copacabana e Le-me, região muito próxima ao lugar onde nasceu a Camde e residiam muitas de suas militantes. A já referida matéria de *O Globo* sobre a reunião de fundação da Camde, em 1962, dava conta de que “toda vez que era mencionado o nome do governador Carlos Lacerda, [as mulheres da] plateia o aplaudiam demoradamente” (*O Globo*, 1962, p. 2).

Em suma, na Guanabara o lacerdismo possuía enorme força e foi capaz, por muito tempo, sobretudo antes do golpe, de aglutinar amplos segmentos sociais em torno das ideias defendidas pelo governador. Por hora, cabe destacar que, mesmo se autodefinindo como *apartidária*, a identificação com a cultura política udenista, mais que com a UDN partido (embora houvesse uma identificação com este também), foi a característica fundamental da militância da Camde entre 1962 e 1964, como ficaria evidente nas manifestações promovidas por ocasião das eleições parlamentares de 1962.

Em outubro deste ano houve eleições para a Câmara Federal, parte do Senado e para o governo de alguns estados da Federação. A Camde não ficou alheia a esse cenário, e empreendeu importante campanha a favor de quem elas chamavam de “candidatos democratas”. Aqui, além de recorrerem à imagem da nação como uma grande família, tornava-se visível a força do argumento anticomunista, quando procuravam opor diretamente democracia e comunismo.

À medida que o pleito se aproximava, suas ações também se intensificavam. No dia 5 de outubro, antevéspera das eleições,

a Camde divulgava um manifesto no qual conclamava as mulheres cariocas a comparecerem às urnas para votar nos candidatos que assegurassem ao Rio de Janeiro e ao Brasil “dias de paz” (*O Globo*, 1962, p. 1).

Nesse sentido, as mulheres da Camde desencadearam um tipo de ação eleitoral na qual elas dividiam os valores políticos, opondo diretamente democracia e liberdade de um lado, e repressão e comunismo – de outro. Ao mesmo tempo, buscavam identificar os *bons candidatos*, ligando-os ao regime democrático e, em consequência, os *maus candidatos* eram associados ao comunismo. Argumentação, aliás, muito ao gosto da UDN.

A conjuntura eleitoral de 1962 foi marcada também pelas discussões em torno da antecipação do plebiscito sobre o retorno ou não ao regime presidencialista. Nesta ocasião, quatro militantes da Camde, juntamente com outras duas militantes da UCF, foram até Brasília, levando cerca de 30 mil cartas ao Congresso, nas quais pediam aos deputados que “não capitulassem” diante do pedido de antecipação do plebiscito. Na capital, foram recebidas por parlamentares da UDN e do PSD.

As cartas, assim como a manifestação em si, pretendiam-se *apartidárias*, porém, na definição do deputado Mendes Gonçalves, presidente em exercício da Ação Democrática Parlamentar (ADP), eram “ideológicas”, visto que “a mulher brasileira está preocupada com o avanço das esquerdas no país, que representa sério perigo para os lares” (*O Globo*, agosto, 1962). Portanto, sendo “ideológica” e não partidária, muito embora encontrasse franco apoio dos deputados da ADP – frente parlamentar que reunia políticos da UDN e do PSD – a manifestação das mulheres buscava apelar, primeiramente, à *coragem* e ao *patriotismo* dos políticos. E terminava justificando que seu pedido se fazia em nome da *família brasileira*, de quem elas, como *mães*, são guardiãs. Vale lembrar que o plebiscito não foi an-

tecipado para outubro de 1962, como a princípio pretendia Goulart, mas sim para janeiro de 1963.

Este episódio é muito representativo do sentido das ações da Camde entre 1962 e 1964, qual seja, a mobilização da opinião pública para a causa anticomunista e, ainda que não explicitamente, contra o governo Goulart. De acordo com Heloísa Starling, os grupos femininos tentaram evitar o ataque direto ao presidente, procurando, talvez, preservar, sob o aspecto ideológico, a concepção de autoridade, do poder máximo da nação. Não obstante, esses mesmos grupos femininos apresentavam-se em *permanente vigilância* contra aqueles atos do governo nos quais poderia ser identificada *ação comunista* (1986, p. 176-177).

Independentemente de o governo atender ou não a essas reivindicações, é importante notar como as direitas brasileiras, nos anos que precederam ao golpe civil-militar, estavam organizadas em torno de determinadas demandas e eram capazes de realizar ações importantes e grandiosas em benefício dessas reivindicações. Assim, se entre 1962 e o início de 1964, a Camde e os demais grupos femininos procuraram evitar o ataque direto a João Goulart, em 1964, sobretudo nos dias que antecederam o golpe, suas ações tornaram-se mais combativas e declaradamente *contra* a administração janguista.

A radicalização das posições e a formação do consenso em torno dos militares

A partir de 1963, com a vitória no plebiscito e o retorno ao presidencialismo, as discussões em torno da viabilidade das Reformas de Base ganharam maior destaque. Esse período, que vai do início de 1963 até março de 1964, foi marcado por um inten-

so processo de radicalização das posições, à esquerda e à direita.

No início de 1964, a situação chegou ao limite quando o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), e as outras associações de esquerda que compunham a Frente de Mobilização Popular (FMP), convocaram para o dia 13 de março, na Central do Brasil, o primeiro daquilo que pretendia ser uma série de comícios pelo país a favor da realização das reformas. João Goulart acabou aderindo à manifestação, o que, de modo geral, foi bem recebido pelas esquerdas, que interpretaram a participação do Presidente como uma opção pelo fim da política de conciliação e pela realização das reformas, “*na lei ou na marra*”.

Por outro lado, os setores das direitas organizadas receberam o Comício da Central com apreensão, entendendo que, a partir de então, o presidente havia assumido uma aliança com as esquerdas e não mais hesitaria em romper com a legalidade constitucional para levar adiante o programa reformista. No caso dos grupos femininos, um trecho em particular do discurso de Jango os deixou especialmente alarmados. Falava o presidente em “exploração dos sentimentos cristãos”, “indústria do anti-comunismo” e por fim, dizia que “os rosários não podiam ser levantados contra a vontade do povo” (Discurso do presidente João Goulart no Comício da Central em 13 de março de 1964. In: FICO, 2004, p. 284).

A suposta “ofensa” de Goulart ao terço motivou os grupos femininos, primeiramente em São Paulo, mas depois em todo o país, a se articularem em um “movimento de desagravo ao rosário”. Assim, no dia 19 de março, convocadas pela UCF e por uma série de entidades *cívicas*, cerca de 500 mil pessoas saíram às ruas de São Paulo. Nascia a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que entraria para a história como uma das maiores, senão a maior, manifestação representando “um pedido da sociedade civil às Forças Armadas para que realizassem uma

intervenção ‘moralizadora’ das instituições, afastando do país o perigo comunista” (PRESOT, 2004, p. 15).

Poucos dias após a marcha paulista, a Camde começava a preparar a marcha carioca. Marcada para o dia 2 de abril, a ideia era, a princípio, “dar continuidade ao movimento em defesa da Constituição e da democracia iniciado em São Paulo” (Fundo Camde, AN, *O Globo*, 24/3/1964). No entanto, a marcha da Guanabara marcaria uma diferença com relação à primeira manifestação e com as que se seguiram pelo interior do país depois do dia 19: com o desenrolar dos acontecimentos, a antecipação das tropas de Mourão Filho e a deposição de Goulart no dia 1º de abril, a marcha do dia 2 teria, então, um novo sentido. Tratava-se não mais de defender as instituições, mas de *comemorar* a intervenção militar, “salvadora” da pátria, da família e da religião. Era a *Marcha da Vitória*, a maior de todas elas, 1 milhão de pessoas *aliviadas*, comemorando a “vitória da Cruz e do Rosário” contra “a Foice e o Martelo” (*O Globo*, junho, 1964).

O discurso de Amélia Bastos durante a Marcha representa muito bem o tipo de sentimento partilhado por aquelas pessoas que participaram da manifestação. Falando em nome da “mulher brasileira” a diretora da Camde afirmava:

Hoje a palavra da mulher brasileira não pode ser a mesma de ontem, quando era súplica, advertência e apelo. Súplica a Deus para que [...] sobre nós estendes-se a graça da resistência ao egoísmo, ao desânimo e à desesperança. [...] Advertência aos enganados para não mais se deixarem enganar; aos cegos para que vissem a tempestade ensombrando os horizontes; aos surdos para que ouvissem o tropel da horda que se avizinhava da cidadela onde guardamos as nossas tradições e os puros sentimentos de cordialidade, tolerância e justiça, que singularizam essa grande e soberana nação. [...] Apelo ao sentimento de brasilidade autêntica e não ao

nacionalismo soviético, para acordar diante do perigo que nos deformaria face ao mundo ocidental, arrasando-nos à barbárie do mesmo cativo onde agoniza o povo cubano. [...] A súplica, foi ouvida por Deus; a advertência, pelos homens e mulheres desta pátria livre e soberana; o apelo, atendido pela maioria dos cidadãos responsáveis e, acima de tudo e de todos, pelas classes armadas. Honra e glória aos nossos soldados [...] Esta é, pois, a hora da oração a Deus por haver inspirado as forças da terra, mar e ar, guardiãs do regime, da ordem e da paz nacional, ao cumprimento dos deveres que a Constituição lhes assinala (MATIAS, s.d.).

Para além das diferenças entre as Marchas de antes e depois do dia 31, Amélia Bastos explicava a mudança de sentimentos e o conforto que a intervenção militar trouxe para os vastos segmentos sociais que marcharam no dia 2 de abril. Os *vivas* dados às Forças Armadas evidenciavam já o consenso que se efetivava em torno da formação de um “governo revolucionário”. Ali na manifestação, referências, símbolos, personagens diversos, mas que evocavam uma mesma cultura política: o ex-presidente Marechal Eurico Gaspar Dutra marchava cercado pelas mulheres da Camde; o general Mourão Filho saudava “o povo que nós libertamos”; a multidão sustentava cartazes com dizeres anticomunistas: “comunismo não; democracia sim”, “verde-amarelo sem foice nem martelo”, “com Deus pela liberdade”.

E ainda enquanto Amélia Bastos discursava, um helicóptero da FAB apareceu e começou a baixar. A presidente da Camde parou momentaneamente o discurso diante dos gritos dos manifestantes de “Lá vem Lacerda!”. A multidão, então, “prorrompeu em aplausos e acenou lenços brancos para o helicóptero”, mas não se tratava de Carlos Lacerda, (Fundo Camde, AN, *O Globo*, 3/4/1964) que permaneceu no Palácio Guanabara, para onde cerca de 5 mil pessoas se dirigiram ao término da marcha a fim

de lhe prestar homenagens. Lacerda, após ser longamente aplaudido, lamentou “ter se privado de desfilar ao lado do povo pelas indômitas ruas da cidade, comemorando a grandiosa vitória da democracia” e continuou: “os brasileiros de todos os recantos não festejavam hoje a festa da vingança, mas sim, a festa da justiça, da reprovação dos que fazem do ódio sua mensagem e o seu programa” (Fundo Camde, AN, *Diário de Notícias*, 3/4/1964).

No momento da realização da marcha, Lacerda aparecia, ao menos na Guanabara, como líder civil incontestável do movimento que derrubara Jango, e *candidato natural* às eleições presidenciais de 1965. Aqui, a cultura política udenista, que marcou a militância da Camde em seus primeiros momentos, aparecia vencedora e fortalecida na figura de Lacerda. Muito embora a rápida adesão da Camde, no imediato pós-golpe, à indicação do marechal Castello Branco à presidência da República, já indicasse os dois extremos entre os quais as mulheres oscilariam entre 1964 e as eleições de outubro de 1965: entre o estilo personalista de Carlos Lacerda e a “opção segura” pela continuação e aprofundamento da *ação revolucionária* com Castello Branco. Não sem transtornos, a Camde optaria pela segunda alternativa. Sem que isso significasse, no entanto, uma ruptura com a cultura política *udenista*, mas sim com o lacerdismo.

Portanto, evidenciando já a adesão a Castello Branco, que mais tarde resultaria no rompimento com Lacerda, a Camde começou imediatamente após a Marcha a *trabalhar* pela indicação do então general Castello Branco à Presidência da República. Tratava-se, agora, de *legitimar* a “Revolução”, transformando em “chefe da nação” o chefe militar do movimento.

A partir do golpe, as mulheres da Camde se organizaram em dois tipos de ação distintos: primeiramente, colaborar para a institucionalização do regime, levando seu apoio a determinadas medidas do governo que possuíam esta finalidade. O outro tipo

de atuação é, na verdade, um desdobramento dessa primeira e, basicamente, consistia em se colocar em *posição de vigilância* pela continuidade da *ação revolucionária*. Assim, após o golpe a Camde transferiu, ao menos retoricamente, para as Forças Armadas o papel de lutar contra a *infiltração comunista* no país. Sua função seria, a partir de então, a de “colaboradoras”, para que *os rumos da Revolução* não fossem desvirtuados. Empenharam-se, portanto, em campanhas pelo controle dos preços, em cursos de Educação para a Cidadania, na organização de clubes para a educação de jovens, enfim, em todo tipo de ação que elas julgavam benéficas no sentido de manter afastado o perigo comunista. Todavia, no momento imediatamente posterior ao golpe, fazia-se necessária uma atuação mais “eficaz” no sentido de institucionalizar o regime para que o Estado fosse reorganizado em bases fortes. Empenharam-se, portanto, na batalha pela indicação de Castello Branco à Presidência.

No dia 5 de abril, a Camde organizou uma manifestação em frente à casa do general, em Ipanema, reunindo 5 mil pessoas. A ideia era prestar uma homenagem ao líder militar do movimento de 31 de março e, ao mesmo tempo, exigir sua indicação à presidência, além de pedir que algumas medidas fossem tomadas a favor da “Revolução”. Rapidamente, a homenagem transformou-se em comício: falaram um operário naval, um almirante, um advogado, um radialista e a então secretária de Serviços Sociais da Guanabara, Sandra Cavalcanti. Falou também Eudoxia Ribeiro Dantas, em nome da Camde, representando a “mulher brasileira”. Além de agradecer ao Exército e às Forças Armadas pela ação que livrou o país da “traição” comunista e renovou as “esperanças na volta da legalidade e da democracia”, a carta da Camde solicitava ao Congresso que “nos dê um presidente que seja forte e incorrupto para nos livrar definitivamente dos comunistas e da sua ideologia que corrói a nação”; para legitimar esse

pedido, valiam-se da sua “singela, mas incomparável autoridade de mães” (Fundo Camde, AN, mimeo).⁵

A luta pela indicação de Castello Branco significava a consolidação da *revolução* e somava-se a ela a batalha pela cassação dos mandatos dos “deputados comunistas”. A Camde falava, então, em *redemocratização* do país. Mas, para essas mulheres, este processo estava intimamente vinculado à *limpeza* dos vestígios “comuno-carreiristas” existentes no país, que deveria ser feita a partir da reconstrução do governo em bases fortes e da punição *intransigente* de *comunistas ou simpatizantes*. Nesse sentido, para elas, a manutenção da democracia relacionava-se intimamente ao expurgo do comunismo, já que a opção política por esse regime seria necessariamente a negação da democracia. Assim, sentiam-se à vontade para pedir a punição dos possíveis opositores do novo regime e, sobretudo no momento de institucionalização deste, no qual a *ação revolucionária* ainda se fazia notar, podiam pedir a indicação de uma liderança *enérgica* à presidência sem se preocupar com processos eleitorais.

Aliás, de acordo com a definição de democracia da Camde, os processos eleitorais nunca foram uma preocupação central. Tanto que, em julho de 1964, quando foi prorrogado o mandato de Castello Branco até 1967, cancelando-se, portanto, as eleições presidenciais previstas para 1965, a associação mais uma vez se colocaria ao lado do marechal-presidente. Dias antes da prorrogação do mandato, a Camde divulgava um manifesto no qual afirmava “a sua confiança no governo do marechal Humberto de Alencar Castello Branco” (Fundo Camde, AN, *Diário*

⁵ “Mensagem pronunciada por Eudóxia Ribeiro Dantas em frente à residência do então general Humberto Castello Branco no dia 5 de abril de 1964, perante multidão calculada de 8 a 10 mil pessoas”. Interessante observar a divergência do cálculo das pessoas que compareceram à manifestação. Enquanto a diretoria da Camde estimava em torno de 8 a 10 mil, a Tribuna da Imprensa divulgava que havia comparecido apenas a metade, ou seja, em torno de 5 mil manifestantes.

de Notícias, 11/7/1964), e pedia à nação sua “cota de sacrifício” pelo bem do país. Ou seja, após o golpe, a preocupação central da Camde passou a se concentrar na necessidade de preservar e consolidar o regime, preferindo os militares no governo aos políticos tradicionais, mesmo os de direita. Nada mais coerente, pois a Camde, dizendo-se *apolítica* e *apartidária*, preferia os chefes militares, também não vinculados a partidos. A desconfiança contra a política e contra os políticos, contra os partidos; a preferência pela decisão política considerada como, antes de tudo, técnica: aqui está uma referência política interessante, que distingue a Camde da UDN e dos demais partidos de direita.

Assim, o período que se segue ao golpe pode ser analisado como um momento de *reorganização do consenso*. Mas, embora haja diferenças entre os modos de pensar e agir da Camde e da UDN como partido político, a cultura política *udenista*, fortemente anticomunista, autoritária, moralista e *golpista* continuava sendo um importante ponto de referência entre os setores conservadores da sociedade brasileira. Mesmo quando, a partir da prorrogação do mandato de Castello Branco, em julho de 1964, ou do Ato Institucional nº2, auge desse processo de *reorganização do consenso*, a influência udenista continua sendo forte. O ponto forte da *reorganização* se deu, na verdade, no que tangia ao lacerdismo.

As eleições estaduais de 1965, na Guanabara, são um momento importante que precisa ser analisado com cuidado. É preciso compreender o cenário político-eleitoral da Guanabara e, sobretudo, é imprescindível que tentemos entender a dinâmica da adesão da Camde ao lacerdismo para entendermos a posição da entidade diante dos resultados das eleições e, principalmente, diante do AI-2.

Como já mencionamos, o consenso em torno do lacerdismo, sobretudo à época do surgimento da Camde, em 1962, é vi-

sível. Os aplausos a Lacerda no auditório de *O Globo* na reunião de fundação do grupo, bem como os *vivas* dados ao governador quando da realização da Marcha da Vitória, são representativos disso. Não obstante, logo após a “Revolução” a Camde teve que fazer uma escolha entre – pode-se colocar dessa forma – *lacerdismo* e *castellismo*. Tal escolha não era algo muito nítido. O próprio presidente Castello Branco se declarava um “‘udenista roxo’, admirador de Carlos Lacerda e Adauto Lúcio Costa” (BENEVIDES, 1981, p. 130).

A adesão ao *lacerdismo* não era apenas uma opção político-partidária: tratava-se de um posicionamento ideológico em torno da defesa de determinados valores, representados em âmbito nacional pelo *udenismo*, mas que no plano local, na Guanabara, ganhava contornos diferenciados em virtude não apenas da forte personalidade de Carlos Lacerda, mas também do peso da disputa eleitoral no estado, polarizada entre UDN e PTB. Tal disputa era capaz de mobilizar a população, sobretudo em virtude da tradição histórica e dos valores – opostos – que estes partidos representavam (PICALUGA, 1980, p. 66).

No entanto, após o golpe, o consentimento da Camde com relação a Lacerda, embora ainda fosse significativo, passou a ser relativizado em virtude da ascensão de uma nova liderança “revolucionária”: o presidente Castello Branco. Desde o início, a Camde se envolveu numa intensa campanha pela indicação de seu nome para a presidência a qual, inclusive, era apoiada por quase toda a UDN. Com exceção de Lacerda que, na verdade, buscava angariar apoios em torno do nome do marechal Dutra (PICALUGA, 1980, p. 96).

Em julho de 1964, quando o mandato de Castello Branco foi prorrogado até 1967 e, conseqüentemente, as eleições de 1965 foram adiadas, ocorreu o rompimento definitivo entre Carlos Lacerda e o marechal-presidente. Aliás, nesse momento

Lacerda rompeu também com a cúpula da UDN, que apoiou a prorrogação do mandato. Em telegrama a Bilac Pinto, presidente nacional da UDN, o governador da Guanabara dizia “adeus aos donos de seu partido e lhes deseja[va] uma feliz sepultura, pois na realidade já est[avam] mortos sem saber, e como zombies espalha[va]m erros e desastres pela pátria” (Fundo Camde, AN, *Tribuna da Imprensa*, 17/7/1964).

Não obstante, apesar de a Camde ter-se colocado a favor da prorrogação do mandato, depois dessa derrota sofrida por Lacerda – que atingiu em cheio suas expectativas de ser eleito presidente em 1965 – em agosto de 1964, ele foi convidado a discursar para as mulheres no salão paroquial da igreja Nossa Senhora da Paz. É este evento que marca o afastamento entre a diretoria da Camde e o governador da Guanabara. A esta altura, Lacerda também estava rompido com o jornal *O Globo*, mas como fazia a divulgação de todos os políticos e personalidades que iam discursar na Camde, *O Globo* divulgou a palestra de Lacerda, o qual aproveitou o espaço para desferir ataques aos diretores do jornal, deixando a diretoria da Camde numa situação constrangedora diante do jornal que mais dava suporte ao grupo (Fundo Camde, AN, *O Globo*, 15/10/1964).

A partir daí, a relação entre a cúpula da Camde e o governador da Guanabara ficou abalada, muito embora, há que se registrar, no dia da palestra de Lacerda na Camde, o habitual salão da paróquia de Nossa Senhora da Paz não tenha sido suficiente para comportar a quantidade de mulheres que compareceram ao evento, o qual foi transferido para o cinema PAX, vizinho à igreja. As ex-diretoras da Camde lembram desta forma o evento:

Éramos capazes de lotar um auditório. Quando Carlos Lacerda foi falar para nós, não cabia no auditório. Teve que ser no cinema. No cinema ao lado da Paz, não tinha um cinema ali? [...] Mas era tanta gente, que não pôde

ser no auditório. Porque todo mundo que ia falar, era no auditório. Teve que ser no cinema, de tanta gente.⁶

O depoimento das diretoras da Camde coloca em evidência questões importantes para compreendermos o imaginário político do grupo e, sobretudo, para entendermos o lugar ocupado pelo lacerdismo nesse imaginário. Certamente que o discurso inflamado de Lacerda, sua retórica anticomunista e fortemente moralista, agradava às mulheres da Camde, por isso Lacerda era “capaz de lotar o auditório” delas.

De toda forma, o que é importante reter sobre a posição da Camde é que, naquele momento, para além do ponto de vista de uma estratégia política *prática*, ou seja, romper com Lacerda em nome da manutenção da boa relação que a Camde possuía com a cúpula de *O Globo* – o qual lhe dava um suporte fundamental –, o grupo feminino foi-se afastando também do governador da Guanabara em virtude da tomada de uma posição política bastante diferenciada da de Lacerda. Ou seja, em julho de 1964, a Camde se colocava a favor da prorrogação do mandato de Castello Branco, rompendo com Lacerda em outubro desse mesmo ano. Essa posição, naquele momento, significava acreditar que o “aprofundamento da ação revolucionária” dependia do fechamento do regime e da concentração de poderes nas mãos do líder militar da *revolução*.

Tratava-se, como afirmamos anteriormente, da adesão a um novo líder: Castello Branco, adorado pelas mulheres da Camde. Em uma das entrevistas que realizei para minha dissertação de mestrado, por exemplo, uma das entrevistadas lembrava, saudosa, as palavras do economista Eugênio Gudin: “Tem um artigo do Gudin que ele dizia que o Castello Branco tinha que ter feito um governo de pelo menos 10 anos. Pelo menos 10 anos!”. Com

⁶ Entrevista concedida à autora por três associadas que solicitaram anonimato. Rio de Janeiro, 12 set. 2006.

o que a outra entrevistada concordava enfática: “Ah, tinha que ter ficado. Tinha que ter ficado”.⁷ E, na verdade, a adesão à ideia da prorrogação do mandato de Castello foi partilhada inclusive pela UDN. O entendimento era de que, se o governo Castello Branco fosse interrompido em 1966, o processo de *limpeza* que os militares levavam a cabo também o seria.

Em outubro de 1965, nas eleições para governadores – que foram mantidas – os candidatos de oposição em estados importantes do país, como Negrão de Lima na Guanabara e Israel Pinheiro em Minas Gerais, saíram vencedores. Lacerda não conseguiu eleger seu candidato, Flexa Ribeiro. A partir daí, Carlos Lacerda intensificou sua campanha de oposição a Castello Branco através da *Tribuna da Imprensa*. Após o resultado das eleições, passou a acusar o presidente de “estar com a contrarrevolução” (*Tribuna da Imprensa*, 8/10/1965). Em suas colunas, a *Tribuna* acusava Castello Branco de “rancoroso, vaidoso e sobretudo fraco, ao se deixar envolver pelos pretensos ‘revolucionários’ e políticos da pior espécie que o cercavam”, atribuindo ao presidente a *culpa* pela derrota da “Revolução” nas eleições (*Tribuna da Imprensa*, 6/10/1965).

As mulheres da Camde, embora tenham-se posicionado publicamente contra Negrão de Lima,⁸ passadas as eleições decidiram-se pelo apoio a Castello Branco, posicionando-se contra, por exemplo, as sugestões de Lacerda de não dar posse

⁷ Entrevista concedida à autora por três associadas que solicitaram anonimato. Rio de Janeiro, 12 set. 2006.

⁸ Embora no manifesto que lançou às vésperas das eleições a Camde não mencionasse nomes de candidatos, a entidade afirmava que “comunistas e corruptos arregimentam-se para voltar ao poder. A Camde vem de público manifestar sua veemente repulsa a esta nova tentativa de penetração do comunismo ateu, hipócrita, traidor e ilegal”. Isso justamente quando era divulgada uma notícia de acordo com a qual o Partido Comunista do Brasil recomendava aos seus correligionários o voto em Negrão de Lima. Cf. Fundo Camde, AN, Diário de Notícias, 28/9/1965.

ao governador eleito. Sobre as eleições na Guanabara, Amélia Bastos afirmava:

O Brasil não pode continuar com o tumulto que, ultimamente, vem tendo, como consequência das eleições de 3 de outubro [...] a derrota da União Democrática Nacional já estava prevista uma vez que se uniu uma série de forças contra uma só, embora fosse essa a única capaz de continuar com o processo democrático no país [...] No momento resta dar posse ao sr. Negrão de Lima, a fim de que no futuro, os cariocas possam tirar proveito das eleições [...] a eleição do candidato do PTB e PSD não significou, absolutamente, uma derrota da revolução, pois ela nunca esteve em jogo.

Assim, a Camde tomava, definitivamente, o partido do presidente Castello Branco, em detrimento de Carlos Lacerda. Em seguida, apoiou publicamente o Ato Institucional nº 2, o qual não somente pôs fim aos partidos então existentes mas, sobretudo, pôs fim às intenções de Lacerda de chegar à presidência. Não obstante, e apesar também de suas posições individualistas – contrariando às vezes as decisões de seu próprio partido –, o então governador da Guanabara só deixou de ser uma *opção* plausível de liderança civil – não somente para a Camde, mas entre os setores civis que o apoiavam, sobretudo na Guanabara – quando, em 1966, deu início às articulações para formar a Frente Ampla de oposição à ditadura, juntamente com seus antigos adversários políticos, João Goulart e Juscelino Kubitschek. Uma vez aliado a Goulart, contra quem o golpe foi dado em 1964, Lacerda já não podia ser mais considerado um “homem da Revolução”.

A edição do AI-2 marcava, portanto, a redefinição do consenso social em torno da opção pelo aprofundamento e fortalecimento do processo ditatorial. A posição da Camde é bastante

representativa do apoio social que o governo teve neste sentido.⁹ E não somente a Camde aderiu ao AI-2. Denise Rollemberg (2008) verificou, por exemplo, o mesmo comportamento entre os advogados da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Dentro da própria UDN, aliás, eram muitas as declarações de “compreensão” com o governo, ou ainda de que “‘o patrimônio político’ e o ‘espírito’ udenista, para além da legenda, deveriam ser conservados” (GRINBERG, 2009, p. 60-61).

Dessa forma, a “revolução” foi levada adiante, com apoio de expressivos segmentos da sociedade civil. No caso da Camde, apesar da memória controversa das remanescentes do grupo no que tange ao consenso em torno do governo Costa e Silva, com o qual identificam o início da “ditadura militar” (Cordeiro, 2009, p. 160), na época em que o segundo general-presidente assumiu, Amélia Bastos, diretora da Camde, afirmava ter “muita esperança nesse governo” e além disso, Costa e Silva era uma pessoa “muito comunicativa, muito acessível, de bom humor, inteligente” (POLLANAH, 1967, p. 169).

Nesse sentido, se para os setores comprometidos com o regime de 1964 Castello Branco era reverenciado como o *líder* da Revolução, na conjuntura em que Costa e Silva tomou posse – tendo em vista, sobretudo a radicalização dos movimentos de contestação à ditadura – era importante, para estes mesmos setores, consagrar a este presidente o papel de “continuador” e “aprofundador” da ação “revolucionária” iniciada em 1964. Por volta de 1967 e 1968, a Camde, em particular, continuava fortemente comprometida com o governo. É o que podemos perceber, por exemplo, em 1968, após a edição do Ato Institucional nº 5, quando a associação divulgou uma mensagem de Natal na

⁹ É importante mencionar que neste momento a Camde sofreu uma cisão em virtude de algumas associadas mais radicais considerarem as posições da diretoria a favor de Castello Branco extremamente “moderadas”. Cf. CORDEIRO, 2009, p. 95-96.

qual manifestava *fê* nos rumos da nação:

Ultimamente vivíamos um clima de intranquilidade, desordens e violências gerados pelo abuso de liberdade, utilizada para fins impatrióticos. Um paradeiro a estes desmandos se impunha, e veio, fazendo-nos retroceder aos idos de março de 1964. Recomeçemos mais uma vez com mais ímpeto [...]. (Fundo Camde, AN, *O Globo*, 24/12/1968).

Este manifesto, divulgado na véspera do Natal, ou seja, apenas alguns dias após a edição do AI-5, demonstra bem a medida do apoio dado pela Camde ao ato e a adesão em torno da medida que deu à ditadura plenos poderes. Mas a partir de 1969, após divulgar uma nota lamentando o *sequestro* do embaixador americano por organizações da esquerda armada, as manifestações políticas da Camde tornaram-se cada vez mais esparsas. A partir dos anos 1970, as mulheres se dedicaram, sobretudo, às atividades de assistência social, as quais, aliás, sempre foram realizadas pela associação, que possuía uma diretoria de obras sociais. Não obstante, nos últimos anos até 1974, quando finalmente a Camde encerrou suas atividades, elas se tornaram preponderantes.

O consenso do milagre, a democratização da sociedade e o fim da Camde

Os estudos existentes sobre a Camde normalmente dizem pouco ou nada dizem sobre o fim do grupo. Para Solange Simões, as causas do encerramento das atividades dos grupos femininos em geral, passam por questões de ordem interna, mas também estão relacionadas com os rumos tomados pela ditadura: “esta vai cada vez mais lançar mão de medidas repressivas

diretas em detrimento dos empenhos de ‘legitimação’ da nova ordem social e política” (1985, p. 135).

Apesar das poucas informações sobre o fim das atividades do grupo – no arquivo da Camde não há referências a isso –, acredito que as razões não estão no fato de o regime ter “lançado mão” deste tipo de legitimação civil. Afinal, de acordo com a entrevista de Eudoxia Ribeiro Dantas à Solange Simões, a Camde *entrou em recesso* e não mais retomou suas atividades apesar de o próprio presidente Geisel ter “pedido para que a associação não encerrasse” (1985, p. 135-136). Não parece, pois, que o governo não precisasse mais se legitimar através desses grupos da sociedade civil.

É certo, também, que nos primeiros anos da década, durante o governo Médici, os órgãos de repressão se aperfeiçoaram, e a perseguição aos *inimigos* do regime se intensificou. Não obstante, é também um momento de grande popularidade do regime: o campeonato mundial de 1970, os festejos do Sesquicentenário da Independência em 1972, a euforia do *milagre brasileiro*, são momentos-síntese para observarmos não somente como o governo procurava se legitimar junto à sociedade civil, como também segmentos expressivos da sociedade lhes respondiam de forma positiva.

É difícil, portanto, não perceber nas mulheres da Camde um dos grupos beneficiados pelo *milagre econômico* e entusiasmados por ele. O *milagre* era justamente o tipo de “recuperação” econômica que elas pretendiam ver realizado, quando, por exemplo, em 1965, se engajaram na Campanha pela Economia Popular. Por isso apoiaram o “aprofundamento da ação revolucionária” através dos atos institucionais 2 e 5.

Não obstante, os anos do governo Médici representam um momento no qual o tipo de consenso em torno do regime se modificou. Antes de 1964, portanto, os setores conservadores da

sociedade insatisfeitos com os movimentos reformistas, bem como com o presidente Goulart, se reuniam em torno de um discurso marcadamente anticomunista, anticorrupção, em defesa da *família*, da *religião* e da *democracia*. Imediatamente após o golpe, o consenso, agregando determinado *udenismo*, foi se metamorfoseando em *castellismo*, continuando expressivamente anticomunista. Mas, se ambos, *udenismo* e *castellismo*, eram profundamente marcados por um pesado, diria mesmo *sombrio* sentimento anticomunista, o mesmo não se pode dizer do consenso em torno do *Milagre*. Este era um momento no qual o otimismo estava sendo *reinventado*, recorrendo à expressão de Carlos Fico (1997). Era um momento em que vastos segmentos sociais queriam *comemorar*. Eram verdadeiramente *tempos de comemoração*, de *alucinado* crescimento econômico (CORDEIRO, 2009b), de um *país que ia pra frente*. O forte sentimento *cívico* que caracterizava a militância da Camde continuava presente, mas agora sem a necessidade quase pungente da *eterna vigilância* contra o comunismo, à qual as mulheres se propuseram entre 1964 e 1969.

Assim, a Camde passou pelos esfuziantes anos do *Milagre muda*,¹⁰ para somente encerrar suas atividades em 1974, já durante o mandato do presidente Geisel. De acordo com Eudoxia Ribeiro Dantas, a Camde “entrou em recesso devido à não renovação da liderança” (SIMÕES, 1985, p. 135-136). O argumento da ex-presidente da associação suscita questões interessantes. Por exemplo: por que uma associação que possuía tanto prestígio (o próprio presidente Geisel teria solicitado que não encerrasse

¹⁰ Em recente pesquisa para minha tese de doutorado, notei com alguma surpresa que não há nenhum tipo de manifestação das mulheres da Camde por ocasião das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972. Festa cívica, tão ao gosto da cultura política daquelas mulheres, mas da qual elas não participaram como grupo, diferentemente, por exemplo, da UCF de São Paulo, que contribuía entusiasmada com o evento.

suas atividades), e um papel tão destacado nos acontecimentos de 1964, teve problemas de renovação de seus quadros num momento em que o regime desfrutava ainda de relativa popularidade?

Ao que parece, a Camde não sobreviveu às suas fundadoras do núcleo de Ipanema, ou antes, os argumentos estruturantes a partir dos quais a Camde organizou sua militância não sobreviveram. É preciso, pois, considerar que 1974, ano no qual a Camde encerrou suas atividades, é um ano-chave. Foi quando o general Geisel assumiu a presidência e deu início à sua abertura “lenta, gradual e segura”. Em 1973, as esquerdas armadas já haviam sido derrotadas política e militarmente.¹¹ Mesmo antes, alguns setores já tinham dado início a um processo de autocrítica da opção pela luta armada que, mais tarde, se aprofundaria e se disseminaria. A democracia começava a entrar na pauta das preocupações das esquerdas brasileiras. Mas não somente delas. Segmentos importantes das direitas, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1970, passaram também a inclinar-se nesse sentido. Muitos deles, figuras de peso inclusive, no momento da abertura política rachariam com a Arena e se aliariam ao MDB de Tancredo Neves.

Mas não podemos esquecer também que a Camde fundamentou sua militância em nome da defesa da democracia. No entanto, em meados dos anos 1970, já não se tratava mais de defender a democracia nos termos propostos pelas mulheres. A democracia de que se falava então não era a democracia fortalecida em nome da qual a Camde se formou em 1962, marchou em 1964 e lutou para que fosse aprofundada em 1965 e 1968.

Aqui é importante tentar recuperar o significado das palavras em seus respectivos contextos. Nesse sentido, durante a década de 1960 podemos observar na Camde uma militância que se dizia *em defesa da democracia*, mas que se definia básica-

¹¹ À exceção do PCdoB, com a Guerrilha do Araguaia.

mente contra o comunismo. A defesa daquele regime baseava-se no forte sentimento anticomunista, daí a possibilidade de afirmarem, em 1967, que “nunca sentiram a democracia tão viva” ou, em 1968, colocarem-se contra as manifestações estudantis pedindo à sociedade que se unisse, “desde o mais humilde trabalhador à mais alta autoridade” na defesa da *unidade* nacional, dos ideais democráticos e da luta contra *ideologias espúrias* (Fundo Camde, AN, *Correio Popular*, 26/10/1968).

Em meados dos anos 1970, o sentido da *democracia*, do *consenso democrático* que se formava já não era mais aquele. Antes, era o seu oposto. Era uma *democracia* que se opusera e se opunha ainda aos militares, que fazia a *autocrítica* da luta armada, a crítica (*e autocrítica*) ao PCB, redefinindo-a. A partir de então, a sociedade, de maneira geral, foi se metamorfoseando.

A incorporação de valores democráticos pela sociedade a partir de meados da década de 1970 é um processo que precisa ser levado em consideração se quisermos compreender também a dinâmica dos grupos civis que apoiaram o regime ditatorial. Conquanto a formação desse consenso democrático possa resultar em construções de memória baseadas no *silêncio*, ou que consolidem mitos, como o da *moderação* do governo Castello Branco ou de que a sociedade sempre *resistiu* ao regime, como é o caso da memória das militantes da Camde. No entanto, se analisarmos esse processo em conjunto com a tese da falta de “renovação de liderança”, poderemos compreender melhor por que a Camde encerrou suas atividades apesar dos apelos do presidente Geisel para que continuasse: naquele contexto, tornava-se mais difícil militar a favor da “Revolução de 1964” e da democracia simultaneamente. Aquela *democracia anticomunista* que a Camde carregava em seu nome já não existia mais. A sociedade já não se identificava como antes com a causa. Vale lembrar igualmente que, em 1974, já se vivia o início da crise do *milagre*, que

tirou do regime um bom argumento, além da vitória do MDB nas eleições.

Dessa forma, a Camde *calou-se*. E o fato de ter encerrado suas atividades imediatamente após os *anos de chumbo* permite que hoje as mulheres reconstruam sua memória baseadas, sobretudo, na *luta pela democracia* – sem diferenciar a *democracia* de 1964 da *democracia* de 1979. Permite que elas *silenciem* ou até mesmo neguem sua militância nos anos de maior repressão pelo governo. *Memórias do silêncio* sobre as quais é preciso refletir, na medida em quem refletem um movimento social mais amplo, qual seja: o silêncio em torno de um expressivo *consenso social* em torno da ditadura que permitiu que ela se sustentasse por longos anos no Brasil.

Fontes

Discurso proferido por Maria Paula da Silva Caetano, por ocasião da comemoração do 30º aniversário da União Cívica Feminina de São Paulo. Documento mimeografado, sem data, do arquivo particular da oradora.

Entrevista concedida à autora por três ex-diretoras da Camde que solicitaram anonimato. Rio de Janeiro, 12 set. 2006.

Fundo Campanha da Mulher pela Democracia. Arquivo Nacional/Codes. Documentos Privados. Código PE.

Fundo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. Arquivo Nacional/Codes. Documentos privados. Código QL.

Jornal do Brasil, 1961.

O Globo, 1962, 1964, 2010.

Referências

AARÃO REIS, D. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: AARÃO REIS, D.; RIDENTI, M.; e MOTTA, R. P. S. (Orgs.). **O golpe militar e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)**. São Paulo: Edusc, 2004.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENEVIDES, M. V. M. **A UDN e o udenismo**. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CORDEIRO, J.M. **Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 22, p. 85-104, 2009b.

FERREIRA, M. M. Introdução. In: _____(Org.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FICO, C. **Reinventando o otimismo**. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. **Além do golpe**. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Â. C. Na antecâmara do golpe. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, Anpuh/Marco Zero, v. 14, n. 27, 1994.

GRINBERG, L. **Partido político ou bode expiatório**. Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

LABORIE, P. **Les français des années troubles**. De la guerre d'Espagne a la Liberation. Paris: Seuil, 2001.

MATIAS, Rodrigues. **Marcha da Família com Deus pela Liberdade, 1964**. São Paulo: União Cívica Feminina (UCF), [s.d.]. Arquivo particular de Gisella Guisard Milliet.

PICALUGA, I. F. **Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara**. Petrópolis: Vozes, 1980.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POLLANAH, S. M. S. D. Amélia Molina Bastos ou como e onde marcha a Camde. **Livro de Cabeceira da Mulher**, ano I, v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PRESOT, A. A. **As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

ROLLEMBERG, D. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, J. R. (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas**. São Carlos: UFSCar, 2006.

_____. Memória, opinião e cultura política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura (1964-1974). In: AARÃO REIS, D; ROLLAND, D. (Org.). **Modernidades alternativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ROUSSO, H. **Le syndrome de Vichy**. De 1944 à nos jours. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

_____. **La hantise du passé**. Entretien avec Philippe Petit.

Paris: Les Éditions Textuel, 1998.

_____. Le statut de l'oubli. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise (Dir.). **Pourquoi se souvenir?** Académie Universelle des Cultures. Forum International Mémoire et Histoire. Unesco, 25 mars 1998-La Sorbonne, 26 mars 1998. Paris: Bernard Grasset, 1999.

SESTINI, Pérola. **A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família.** As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

STARLING, H. **Os senhores das gerais.** Os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

CRÍTICA À PUNIÇÃO ETERNA COMO MEMÓRIA HISTÓRICA*

*Fernando Ponte de Sousa***

As discussões, contradições, hesitações, definições e encaminhamentos pelas quais passa a institucionalização de uma política de memória histórica no Brasil, envolvem pelo menos três aspectos: a abertura dos arquivos da ditadura de 1964-1989; o cumprimento da sentença da Corte Interamericana de Justiça; e a aprovação do Projeto de Lei de criação da Comissão da verdade.

A questão da abertura dos arquivos referentes à ditadura expressa que, distante de uma efetiva consolidação democrática, vive-se ainda as tensões de um regime *transicional*. Isto é demonstrado pelas pendências acima referidas. Não admitir esta problematização seria uma espécie de concordância, ou mesmo cumplicidade, com as manifestações de dois ex-presidentes do Brasil, José Sarney e Fernando Collor, que, postados pelos seus autoritarismos, posicionam-se contra a abertura dos arquivos das Forças Armadas,

* Agradeço às alunas Sonia Kan, Chari Meleine B. G. Nobre e Leticia Hummel do Amaral por subsídios pesquisados para este texto.

** Professor do Curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

instituições de segurança e Ministério das Relações Exteriores (que tinha seu “departamento” de inteligência para controlar brasileiros perseguidos pela ditadura), entre outros, alegando conhecerem informações que não deveriam ser divulgadas.

O que sabem estes senadores, ex-presidentes de governos herdeiros da ditadura? Sendo Collor (15/3/1990 a 2/10/1992) acusado de corrupção e derrubado do cargo por um *impeachment* convocado pela mobilização popular, e Sarney (21/4/1985 a 15/3/1990) um vice que assumiu a presidência com o falecimento do titular (Tancredo Neves), eleitos pelo Congresso e não pelo povo, teriam motivos escusos guardados como segredos de Estado que a população não deve conhecer? É lícito ter a história de um país sequelada pela censura de duas das representações que sociologicamente poderiam ser definidas como oligárquicas e autocráticas?

A Presidente Dilma Rousseff, que havia se pronunciado favorável à abertura dos arquivos nos termos do projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados em 2010, e agora em discussão no Senado, após o posicionamento dos dois ex-presidentes citados, recuou sua opinião. Mais recentemente, segundo notícias da imprensa, teria mudado novamente, dada a repercussão negativa deste recuo.

Para além das suposições que o caso possa motivar, é possível ressaltar aqui alguns aspectos nebulosos nos encaminhamentos do assunto. Em carta ao Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, datada de 24/10/2004, o advogado João Luiz Duboc Pinaud, então Presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos da Presidência da República, renuncia ao seu cargo reclamando do “ritmo lento, as hesitações e os distanciamentos, táticas de esconder, artimanhas burocráticas”, marcadores da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, que não correspondem ao clamado pelos parentes dos mortos e

“desaparecidos” políticos e “pelas pessoas que participam do que poderia chamar de consciência ética de uma nação” (PINAUD, p. 1). Ainda nas suas palavras, “esse torturar e matar que querem apagar, disfarçar equivale, Senhor Presidente, ao torturar e matar novamente, pela segunda vez” (PINAUD, p. 1).

Tal protesto critica diretamente o então Presidente da República, e a não abertura dos cofres “desses trágicos segredos”, aceitando que arquivos públicos sejam queimados, sem deixar vestígios. O fundamento ético, defendido pelo autor da carta renúncia, é o questionamento: “num Estado de Direito democrático, militares poderiam deter o conhecimento histórico?”. Complementando o argumento, o autor defende o que constitui democraticamente DIREITO HUMANO AO CONHECIMENTO DO PASSADO (PINAUD, p. 5). Sua crítica em 2004 parece atual: “um governo que negocia um pouco de sua verdade histórica, do conhecimento dos crimes de governos passados em troca de um pouco de ordem, vai perder ambas, e não merece nenhuma” (PINAUD, p. 5).

A referida citação tem atualidade quando se percebe que, passados os dois mandatos do Presidente Lula, e agora no governo presidido por Dilma, a sustentação política dos citados Presidentes – membros do Partido dos Trabalhadores, que tem um histórico de posicionamentos políticos contra a ditadura – depende de uma coligação governamental; nada a se estranhar, no entanto a governabilidade não deveria ser negociada com os ex-presidentes, aos quais ambos fizeram oposição, tendo como moeda de troca os arquivos que pertencem à sociedade como um direito humano coletivo.

A persistência dessa contradição está manifesta noutro fato, mais recente, que corrobora esta percepção. A Corte Interamericana de Direitos Humanos se reuniu em São José da Costa Rica, nos dias 20 e 21 de maio de 2010, para julgar o Estado brasileiro pelo

desaparecimento de 70 pessoas, e pela impunidade destes crimes, e pelo não esclarecimento acerca de fatos ocorridos na Guerrilha do Araguaia, durante a ditadura instaurada com o golpe de 1964.

O Estado brasileiro manteve segredo acerca das operações realizadas na região, com a não localização dos corpos dos guerrilheiros abatidos e a impunidade aos responsáveis pelos crimes de torturas e assassinatos. Diante da omissão do Estado, em 1982, 22 familiares representando 25 desaparecidos na Guerrilha do Araguaia interpuseram uma ação ordinária na Justiça Federal, cobrando localização e traslado dos restos mortais. Passados 13 anos desta iniciativa, sem qualquer pronunciamento do Judiciário, em 1995 os familiares, por meio de entidades de direitos humanos, enviaram denúncia contra o Estado brasileiro perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH). No mesmo ano foi aprovada a Lei 9.140/95, que os reconhece como mortos e desaparecidos, concedendo ainda reparação pecuniária para familiares das vítimas – embora ainda sem a localização dos corpos e esclarecimentos acerca dos fatos.

Após várias audiências realizadas desde 1997, o relatório aprovado em 2008 pela Comissão define a responsabilidade do Estado pela detenção arbitrária, pela tortura e pelo desaparecimento de participantes da guerrilha, considerando questionável que a Lei da Anistia (Lei 6.683/79) tenha sido interpretada em benefício dos agentes públicos que cometeram crimes no período. A Comissão determinou que o Estado brasileiro devesse providenciar a abertura dos arquivos das Forças Armadas, estabelecer o Dia do Desaparecido Político, realizar ato como forma de reconhecimento da responsabilidade pelos fatos, entregar os restos mortais aos familiares, construir a memória política, pagar reparação econômica e punir os responsáveis pelos assassinatos.

Diante da não implementação das recomendações por parte

do Estado, a CIDH enviou o caso para ser processado na Corte Interamericana de Direitos Humanos em 26 de março de 2009, com base na petição dos familiares de 7/8/1995, aceitando a demanda da “responsabilidade do Estado brasileiro pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas, entre membros do Partido Comunista do Brasil e camponeses da região” (CORTE INTERAMERICANA DE JUSTIÇA – Julgamento e Sentença, 2011, p. 4).

O Estado brasileiro é sentenciado por esta Corte internacional como responsável pelo desaparecimento forçado, pela violação do direito à liberdade de pensamento e de expressão, e pela violação do direito à integridade pessoal, e por isso mesmo a sentença constitui *per se* uma forma de reparação em:

- o Estado brasileiro deve conduzir a investigação penal dos fatos destes casos, a fim de esclarecê-los e determinar as responsabilidades penais;
- o Estado deve realizar todos os esforços para determinar o paradeiro das vítimas desaparecidas e entregar os restos mortais a seus familiares;
- o Estado deve oferecer tratamento médico e psicológico que as vítimas requeiram;
- o Estado deve implementar curso permanente sobre direitos humanos, dirigido a todos os níveis hierárquicos das Forças Armadas;
- o Estado deve providenciar a publicação de todas as informações sobre a Guerrilha do Araguaia;
- o Estado deve adotar as medidas que sejam necessárias para tipificar o delito de desaparecimento forçado de pessoas.

Essas definições, entre outras, fundam-se também na declaração da Corte de que as disposições da Lei da Anistia brasileira,

que impedem a investigação e a sanção de graves violações de direitos humanos, são incompatíveis com a Convenção Americana, elas carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir como um obstáculo para as investigações dos casos denunciados. Também, declara, é incompatível com as normas da Convenção Americana e sua jurisprudência a decisão recente do Supremo Tribunal Federal, que argumentou em defesa da interpretação sobre a Lei da Anistia como impeditiva penal aos agentes públicos que cometeram crimes de tortura.

Esta sentença marca a situação de não institucionalização de uma política de memória histórica no Brasil condizente com os fundamentos de respeito aos direitos humanos consignado em convenções assinadas pelo governo.

Por isso mesmo, a inconformidade dos movimentos dos ex-presos políticos e de familiares de desaparecidos, com a ausência da SEDH na audiência da Corte Interamericana de Justiça, e com a defesa feita pelo governo brasileiro na Corte durante a formulação processual. Daí a necessidade, pontuada pelas entidades representativas dos movimentos sociais em prol da Justiça e verdade, de colocar como inegociável o cumprimento da sentença, assim como a necessidade de abertura total dos arquivos das Forças Armadas. Empurrado pela campanha desencadeada pelos movimentos políticos de ex-presos e familiares de desaparecidos, o governo brasileiro sinaliza na direção de cumprimento parcial da sentença. No dia 25 de julho de 2011 foi retomada a procura por restos mortais de desaparecidos políticos durante a guerrilha do Araguaia, feitas sob a coordenação do Ministério da Defesa, com a participação do Ministério da Justiça e Secretaria dos Direitos Humanos, através do Grupo de Trabalho Araguaia (GTA). Antes era o GTT (Grupo de Trabalho Tocantins), que pouco avançou nas suas atividades, mas deixou as indicações que são agora utilizadas.

Outro ponto de igual importância e ainda pendente nas atuais controvérsias políticas, diz respeito ao projeto de Lei n. 7.376/2010, que o ex-presidente Lula encaminhou ao Congresso Nacional, propondo criar a Comissão Nacional da Verdade, para que sejam apurados os acontecimentos relacionados aos mortos e desaparecidos políticos do período da ditadura.

Foi lançada em dezembro de 2009 a terceira versão do Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3), com a justificativa da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, como resultado de uma continuidade do processo histórico para consolidar e concretizar as orientações para a promoção e a defesa dos direitos humanos no Brasil. A partir principalmente da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, sob o tema Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos: Superando as desigualdades, iniciou-se em 2008 a atualização das primeiras versões do Programa Nacional de Direitos Humanos, com encontros municipais e estaduais, reunindo representantes da sociedade civil e do poder público.

O documento final da Terceira Versão do PNDH-3 estabelece seis eixos orientadores, incluindo a interação democrática entre o Estado e a sociedade civil, Desenvolvimento e Direitos Humanos e, o que se destaca aqui, o eixo nº 6: Direito à Memória e à Verdade.

O ex-ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos do governo Lula, Paulo Vannuchi, manifestou-se defendendo o referido Plano: “A memória histórica é componente fundamental na construção da identidade social e cultural de um povo e na formulação de pactos que assegurem a não repetição de violações de direitos humanos, rotineiras em todas as ditaduras” (BRASIL, 2010, p. 19).

Esta defesa não é unânime no governo, na propalada sociedade civil e nas Forças Armadas. Vários protestos foram enun-

ciados por setores conservadores, incluindo o Ministério da Defesa. O ponto polêmico se estabelece a partir do eixo orientador nº 6 (Direito à Memória e à Verdade), que é apresentado com três diretrizes:

1. Reconhecimento da memória e da verdade como direito humano da cidadania e dever do Estado;
2. Preservação da memória histórica e a construção pública da verdade;
3. Modernização da legislação relaciona com a promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia.

As ações programáticas dessas três diretrizes, segundo o documento:

[...] têm como finalidade assegurar o processamento democrático e republicano de todo esse período da história brasileira, para que se viabilize o desejável sentimento de reconciliação nacional. E para se construir consenso amplo no sentido de que as violações sistemáticas de direitos humanos registradas entre 1964 e 1985, bem como no período do Estado Novo, não voltem a ocorrer em nosso país, nunca mais (BRASIL, 2010, p. 173).

Conforme ainda o mesmo texto referente a este eixo, a importância da investigação do passado é destacada para a construção da cidadania, importante para a memória individual e coletiva, o estudo do passado e o resgate da verdade com a experiência histórica passada de geração a geração; caso não ocorra essa transmissão, a história é silenciada e esquecida, causando graves lacunas na construção da identidade nacional. Ainda de acordo com o documento:

Somente resgatando a memória e a verdade, o país adquire consciência superior sobre sua própria iden-

tidade, a democracia se fortalece... A compreensão do passado por intermédio da narrativa da herança histórica e pelo reconhecimento oficial dos acontecimentos possibilita aos cidadãos construir os valores que indicarão sua atuação no presente. O acesso a todos os arquivos e documentos produzidos durante o regime militar é fundamental no âmbito das políticas de proteção dos Direitos Humanos (BRASIL, 2010, p. 170).

No bojo desta argumentação, é justificada a criação da Comissão Nacional da Verdade, que estabelece ações como a reconstituição da história dos casos de violação de direitos humanos, o esclarecimento de circunstâncias de torturas, mortes e desaparecimentos, a localização e identificação dos corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, a requisição de documentos públicos e privados, e a publicidade de estruturas das práticas de violações na ditadura militar. Tal formulação, comum a outras Comissões da Verdade criadas noutros países da América Latina, causou no Brasil uma polêmica entre setores do próprio governo e protestos claros dos comandantes militares. Para Nelson Jobim, Ministro da Defesa, e para os comandantes das Forças Armadas, a Comissão:

[...] teria o objetivo de revogar a Lei da Anistia de 1979, além de ter um sentido revanchista, ao prever a identificação de locais onde teriam ocorrido abusos – incluindo instalações militares – e não se concentrar em violações de direitos humanos feitos por grupos armados de oposição ao regime militar (*Folha de S.Paulo*, 8/1/2010).

Outras manifestações são divulgadas, incluindo de oficiais, como os comandantes do Exército e da Aeronáutica, de que o documento é “excessivamente insultoso, agressivo e revanchista” às Forças Armadas (*Folha de S.Paulo*, 30/12/2009).

Com manifestações contrárias a essas interpretações, o então Ministro Paulo Vanucchi rebateu as críticas, defendendo que a Comissão da Verdade não é contra as Forças Armadas, mas também não é favorável ao acobertamento de crimes de lesa-humanidade, e que não propõe revisar a Lei da Anistia. Esta discussão entre ministros do governo contou depois com a intervenção do Presidente Lula, buscando entre a Secretaria dos Direitos Humanos e as Forças Armadas um tom conciliador.

Dessa forma, no final do texto encaminhado foi preservada a Comissão da Verdade, mas sem focar no termo repressão política, trocado pelo termo violações de direitos humanos, agradando assim à cúpula militar.

Esta polêmica com relação à instalação da Comissão da Verdade, embora “conciliadora” em termos pelo ex-presidente Lula, envolve também a discussão do sigilo eterno dos documentos oficiais do Estado, questionado também na sentença da Corte Interamericana de Justiça, já referida antes.

A legislação atual determina o sigilo de trinta anos para documentos classificados como ultrassecretos; no entanto, esse prazo pode ser renovado indefinidamente. Atualmente está tramitando no Senado um projeto de lei que estabelece o fim do sigilo eterno, fixando o prazo máximo de cinquenta anos para que os documentos fiquem em segredo. A nova proposição altera a legislação nos termos em que foi sancionada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que declarou à *Folha de S.Paulo* ter assinado sem ler, que o fez “sem tomar conhecimento, foi no último dia do mandato...” (*Folha de S.Paulo*, 30/6/2011). Também a Presidente Dilma vacilou, dizendo apoiar a modificação, ora reformulando, e como foi dito antes, à imprensa informou, em junho de 2011, que apoiará o fim do sigilo eterno. Enquanto isso, até início do mês de agosto de 2011, a tramitação do projeto se encontrava barrada na Comissão de Relações Exteriores,

presidida pelo senador Fernando Collor (PTB-AL). Em 25 de outubro do mesmo ano, foi finalmente aprovada, sem as efetivas garantias de que os documentos principais – relativos às ações das Forças Armadas e que envolvem torturas e desaparecimentos forçados – sejam realmente abertos aos ex-presos políticos, familiares de desaparecidos e ao público em geral.

Em 5 de julho, Nelson Jobim foi demitido do Ministério da Defesa sob a acusação de “falar demais”, ou seja, emitir críticas a colegas do governo, inclusive sobre a questão da abertura dos arquivos. Nomeado como seu substituto, Celso Amorim, ex-ministro das Relações Exteriores no governo Lula, marcou na época posição favorável ao sigilo eterno. Não é possível prever se isso altera alguma coisa, mas indica que as hesitações apontadas são posições de governo, e não apenas de um ou outro participante em particular; inclusive porque, segundo noticiado pela imprensa, a presidente Dilma passou para o Ministro da Justiça, o petista José Eduardo Cardoso, a negociação sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade – aprovada em 26 de outubro de 2011 com as limitações de tempo e de ações criticadas por vários movimentos pela verdade e justiça.

Como se pode observar, as contradições e hesitações por parte do governo federal indicam que os avanços existem onde há pressão política dos setores comprometidos com a memória histórica integral, e os recuos onde prevalecem as pressões dos setores oligárquicos e autocráticos aliados na sustentação política do governo.

Essa dinâmica política torna evidente que o que por vezes denominamos como “pendências” ou “heranças” do período ditatorial são, na realidade, fatores estruturais e históricos constitutivos do capitalismo dependente. A formação social brasileira se constitui de revoluções e contrarrevoluções, onde o caráter de classe é transversal às formas coloniais, neocoloniais e impe-

rialistas, oligárquicas e autocráticas. Mesmo como democracia, a ordem social vigente se atualiza política e institucionalmente, conciliando a República como controle social e policial, a democracia com o autoritarismo e a interdição política dos de baixo, a interdição e a eliminação das contestações sociais mais autônomas e contundentes, tornando a violência uma atividade tal que o que parece ser impunidade aos poderosos é um aviso aos contestadores, dizendo que daqui não podem passar. A comprovação disso está na manutenção da tortura e dos assassinatos como recorrentes, diante da inoperância das instituições da República.

Historicamente é possível situar a tortura como uma “herança maldita” (SOARES, 2010, p. 21), ligada à colonização e alimentada ideologicamente pelos instituintes bárbaros da inquisição católica, ou mesmo como “efeito-demonstração para silenciar, punir e docilizar os vivos” (BARREIRA, 1992, p. 41), e derrotar os inimigos. Tal estratégia implica também em criar inimigos, colocando os inconformados e insurgentes, e muitas vezes apenas críticos, do outro lado do muro como exemplos do mal que precisa ser erradicado, justificando assim a criação de um direito penal classificatório com relação aos estratos das classes sociais que devem cumprir penas; basta ver a população carcerária do Brasil.

Componente imprescindível desse corolário de violência é a aplicação da tortura, pois mais que uma herança, tornou-se uma verdadeira instituição, ou seja, um fato social aceito, apesar dos discursos e das convenções internacionais e nacionais. Lembre-se aqui a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e a Convenção Americana de Direitos Humanos, cujas formalizações colidem com a lei da Anistia de 1979, que tem sido justificada como peça jurídica de impunidade aos torturadores da ditadura, apesar de a Convenção Americana, assinada pelo Brasil, estabelecer que uma norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados não permite interrogação lo-

cal. Ou seja, a tortura como ato hediondo e crime de lesa-humanidade (artigo V da Declaração Universal de Direitos Humanos) foi largamente utilizada por agentes públicos durante a ditadura, e as tentativas, hoje, de criminalizar tais atos, originam-se de ex-presos políticos, de familiares de desaparecidos, de representantes isolados do Ministério Público, ou mesmo com o apoio de pessoas ou autoridades ligadas à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, não têm logrado êxito, circunscrito ao aspecto de denúncia e exposição de torturadores mais conhecidos.

Esta é a realidade, onde impera a impunidade aos crimes de tortura e desaparecimento, apesar de isso confrontar-se com a Constituição brasileira promulgada em 1988, a exemplo das Constituições de 1934 e 1946, bem como a Lei 9.455 de 1997, que classifica penalmente a tortura. Tal fato possibilita que a tortura permaneça existindo no século XXI como expediente policial, consagrada que foi pela impunidade, apesar dos avanços da legislação. Tivemos uma crítica da tortura? Não. Ainda hoje aparecem na grande imprensa depoimentos dos defensores do golpe de 1964, que não assumem terem torturado, mas que afirmam a necessidade da tortura como recurso extremo frente ao “inimigo”.

No mesmo contexto da tortura, situam-se os assassinatos cometidos no período da ditadura e os cometidos durante os governos civis a partir de 1985. É como se um sistema contínuo de violência fizesse dos conflitos no campo um lugar que mostrasse ao país ou, mais claramente aos trabalhadores, os limites da luta reivindicativa: a propriedade e a exploração do trabalho são intocáveis. A ordem ditatorial foi administrada transitando para os governos civis, aniquilando a esquerda considerada radical. Os movimentos sociais que não se enquadravam como “novos”, ou seja, no âmbito de uma sociedade civil institucionalizada, foram e são criminalizados, sem os espaços de defesa, mesmo jurídicos, da democracia, resumidos ao formalismo de rituais impotentes diante da impuni-

dade – a repressão se aplica não como pena aos poderosos, mas como temor a enfraquecer os movimentos mais contundentes –, que torna o medo uma estratégia de poder de classe.

A cada denúncia mais revoltante, repetem-se as declarações das autoridades anunciando medidas inócuas, quase sempre, pois são recorrentes os assassinatos. Os fatos comprovam. Durante a ditadura, de 1964 a 1984, estima-se que até 400 pessoas tenham sido mortas e “desaparecidas” por participarem de ações políticas de oposição. Acrescentam-se os assassinatos no campo, no mesmo período, de 832 pessoas, camponeses, líderes ou não. E nos governos civis, de 1985 a 2010, no campo, nos conflitos por terra, foram assassinadas 1.158 pessoas.

Como já dito, não se trata de uma herança. No que pese a luta pela posse da terra sempre ter sido presente nas transformações históricas do país, o regime da grande propriedade privada sobrevive às mudanças dos ciclos políticos, culminando com o ciclo neoliberal dos anos 1990 do século passado, mais intensamente privatista e ainda mais desregulamentador.

Do lado do capital, nada é impeditivo à acumulação quando se tem a violência social, política e simbólica contra alvos selecionados – os contestadores da acumulação já não originária.

O elo entre o golpe (a ditadura militar) e o regime civil está relacionado ao antagonismo de classe como revolução e contrarrevolução, que, em seu extremo, tem no fascismo, quer como regime, quer com movimento, a sua expressão ideológica, onde a manipulação do simbólico mobilizador das massas se dá como movimento ativo ou como movimento conformista, na forma de totalitarismo – o controle que se torna absoluto, e que tem na violência e no medo seus principais recursos de dominação. Evidente que os governos civis pós 1985 não se definem pelo fascismo como regime, mas o que se destaca aqui é que a “técnica” fascista de controle não é antagônica ao regime democrático burguês. Não

se trata de discutir tipologias, mas sim os elementos dinâmicos da formação autoritária, como personalidade (modo de ser) e como instituição (função social). As intenções democráticas não são suficientes para controlar estes dinamismos sempre aptos a outros constituintes se não combatidos tenazmente.

Faz parte disso a memória histórica. A impunidade, o segredo eterno dos documentos da ditadura, e a criminalização dos movimentos sociais radicais, parecem expressar que a sociedade está submetida a uma punição, esta sim, eterna: a de não conhecer plenamente sua história, e condenar a juventude aos limites da política gerada pelos conservadores nos períodos das ditaduras.

São considerados segredos eternos exatamente os mais extremos, justamente porque as informações revelariam o terrorismo de Estado como recurso que transcende as fronteiras nacionais, como a mais patente evidência da violência política de classe.

O exemplo mais patente deste segredo eterno é a Operação Condor, um terrorismo coordenado, estrategicamente planejado e executado pelas forças de segurança dos governos dos países do Cone Sul, a partir de 1973. Seus objetivos, compreendendo Brasil, Uruguai, Argentina, Bolívia e Chile, eram: coleta, troca e armazenamento de dados de inteligência a respeito dos opositores aos governos ditatoriais; prisão, sequestro e assassinatos de opositores selecionados, mesmo fora das fronteiras da América Latina. Com exceção de documentos descobertos no Paraguai depois da ditadura de Alfredo Stroessner, pouco se conhece sobre a Operação Condor, e os governos civis no Brasil não se pronunciaram a respeito, sequer apresentaram iniciativas para desvendar o que aconteceu, e muito menos responsabilizar os agentes públicos envolvidos. Paradoxalmente, é possível que determinadas informações sejam obtidas mais pelos documentos liberados pelo Departamento de Estado dos EUA do que pelos esforços de uma política de memória histórica no Brasil.

É como se os governos civis advogassem a política autônoma e indiferente aos valores, assumindo compromissos outrora impensáveis, mas agora tidos como necessários.

Compete à memória histórica não simplesmente realizar a catalogação, mas denunciar esta suposta indiferença do poder, e afirmar uma perspectiva crítica, pois esta ação contém uma relação com a verdade, pertencente às pessoas que não queimaram as suas lembranças.

A memória histórica torna-se, nesta perspectiva, um momento de consciência, como fundamento sempre inédito para quem se apossa do conhecimento como base para as decisões, não delegado a ninguém exclusivamente.

A verdade delegada a alguns – como se outorgam os poderosos do regime autocrático –, compromete o poder de decisão, e extingue a possibilidade da liberdade, que precisa se reconstituir a partir da resistência permanente.

A ditadura continua – em nome do transicional – quando aprisiona os jovens: abandonem seus sonhos de liberdade para disputarem um lugar privilegiado frente ao panóptico, que não mais precisa ser visível materialmente, porque se tornou uma ameaça constante como estratégia de dominação. A técnica é a comunicação para gerar o ameaçador e o temor, comunicação de que a memória não foi incendiada, mas guardada como arma.

Posto assim, a memória histórica atinge e envolve muitos campos de pesquisa e de intervenção, como educação, eventos e datas, memórias urbanas, incluindo ruas e monumentos; e como política é transversal também às relações de poder – e neste âmbito, é central aos interesses dos movimentos políticos e sociais.

Referências

BARREIRA, César. Pistolagem política: a morte por encomenda. In.: Reforma agrária. **ABRA**, Campinas, v. 22, n. 1, jan./abr. 1992, p. 39-50.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SDH/PR, 2010.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: 1996. Goiânia.

CORTE INTERAMERICA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Gomes Lund e outros** (“Guerrilha do Araguaia”) VS. BRASIL. Sentença de 24 de novembro de 2010. Memorial dos Direitos Humanos. Biblioteca Digital disponível em <www.lastro.ufsc.br>.

DOSSIÊ DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS A PARTIR DE 1964. Responsável: Maria do Ampara Almeida Araujo, et al. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns e apresentação de Miguel Arraes de Alencar. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

KAN, Sonia. **Políticas de memória histórica**: os impasses da Comissão Nacional da Verdade e da abertura dos arquivos. Florianópolis, 2011: Memorial dos Direitos Humanos. Biblioteca Digital disponível em <www.lastro.ufsc.br>.

NOBRE, Chari M. Brevers Gonzalez; AMARAL, Leticia Hummel. **Assassinatos políticos e direitos humanos no Brasil: 1964-1984/1985-2010**. 2011: Memorial dos Direitos Humanos. Biblioteca Digital disponível em <www.lastro.ufsc.br>.

PINAUD, João Luiz Duboc. **Carta ao Presidente Luis Inácio Lula da Silva**. Memorial dos Direitos Humanos. Biblioteca Digital disponível em <www.lastro.ufsc.br>.

SOARES, Maria Victória de Mesquita Benevides. Tortura no Brasil, uma herança maldita. In. **Uma visão histórica e social**. Brasil. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Tortura/Coordenação Geral de Combate à Tortura (org.) – 1. ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

NEOFASCISMO, INTERNET E HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

*Fábio Chang de Almeida**

Especialmente a partir da década de 1990, estabeleceu-se um contexto de reafirmação dos movimentos de extrema-direita. Grupos de inspiração fascista¹ passaram a frequentar os noticiários de maneira cada vez mais recorrente. Várias pesquisas atestam que os incidentes violentos com motivação relacionada aos ideais nazifascistas vêm aumentando em todo o mundo. Por exemplo, de acordo com o European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia, entre 2000 e 2006 foram registrados aumentos significativos nas taxas de crimes com motivação racial nos seguintes países europeus: Alemanha, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Polônia, Portugal, Eslováquia, Finlândia

* Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

¹ Neste artigo utilizou-se a expressão “de inspiração fascista” como sinônimo de “neofascismo”. Foram consideradas “neofascistas” as fontes que continham conteúdo inspirado ou referente ao fascismo italiano, ao nazismo alemão e/ou suas derivações. Foi evitada a utilização do termo “neonazismo”, dando-se preferência à expressão mais genérica “neofascismo” em função da precedência cronológica do fascismo italiano.

e Reino Unido (EUMC, 2007, p. 118-124). Na América Latina o cenário é semelhante (ver relatórios STEPHEN ROTH, 2006 e 2008; BRAYLAN, 2008).

Ao mesmo tempo em que aumenta a frequência de tais incidentes, sites de conteúdo neofascista proliferam na internet (ALMEIDA, 2008). O estudo desse fenômeno constitui um exemplo da prática de uma História do Tempo Presente. Muitas são as características específicas de uma pesquisa de tal natureza: a incorporação de uma nova categoria documental (as chamadas fontes eletrônicas, ou digitais); o acesso privilegiado a estas fontes (visto que elas possuem uma existência efêmera e tendem a desaparecer em pouco tempo); a relação de contemporaneidade entre o historiador e o objeto estudado, e a consequente falta de “distanciamento temporal”; o cunho “inacabado” de uma história em plena construção, etc. Tais características implicam na utilização de métodos específicos para a análise do imediato. Ao lançar mão de um arcabouço metodológico próprio, o pesquisador do tempo presente consegue evitar a maioria dos possíveis problemas atribuídos a uma história escrita “no calor dos acontecimentos”. A uma “história quente” correspondem métodos específicos. Ao analisar a atual expansão da rede de comunicação neofascista na internet, o historiador do tempo presente deve compreender tal panorama dentro de uma conjuntura mais ampla, onde a extrema-direita revela um caráter de permanência desde o início do século XX. Este olhar mais profundo quebra a superficialidade dos acontecimentos buscando a sua gênese. Tal abordagem acerca do presente é uma marca do historiador. Esta característica diferencia a leitura histórica do presente, de outras abordagens. Nada impede que cientistas sociais e jornalistas realizem a observação do presente embasados em um estudo de cunho “genético”. Contudo, para os historiadores do presente isso é uma obrigação.

Nesse sentido, o fenômeno neofascista observável atualmente não deve ser confundido com um “renascimento” da extrema-direita, pois, na realidade, ela jamais desapareceu após a 2ª Guerra Mundial. As depurações antifascistas realizadas na Europa após o final da Guerra não impediram a sobrevivência das ideologias em novos partidos políticos e outras organizações. Torna-se interessante analisar esta permanência em países como Alemanha, Itália e França, devido às suas emblemáticas relações com o Fascismo na primeira metade do século XX. Um olhar sobre a presença histórica da extrema-direita na América Latina também torna-se operacional, para então buscarmos compreender o atual panorama do fenômeno neofascista e sua proliferação através da internet.

A permanência da ideologia fascista após 1945

Os expurgos antifascistas realizados na Europa após o final da Segunda Guerra Mundial tiveram dois resultados práticos. Em primeiro lugar, eles foram eficientes ao impedir qualquer possibilidade de uma efetiva restauração nazifascista no imediato pós-guerra (ALMEIDA, 2010). O contexto social e econômico europeu foi auxiliar para a inexistência de uma resistência fascista. Nas três décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial (os “Trinta Gloriosos”), as democracias liberais da Europa Ocidental experimentaram um significativo nível de estabilidade econômica e política. Isso produziu um panorama desfavorável para soluções extremistas de direita e de esquerda (BETZ, 1993, p. 413). Por outro lado, as depurações não foram suficientes para impedir a sobrevivência e a aceitação de novos grupos de extrema-direita de inspiração nazifascista ainda na década de 1940. A ideologia fascista sobreviveu de forma latente nos anos seguin-

tes. Para compreender tal fenômeno, devemos observar com mais proximidade os processos de depuração realizados após 1945. Devido à importância já comentada anteriormente, serão analisados com maior atenção os casos da Alemanha, Itália e França.

Alemanha

Na Alemanha, as principais punições impostas durante o processo de desnazificação recaíram sobre os funcionários de baixo escalão do NSDAP,² ficando impunes, ou com punições leves, a maioria dos funcionários de alta hierarquia. As medidas punitivas também foram desequilibradas com relação às instituições nazistas envolvidas. Por exemplo, enquanto os membros das instituições de ensino sofriam forte perseguição, empresários e setores do Estado – como a Justiça e as Forças Armadas – não realizaram uma desnazificação completa (BRANDALISE, 1999, p. 82).

Na segunda metade da década de 1940, já era visível a reorganização dos setores conservadores na Alemanha. O Deutsche Rechtspartei (DReP), – surgido da aliança entre os partidos Deutsche Konservative (DK), Deutsche Aufbaupartei (DAP) e Deutsche Bauern- und Landvolk-partei (DB-Lp) – foi o primeiro partido de extrema-direita a conseguir resultados eleitorais significativos no país após a derrocada do nazismo. Fundado em 1946, o DReP conseguiu eleger cinco representantes na primeira eleição ao Bundestag³, em 1949.

Ainda em 1949 foi fundado o Sozialistische Reichspartei Deutschlands (SRP), um partido abertamente nazista que atraiu

² Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães): o partido nazista.

³ O Bundestag é o Parlamento Alemão, criado pela constituição de 1949 em substituição ao antigo Reichstag.

muitos membros do DReP. O discurso do SRP incluía as bases do que viria a ser conhecido como “negacionismo”⁴, ao afirmar que os fornos crematórios no campo de concentração de Dachau teriam sido construídos pelos EUA após o término da II Guerra Mundial. O SRP chegou a possuir dez mil membros, conquistou cadeiras nos parlamentos da Baixa Saxônia e em Bremem, além de possuir um braço paramilitar conhecido como Reichsfront. O artigo 21 da constituição alemã previa a possibilidade de fechamento de partidos políticos “radicais” por sentença do Tribunal Constitucional. Também vários artigos do novo código penal qualificavam como crimes a participação em atividades de organizações proibidas, a difusão de material de propaganda extremista e a utilização de insígnias nazistas (JIMENEZ, 1998, p. 47). Em função disso, o partido foi extinto pela justiça alemã em 1952.

Após o fechamento do SRP, seus antigos membros formaram alianças com outros partidos de direita, dando origem em 1950 ao Deutsche Reichspartei (DRP). Os principais líderes deste novo partido haviam sido membros do NSDAP. Nas eleições de 1959, o DRP conseguiu 90 mil votos na Renânia-Palatinado (Rheinland-Pfalz). Em 1964, o partido se dissolveu com a intenção de formar uma nova força de extrema-direita com expressão nacional.

Dessa forma, no mesmo ano, derivado do Deutsche Rei-

⁴ O negacionismo constitui uma subdivisão do “revisonismo histórico”, e procura reescrever a história negando o holocausto judeu. A vertente negacionista desenvolveu-se principalmente na Alemanha, Estados Unidos e França, logo após o final da Segunda Guerra. Já em 1948, o francês Maurice Bardèche publicava em Paris a obra “Nuremberg où la Terre Promise”, onde lançava a ideia de que os crimes nazistas eram uma farsa. Para Bardèche, as câmaras de gás serviam apenas para “desinfecção”, e não para o extermínio. Apesar de ser uma obra pioneira, o livro tende a ser ignorado pelos negacionistas atuais, devido ao alto comprometimento ideológico de seu autor, um fascista militante. (VIDAL, 1994, p. 17). Todavia, o desenvolvimento do negacionismo viria a ganhar impulso na década de 1960. Foi importante neste processo a editora francesa La Vieille Taupe, fundada por Pierre Guillaume em 1965. Inicialmente de orientação trotskista, a editora rompeu com o comunismo no final da década de 1960 e gradualmente foi afastando-se da esquerda (JESUS, 2006, p. 37-38).

chspartei, surgiu o Nationaldemokratischen Partei Deutschland (NPD), um partido de extrema-direita formado por setores médios ligados ao Terceiro Reich. Nos anos 1960 o NPD constituía um movimento conservador saudosista, que defendia o anticomunismo e a revisão dos acordos de Ialta e Potsdam (SILVA, 2004, p. 156-157). Dos dezoito membros do primeiro comitê executivo do NPD, doze haviam sido nazistas atuantes antes de 1945. Apesar disso, todos os esforços para considerá-lo um partido nazista – e conseqüentemente torná-lo ilegal – falharam (CHILDS, 1991, p. 72). Os anos 1960 foram de relativo sucesso para o NPD. Nas eleições federais de 1969 o partido conseguiu 1,4 milhões de votos, o que representou 4,3% do total. Após 1969, o partido – assim como todos os setores de direita – enfrentou um retrocesso que perdurou durante toda a década de 70. Nos anos 1980, alguns fatores funcionaram como combustível para o reerguimento da extrema-direita na Alemanha: o desemprego, a entrada de estrangeiros e o colapso dos regimes comunistas na Europa Oriental são alguns exemplos (CHILDS, 1991, p. 75).

Seguindo a tendência europeia, os conservadores extremistas cresceram na Alemanha nos anos 1980. Nas eleições federais de 1987, o NPD recebeu 227.045 votos. Com este desempenho, o partido obteve o direito a 1,3 milhões de marcos alemães em financiamento público para campanha e consolidou-se como o principal partido de extrema-direita da Alemanha (CHILDS, 1991, p. 77). Embora nunca tenha conseguido atingir o mínimo de 5% de votos necessários para enviar políticos ao Bundestag, o NPD já conseguiu eleger diversos representantes para os parlamentos estaduais, em especial na Saxônia. Em 1994, o NPD promoveu um grande evento que contou com a presença dos revisionistas David Irving e Fred Leuchter, onde foi defendida abertamente a teoria negacionista, segundo a qual o holocausto foi uma invenção dos judeus. No mesmo ano o atual líder do

partido, Gunter Deckert, foi julgado por propaganda fascista e incentivo ao ódio racial, mas foi inocentado das acusações pela Corte de Justiça de Mannheim (SILVA, 2004, p. 163).

Em 1983, foi fundado em Munique o Die Republikaner (REP), outro partido com orientação de extrema-direita. Seu fundador, Franz Schönhuber, era um ex-membro da Waffen SS. Nas eleições de 1989, o REP conseguiu 90.140 votos na Berlim ocidental, o que representou 7,5% do total e 11 cadeiras no parlamento da cidade (BETZ, 1990, p. 45). No pleito nacional de 2005, recebeu 1,6% dos votos nacionais e 5% na Saxônia. A plataforma do partido tem pontos xenófobos. De 1989 a 1994, Franz Schönhuber representou o REP como deputado no Parlamento Europeu.

Outros partidos políticos de extrema-direita fazem-se presentes na Alemanha atual. Depois do NPD, a organização de maior importância é, provavelmente, o Deutsche Volksunion (DVU). Fundado em 1971, mas oficialmente organizado em 1987, o DVU, assim como o NPD, nunca conseguiu atingir o mínimo de 5% de votos necessários para enviar políticos ao Bundestag. No entanto, já elegeu representantes para os parlamentos estaduais. Os dois partidos formaram uma aliança em 2005 para as eleições federais. A coligação NPD/DVU conseguiu 1,6% do total de votos na Alemanha.⁵ O DVU possui em torno de 30 mil associados (SILVA, 2004, p. 162).

Itália

Na Itália, o processo de expurgo foi conduzido pela Resistência Antifascista, e não pelos Aliados. Os *partigianos* cobraram um alto preço pela forte repressão sofrida sob o regime de Benito

⁵ O REP foi convidado, mas recusou-se a participar da coligação.

Mussolini: a depuração italiana foi mais violenta do que aquela praticada na Alemanha. Apesar disso, logo em 1944, foi fundada por Guglielmo Giannini a *Fronte dell'Uomo Qualunque* (UQ). Inicialmente um periódico de extrema-direita, o UQ viria a se tornar um partido político em 1946. Neste mesmo ano, o partido obteve 5,3% dos votos para a Assembleia Constituinte, o que lhe valeu trinta assentos (SCALIATI, 2005). Ainda em 1946, o UQ conquistou vitórias nas eleições locais: 20,7% em Roma, 19,7% em Nápoles, 46% em Bari (em aliança com os monarquistas e conservadores do *Partito Liberale Italiano* – PLI), 34,6% em Foggia, 47% em Lecce, 34,6% em Catania (com os liberais) e 24,5% em Palermo (CHIARINI, 1991, p. 24). Nos anos seguintes, o UQ desafiou com sucesso a hegemonia da Democracia Cristã em vários redutos eleitorais do sul da Itália. O partido se caracterizava por uma exaltação dos “valores do indivíduo” e da tradição, direcionados contra as tendências comunistas. A partir de 1948 o UQ iniciou um rápido declínio e esvaziamento de suas fileiras (PALLA, 1996, p. 144).

Contudo, os setores de extrema-direita, que sobreviveram ao expurgo conduzido pela resistência, se rearticularam de forma mais consistente em torno de outra nova organização, fundada em 1946 por Giorgio Almirante e outros ex-membros do Partido Fascista: o Movimento Social Italiano (MSI). Para seus integrantes, a sigla do partido podia ter um significado alternativo: “*Mussolini Sei Immortale*” (MAMMONE, 2005, p. 19). Apesar de o artigo XII da nova constituição italiana proibir a formação de partidos fascistas – e mais tarde a lei Scelba de 1951 regular os mecanismos dessa proibição –, tal legislação nunca foi aplicada ao MSI (JIMENEZ, 1998, p. 48). O MSI tinha um caráter saudosista e nostálgico. Simpatizante de um sistema de governo autoritário, o partido defendia uma “terceira via” entre o capitalismo liberal e o socialismo.

A nova legislação italiana previa a punição dos dirigentes

fascistas, dos ativistas do Partido Nacional Fascista (PNF) e da Milícia, culpados de abusos, e os colaboracionistas que continuaram a apoiar os alemães após 1943. Todavia, em 1946 foi decretada uma anistia geral que possibilitou que a maioria dos fascistas passíveis de julgamento escapasse à condenação. Até o final da década de 1950 o MSI não obteve resultados eleitorais significativos, ficando atrás dos partidos monarquistas e do UQ. Contudo, o MSI conseguiu se afirmar no cenário político italiano a partir dos anos 1960. De acordo com Marco Palla (1996, p. 140-144), o MSI deu origem a uma série de pequenas organizações que representavam o “terrorismo italiano de extrema-direita”, como o Terceira Via, o Nova Ordem e o Ordem Negra.

Entre 1948 e 1989, o MSI manteve uma média de 4 a 5% dos votos nas eleições italianas. Seu pior resultado eleitoral foi obtido em 1948 (1,9%), e seu ápice foi atingido em 1972 (8,7%). Nas eleições para o Parlamento Europeu, em 1989, o MSI obteve 5,5% dos votos italianos (CHIARINI, 1991, p. 19). Em 1992 o MSI elegeu Alessandra Mussolini, neta do *Duce*, para o parlamento de Nápoles. Embora marginalizado, o MSI sobreviveu até 1995, quando foi dissolvido, e deu origem à *Alleanza Nazionale* (AN), um partido de direita que procurou se afastar da herança claramente fascista do MSI. Gianfranco Fini, último líder do MSI, foi o fundador e principal líder da AN. A *Alleanza* é um dos partidos que compõe a coalizão *Casa delle Libertà* (CDL), que levou Silvio Berlusconi à presidência do Conselho de Ministros em 2001.

Após divergências públicas com Gianfranco Fini, Alessandra Mussolini fundou uma nova agremiação, o *Libertà di Azione*, depois rebatizado como *Azione Sociale* (AS). Enquanto Fini tomava uma via mais amena, procurando superar seu passado fascista em favor de sua carreira política, Alessandra defendia a herança política de seu avô. Em 2004, Alessandra formou uma

coligação chamada *Alternativa Sociale*, juntando a AS com o *Movimento Sociale Fiamma Tricolore* (MS-FT) e a *Forza Nuova* (FN). Com essa união de partidos Alessandra Mussolini ocupou uma cadeira no Parlamento Europeu entre 2004 e 2008.⁶

França

Na França, a extrema-direita passou por uma renovação após o término da Segunda Guerra. No quadro fragmentado resultante da depuração, os setores conservadores extremistas se reorganizaram com uma nova configuração. O “culto à derrota” reuniu antigos *vichystas*, conservadores e jovens extremistas (BRANDALISE, 1999, p. 86). Nos anos 50, ficou claro que a depuração, embora severa, não havia atingido todos os níveis da estrutura colaboracionista. As punições mais rigorosas foram aplicadas contra os integrantes da Milícia. Os primeiros núcleos de reorganização da direita radical francesa eram compostos por antigos seguidores do regime de Vichy. Muitos dos personagens políticos do colaboracionismo voltaram à cena pública nos anos 1950 em função da anistia geral concedida em 1953 (JIMENEZ, 1998, p. 48).

Neste mesmo ano, foi fundada a *Union de Defense Commerciants et Artisans* (UDCA), liderada por Pierre Poujade. Movimento de extrema-direita, anticomunista, antisemita e apoiado pela classe média, a UDCA conseguiu 51 cadeiras na Assembleia Nacional em 1956. A organização afirmava-se como anticapitalista, antiparlamentar e contra o dirigismo burocrático (BRANDALISE, 1999, p. 86-87). O mais jovem eleito pela UDCA foi o então desconhecido Jean-Marie Le Pen.

⁶ Curriculum Vitae de Alessandra Mussolini presente no site do Parlamento Europeu. Disponível em: <www.europarl.europa.eu>. Acesso em março de 2010.

Em 1962, com o reconhecimento da independência da Argélia, a extrema-direita francesa entrou em uma fase de refluxo que durou duas décadas. Neste período, em 1972, foi fundada a *Front National pour l'unité française* (FN), por Jean-Marie Le Pen. Nos anos 1980, iniciou-se um período de sucesso para os grupos conservadores extremistas, e foi a partir de 1982 que a FN atingiu seus primeiros resultados eleitorais significativos. Neste ano, o partido obteve uma votação relativamente expressiva na eleição municipal de Dreux (16,7% dos votos); em 1984, conseguiu 10,95% dos votos e dez deputados nas eleições europeias; e em 1986 conquistou 35 cadeiras nas eleições legislativas. Em 1988, Le Pen conseguiu notoriedade nacional ao ganhar 14,37% dos votos nas eleições presidenciais. No ano seguinte, a FN melhorou seu desempenho nas eleições europeias: 11,8% dos votos e 11 deputados. Nas eleições presidenciais de 1985, Le Pen conseguiu um percentual ligeiramente superior ao conquistar 15,15% dos votos (FN, 2007-a).

Os anos 1990 foram de baixo rendimento eleitoral para a FN, revelando uma cisão interna no partido entre conservadores e “liberais”. O grupo liderado por Le Pen defendia a permanência dos valores tradicionais da FN, claramente vinculados com a extrema-direita e com o fascismo. Já a ala moderada pregava uma modernização doutrinária, permitindo alianças com setores de direita menos radicais, visando melhores resultados eleitorais. Jean-Marie Le Pen, até hoje o único presidente do partido, venceu as disputas internas e manteve a orientação da FN voltada para a extrema-direita.

Em 1994 é fundado o *Mouvement pour la France* (MPF), liderado por Philippe de Villiers, que viria a se tornar o segundo principal partido de extrema direita na França. Nas eleições europeias de 1999, em aliança com o *Rassemblement pour la*

*France*⁷ (RpF), o partido conseguiu 13 cadeiras. Villiers é constantemente criticado por Le Pen, pois o MPF divide com a FN os votos da extrema-direita. Em um documento onde define as prioridades políticas para as eleições de 2007, Villiers defende um plano de “imigração zero” para a França (MPF, 2007).

Em 1998, Bruno Mégret, até então considerado o sucessor natural de Le Pen, deixa a Frente Nacional e funda o *Mouvement National Républicain* (MNR), um partido que se propunha a uma plataforma política nacionalista e liberal, distanciando-se do extremismo da FN. Mesmo assim, o MNR manteve o discurso anti-imigração. No programa de governo do partido estão explicadas as propostas para evitar a “Islamização” da França: “*Les propositions faites par le MNR pour éviter l’islamisation de la France*” (MNR, 2010). Após Mégret, outras lideranças também abandonaram a Frente Nacional, enfraquecendo-a e induzindo analistas a considerar a direita radical com dificuldades para se manter no cenário político francês.

Entretanto, nas eleições presidenciais de 2002, Le Pen e a FN surpreenderam a França ao conseguirem 16,86% dos votos, a segunda maior votação, e uma vaga na disputa do segundo turno contra Jacques Chirac. A vitória deste foi esmagadora (86%), mas o recado da FN estava dado: a extrema-direita vive. Em 2003, Jean-Marie Le Pen lançou sua filha – Marine Le Pen – no cenário político ao nomeá-la para um cargo executivo no partido. A indicação de Marine instaurou uma nova crise, e alguns líderes deixaram o partido, migrando para o MPF. Marine foi eleita para o Parlamento Europeu em 2004. A plataforma da FN defende uma revalorização dos valores e da “cultura tradicional” diante da “invasão de imigrantes”. Esta defesa tem uma entonação explicitamente xenofóbica. O tema da imigração

⁷ Partido criado em 1999 e rebatizado em 2003 como *Rassemblement pour la France et l’Indépendance de l’Europe* (RpFIE).

é tão central para o partido que constituía o primeiro dos 25 capítulos do programa de governo da FN para as eleições de 2007 (FN, 2007-b, p. 5-6). Conforme Le Pen, o momento atual é de uma “crise de civilizações” e perda de identidade nacional, estando a França exposta a ameaças externas e internas em função da “política de imigração sem freios” e da ausência de um serviço militar obrigatório (FN, 2007-b, p. 3).

A extrema-direita na América Latina

Na maioria dos países latino-americanos, criaram-se condições políticas favoráveis para o surgimento de movimentos fascistas no período compreendido entre as duas Guerras Mundiais. Conforme Hélgio Trindade (2004, p. 19-22), a principal questão não diz respeito à existência da presença fascista na América Latina, mas sim à extensão de suas manifestações. Em outras palavras, o problema seria distinguir as imitações dos movimentos autênticos. Nesse sentido, Trindade cria dois grupos principais. No primeiro grupo estão Argentina, Peru, Uruguai e Paraguai, países onde os movimentos de inspiração nazifascista não passaram de mimetizações sem influência significativa na sociedade e no processo político. O outro grupo reúne os países onde surgiram movimentos fascistas com expressiva base social e influência sobre o regime político nacional (embora nenhum tenha chegado ao poder): México, Chile, Bolívia e Brasil. Destes, o caso brasileiro seria o único a preencher os requisitos para ser considerado um movimento tipicamente fascista. Roger Griffin (1991a, p. 33-38) concorda com Trindade, ao afirmar que “*o Fascismo genérico é um fenômeno predominantemente, mas não exclusivamente, europeu*”, sendo a Ação Integralista Brasileira (AIB) o único caso de movimento fascista latino-americano.

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um movimento ultranacionalista e anticomunista, também considerada a primeira organização de massa no Brasil. Fundada em 1932 por Plínio Salgado, a AIB surgiu em um momento de transição econômica, social e cultural do país. O modelo econômico primário-exportador alicerçado na agricultura cafeeira enfrentava uma grave crise. Estava em pleno andamento um processo de urbanização e industrialização do país. Rebeliões de jovens oficiais das Forças Armadas explodiram pelo país nos anos 1920, contestando o sistema dominante. Também nesse período o movimento operário ganhou força e as greves passaram a ser o seu principal meio de reivindicação por melhores salários e condições de trabalho. O anarquismo (trazido pelos imigrantes) e o comunismo (com a fundação do PCB em 1922) ajudaram a compor o quadro de inquietação e politização das classes trabalhadoras. Este cenário político em transição, aliado ao panorama dinâmico no plano das ideias, viria a propiciar o contexto necessário para a ascensão de um movimento de extrema-direita do tipo fascista no Brasil (TRINDADE, 2004, p. 60). A ideologia central da AIB relacionava-se com a construção mítica de um “Brasil real” em oposição ao “Brasil oficial”, artificializado pela importação de modelos institucionais estrangeiros. Para superar as dificuldades nacionais, o país deveria construir um Estado forte, recusando o sistema liberal-democrático e um sistema parlamentar multipartidário “corrupto”, modelado em valores humanistas do Iluminismo, trazidos do exterior, e contribuintes importantes para a “situação caótica de desintegração nacional” (TRINDADE, 1979; MEDEIROS, 1978; ARAUJO, 1984).

No Chile, a principal organização de inspiração nazifascista foi o *Movimiento Nacional Socialista* (MNS), partido político fundado em 1932 por Jorge González Von Tides. O MNS apresentava-se como a única esperança para que o país alcançasse os

interesses nacionais. Imbuídos com esta missão, seus membros tinham a intenção de criar uma abrangente força popular englobando todos os estratos sociais. Defendendo a construção de um grande Chile, o naciismo defendia o nacionalismo através de um aparelho administrativo fortemente hierarquizado. Opunha-se aos “colonizadores imperialistas” (América do Norte e Inglaterra), ao liberalismo e ao “capitalismo selvagem”. Por outro lado, a ação política de um novo líder convergiria à vontade coletiva através da mobilização da “massa anônima”. Esse modelo aproximava-se do nacional socialismo alemão, porém com diferenças em relação ao contexto de época chileno (POTASHNIK, 1974). O MNS obteve resultados eleitorais relevantes nas eleições parlamentares de 1937 (quase 15 mil votos), e uma significativa penetração ideológica nos meios universitários. Seus membros se autodenominavam “*nacistas*” e pregavam a substituição da “falsa democracia” por uma verdadeira, autenticamente social e de cunho espiritual. Em 1938, 59 militantes do MNS foram mortos por tropas governamentais no episódio conhecido como “*Massacre del Seguro Obrero*” (QUEZADA, 2000, p. 80-82). Após o declínio do MNS, ocorrido depois de 1938, novos grupos de extrema-direita emergiram no cenário político chileno. Os principais herdeiros do legado *nacista* foram o *Partido Nacional Fascista* (1938), o *Movimiento Nacionalista de Chile* (1940), a *Vanguardia Popular Socialista* (1940) e a *Unión Nacionalista* (1942). Todavia, nenhuma destas organizações obteve grande aceitação popular, permanecendo à margem do sistema político chileno (KLEIN, 2001, p. 374-375).

No México, a União Nacional Sinarquista (UNS) nasceu em maio de 1937. Autoproclamado “movimento nacional”, e não um partido político, atraiu durante algum tempo um grande número de simpatizantes. Seu objetivo era “salvar” a estabilidade do país das ameaças representadas pela Revolução de

1910, pelos comunistas, pela América do Norte, pelos maçons, protestantes e judeus. Seu programa era baseado na exaltação do catolicismo, nas tradições hispânicas, na família, na vida das aldeias e numa “economia do bem comum.” Seu discurso exaltava a coragem, o sacrifício, o ascetismo e a disciplina. A propaganda da UNS foi feita principalmente em áreas onde a política de reforma agrária teve pouco sucesso e onde a corrupção administrativa prevalecia (MEYER, 1977).

Na Argentina, a extrema-direita influenciou governos e possui um longo relacionamento com a sociedade civil através de organizações como a Liga Patriótica Argentina (LPA), a Legião Cívica Argentina (LCA) e a Aliança Anticomunista Argentina (AAA, ou *Triple A*). A LPA, criada em 1919, foi o principal movimento nacionalista contrarrevolucionário do país. A fundação da LPA baseava-se na ideia de formação de um agrupamento civil permanente, para agir em casos “*onde a ordem fosse alterada por elementos estranhos à Argentina*” (MOSCATELLI, 2002, p. 3). Surgida doze anos mais tarde, a LCA foi uma organização paramilitar civil de inspiração fascista, comandada por oficiais das Forças Armadas. Foi criada em 1931 pelo presidente José Felix Uriburo, que havia ascendido ao poder um ano antes através de um golpe militar. Uriburo apoiava publicamente as ideias da direita nacionalista (ROMERO, 2006, p. 64). Outra importante organização da extrema-direita argentina, a “*Triple A*” foi criada por volta de 1973, com o objetivo de combater a “subversão” utilizando grupos civis paramilitares. Acabou constituindo uma poderosa organização terrorista de direita. Por sua atuação anterior ao golpe militar de 1976, bem como pelo apoio governamental recebido, relaciona-se a “*Triple A*” com o início dos métodos de Terrorismo de Estado na Argentina (AGEITOS, 2002, p. 20-21). A atuação da *Triple A* comprova que nos anos 1970, o pensamento de direita radical e a utili-

zação da violência política encontravam ressonância em parte da sociedade civil argentina (DUHALDE, 1999, p. 70-71).

Simultaneamente à atuação dos grupos paramilitares, a partir da década de 1920 um novo modelo político tomou forma na Argentina, com o apoio de intelectuais, militares e setores da Igreja Católica. Ao contrário da direita tradicional, o novo modelo assumiu um posicionamento antiliberal, nacionalista, corporativista e antissemita, propondo a transformação da Argentina em uma potência econômica, militar e imperialista. Esta nova configuração ficou conhecida como “direita nacionalista” ou “nacionalismo de direita” (BEIRED, 2001, p. 303-304). Resultado do desenvolvimento do nacionalismo de direita na sociedade argentina, o governo de Juan Domingo Perón, entre 1946 e 1955, é o regime extraeuropeu mais recorrentemente caracterizado como “fascista” (PAXTON, 2004, p. 195). Além do carisma, da simpatia pessoal de Perón pelo nazismo e da aproximação diplomática entre Argentina e Alemanha, outras características alimentam as comparações entre peronismo e fascismo: o controle sobre a imprensa e o judiciário; as paradas e cerimônias militares; a polícia repressiva; a violência política; o histórico de acolhimento de criminosos nazistas;⁸ o sentimento anticomunista, (o “medo vermelho”, arraigado em setores da sociedade desde a Semana Trágica de 1919); o histórico de antisemitismo e o contexto de crise econômica instaurado no país após a Primeira Guerra Mundial. Todos estes elementos contribuíram para a construção de um modelo que reconhece o fascismo na Argentina de Perón.⁹

⁸ Os números sobre a imigração de colaboradores do nazismo para a Argentina são incertos. Algumas fontes fazem referência a mais de mil criminosos de guerra refugiados na Argentina (AXT, 1998). Ignacio Klich (1997, p. 401) resume a questão da seguinte forma: “Eran demasiados, cualquiera fuera su verdadero número”.

⁹ Fernando Sabsay (2003, p. 301) cita a essência dessa teoria: “El peronismo es la versión argentina del fascismo italiano. Confluencia de diversas formas de

Contudo, a simplicidade deste modelo mascara a complexidade do fenômeno peronista. Se alguns fatores parecem aproximá-lo dos fascismos europeus, outros podem demonstrar a sua especificidade. Roger Griffin (1991b, p. 148-149) enfatiza que o peronismo não foi radical o suficiente para realizar as transformações socioeconômicas necessárias para criar uma comunidade nacional orgânica, sob o signo de uma “nova ordem”. Os grupos paramilitares de extrema-direita não conseguiram mobilizar a sociedade argentina em escala fascista. As agrupações deste tipo foram várias, mas nunca conseguindo arrematar as massas em âmbito nacional. Indo para além do peronismo, podemos afirmar que apesar da longa tradição de movimentos de extrema-direita, a Argentina não originou nenhum movimento tipicamente fascista. De forma geral, os nacionalistas argentinos eram contrários ao sistema político representativo, por isso não criaram partidos políticos. As duas únicas organizações de tipo fascista na Argentina do entre-guerras foram o Partido Fascista Nacional (PFN) e o Partido Fascista Argentino (PFA), ambos de pouca duração e inexpressivos diante das outras forças políticas do país. O PFN, fundado em 1923, nunca ultrapassou os quinhentos membros, embora tenha participado de vários confrontos de rua contra a Frente Única Antifascista. O PFA, fundado em 1932, tornou-se conhecido em função do assassinato do deputado provincial socialista José Guevara, em 1933. Havia certa rivalidade entre o PFN e o PFA, estando em disputa o título de partido mais “genuinamente fascista”. As duas organizações eram formadas majoritariamente por imigrantes italianos e seus descendentes (TRINDADE, 2004, p. 27-28).

Durante a ditadura militar de Segurança Nacional (1976-

nacionalismo. Perón es el conductor, en el sentido de Benito Mussolini, cuya personalidad y obra le merecieron marcada simpatía, llegando a decir que “lo imitaría en todo, menos en sus errores”. De acuerdo con esta [...] hipótesis: “El peronismo sería un producto del nacionalismo argentino, que convirtió a las masas obreras en su instrumento, despojándolas de su espíritu de lucha”.

1983), além dos desaparecimentos, sequestros e torturas tornadas prática de Estado, também o antissemitismo foi tolerado ou mesmo encorajado pelas autoridades argentinas (CONADEP, s.d., p. 54-58). Prisioneiros políticos relatam a existência de iconografia nazista nas paredes das salas de tortura. São conhecidos casos de torturadores que utilizavam braçadeira com a cruz gamada e episódios em que suásticas foram queimadas com cigarro no peito de prisioneiros políticos argentinos (FRONTALINI; CAIATI, 1984, p. 85).

O crescimento neofascista e a internet

A sobrevivência e rápida rearticulação dos setores extremistas na Europa pós-1945 demonstram uma presença contínua e organizada da extrema-direita. Percebe-se que, usando argumentos inexistentes nos programas dos partidos convencionais, as organizações de extrema-direita ganham notoriedade em momentos de crise social, política, ou econômica (BRANDALISE, 1999, p. 78). Visto que a relativa estabilidade e consenso político do pós-guerra deram lugar à turbulência ideológica e política e ao crescimento dos conflitos sociais em meados dos anos 1970, e ao aumento dos protestos de massa por novos movimentos sociais nos anos 1980, um novo panorama desenhou-se para a extrema-direita. Estes sintomas formaram um quadro propício para transformações na política da Europa Ocidental, onde os setores extremistas encontraram campo fértil na conjuntura dos anos 1980/90 (BETZ, 1993, p. 413). Neste período, o fenômeno da expansão das organizações e dos movimentos de extrema-direita foi sentido em praticamente toda Europa. Conforme Hans-Georg Betz,

A Frente Nacional francesa, o Vlaams Blok na Bélgica, o Swiss Vigilants, Action National, e Autopartei, o Partido da Liberdade na Áustria (FPÖ), e os vários partidos “progressistas” na Escandinávia estão entre os mais proeminentes exemplos do crescimento do populismo de direita radical [...] Referindo-se a si mesmos como “nacional-conservadores” ou “direita-conservadora” estes partidos têm um conjunto de objetivos similares: a implementação de leis para combater o crescimento dos crimes relacionados com drogas; o retorno aos valores morais tradicionais em face ao aumento do número de abortos e casos de AIDS; e, mais importante de tudo, a proteção da identidade nacional e cultural alegadamente ameaçadas pelos imigrantes do terceiro mundo, trabalhadores estrangeiros, e refugiados (BETZ, 1990, p. 45).

Nos anos 1980, a Europa viu crescerem significativamente as estatísticas de violência com conotação racial. Todavia, nesse período a “onda de sentimento racista que varreu a Europa ainda não estava tão identificada com os grupos de extrema-direita, como viria a ocorrer na década seguinte” (WACQUANT, 1994, p. 19). No Velho Continente, o ano de 1991 foi emblemático, marcado por uma onda de violência de extrema-direita. Naquele ano, verificou-se uma série de atentados organizados por grupos racistas e xenofóbicos. Desde então, o número de episódios envolvendo violência de extrema-direita vem crescendo significativamente, na Europa e também na América Latina, conforme relatórios citados anteriormente. No Brasil, grupos de inspiração nazifascista estão envolvidos em diversos episódios violentos, cujos relatos já se tornaram comuns na imprensa.¹⁰ Entretanto,

¹⁰ Uma pesquisa no site do jornal O Estado de S. Paulo <www.estadao.com.br> revela um número significativo de reportagens a respeito da atuação de grupos de inspiração nazifascista. Algumas matérias têm títulos sugestivos, como: “Mais um skinhead é

tais notícias fazem referência a atitudes aparentemente isoladas, o que induz o público a um grave equívoco: pensar que a extrema-direita latino-americana é desorganizada.¹¹

Normalmente o recurso à violência de extrema-direita é praticado por jovens que formam grupos de inspiração nazi-fascista, na maioria dos casos identificados com a subcultura *skinhead*. Uma subcultura pode ser entendida como um conjunto de crenças, práticas culturais e estilos que diferenciam um grupo de indivíduos de uma coletividade cultural maior, à qual pertencem. O conceito de subcultura foi desenvolvido a partir dos anos 1970, para caracterizar as manifestações culturais juvenis surgidas após a Segunda Guerra, tais como aquelas representadas pelos *rockers*, *mods*, *teddy boys*, *punks*, *hippies* e *skinheads*. Na concepção de Hebdige, as subculturas são formas de resistência que expressam uma tensão fundamental entre os detentores do poder e os indivíduos subordinados de “segunda classe” (HEBDIGE, 1991, p. 132-133). A origem do movimento *skinhead* remonta ao proletariado da Inglaterra dos anos 1960. Após a II Guerra Mundial, a classe operária britânica passou por uma década de prosperidade. Contudo, nos anos 1960 instaurou-se uma crise econômica que, na prática, impossibilitava a ascensão social dessa classe operária. Diante

condenado pela morte de adestrador de cães” (24 de setembro de 2002); “Identificado um dos skinheads do ataque em trem” (9 de dezembro de 2003); “STJ nega habeas-corpus a neonazista acusado de homicídio” (9 de março de 2006); “PM identifica movimento neonazista em torcida do Grêmio” (2 de outubro de 2007); Polícia apreende material de grupo neonazista em SP (17 de junho de 2009).

¹¹ De acordo com Mariano Soler (1998, p. 11), a falta de contextualização é um problema que também atinge as pesquisas sobre o tema: “Siempre, em los escasos estudios que existen sobre el fenómeno fascista actual, los especialistas han analizado las distintas corrientes y organizaciones como si fueran compartimentos estancos. [...] El error radica em considerar que sectores aparentemente distantes (como los skinheads y los partidos de la derecha radical xenófoba, por ejemplo) son tendencias sin ninguna relación. De ahí se extra ela conclusión de que se trata de grupos atomizados, descoordinados...”.

do contexto de imobilidade social, os *skinheads* buscavam sua autoafirmação enquanto proletários. Os *skins* tinham um visual que os diferenciavam de outros grupos juvenis da época. Usavam roupas que lembravam o uniforme dos operários, ou seja, calças, botas, jaquetas e suspensórios, além do corte de cabelo muito curto ou raspado à máquina (COHEN, 2005, p. 91).¹²

São apontadas duas fontes principais para a identidade *skinhead* original: 1) a cultura dos grupos de jovens imigrantes negros das Antilhas (conhecidos como *rude-boys* ou *rudies*); e 2) a cultura da classe operária inglesa (KNIGHT, 1982, p. 10-14). A influência negra nos primórdios do movimento verifica-se pela preferência musical do grupo. Os *skinheads* originais estavam associados a dois estilos musicais vindos da Jamaica, o *reggae* e o *ska*. Portanto, em suas origens os *skinheads* não possuíam inspiração nazifascista, embora já apresentassem traços de xenofobia como característica. Isto gerou a grande contradição da história *skinhead*: nos primórdios o movimento estava ligado à cultura dos imigrantes antilhanos. Ao mesmo tempo, tinha como característica a “defesa do território” contra os “invasores” estrangeiros (COSTA, 1993, p. 28).

Apesar de o culto à violência e o senso de xenofobia estarem presentes na cultura do grupo desde os primórdios, a identificação de setores *skinheads* com a chamada “supremacia branca” e com a extrema-direita aconteceu somente ao longo da década de 70, não atingindo todo o movimento. Nesse período, os *skins* racistas modificaram visualmente do padrão original *skinhead* ao passarem a utilizar tatuagens com símbolos nazistas e saudarem-se em público com o “*Heil Hitler*”. A partir de 1978, o *Na-*

¹² É interessante frisar que a vestimenta *skinhead* não tem origem militar, como alguns podem afirmar erroneamente. Se a bota de operário foi substituída por coturno de uso militar, isso deu-se em um momento posterior, evidenciando a fragmentação ideológica do movimento original.

tional Front inglês passou a dar suporte aos grupos de tendência nazifascista e nacionalista. O *National Front* aproximou-se dos *skinheads* racistas ao criar uma organização chamada *Rock Against Communism* (RAC), que apoiava bandas de tendência nazifascista. O RAC surgiu como contraposição ao *Rock Against Racism*, evento realizado em 1978 na cidade de Londres e que reuniu bandas antirracistas (COOTER, 2006, p. 148-149). Dessa forma, a facção *skinhead white power* desenvolveu-se adotando referenciais abertamente nazifascistas e pregando o ódio contra negros, judeus, ciganos, homossexuais e estrangeiros. Os *white powers* acreditam na superioridade da “raça ariana” e são adeptos do negacionismo. Alguns são nacionalistas, enquanto outros substituem o nacionalismo pela adesão a movimentos separatistas. Acreditam em uma “conspiração sionista internacional”,¹³ a qual pretendem combater. Os *skinheads* de inspiração nazifascista utilizam uma definição binária de identidade. Assim como os nazistas originais, eles dividem o mundo entre “nós e eles”, amigos e inimigos (FANGEN, 1998, p. 33).

¹³ São recorrentes nas fontes estudadas referências à teoria de uma “conspiração sionista internacional”. Algumas vezes o termo pode ser “conspiração judaica”, “conspiração judeu-maçônica”, ou “conspiração judeu-marxista”, mas o princípio é sempre o mesmo. No imaginário neofascista, trata-se de uma complexa coalizão envolvendo judeus, maçons e comunistas com o objetivo secreto de dominar o mundo e subjugar a “raça ariana”. A suposta manipulação da história pode ser compreendida pelos simpatizantes do negacionismo como um dos elementos dessa conspiração. Provavelmente, o mais famoso texto sobre a suposta conspiração sionista seja “Os Protocolos dos Sábios do Sião”. Em 1921, o jornal inglês *The Times* já publicara um artigo onde revelava a fraude dos Protocolos. O documento fora forjado por um agente da Okhrana, a polícia secreta da Rússia czarista, no final do século XIX. A intenção da farsa era culpabilizar os judeus pela instabilidade da monarquia russa. A falsificação foi realizada com base em um texto de 1864 do francês Maurice Joly: “O diálogo no inferno entre Maquiavel e Montesquieu”. Em 1999, após pesquisar em arquivos recentemente abertos pela ex-União Soviética, o historiador russo Mikhail Lepekhine confirmou a fraude e revelou o nome do falsificador: Mathieu Golovinski, um ex-agente da Okhrana que viria a trabalhar para os bolcheviques após 1917 (CONAN, 1999).

A partir da segunda metade da década de 1990, os grupos de direita de inspiração nazifascista ganharam uma importante ferramenta de divulgação com a popularização da internet. Na última década, a rede mundial de computadores configurou-se como o principal meio de comunicação da extrema-direita. Em páginas da web encontramos um vasto material neofascista, incluindo os textos negacionistas. Ainda na internet é possível encontrar indícios da estrutura organizacional dos movimentos neonazistas, o que aponta para um panorama complexo e ainda pouco pesquisado.

A popularização da internet trouxe consigo uma série de problemas. Em primeiro lugar, a relativa “invisibilidade”, fator inerente à tecnologia da rede, ajuda os movimentos extremistas a esconderem-se no anonimato. Assim fazem sua propaganda, organizam seus eventos e difundem suas teorias sem medo de serem reconhecidos pelas autoridades. Por outro lado, encontramos cada vez mais grupos que não fazem questão de aproveitar esse anonimato. Tais grupos divulgam – e assinam – manifestos claramente racistas, xenófobos e preconceituosos. Isso nos remete a outra questão, que é a falta de legislação, ou a não aplicação da legislação existente, para coibir manifestações de inspiração fascista na internet.

Em 2007, Adriana Dias (2007, p. 26) apontava para aproximadamente 12.600 sites racistas, revisionistas e “neonazistas” em língua inglesa, portuguesa e espanhola na internet. Atualmente, a maioria dos *sites* de inspiração fascista hospedados na América Latina utiliza os serviços do portal argentino *Ciudad Libre Opinión*, especializado em conteúdos de caráter “nacional-socialista”. Na Argentina, a repressão contra a divulgação de conteúdo nazifascista na internet é praticamente inexistente. Isso tornou o país um refúgio para os grupos extremistas de direita que não conseguem hospedar os *sites* em seus países de origem.

Em 15 de outubro de 2000, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou matéria onde afirmava: “*Só na Argentina existem 14 (quatorze) sites neonazistas na web*”¹⁴. Nossa pesquisa realizou a atualização destes números em 2002, 2003 e 2007. Em novembro de 2002, de acordo com nosso levantamento, foi possível contabilizar 152 *sites* de inspiração nazifascista hospedados na Argentina. Em junho de 2003, a quantidade de páginas hospedadas na Argentina apontou 812 *sites*. Comparando este número com a quantidade total de *sites* existentes em novembro de 2002, percebe-se um aumento de 332% em aproximadamente sete meses. Em agosto de 2007, realizou-se a terceira contagem de *sites* hospedados na Argentina. Desta vez, encontramos 1.151 sites, o que representa um aumento de 41,8% na quantidade total de páginas hospedadas, em relação aos números de 2003.¹⁵ Analisando-se exclusivamente os sites de origem latino-americana, observa-se um aumento de 626% na quantidade de páginas entre 2002 e 2007. Em 2007, os países latino-americanos com a maior quantidade de páginas hospedadas no portal argentino *Ciudad Libre Opinión* eram: Argentina (161), Brasil (129), México (121) e Chile (119) (ALMEIDA, 2008, p. 146-150).

É interessante observar que em três destes países surgiram movimentos fascistas com expressiva base social e influência sobre o regime político nacional ao longo do século XX: Brasil, Chile e México. De maneira aparentemente paradoxal, na Argentina isto não ocorreu. Entretanto, conforme já abordado anteriormente, a extrema-direita possui uma longa presença naquele

¹⁴ Sites racistas espalham-se pelo continente. O Estado de S. Paulo, 15 out. 2000.

¹⁵ Os países latino-americanos com maior quantidade de sites eram: Argentina (161); Brasil (129); México (121); Chile (119); e Colômbia (45). Em números absolutos, o país que liderava o ranking de sites de extrema-direita hospedados na Argentina nesta data era a Espanha, com 346 sites. Além dela, havia sites dos seguintes países não pertencentes à América Latina: Portugal (45); Alemanha (17); EUA (16); Itália (15); França (6); Suécia (5); Romênia (5); Rússia (4); Holanda (3); Bélgica (2); e Finlândia (1).

país, tanto em instituições governamentais como em organizações civis. Além disso, muitos dos principais valores nazifascistas (antissemitismo, racismo, crença em teorias conspiratórias, autoritarismo, violência política, etc.) já estavam enraizados em setores significativos da sociedade argentina desde antes da década de 1930 (ALMEIDA, 2008).

Considerações finais

O fenômeno neofascista deve ser visto como resultado de um longo processo, visível logo após o final da Segunda Guerra Mundial. É preciso entender como a extrema-direita nazifascista resistiu aos expurgos do pós-guerra, para compreender o caminho histórico que leva ao atual panorama, com o crescimento da rede neofascista na internet e o aumento no número de incidentes violentos envolvendo a extrema-direita. Atualmente, percebe-se uma significativa expansão neofascista através da rede mundial de computadores. Na América Latina, a direita de inspiração nazifascista construiu uma complexa rede de comunicação na internet, baseada na Argentina. Em outras palavras, a comunidade neofascista latino-americana tem um “paraíso virtual” na Argentina, e sobre este contexto o pensamento de inspiração nazifascista encontra os meios favoráveis para sua difusão. A publicação de textos negacionistas na internet dissemina a dúvida e fomenta a insegurança. A possibilidade de “contaminação” de trabalhos escolares com material negacionista extraído da rede é uma realidade para a qual os professores de história devem estar preparados.

Tal quadro é resultado da combinação entre um contexto histórico favorável e o advento das novas tecnologias de comunicação. Quais serão as consequências dessa invasão neofascista

na internet? Não cabe ao historiador arriscar prognósticos acerca do futuro da extrema-direita, mas analisá-la em sua temporalidade. Todavia, algumas advertências devem ser feitas. A aceitação de ideias como as veiculadas nos discursos neofascistas não é “natural”. O preconceito, a intolerância e a discriminação não são inatos, mas aprendidos. Portanto, são necessários meios, através dos quais ocorre o processo de aquisição ideológica dessas ideias.¹⁶ O amplo conjunto de fontes levantadas para esta pesquisa evidencia os canais disponíveis para a prática e a aquisição das informações necessárias ao doutrinamento neofascista na internet. A rede de comunicação neofascista não serve apenas para a troca de informações entre seus simpatizantes. Ela serve, sobretudo, para cooptar novos membros. A expansão desta teia de páginas pode criar o contexto necessário para a “formação das mentes” almejada pelos grupos neofascistas.¹⁷ Por trás

¹⁶ Teun van Dijk (2008, p. 15) afirma, a respeito do pensamento racista, que “a maioria dos membros do grupo dominante aprende a ser racista devido às formas de texto e de fala numa ampla variedade de eventos comunicativos. A maior parte do que os grupos dominantes brancos “sabem” ou acreditam sobre a etnia dos outros foi, portanto, formulada, mais ou menos explicitamente, em inúmeras conversações, histórias, reportagens de jornais, livros didáticos e discurso político. É também sobre essa base que as pessoas formam suas próprias opiniões e atitudes, e a menos que haja boas razões para desviar do consenso do grupo, a maior parte dos membros reproduzirá o status quo étnico e adquirirá as ideologias dominantes que os legitime.”

¹⁷ Conforme Van Dijk (2008, p. 19-20), “as formas usadas pelos discursos dominantes para enfatizar as características negativas dos grupos étnicos de fora tornam-se problemáticas especialmente quanto a seus possíveis efeitos nas mentes dos receptores. É verdade que os textos não têm um efeito automático sobre as opiniões dos leitores – principalmente porque, como veremos, muitos leitores podem resistir às interpretações sugeridas pelo discurso racista – mas, sob condições especiais, essa influência pode ser penetrante. [...] se os membros dos grupos dominantes não possuírem muitos contatos étnicos alternativos ou informações, como é também o caso em muitas partes da Europa e da América Latina, a representação negativa de acontecimentos étnicos e de pessoas pode facilmente influenciar as mentes dos receptores. Estes últimos formarão, portanto, modelos mentais tendenciosos de acontecimentos étnicos específicos que lêem ou ouvem. Esses modelos podem, por sua vez, ser generalizações para atitudes mais negativas e ideológicas sobre os Outros. Nossos discursos e outras ações sociais

dos ataques violentos, ou das organizações políticas de caráter mimético, está uma organizada rede de comunicação. Se forem necessários meios para o doutrinamento neofascista, estes meios já existem. Neste caso, o papel do historiador do tempo presente é estar atento a este contexto, oferecendo subsídios para uma análise crítica da realidade.

Referências

AGEITOS, S. M. **Historia de la impunidad**. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2002.

ALMEIDA, F. C. **A serpente na rede**: extrema-direita, neofascismo e internet na Argentina. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: 2008.

_____. Neofascismo: uma abordagem histórica. In: Giselda Brito Silva; Leandro Pereira Gonçalves; Mauricio B. Alvarez Parada. (Orgs.). **Histórias da política autoritária**: Integralismos, Nacional-Sindicalismo, Nazismo e Fascismos. Recife: Editora da UFRPE, 2010.

ARAÚJO, R. B. **A cor da esperança**: totalitarismo e revolução no Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1984.

BEIRED, J. L. B. A grande Argentina: um sonho nacionalista para a construção de uma potência na América Latina. In:

são, portanto, baseados em modelos mentais (planos etc.) que são informados por ideologias e atitudes socialmente compartilhadas. Temos, assim, um círculo vicioso e vemos como o discurso está crucialmente envolvido na reprodução do racismo, em geral, e na formação de ideologias racistas subjacentes, em particular”.

Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 21, n. 42, 2001.

BETZ, H. **Politics of resentment: right-wing radicalism in West Germany. Comparative Politics**, v. 23, n. 1. Nova York: outubro 1990.

_____. **The new politics of resentment: radical right-wing populist parties in Western Europe. Comparative Politics**, v. 25, n. 4. Nova York: julho 1993.

BRANDALISE, C. A Europa de direita radical. **Revista Humanas**, v. 22, n. 1/2, Porto Alegre, 1999.

CHIARINI, R. The ‘Movimento Sociale Italiano’: a historical profile. In: CHELES, Luciano; FERGUSON, Ronnie; VAUGHAN, Michalina. (orgs.) **Neo-Fascism in Europe**. Nova York: Longman, 1991.

CHILDS, D. The far right in Germany since 1945. In: CHELES, Luciano; FERGUSON, Ronnie; VAUGHAN, Michalina. (orgs.) **Neo-Fascism in Europe**. Nova York: Longman, 1991.

COHEN, Phil. Subcultural conflict and working-class community. In: GELDER, Ken. (org.) **The subcultures reader**. Nova Iorque: Routledge, 2005.

CONAN, E. L’origine des Protocoles des sages de Sion: Les secrets d’une manipulation antisémite. *Jornal L’Express*, 16 nov. 1999. Disponível em: <www.phdn.org/antisem/protocoles/origines.html>. Acesso em: maio 2010.

COOTER, A. B. Neo-nazi normalization: the skinhead movement and integration into normative structures. In: **Sociological Inquiry**, v. 76, n. 2, maio de 2006. Disponível em: <www.blackwellpublishing.com>. Acesso em: set. 2007.

COSTA, M. R. **Os “carecas do subúrbio”**: caminhos de um nomadismo moderno. Petrópolis: Vozes, 1993.

DIAS, A. A. M. **Os anacronautas do teutonismo virtual**: uma etnografia no neonazismo na internet. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Campinas, 2007.

DIJK, T. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Unesco/Contexto, 2008.

DUHALDE, E. L. **El Estado terrorista argentino**. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

FANGEN, K. Right-wing skinheads- Nostalgia and binary oppositions. In: **Young – Nordic Journal of Youth Research**, v. 6, n. 9, 1998. Disponível em: <you.sagepub.com/cgi/reprint/6/3/33>. Acesso em: set. 2007.

FRONTALINI, D.; CAIATI, M. C. **El mito de la Guerra Sucia**. Buenos Aires: CELS, 1984.

GRIFFIN, R. The nation reborn: a new ideal type of generic fascism. Paper apresentado no **XV World Congress of the International Political Science Association (IPSA)**, Buenos Aires, julho de 1991a.

_____. **The nature of Fascism**. Londres: Pinter Publishers, 1991b.

HEBDIGE, D. **Subculture**: the meaning of style. Londres: Routledge, 1991.

JESUS, C. G. N. **Antissemitismo e nacionalismo, negacionismo e memória**: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003). São Paulo: Unesp, 2006.

JIMENEZ, J. L. R. **Nuevos Fascismos?** Extrema derecha y neofascismo. Barcelona: Península, 1998.

KLEIN, M. The New voices of Chilean fascism and the Popular Front, 1938-1942. In: **Journal of Latin American Studies**, Cambridge University Press v. 33, n. 2, maio 2001.

- KNIGHT, N. **Skinhead**. Londres: Omnibus Press, 1982.
- KLICH, I. El ingreso a la Argentina de nazis y colaboracionistas. In: KLICH, Ignacio; RAPOPORT, M. **Discriminación y racismo en América Latina**. Buenos Aires: Nuevohacer, 1997.
- MAMMONE, A. Gli orfani del duce: i fascisti dal 1943 al 1946. **Itália Contemporânea**, n. 239-240, jun./set. 2005. Disponível em: <www.insmli.it/publicazioni>. Acesso em: mar. 2007.
- MEDEIROS, J. **Ideologia autoritária no Brasil. 1930-1945**. Rio de Janeiro: FGV, 1978.
- MEYER, J. **Le Sinarquisme: un fascisme mexicain? 1937-1947**. Paris: Hachette, 1977.
- MOSCATELLI, M. Una propuesta nacionalista frente a la conflictividad social de la década de 1920: la Liga Patriótica Argentina. In: **La Trama de la Comunicación** – Anuario del Departamento de Ciencias de la Comunicación. Facultad de Ciencia Política y RR. II. Universidad Nacional de Rosario. V. 7, 2002.
- PAXTON, R. O. **The anatomy of fascism**. Nova York: Vintage Books, 2004.
- PALLA, M. **A Itália fascista**. São Paulo: Ática, 1996.
- POTASHNIK, M. **Nacismo**: National Socialism in Chile: 1932-1938. Univ. of California Press, 1974.
- QUEZADA, A. C. El nacional-socialismo chileno. In: **Pharos** – Revista de la Universidad de las Américas, v. 7, n. 2. Santiago: 2000. Disponível em: <redalyc.uaemex.mx>. Acesso em: maio 2007.
- ROMERO, L. A. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SABSAY, F. **Los presidentes argentinos**. 2. ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2003.

SCALIATI, G. **Trame nere: i movimenti di destra in Italia dal dopoguerra ad oggi**. Gênova: Fratelli Frilli Editori, 2005.

SILVA, F. C. T. Revoluções conservadoras, terror e fundamentalismo: regressões do indivíduo na modernidade. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.) **O século sombrio: uma história geral do século XX**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.

SOLER, M. S. **Descenso a los fascismos**. Barcelona: Zeta, 1998.

TRINDADE, H. El tema del Fascismo em América Latina. **Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)**, n. 30, Centro de Estudios Constitucionales. Madri: nov./dez. 1982.

_____. **Integralismo: o Fascismo Brasileiro na década de 30**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1979.

_____. **O nazifascismo na América Latina: mito e realidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

VIDAL, C. **La revisión del holocausto**. Madri: Anaya & Mario Muchnik, 1994.

WACQUANT, L. J. D. O retorno do recalcado: violência urbana, “raça” e dualização em três sociedades avançadas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, n. 24, 1994.

Bibliografia

CALDEIRA NETO, O. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. In: **Antíteses**, v. 2 (4). Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/

view/2507>. Acesso em: set. 2009.

CUESTA, J. **Historia del Presente**. Madrid: Eudena, 1993.

EISNER, W. **O Complô: a história secreta dos Protocolos dos Sábios do Sião**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

GUERRA, F. El renacer de la História Política: razones y propuestas. In ANDRÉS-GALLEGO, J. (dir.). **New History, Nouvelle Histoire: hacia una nueva Historia**. Madri: Actas, 1993.

LACOUTURE, J. A história imediata. In: LE GOFF, J. **A Nova História**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Relatórios

AXT – **Relatório da Antisemitism and Xenophobia Today para a Argentina**, dez. 1998. Disponível em: <www.axt.org.uk>. Acesso em: maio 2010.

BRAYLAN, Marisa (comp.) – **Informe sobre antisemitismo en la Argentina 2008**. Centro de Estudios Sociales – Delegación de Asociaciones Israelitas Argentinas. Disponível em: <www.daia.org.ar>. Acesso em: maio 2010.

CONADEP. **Nunca Mais**. Informe da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina. Porto Alegre: L&PM, s.d.

EUMC – European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia – **Annual Report on Racism and Xenophobia in the Member States of the EU – 2007**, p. 118-124. Disponível em: <www.eumc.at>. Acesso em: maio 2010.

STEPHEN ROTH Institut for the Study of Contemporary

– **Relatório de 2005 sobre antissemitismo e racismo na Alemanha.** Disponível em: <www.tau.ac.il/Anti-Semitism/asw2005/germany.htm>. Acesso em: maio 2010.

_____. **Relatório de 2006 sobre antissemitismo e racismo no Chile.** Disponível em: <www.tau.ac.il/Anti-Semitism/asw2006/chile.htm>. Acesso em: maio 2010.

_____. **Relatório de 2008 sobre antissemitismo e racismo no Brasil.** Disponível em: <www.tau.ac.il/Anti-Semitism/asw2008/brazil.html>. Acesso em: maio 2010.

Outras fontes

FN – História do Partido Front National 2007-a. Disponível em: <www.frontnational.com/historique.php>. Acesso em: março 2007.

_____. **Programa de Governo da Front National para as eleições de 2007-b.** Disponível em: <www.lepen2007.fr/pdf/Programmejmlp2007.pdf>. Acesso em maio de 2010.

MNR – Programa de governo do Mouvement National Républicain 2010. Disponível em: <www.m-n-r.net/programme2partiech2>. Acesso em: maio 2010.

MPF – Prioridades Políticas do Mouvement pour la France para as eleições de 2007. Disponível em: <www.elections-presidentielles-2007.org/programme/100mesuresmpf.pdf>. Acesso em: maio 2010.

O ESTADO DE S. PAULO. Disponível em: <www.estadao.com.br>. Acesso em: maio 2010.

EDITORIA EM DEBATE

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, quer nas editoras comerciais, quer nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não permite acompanhar a demanda existente. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, ante a tendência de se pontuar a produção intelectual conforme as publicações.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Os documentos impressos, tanto os periódicos como os livros, continuam sendo produzidos e continuarão em vigência, conforme opinam os estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas assinaladas podem contribuir de forma complementar e, mais ainda, oferecer mais facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos instrumentais que a

obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e alunos na produção de conhecimentos, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulgação aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características, sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e de pós-graduação, a Editora Em Debate nasce com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e linhas de pesquisa da UFSC e de outras instituições, conveniadas ou não, sob a orientação de uma Comissão Editorial.

Os editores

Coordenador

Fernando Ponte de Sousa

Conselho editorial

Adir Valdemar Garcia

Ary César Minella

Janice Tirelli Ponte de Sousa

José Carlos Mendonça

Maria Soledad Etcheverry Orchard

Michel Goulart da Silva

Paulo Sergio Tumolo

Ricardo Gaspar Muller

Valcionir Correa